

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE FLORESTAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM**  
**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**DISSERTAÇÃO**

**Nossa Primeira Terra - Programa Nacional de Crédito  
Fundário no estado do Piauí como instrumento de  
desenvolvimento rural sustentável: limitações e  
potencialidades**

**Márcio Cordeiro Rangel**

**2013**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE FLORESTAS**  
**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO PRÁTICAS EM**  
**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**NOSSA PRIMEIRA TERRA - PROGRAMA NACIONAL DE**  
**CRÉDITO FUNDIÁRIO NO ESTADO DO PIAUÍ COMO**  
**INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL**  
**SUSTENTÁVEL: LIMITAÇÕES E POTENCIALIDADES**

**MÁRCIO CORDEIRO RANGEL**

*Sob a orientação do Professor*

**Renato Sérgio Jamil Maluf**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável, Área de Concentração em Práticas em Desenvolvimento Sustentável.

Seropédica, RJ

Outubro de 2013

## FICHA CATALOGRÁFICA

338.1098122 Rangel, Márcio Cordeiro.  
R196n Nossa Primeira Terra - Programa Nacional de  
T Crédito Fundiário no estado do Piauí como instrumento  
de desenvolvimento rural sustentável: limitações e  
potencialidades. / Márcio Cordeiro Rangel, 2013.  
221 f.

Orientador: Renato Sérgio Jamil Maluf  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do  
Rio de Janeiro, Instituto de Florestas.  
Bibliografia: f. 180 -198.

1. Nossa Primeira Terra - Teses. 2. Crédito fundiário –  
Teses. 3. Políticas públicas – Teses. 4. Desenvolvimento rural  
sustentável. Teses. I. Maluf, Renato Sérgio Jamil. II.  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de  
Florestas. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL**

**MÁRCIO CORDEIRO RANGEL**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável da UFRRJ.

**DISSERTAÇÃO APROVADA EM 03/10/2013**



---

**Renato Sérgio Jamil Maluf. Prof. Dr. UFRRJ.  
(Orientador)**



---

**Robson Amâncio. Prof. Dr. UFRRJ  
(Membro Interno)**



---

**René Louis de Carvalho. Prof. Dr. UFRJ  
(Membro Externo)**

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus queridos e amados pais, Daisy e Fernando; aos irmãos, Simone e Rogério; às lindas, adoradas e festivas sobrinhas, Luisa, Lara e Bia; e à sempre presente, amada e companheira esposa, Rachel.

À doce e querida irmã Celina, presença marcante e iluminada, que irradia saberes, amor e carinho, como também norteia, propicia direcionamentos e a formação de excelência de tantos jovens do meio norte piauiense.

Aos jovens dedicados e batalhadores, que abraçam forte as oportunidades oferecidas, que exercem o papel de transformação de suas próprias realidades e que são exemplo de superação, perante às dificuldades da vida rural no Nordeste brasileiro. Em especial, aos jovens rurais dos Assentamentos Bela Vista, Fazenda Carolina e Pedro II.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu orientador, Renato, por compartilhar seus conhecimentos, pelas suas ponderações e colocações, por certos apertos e análises críticas – sempre bem assertivas, como necessárias – que permitiram, neste período de convivência, a ampliação do respeito e admiração por você.

Ao MDA e ao UTE-PI, representados principalmente pelas pessoas com que mais me relacionei: Francisco das Chagas Filho (Chicão) e Rui Cipriano, e que foram determinantes pelo apoio disponibilizado, voltado à realização da pesquisa de campo.

Ao alegre e presente Totonho, líder atuante e determinado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Piripiri, que sempre disposto veio apresentar a realidade do Assentamento Pedro II, como por este caminho, o conhecimento à linha do Nossa Primeira Terra e motivo desta pesquisa realizada.

Aos amigos do PPGPDS, por tantos momentos de convivência e contribuições mútuas, em especial aos mais próximos e queridos, que fazem parte presente do grupo de amigos especiais, ao qual, sempre que necessário, pode-se contar.

Aos demais e presentes amigos de longa data: Dani e Quexada, Tati e Max, Pódepô e Helena, Camila e Dani, por todo o apoio e incentivo, pelas contribuições e por todo o carinho que temos em comum.

## RESUMO

RANGEL, Márcio Cordeiro. **Nossa Primeira Terra - Programa Nacional de Crédito Fundiário no estado do Piauí como instrumento de desenvolvimento rural sustentável: limitações e potencialidades.** 2013. 221p Dissertação (Mestrado em Práticas em Desenvolvimento Sustentável). Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2013.

Os contrastes sociais e as desigualdades fundiárias encontradas no meio rural brasileiro são frutos de uma herança histórica do Brasil que podem ser contextualizados pelos seus regimes de governo: imperialista, escravocrata, coronelista, militares e ditatoriais. Da mesma forma, os modelos de desenvolvimento e os sistemas de produção adotados, no país e no meio rural, contribuíram ainda mais com o distanciamento entre as classes, assim como com a ampliação das injustiças sociais e a presente manifestação da pobreza. Frente às tamanhas desigualdades, determinadas políticas públicas tem sido desenvolvidas e aplicadas no país, no sentido de promover a equidade, os processos de inclusão social, de acessos aos serviços básicos e voltados à melhoria da qualidade de vida, por meio de políticas destinadas à distribuição de renda e de ativos produtivos, entre o qual, pelo acesso à terra. Entre as políticas públicas voltadas ao reordenamento agrário, o Programa Nacional de Crédito Fundiário, criado em 2003 como uma alternativa complementar à Reforma Agrária no país, tem se constituído como uma proposta de viabilizar o acesso à terra. O presente estudo teve como objetivo analisar a linha Nossa Primeira Terra, do Programa Nacional de Crédito Fundiário, no estado do Piauí, sob a ótica do desenvolvimento rural sustentável, por meio de pesquisa aplicada junto aos beneficiários de três assentamentos de estudo, aos gestores e a demais atores envolvidos. A apresentação dos resultados obtidos, assim como as análises, se constituíram em um conjunto de observações relacionadas à linha Nossa Primeira Terra, sob distintas dimensões, onde foram identificadas as potencialidades e possíveis limitações. Ao final desse estudo, determinadas ações propositivas foram elencadas, objetivando a contribuição aos atores e interessados, em prol do fortalecimento e da sustentabilidade desta linha.

**Palavras-chave:** nossa primeira terra, crédito fundiário, políticas públicas, desenvolvimento rural sustentável.

## ABSTRACT

RANGEL, Márcio Cordeiro. **Our First Land - National Program of Land Credit in Piauí state as an instrument of sustainable rural development: limitations and potential.** 2013. 221p. Dissertation (Master Science in Development Practice). Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2013.

Social contrasts and inequalities land found in rural Brazil are the result of a historical heritage of Brazil that can be contextualized by their government schemes: imperialism, slavery, colonelcy, military and dictatorial. Likewise, the models of development and production systems adopted in the country and in rural areas, further contributed to the gap between the classes, as well as the expansion of social injustice and this manifestation of poverty. Faced with such huge inequalities, certain policies have been developed and applied in the country in order to promote equity, the processes of social inclusion, access to basic services and aimed at improving the quality of life through policies aimed at distribution income and productive assets, among which the access to land. Among the public policies aimed at reordering agrarian, the National Program of Land Credit, created in 2003 as a complementary alternative to land reform in the country, has made a proposal to facilitate access to land. The present study aimed to analyze the line Our First Land, of the National Land Credit in the state of Piauí, from the perspective of sustainable rural development through applied research involving beneficiaries three settlements study, managers and other actors involved. The presentation of the results obtained, and analysis, make up a set of observations related to online Our First Land under different dimensions, which we identified the potential and possible limitations. At the end of this study, certain purposeful actions were listed, with the aim of contributing to the actors and stakeholders towards strengthening and sustainability of this line.

**Keywords:** land credit, agrarian restructuring, public policies, sustainable development.

## LISTA DE FIGURAS

	Página
1. Taxa de urbanização no país de 1940 a 2010.	10
2. Mapa de desenvolvimento rural no Brasil, ocorrência e predomínio regional do Índice de Desenvolvimento Rural.	11
3. Cartograma do Índice de Gini para os estados do Nordeste.	13
4. Evolução da produção agrícola do Piauí (2000 a 2008).	14
5. População do Piauí em 2010, distribuição por situação de domicílios e nos municípios do estado.	15
6. Cartograma do Produto Interno Bruto (PIB) do estado do Piauí.	16
7. Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal no estado do Piauí, 1991 a 2010.	17
8. Evolução do Índice de Gini nos municípios do estado do Piauí, 1991 a 2010.	17
9. Evolução da renda per capita média nos municípios do Piauí, 1991 a 2010.	18
10. Incidência percentual da população em Extrema Pobreza por situação do domicílio, por regiões do Brasil – 2010.	21
11. Evolução e superação do quadro de extrema pobreza no Brasil, 1991 a 2010.	25
12. Porcentagem da renda nacional, detida por estratos de renda Brasil – 1990 a 2008.	26
13. Mudanças na estratificação por renda entre 2004 e 2009.	27
14. Evolução do IDHM no Brasil, 1991 a 2010.	28
15. Evolução do IDHM e índices para Educação, Renda e Longevidade no Brasil, 1991 a 2010.	28
16. Evolução do Índice de Gini no Brasil, 1991 a 2010.	29
17. Dimensões do desenvolvimento sustentável.	36
18. Localização das áreas beneficiadas no país pelo programa Bolsa Verde.	44
19. Resultados alcançados na superação da extrema pobreza no Brasil, período Janeiro de 2011 a Dezembro de 2012.	46
20. Evolução do crédito do Pronaf no Brasil, por ano agrícola (em R\$ bilhões).	52
21. Evolução do número de agricultores beneficiados e a quantidade de alimentos adquiridos pelo PAA de 2003 a 2012.	57
22. Territórios da cidadania brasileiros.	59
23. Cisterna calçadão.	64
24. Barragem subterrânea.	64
25. Tanque de pedra ou caldeirão.	64
26: Distribuição das famílias beneficiadas pelo Luz para Todos, por regiões do país. Dados até dezembro de 2012.	67
27. Número de famílias assentadas até 2012 no Brasil.	73
28. Área das terras onde as famílias foram assentadas até 2012 no Brasil.	73
29. Distribuição dos assentamentos por região brasileira.	74
30. Distribuição dos assentamentos, em hectares, por região.	75
31. Distribuição da área média dos assentamentos, em hectares, por região brasileira.	75
32. Número de famílias beneficiadas pelo PNCF por estado brasileiro.	82
33. Número de famílias beneficiadas pela linha CPR/PNCF por estado brasileiro.	82
34. Número de beneficiários por estado na linha NPT.	89
35. Representação percentual dos beneficiários da linha NPT no país, por UF.	89
36. Localização dos municípios onde estão os assentamentos da linha NPT no Piauí.	92
37. Distribuição dos beneficiários da linha NPT no estado do Piauí, segundo localização por bacia hidrográfica.	93

38. Localização da bacia hidrográfica do Longá, no estado do Piauí.	94
39. Localização dos municípios de assentamentos da linha NPT, bacia do Longá.	94
40. Localização dos municípios onde estão os assentamentos de estudo.	95
41. Mapa da cobertura vegetal do estado do Piauí.	96
42. Áreas suscetíveis à desertificação no Brasil, com destaque para a área de estudo.	98
43. Idade média dos entrevistados dos assentamentos de estudo.	109
44. Anos de experiência em atividades agropecuárias, dos beneficiários entrevistados, nos assentamentos de estudo do NPT.	110
45. Origem dos entrevistados dos assentamentos de estudo – área urbana e rural.	111
46. Constituição dos beneficiários dos assentamentos de estudo, com relação ao gênero.	112
47. Estado civil dos beneficiários, nos assentamentos de estudo.	113
48. Composição média familiar dos assentamentos de estudo.	114
49. Capacitações sobre o PNCF identificadas nos assentamentos.	115
50. Demanda por capacitações, segundo entrevistados dos assentamentos de estudo.	116
51. Prestação de serviços de ATER aos assentamentos de estudo, situação anterior e atual.	117
52. Origem do recurso destinado à ATER, proveniente do PNCF.	117
53. Qualidade da assistência técnica prestada.	118
54. Comparativo entre a qualidade da moradia atual, com relação à anterior ao assentamento.	120
55. Acesso e abastecimento de água nas residências, situação anterior e atual ao assentamento.	121
56. Acesso à energia elétrica nas residências, situação anterior ao assentamento e atual.	121
57. Tratamento do esgoto doméstico, situação anterior e atual ao assentamento.	122
58. Acesso à coleta de lixo, situação anterior ao assentamento e atual.	123
59. Acesso à telefonia móvel, situação anterior ao assentamento e atual.	123
60. Acesso e propriedade de veículo próprio, moto ou carro, na situação anterior ao assentamento e atual.	124
61. Acesso ao transporte público, situação de disponibilidade ou indisponibilidade de acesso antes e após implantação do assentamento.	125
62. Acesso ao transporte escolar nos assentamentos de estudo.	126

63. Qualidade do transporte escolar nos assentamentos de estudo.	126
64. Nível de acesso aos serviços de saúde na atualidade, para o caso de atendimento emergencial.	126
65. Situação comparativa a respeito da qualidade de vida, com relação à moradia e ao acesso aos serviços de educação e saúde.	127
66. Situação comparativa a respeito da qualidade de vida, com relação à geração de renda e ao acesso à alimentação.	127
67. Identificação do papel da associação, na perspectiva dos beneficiários entrevistados dos assentamentos de estudo.	129
68. Conhecimento a respeito da participação dos membros da associação, junto à outras instâncias e colegiados.	130
69. Atividades produtivas desenvolvidas de maneira coletiva, nos assentamentos Bela Vista, Fazenda Carolina e Pedro II.	132
70. Atividades produtivas desenvolvidas individualmente, nos assentamentos Bela Vista, Fazenda Carolina e Pedro II.	132
71. Produção extrativista nos assentamentos de estudo.	133
72. Tecnologias aplicadas nos sistemas de produção, nos assentamentos Bela Vista, Fazenda Carolina e Pedro II.	134
73. Tecnologias aplicadas nos sistemas de produção, nos assentamentos Bela Vista, Fazenda Carolina e Pedro II.	135
74. Demanda por tecnologias voltadas ao sistema de produção, nos assentamentos Bela Vista, Fazenda Carolina e Pedro II.	135
75. Composição de renda dos beneficiários entrevistados do Assentamento Pedro II, em valores percentuais.	136
76. Composição de renda dos beneficiários entrevistados do Assentamento Bela Vista, em valores percentuais.	138
77. Composição de renda dos beneficiários entrevistados do Assentamento Bela Vista, em valores percentuais, exercício proposto 1.	139
78. Composição de renda dos beneficiários entrevistados do Assentamento Bela Vista, em valores percentuais, exercício proposto 2.	140
79. Composição de renda dos beneficiários entrevistados do Assentamento Fazenda Carolina, em valores percentuais.	141
80. Composição de renda dos beneficiários entrevistados do Assentamento Fazenda Carolina, em valores percentuais.	142
81. Origem da água utilizada nas moradias dos assentamentos de estudo.	145
82. Destino do esgoto das moradias dos assentamentos de estudo.	145
83. Destino do lixo dos assentamentos de estudo, segundo os beneficiados entrevistados.	146
84. Ocorrência e estabelecimento de áreas de Reserva Legal (RL) e Área de Preservação Permanente (APP), nos assentamentos de estudo.	146
85. Práticas ambientais aplicadas nos assentamentos de estudo.	146
86. Percepção de impactos ou problemas ambientais existentes nos assentamentos.	146
87. Soluções ou encaminhamentos possíveis aos problemas ambientais identificados, segundo opinião dos beneficiados entrevistados.	147
88. Avaliação sobre o Nossa Primeira Terra/PNCF, segundo a percepção dos entrevistados dos assentamentos de estudo.	155

## LISTA DE TABELAS

	Página
1. Características dos estabelecimentos na agricultura familiar e agricultura não-familiar, segundo dados do Censo Agropecuário 2006.	9
2. Estrutura fundiária do Brasil em 2009.	10
3. Relação total e percentual da população em situação de extrema pobreza no Brasil, por regiões e situação de domicílio, em 2010.	22
4. Agrupamento das políticas públicas, programas e ações vinculados ao MDA.	41
5. População em extrema pobreza no Brasil e nos estados.	42
6. Ocorrência do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar – Pronater.	49
7. Principais linhas faixas de recursos investidos no Pronaf 2012/2013.	51
8. Evolução do montante e números de contratados em relação ao Pronaf no Brasil e regiões.	53
9. Abrangência do Programa território da Cidadania.	56
10. Demanda bruta por cisternas e população rural na região semiárida, por estados.	62
11. Informações relativas à instalação de cisternas nos municípios estudados.	65
12. Instrumentos de garantia e segurança de renda.	68
13. Tipos de créditos do PNRA, finalidade e valores por família.	76
14. Critérios de elegibilidade das linhas do PNCF.	79
15. Público beneficiário das linhas e selos do PNCF.	80
16. Beneficiados pelas diferentes linhas de crédito do PNCF no país.	81
17. Participação no PNCF por faixa etária.	81
18. Benefícios de adimplemento da linha NPT, aplicados sobre o valor da parcela de financiamento.	86
19. Dados demográficos dos municípios estudados.	99
20. Fatores relacionados à miserabilidade nos municípios estudados.	100
21. Informações relativas ao acesso ao Programa Bolsa Família nos municípios estudados.	100
22. Informações relativas ao abastecimento de água para consumo humano na área urbana.	101
23. Aspectos relacionados ao saneamento básico nos municípios da área de estudo.	101
24. Estrutura fundiária dos municípios de estudo.	102
25. Informações relativas aos programas Pronaf, PNAE e PAA.	103
26. Itens inseridos nos questionários elaborados e aplicados.	105
27. Motivos que levam o jovem rural a deixar o campo em direção as áreas urbanas, segundo os entrevistados dos assentamentos de estudo.	149
28. Motivos pelos quais o beneficiário da linha NPT permaneceram no meio rural, segundo a opinião dos entrevistados dos assentamentos de estudo.	150
29. Alternativas e soluções para manter o jovem no meio rural, segundo a opinião dos entrevistados dos assentamentos de estudo.	151
30. Recado dos beneficiados dos assentamentos de estudo, ao jovem que gostaria de acessar a linha do NPT.	152
31. Transformações identificadas e ocorridas após o NPT.	153
32. O olhar para o futuro, do beneficiado da linha NPT, na perspectiva dos jovens beneficiados e depoentes deste estudo.	153
33. Aspectos sociais priorizados pelo NPT relacionada à proposição de DRS, segundo a percepção dos entrevistados.	158
34. Aspectos ambientais priorizados pelo NPT relacionada à proposição de DRS, segundo a percepção dos entrevistados.	159
35. Aspectos econômicos priorizados pelo NPT relacionada à proposição de DRS, segundo a percepção dos entrevistados.	159

36. Aspectos culturais priorizados pelo NPT relacionada à proposição de DRS, segundo a percepção dos entrevistados.	160
37. NPT e a interface com a questão do êxodo rural e da manutenção do jovem no meio rural.	167
38. Interface do NPT com a redução da pobreza no meio rural e com a geração de renda.	167
39. Interface do NPT à Segurança Alimentar.	168
40. Diferenciação de assentamentos, de acordo com constituição dos beneficiados, egressos de institutos ou escolas voltadas à formação agrotécnica ou não egressos.	169
41. Pontos positivos relacionados à linha NPT.	171
42. Identificação de limitações relacionadas à linha NPT.	172
43. Ações relacionadas à solução dos entraves e gargalos identificados na linha NPT. Informações relativas à instalação de cisternas nos municípios estudados.	173

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1: DESENVOLVIMENTO RURAL, TERRITORIAL E SUSTENTÁVEL E A POBREZA NO MEIO RURAL BRASILEIRO E PIAUIENSE.....</b>	<b>4</b>
1.1 Contextualização do meio rural no Brasil.....	5
1.2 Contextualização do meio rural no Piauí.....	12
1.3 Um olhar sobre a pobreza rural no Brasil.....	19
1.4 Abrangência e dimensões do desenvolvimento Rural, Territorial e Sustentável...	30
<b>CAPÍTULO 2: O NPT NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O MEIO RURAL BRASILEIRO .....</b>	<b>38</b>
<b>2.1 Perfil das principais políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural.....</b>	<b>38</b>
2.1.1 Plano Brasil Sem Miséria – PBSM.....	42
2.1.2 Programa Bolsa Família – PBF.....	43
2.1.3 Programa Bolsa Verde.....	44
2.1.4 Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – Pronater.....	47
2.1.5 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.....	50
2.1.6 Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – Pronat.....	53
2.1.7 Território da Cidadania – TC.....	55
2.1.8 Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.....	57
2.1.9 Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.....	59
2.1.10 Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais - P1MC.....	61
2.1.11 Programa Uma Terra e Duas Águas - P1+2.....	63
2.1.12 Programa Água para Todos.....	65
2.1.13 Programa Luz para Todos.....	66
2.1.14 Programa e políticas de garantia e segurança de renda.....	68
<b>2.2 Políticas de Reordenamento Agrário no Brasil.....</b>	<b>69</b>
<b>2.3 Sistema de crédito fundiário no país.....</b>	<b>77</b>
2.3.1 Caracterização do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).....	77
2.3.2 A linha Nossa Primeira Terra – NPT.....	84
<b>CAPÍTULO 3: O NPT NO PIAUÍ.....</b>	<b>91</b>

<b>Caracterização da área de estudo.....</b>	<b>92</b>
<b>Metodologia da pesquisa .....</b>	<b>103</b>
<b>1. Avaliação e impactos do NPT sob a perspectiva dos beneficiários</b>	<b>107</b>
1.1 Perfil dos assentamentos Bela Vista, Fazenda Carolina e Pedro II.....	107
1.2 Perfil dos beneficiários.....	108
1.3 Processos de capacitação, assistência técnica e extensão rural (ATER).....	114
1.4 Qualidade de vida.....	119
1.5 Organização social e fortalecimento do capital social.....	128
1.6 Sistemas de produção e tecnologias aplicadas.....	131
1.7 Origem e composição da renda familiar.....	136
1.8 Renda invisível.....	144
1.9 Diagnóstico ambiental.....	145
1.10 Questão do jovem no campo.....	148
1.11 Transformações após o NPT e um olhar para o futuro.....	152
1.12 Avaliação do NPT.....	154
<b>2. O NPT na ótica dos gestores e beneficiados do programa.....</b>	<b>155</b>
2.1 Histórico e etapas de constituição do NPT no estado do Piauí.....	156
2.2 Aspectos relacionados ao Desenvolvimento Rural Sustentável.....	157
2.3 Interface dos beneficiários da linha NPT com outras políticas públicas.....	160
2.4 Resultados alcançados, junto aos objetivos do NPT.....	167
2.5 Diferenciação de assentamentos, de acordo com constituição dos beneficiados – egressos de institutos ou escolas voltadas à formação agrotécnica ou não egressos	169
2.6 Pontos positivos relacionados à linha NPT.....	170
2.7 Identificação de limitações relacionadas à linha NPT.....	171
2.8 Ações relacionadas à solução dos entraves e gargalos identificados na linha NPT....	173
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>175</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>180</b>
<b>ANEXOS</b>	

## INTRODUÇÃO

As realidades distintas e diversas apresentadas pelo Brasil rural atual, refletem por certo, o passado histórico de políticas públicas aplicadas ao longo de séculos de sua ocupação territorial, que de modo determinante desigual e excludente, vieram a retratar a imagem composta e estabelecida desse meio.

Além disso, o acesso diferenciado à terra e água, aos bens de produção em geral, às linhas de crédito e comercialização da produção, aos serviços de assistência técnica e extensão rural, voltados ao pacote tecnológico denominado revolução verde, contribuíram e acentuaram cada vez mais as desigualdades vivenciadas e apresentadas no meio rural brasileiro.

De acordo com este perfil apresentado, muitos são os desafios para assegurar que a agropecuária brasileira possa manter ou aumentar seu nível de produtividade, levando-se em conta os aspectos sociais, ambientais e culturais. Sendo assim, a busca por soluções e novos rumos, por meio de programas e políticas públicas relacionadas às questões rurais, foi e tem sido amplamente discutida, na tentativa de colocá-los em prática, mesmo que em certas situações, não consigam alcançar seus objetivos prioritários e norteadores.

Por outro lado, existem muitos casos de programas ou políticas públicas em que os processos e métodos aplicados têm alcançado seus propósitos, modificando realidades. Nesse sentido, estes têm sido objeto de estudos e pesquisas, por meio de análises de diversas naturezas, com destaque aos temas relacionados à pobreza rural, redução das desigualdades sociais, acesso aos bens de produção e a melhoria da qualidade de vida da população rural.

Neste contexto é que se insere o presente estudo desenvolvido no estado do Piauí, fazendo uma caracterização e análise das limitações e potencialidades da linha destinada aos jovens provenientes de áreas rurais, denominada Nossa Primeira Terra (NPT), uma modalidade do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCf). O NPT/PNCf é desenvolvido em parceria com instituições estaduais e locais, sendo coordenada pela Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA), do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

O Piauí é considerado um dos estados do país com os maiores índices de pobreza. Segundo dados do IPEA (2010), relativos ao ano de 2008, apresentava 52,9% de sua população em pobreza absoluta, onde a taxa de pobreza extrema - caracterizada pela renda

mensal per capita inferior a R\$ 70,00 - alcançava 26,1% da sua população. Neste quadro, assim como ocorre no restante do país, a concentração da população em extrema pobreza é predominantemente nas áreas rurais.

Além disso, outro fator a ser considerado se relaciona à questão do êxodo rural, com ênfase aos jovens. Historicamente, o êxodo rural tem ocorrido no Brasil ao longo das últimas décadas. Vários fatores podem estar associados a esta questão, com certas particularidades e diferenciações regionais, tais quais: baixo potencial de geração de renda, dificuldades relacionadas à produção e comercialização, limitação ao acesso aos serviços básicos de educação, saúde, saneamento e lazer, desvalorização do trabalho no campo, conflitos geracionais, entre outros. Como resultante do êxodo rural, a escassez de mão de obra no campo tem ocorrência crescente em muitas regiões do país. Neste sentido, os processos sucessórios dos estabelecimentos rurais de cunho familiar têm papel e implicações quando relacionados à questão da segurança alimentar, continuidade e futuro de muitos estabelecimentos da agricultura familiar.

Os baixos índices sociais vivenciados por grande parte da população rural, com destaque às regiões Norte e Nordeste, é resultante, entre outros fatores, da estrutura fundiária desigual e concentrada que o país apresenta.

Segundo Hoffmann e Ney (2010), embora todas as regiões brasileiras tenham como característica a alta desigualdade na distribuição da posse da terra, o Nordeste se destaca como a região com a estrutura fundiária mais desigual.

Neste contexto, o processo de reordenamento agrário tem desempenhado importante papel, promovendo o acesso à terra, aos bens de produção e melhoria da qualidade de vida da população rural.

Segundo os dados históricos do INCRA de 2012 o estado do Piauí possui 40.977 famílias assentadas, o que corresponde a uma população beneficiada próximo a 163.908 pessoas, considerando a média de 4 pessoas por família, ou a 4,9% da população do estado e o equivalente a 15,35% da população rural do Piauí.

Em relação a estes assentamentos, a linha de crédito fundiário Nossa Primeira Terra (NPT/PNCF), no estado do Piauí, conta com 1.087 famílias beneficiadas, representando 40,86% dos assentamentos do NPT no país (MDA, 2013).

O NPT/PNCF, aliado a outras políticas públicas existentes: Pronaf, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater), Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), entre outras, possui potencial para

transformações sociais e do quadro de desigualdades encontrados no estado do Piauí, mediante o acesso à terra, ao crédito rural, à comercialização da produção proveniente da agricultura familiar, à melhorias na infraestrutura, à assistência técnica e extensão rural, propiciando a inclusão social, geração de renda e a segurança alimentar da unidade familiar.

O presente estudo se propõe a contribuir nessa direção levantando, organizando e analisando informações da linha NPT do PNCF, a partir de um recorte estabelecido para o estado do Piauí.

Assim, o objetivo da dissertação é analisar a linha Nossa Primeira Terra, do Programa Nacional de Crédito Fundiário no estado do Piauí, sob a ótica do desenvolvimento rural sustentável, focando em suas limitações e potencialidades. Esse objetivo geral desdobrou-se em dois objetivos específicos, a saber:

- a) analisar os processos de implantação e resultados preliminares do NPT/PNCF sob os aspectos socioeconômicos, ambientais e culturais no estado do Piauí;
- b) propor ações a luz das limitações e potencialidades identificadas, em contribuição ao fortalecimento da sustentabilidade do NPT/PNCF.

A pesquisa teve como ponto de partida verificar a hipótese de que a linha Nossa Primeira Terra, do Programa Nacional de Crédito Fundiário no estado do Piauí constitui um instrumento de desenvolvimento rural sustentável ao contribuir para a fixação do jovem no meio rural, a melhoria da qualidade de vida e a geração de renda dos beneficiados deste programa.

O desenvolvimento e os resultados da pesquisa realizada serão apresentados em três capítulos. O primeiro capítulo realiza uma contextualização do meio rural brasileiro e piauiense, um olhar voltado à pobreza no Brasil e o desenvolvimento rural, territorial e sustentável e suas dimensões. O segundo capítulo apresenta as principais políticas públicas voltadas ao meio rural no Brasil, com destaque para o NPT. O terceiro capítulo corresponde ao desenvolvimento e resultados do estudo de caso sobre o NPT no estado do Piauí com as avaliações de seus impactos e perspectivas por parte dos beneficiados e gestores.

## **CAPÍTULO 1: DESENVOLVIMENTO RURAL, TERRITORIAL E SUSTENTÁVEL E A POBREZA NO MEIO RURAL BRASILEIRO E PIAUIENSE**

O Brasil rural se apresenta em dimensões e realidades diversas, com características específicas regionais e territoriais, por onde as distinções e distorções são, muitas vezes, surpreendentes. Os contrastes e diferenças presentes no meio rural brasileiro podem ser relacionados aos aspectos naturais e geográficos, aos sistemas de produção, à estrutura fundiária e aos níveis tecnológicos, ao objetivo e destino da produção, como pelo perfil de quem desenvolve as atividades produtivas.

O retrato de um Brasil rural também se apresenta com discrepância na distribuição de renda, no acesso à educação e na extensão rural, favorecendo e contribuindo para o deslocamento de grande parte da população jovem do campo para a cidade. Estes pontos podem propiciar, no momento atual ou em um futuro próximo, em fatores negativos e críticos relacionados aos processos sucessórios dos estabelecimentos rurais, mediante a redução da disponibilidade de mão de obra no campo, dentre outros (ABRAMOVAY *et al.*, 1998; CASTRO, 2009; WEISHMEIER, 2005).

A partir desta contextualização inicial, o presente capítulo tem a proposição de, com base na revisão da literatura, realizar uma abordagem histórica e sobre o momento presente que possa dar luz às evidências, questões e razões de contribuição a discussão sobre temas relacionados ao rural.

Dessa forma, discorre sobre o meio rural brasileiro, suas características e contrastes, a partir de uma visão mais genérica, mas não por isso menos representativa e fundamental, para então a contextualização do meio rural piauiense, onde se realizou a pesquisa de campo.

A perspectiva e o olhar voltado à pobreza no Brasil vêm a ser outro assunto pautado na composição deste capítulo, considerando-se como esta se manifesta, as ações propositivas para sua superação, assim como referenciando programas e políticas públicas aplicadas, determinantes para seu enfrentamento.

Além disso, os aspectos históricos e questões relacionadas ao desenvolvimento, as temáticas e considerações voltadas ao desenvolvimento rural, territorial e sustentável, bem como as possíveis dimensões destinadas ao desenvolvimento, fazem parte das discussões e análises do capítulo.

## 1.1 Contextualização do meio rural no Brasil

A contextualização do meio rural brasileiro pode se realizar por perspectivas relacionadas a diversos aspectos e óticas distintas, justificável até pela razão da grandeza territorial do país, com seus 8,5 milhões de km<sup>2</sup>. Nesse contexto, fatores relativos à estrutura fundiária, à expressão e parâmetros de distribuição dos recursos hídricos, clima e solo, bem como os aspectos culturais, históricos de ocupação e de desenvolvimento são fatores a serem considerados. Além disso, os aspectos sociais, econômicos e ambientais compõem uma análise necessária, como peculiar, das distintas regiões e biomas do Brasil.

Contudo, o registro histórico e político deste país pode contribuir com fatores determinantes na contextualização do meio rural brasileiro, onde mesmo que resumidamente, cabe certo resgate e apresentação.

Nos tempos do Império, mais especificamente em 1534, o Brasil teve seu território dividido em 12 capitanias hereditárias, as quais, foram estruturadas pelos grandes domínios de terra, destinados à exploração, uso e benefício de poucos, em detrimento e reclusão da maioria da população daquele período.

Do século XVI ao final do século XIX o país perpassou pelo período escravocrata, onde as oligarquias feudais, atuando por meio de práticas clientelistas, se fortaleceram politicamente, socialmente e economicamente, em face à dependência e marginalização das classes menos favorecidas e exploradas. Fatos plenamente responsáveis pela ampliação das desigualdades sociais, vivenciando e compondo uma herança histórica, que incrusta e permeia o país ao longo de séculos de existência.

No Brasil, o processo de concentração da propriedade sempre esteve presente ao longo de sua história, desde as capitanias hereditárias, porque a apropriação do espaço no campo brasileiro sempre foi uma fonte de poder, principalmente no âmbito do modo de produção colonial escravista, que predominou na formação econômico-social até quase o final do século XIX (BAMPI, 2006, p. 230).

Concentração de renda, superioridade política, opressão e a marginalização dos desfavorecidos, propiciaram historicamente e constantemente o distanciamento entre classes, as desigualdades de rendas, assim como o acesso aos bens de produção e aos serviços de saúde, educação e moradia.

Segundo Faoro (2000), os poderes públicos foram continuamente determinantes na manutenção das oligarquias agrárias, verdadeiras depositárias do poder proveniente da colonização portuguesa, em face à marginalização e à dependência da agricultura familiar. E ainda, Léonard *et al.* (2010), afirmam que a dualidade<sup>1</sup> da agricultura no Brasil é resultante de um processo contínuo de discriminação e não de rupturas sucessivas ocorridas.

A partir da segunda metade do século XX, ocorre o agravamento das inadequadas condições sociais no meio rural brasileiro, bem como o empobrecimento e a concentração da pobreza junto ao meio rural. Segundo Maluf (2011a), este fato ocorreu em função dos processos de industrialização e urbanização ocorridos no país.

Se, de um lado, ocorreu um grande avanço em termos de expansão da produção econômica, de outro lado seus resultados sociais foram danosos, sendo o mais visível deles a existência de elevados índices de pobreza. Esse modelo de desenvolvimento também institucionalizou a pobreza por meio dos seguintes mecanismos: concentração fundiária, que expropriou o camponês; uso intensivo de tecnologias modernas, que desempregam; relações precárias de trabalho, que degradam a vida dos trabalhadores; e urbanização acelerada, que esvazia o meio rural do país (MALUF, 2011a, p.145).

Neste cenário, ações predominantes e de interesse econômico de grandes empresas e do poder público, a partir das décadas de 50 e 60, promoveram um modelo de produção agrícola – via fomento à mecanização agrícola e ao uso de insumos (fertilizantes, agrotóxicos e sementes melhoradas) – com um discurso voltado ao aumento da produtividade e rentabilidade agrícola, ao desenvolvimento econômico e ao processo de modernização, caracterizado e denominado Revolução Verde. Este pacote tecnológico promovido, ainda incluiu o rumo e as diretrizes de capacitação, ensino técnico e pesquisa do setor agrário brasileiro. Várias gerações de profissionais de ciências agrárias foram capacitadas neste modelo de produção agrícola, atuando na difusão, repasse e capacitação de agricultores e técnicos, à luz deste modelo por décadas no país.

---

<sup>1</sup> Dualidade da agricultura brasileira: As diferenciações e certa oposição entre a agricultura familiar e o agronegócio, evidenciam tal dualidade, assim como, de maneira geral, o sistema utilizado e o destino da produção. Identificada também pela ocorrência de dois ministérios com atribuições e ações voltadas ao meio rural: Desenvolvimento Agrário (MDA) e Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

As mudanças nas primeiras décadas do século XX que desencadearam a institucionalização tanto da educação rural quanto, mais tarde, do extensionismo, fizeram com que a classe dominante exercesse grande influência sobre a modernização da agricultura, colocando os técnicos então formados intermediando os camponeses e a classe dominante (CANAVESI, 2011, p. 58).

Nesse sentido, sistemas tradicionais de produção agrícola foram, por muitas vezes, considerados sistemas obsoletos e ultrapassados, contribuindo com o distanciamento entre os sistemas de produção – novo e antigo - e as classes representativas do setor agrário.

Não obstante, entre outros pontos de relevância, foram praticadas políticas voltadas à liberação de crédito, mediante aplicação dos modelos de produção e tecnológico propostos, que contribuíram para o distanciamento e a segregação do setor agrário brasileiro em duas classes distintas: o setor do agronegócio e o setor da agricultura familiar.

Segundo Léonard *et al.* (2010), a agricultura familiar no Brasil passou de maneira persistente por um processo de marginalização e dependência frente às oligarquias agrária, por intermédio da ação dos poderes públicos do país. Além disso, o papel dos agentes de extensão rural e instituições de pesquisa contribuíram para o processo de transição entre os sistemas de produção.

A extensão rural, enquanto novo tipo de ação educativa, bem mais amplo que a educação escolar, toma forma na década de 1940, sempre atrelada ao crédito, aos objetivos da modernização da agricultura e, conseqüentemente, no combate ao atraso representado por uma agricultura tradicional. No auge da modernização a ser seguida, eram considerados agricultores tradicionais a maior parte dos camponeses para os quais os técnicos e extensionistas desenharam programas de “desenvolvimento comunitário” de maneira que, em uma transição, tais agricultores pudessem se “modernizar”, onde os centros de pesquisa também tiveram papel importante na reprodução de um modelo tecnológico modernizador (CANAVESI, 2011, p. 59 - 60).

Tais fatos contribuíram de forma determinante para as condições atuais do meio rural brasileiro, apresentando discrepância ao acesso à terra, desigualdade na distribuição

de renda, no acesso à educação e aos serviços e à melhor qualidade de vida. Justifica ainda o formato do setor do agronegócio, atrelado aos produtos voltados à exportação como soja, milho, café, açúcar, algodão, carne, dentre outros; e da agricultura tradicional ou familiar, representada por pequenos estabelecimentos rurais, ocupados por trabalhadores rurais, com a produção destinada predominantemente ao mercado interno.

Por outro lado, os baixos índices sociais vivenciados por parte expressiva da população rural, com destaque às regiões Norte e Nordeste, são resultantes, dentre outros fatores, da estrutura fundiária desigual e concentrada que o país apresenta.

Além disso, há outros determinantes históricos da pobreza rural no Brasil, que restringem o acesso à terra, ao capital físico, aos mercados, aos serviços básicos, à infraestrutura e às oportunidades de trabalho. Paralelamente, a grande ofensiva do agronegócio e das cooperações transnacionais avança sobre direitos fundamentais dos agricultores, contribuindo para a intensificação da pobreza. É uma ofensiva mundial, mas tem uma forte expressão no Brasil e na América Latina (MALUF, 2011a, p. 145-146).

De fato, o Brasil encontra-se em posição de destaque com relação à produção agropecuária, onde os produtos advindos deste setor têm forte papel na pauta de produtos exportados e na economia do país. Soja, café, derivados da cana-de-açúcar, carne (bovina, avícola e suína), suco concentrado de laranja, milho e os produtos de origem florestal, contribuem com o superávit na balança comercial e participam de forma expressiva no Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

Porém, o agravamento das questões socioambientais é resultante desse modelo de produção, onde parte expressiva da expansão da agropecuária ocorre frente ao avanço da fronteira agrícola, exercendo impactos negativos nos biomas brasileiros, com o comprometimento dos recursos naturais (solo, água e cobertura vegetal), sendo responsável por sérias implicações que vem a incidir nas comunidades rurais tradicionais e na agricultura familiar.

Desta forma, o meio rural brasileiro possui setores segmentados e distintos: o da agricultura familiar e o da agricultura não familiar ou do agronegócio ou ainda patronal. Também é possível diferenciar o meio rural em relação a alguns fatores, tais quais: mão de obra utilizada e contratada; área do estabelecimento rural; sistema de produção

utilizado; destino da produção e forma de acesso ao mercado, com variações e interfaces entre estes, dentre outros.

A Tabela 1, apresenta o cenário relativo aos estabelecimentos da agricultura familiar e não-familiar no Brasil, mediante determinadas características, o que possibilita determinadas identificações, diferenciações e representatividades.

Tabela 1. Características dos estabelecimentos na agricultura familiar e agricultura não-familiar, segundo dados do Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2006).

Características	Agricultura familiar		Agricultura não-familiar	
	Valor	Em %	Valor	Em %
Número de estabelecimentos	4.367.902	84,0	807.587	16,0
Área (milhões de hectares)	80,3	24,0	249,7	76,0
Mão de obra (milhões de pessoas)	12,3	74,0	4,2	26,0
Valor da produção (R\$ bilhões)	54,4	38,0	89,5	62,0
Receita (R\$ bilhões)	41,3	34,0	80,5	66,0

Fonte: MDA, 2011.

Os aspectos abordados até o momento foram condicionantes na constituição do meio rural atual e na estrutura fundiária deste país, marcada pelas desigualdades sociais e econômicas, mediante a desigual distribuição fundiária do país. Segundo Hoffman e Ney (2010), os dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010 evidenciam elevada desigualdade na distribuição da posse da terra no Brasil, caracterizada pela enorme proporção da área total agrícola ocupada pelos estabelecimentos com área maior ou igual a 100 hectares.

Os contrastes da estrutura fundiária brasileira podem ser evidenciados pelos seguintes dados:

- Número de estabelecimentos rurais do país: 5.181.645, que totalizam área de 571,74 milhões de hectares;
- 86% destes estabelecimentos rurais possuem áreas inferiores a 100 ha, ocupando 17% das terras agricultáveis do país,
- Por outro lado, 14% dos estabelecimentos rurais do país, que possuem áreas superiores a 100 ha, utilizam 83% das terras agricultáveis do país.

A Tabela 2 apresenta a discrepância evidenciada da estrutura fundiária do país.

Tabela 2. Estrutura fundiária do Brasil em 2009.

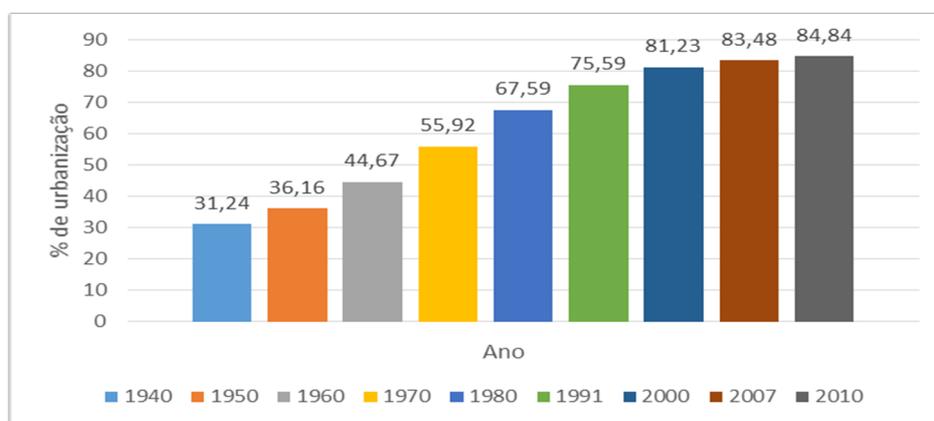
Estratos e área total (ha)	Imóveis		Área total		Área média (em ha)
	No. de imóveis	Em %	Em ha	Em %	
Até 10	1.744.540	33,7	8.215.337	1,4	4,7
De 10 a 25	1.316.237	25,4	21.345.232	3,7	16,2
De 25 a 50	814.138	15,7	28.563.707	5,0	35,1
De 50 a 100	578.783	11,2	40.096.597	7,0	69,3
De 100 a 500	563.346	10,9	116.156.530	20,3	206,2
De 500 a 1.000	85.305	1,6	59.299.370	10,4	695,1
De 1.000 a 2.000	40.046	0,8	55.269.002	9,7	1.380,1
Mais de 2.000	39.250	0,8	242.795.145	42,5	6.185,3
<b>TOTAL</b>	<b>5.181.645</b>	<b>100,0</b>	<b>571.740.919</b>	<b>100,0</b>	<b>110,3</b>

Fonte: MDA, 2011.

Com relação à distribuição da população brasileira, tem ocorrido ao longo dos anos o declínio da população residente no meio rural. Este fato pode ser atribuído a vários aspectos, tais quais: processo de industrialização, incentivos previdenciários, melhoria ao acesso a bens e serviços, melhoria da qualidade de vida, dentre outros. Já a partir da década de 60, a população brasileira residente nas regiões urbanas se apresenta em maioria, face à população residente nas áreas rurais, como pode ser observado na Figura 1, onde é apresentada a evolução da taxa de urbanização ocorrida no país entre os anos de 1940 e 2010.

Segundo dados do Censo Demográfico 2010, próximo a 15% da população brasileira reside no meio rural, enquanto 85% são residentes nas áreas urbanas do país. Também em relação ao grau de ruralidade dos municípios brasileiros, as regiões Norte e Nordeste possuem grau mais elevado, em contraponto a região Sudeste, notadamente ocupada por menores índices de ruralidade.

Figura 1. Taxa de urbanização no país de 1940 a 2010.



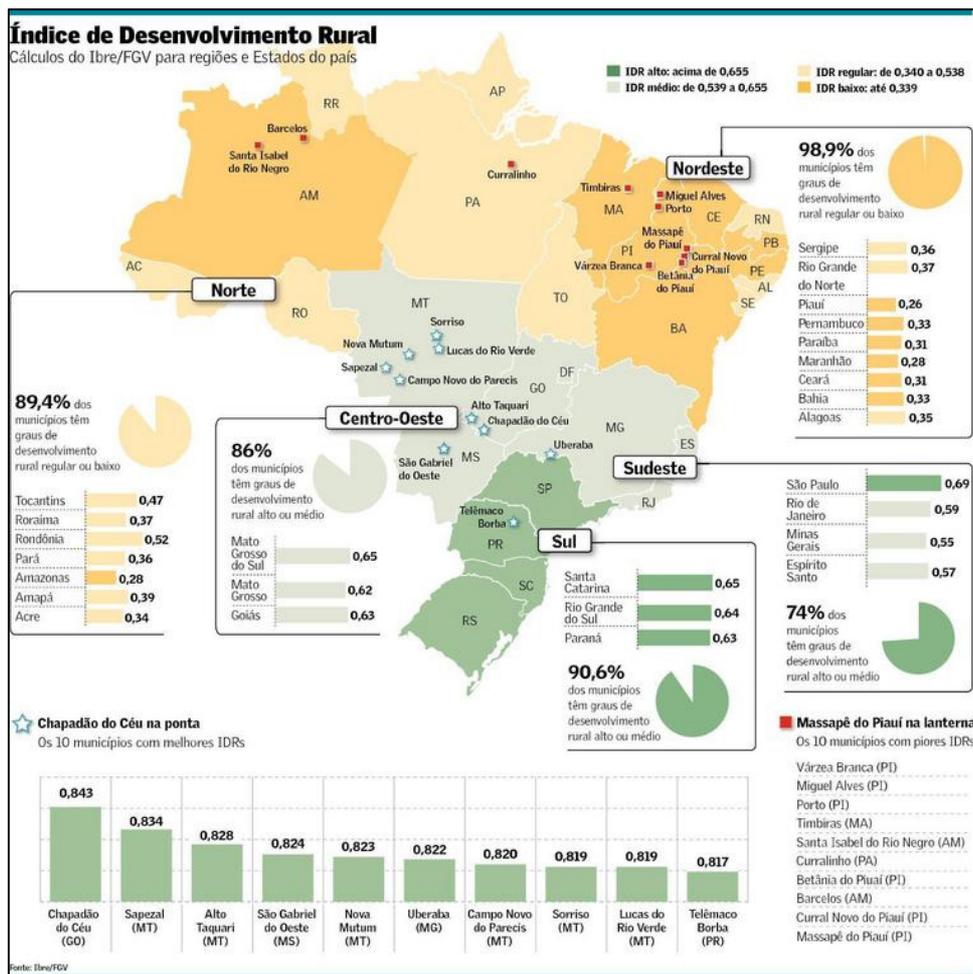
Fonte: IBGE, 2007 e 2010.

Estudo recente, realizado por pesquisadores do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a partir do cruzamento de dados do Censo Agropecuário 2006 e do Censo Demográfico 2010, ponderou as dimensões econômicas, sociais, ambientais e demográficas de 5.489 municípios brasileiros e calculando um índice para cada município, denominado Índice de Desenvolvimento Rural (IDR).

O IDR apresenta valores compreendidos entre 1 e 0, onde os municípios com maior desenvolvimento rural apresentam IDR próximos a 1 e os com IDR, com valores mais próximos a 0. O estudo também definiu parâmetros de classificação do IDR encontrado: alto (acima de 0,655), médio (de 0,539 a 0,655), regular (entre 0,340 e 0,538) e baixo (inferior a 0,340).

Com base nos dados desse índice, foi gerado o mapa de desenvolvimento rural do país, que segue apresentado pela Figura 2.

Figura 2. Mapa de desenvolvimento rural no Brasil, ocorrência e predomínio regional do Índice de Desenvolvimento Rural (IDR - IBRE/FGV).



Fonte: Valor Econômico, 2013.

Com base na Figura 2, é possível evidenciar as variações e contrastes que o Brasil rural apresenta, onde as regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste apresentam níveis de desenvolvimento rural mais elevados, enquanto as regiões Norte e Nordeste apresentam o predomínio de níveis regulares e baixos de desenvolvimento rural.

Além disso, segundo o estudo do IBRE, a identificação dos 10 municípios com menor valor do IDR no país, apresentados na Figura 2, apresentam 6 municípios localizados no Piauí, identificando assim este estado com elevado grau de carências, desigualdades sociais e econômicas, passível de programas e políticas públicas propositivas e voltadas ao desenvolvimento rural sustentável.

## **1.2 Contextualização do meio rural no Piauí**

O Estado do Piauí teve sua ocupação a partir da segunda metade do século XVII, com a expansão do território ocorrendo no sentido interior-litoral, via o desenvolvimento da pecuária extensiva, por parte das grandes fazendas e latifúndios existentes. Segundo Alencar (2010a), durante os séculos XVII, XVIII e XIX a base da economia piauiense foi a agricultura de subsistência (arroz, feijão, milho e mandioca) e a pecuária extensiva. Ocorrendo a introdução do cultivo do algodão e da cana-de-açúcar, destinadas ao mercado externo, a partir do século XVIII.

A exemplo do que ocorreu no Brasil, o Piauí herdou do período colonial um legado de exclusão social no qual o extermínio da população nativa e a escravidão são as raízes mais fortes. Como agravante, a base econômica de constituição da sociedade – a pecuária extensiva – coloca o latifúndio como condição imprescindível ao funcionamento do sistema que, sem ampliar os níveis de produção e de produtividade, condena o estado a altos níveis de pobreza relativa e absoluta (ALENCAR, 2010a, p.35).

Os fatos citados deixaram marcas profundas na sociedade piauiense, resultado da elevada concentração fundiária, da exploração do trabalho familiar e da dificuldade de acesso à terra por parte dos camponeses posseiros, parceiros, meeiros e rendeiros (ALENCAR, 2010a, p.37).

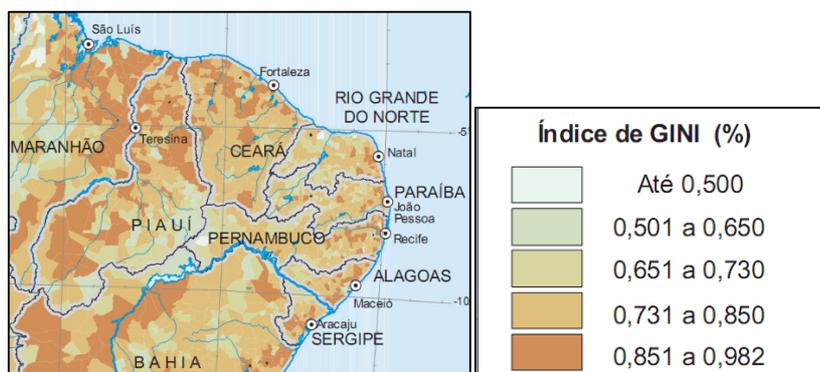
A estrutura fundiária do Piauí, conforme dados do Censo Agropecuário de 2006, apresenta uma alta desigualdade evidente, onde: 50% dos menores estabelecimentos

rurais, ocupam de 1,6% da área rural total e os 5% maiores estabelecimentos rurais tem a ocupação de 65,8% da área rural total do estado (Hoffmann e Ney, 2010). Ainda segundo o autor, embora todas as regiões brasileiras tenham como característica a alta desigualdade na distribuição da posse da terra, o Nordeste se destaca como a região com a estrutura fundiária mais desigual.

A elevada desigualdade na distribuição da posse da terra e sua forte estabilidade, observadas nos últimos censos agropecuários, são comprovadas nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Em 2008, o índice de Gini<sup>2</sup> em relação à distribuição da terra foi de 0,857, sendo a proporção da área total ocupada pelos 50% menores empreendimentos agrícolas igual a 2,2%, ao passo que os 10%, 5% e 1% maiores empreendimentos se apropriam, respectivamente, de 79,4%, 69,1% e 41,9% da área total. Todas as grandes regiões brasileiras apresentam uma alta desigualdade na distribuição da posse da terra. O Nordeste se destaca como a região com a estrutura fundiária mais desigual. Ela é a única em que todos os estados, no Censo Agropecuário de 2006, têm índice de Gini superior a 0,80 (HOFFMAN e NEY, 2010. p.46).

A Figura 3 apresenta o cartograma do Índice de Gini dos municípios, a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2006, com o recorte para os estados do Nordeste, onde a desigualdade da distribuição fundiária vem a ser evidenciada.

Figura 3. Cartograma do Índice de Gini para os estados do Nordeste.



Fonte: Modificado de IBGE, 2011 - dados do Censo Agropecuário, 2006.

<sup>2</sup>Índice de Gini: medida do grau de concentração de uma distribuição (renda, bem estar social, pobreza, desenvolvimento econômico, fundiária, entre outros), índice utilizado para aferir o grau de desigualdade e dimensionado por valores variando de 0 (quando não há desigualdade) a 1 (quando a desigualdade é máxima).

Com relação às atividades produtivas no meio rural piauiense, podemos destacar a produção de arroz, feijão, mandioca, milho, banana, manga, coco, melancia, cajá e caju (fruto e castanha), hortaliças em geral, bem como as atividades extrativas (carnaúba, babaçu, buriti, pequi, umbu, bacuri, tucum, fava-danta, caroá, oiticicae lenha), que se constituem fonte de renda complementar significativa para muitas famílias rurais neste estado.

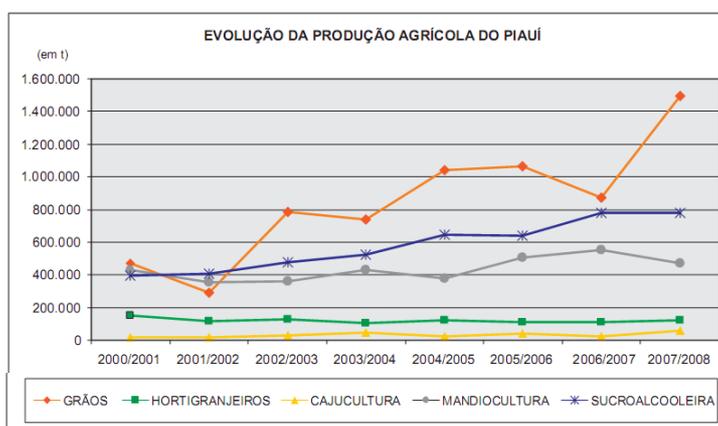
Provenientes dos produtos descritos acima existem processos que envolvem a transformação destes em pequenas agroindústrias, voltadas à produção de farinha de mandioca, sucos concentrados, polpa de fruta congelada, doces diversos, cajuína (bebida típica do Piauí) e a produção da rapadura.

A criação de caprinos e ovinos tem presença tradicional no estado, além da criação de galinhas, suínos e a piscicultura. Além disso, a apicultura, onde o Piauí aparece em destaque no cenário nacional, tem surgido nos últimos anos como uma atividade de alta potencialidade na geração de renda, aliada à conservação ambiental.

Segundo o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006), a agricultura familiar responde por 90% dos estabelecimentos rurais do Estado do Piauí, ocupando 87% da mão de obra no campo. Nesse mesmo levantamento, a agricultura familiar foi responsável por 61% do PIB do agronegócio no Piauí, como pela produção de 88% do feijão, 70% do arroz e 63% do leite produzido neste estado.

A Figura 4 apresenta a evolução da produção agrícola no Piauí (2000-2008), com destaque para o aumento da produção de grãos, fortemente influenciada pelo cultivo de soja e milho na região sudoeste do Piauí, em uma região de Cerrado, que juntamente com parte dos estados do Maranhão, Tocantins e Bahia (MAPITOBA), é considerada como a nova fronteira agrícola em expansão no país.

Figura 4. Evolução da produção agrícola do Piauí (2000 a 2008).

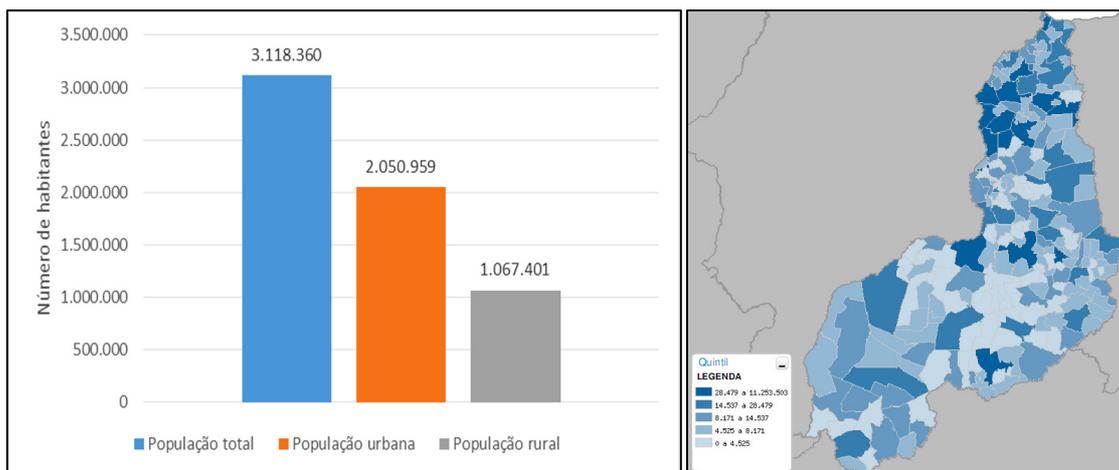


Fonte: IBGE/CONAB, 2013.

A população do estado do Piauí é de 3.118.360 de habitantes e está distribuída em 224 municípios, dos quais 2.050.959 habitantes (65,77%) são residentes nas áreas urbanas e 1.067.401 (34,23%) nas áreas rurais (IBGE, 2010).

A Figura 5 apresenta a distribuição por situação de domicílios e da população nos municípios do estado do Piauí.

Figura 5. População do Piauí em 2010, distribuição por situação de domicílios e nos municípios do estado.

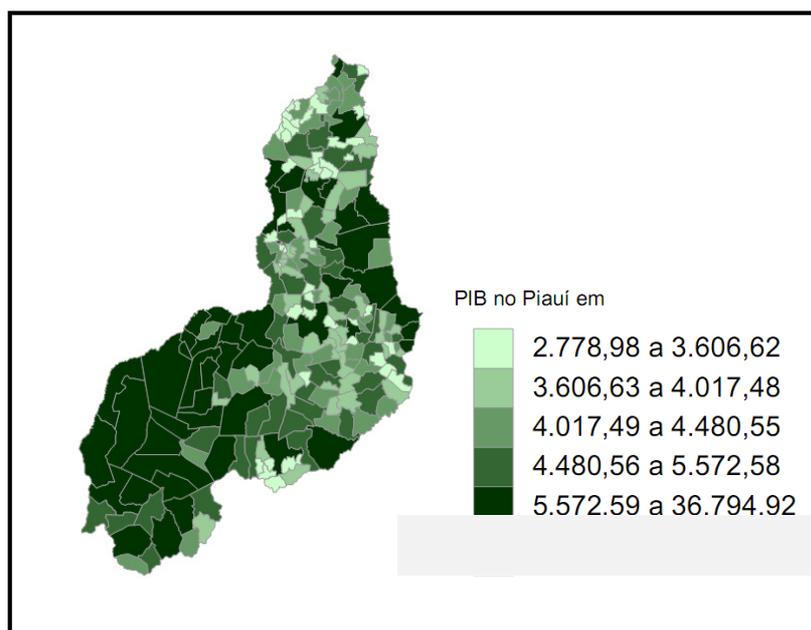


Fonte: IBGE, 2007 e 2010 e PNUD, 2013.

Em 2010, o PIB per capita do Piauí foi de R\$ 7.072,80, representando o segundo menor valor, em relação aos demais estados do país. Comparativamente, corresponde ao equivalente a 35,5% do PIB per capita do Brasil, 12,1% do PIB per capita do DF e 23,3% do PIB per capita de SP (IBGE, 2011). O que vem a caracterizar o baixo dinamismo econômico deste estado, frente ao país e às Unidades da Federação mais desenvolvidas, bem como a evidência dos contrastes vivenciados no território nacional.

A Figura 6 apresenta o Produto Interno Bruto (PIB) do Piauí em 2012, apresentado por classes de valores, por onde a Capital e arredores, bem como a região sudoeste do estado apresentam maiores valores do PIB deste estado.

Figura 6. Cartograma do Produto Interno Bruto (PIB) do estado do Piauí.



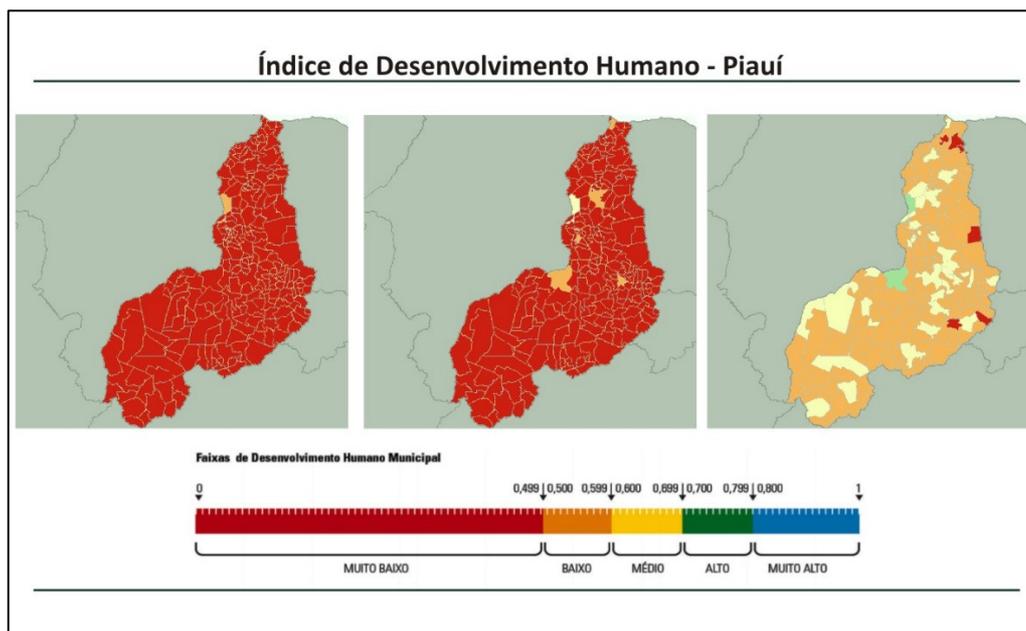
Fonte: IBGE, 2012.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), uma outra maneira de dimensionar o perfil de uma população, pode ser por meio do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que além de computar o PIB per capita, conta com outros dois componentes: a longevidade e a educação. Nesse sentido, as três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um, onde quanto mais próximo a um, maior é o índice de um município, estado, região ou país.

O IDH do estado do Piauí em 2007 foi de 0,740, o terceiro mais baixo do país, superando somente os valores apresentados pelos estados de Alagoas e Maranhão.

De todo modo, a partir de dados obtidos junto ao PNUD (2013), a Figura 7 apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) no Piauí e permite a verificação das transformações ocorridas ao longo das décadas (1991, 2000 e 2010) neste estado. Possivelmente fruto de cenários distintos, por meio das políticas públicas assertivas aplicadas, resultantes de transformações das realidades encontradas anteriormente.

Figura 7. Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal no estado do Piauí, 1991 a 2010.

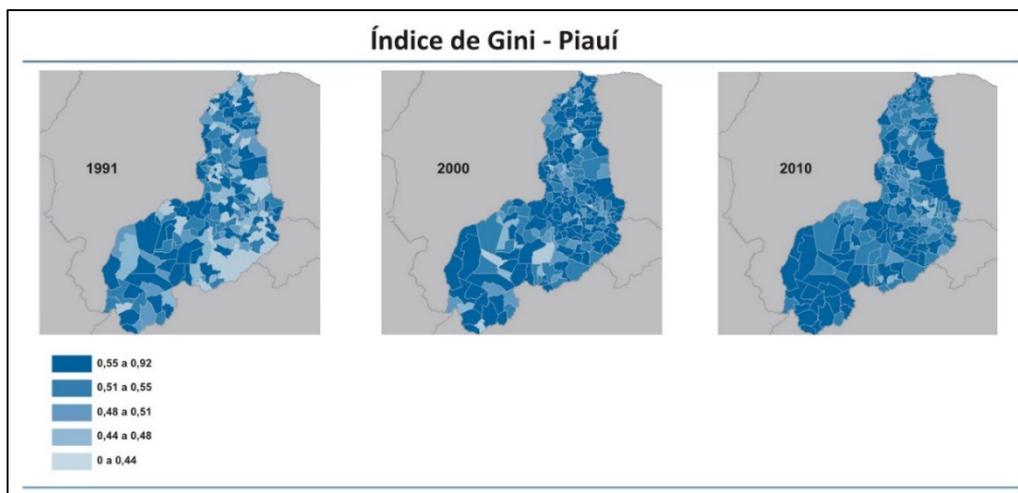


Fonte: PNUD, 2013.

Considerando-se a evolução ao longo dos períodos apresentados pela Figura 7, ainda assim, o estado do Piauí encontra situação predominante de seus municípios, classificados com baixo e médio valor do IDH.

A Figura 8 apresenta o índice de Gini, para os municípios do estado do Piauí, relativo à 1991, 2002 e 2010, relacionado à desigualdade de renda, onde é possível a constatação da evolução e melhoria dos índices de Gini, com a redução do quadro de desigualdades de renda ocorridas nestes períodos.

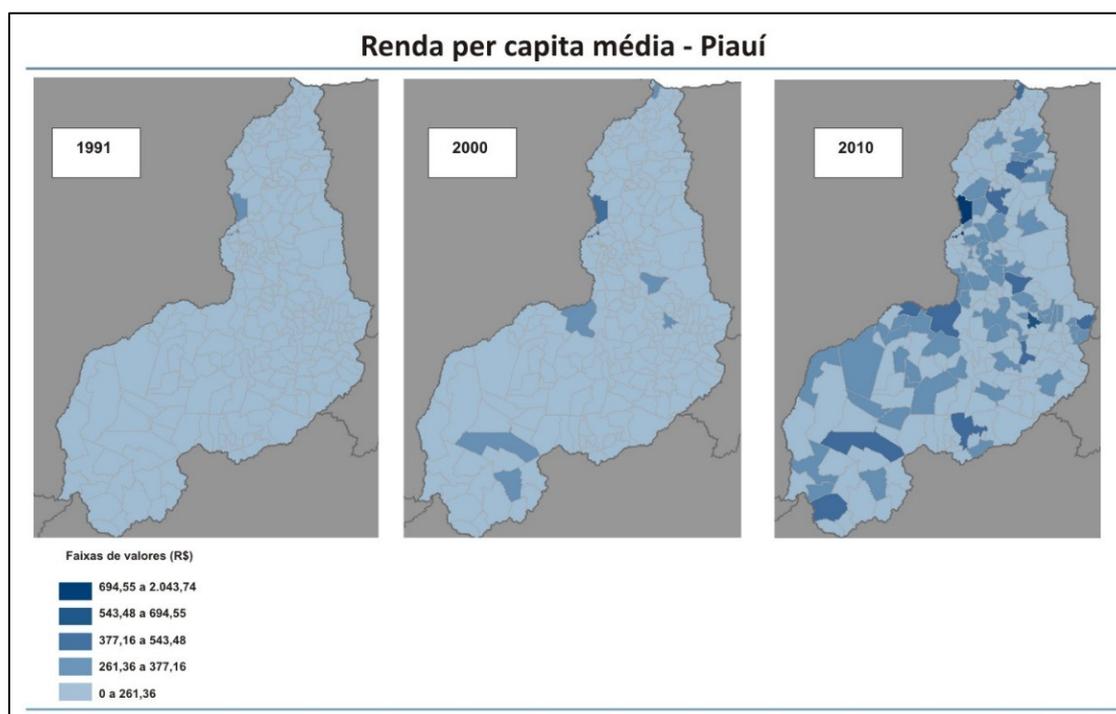
Figura 8. Evolução do Índice de Gini nos municípios do estado do Piauí, 1991 a 2010.



Fonte: PNUD, 2013.

O quadro de evolução e melhoria da renda per capita média dos municípios piauienses, entre 1991 e 2010, é apresentado pela Figura 9. Verificando que, entre 1991 a 2000, 7 municípios obtiveram melhoria da renda per capita média, enquanto no período de 2000 a 2010, as variações e melhorias da renda per capita média são notadas em 48 municípios do estado.

Figura 9. Evolução da renda per capita média nos municípios do Piauí, 1991 a 2010.



Fonte: PNUD, 2013.

Segundo análise relacionada à Figura 9, pode ser observado que a renda per capita no estado do Piauí apresentou gradativa melhoria ao longo do período apresentado, mesmo assim, verifica-se que a situação predominante da renda per capita nos municípios deste estado, está concentrada nas faixas mais inferiores de renda. O que identifica uma situação, que pode demandar ações mais determinantes e efetivas, voltadas à geração de renda e ampliação das políticas sociais, com o objetivo de se possibilitar transformações nesta realidade encontrada.

### **1.3 Um olhar sobre a pobreza rural no Brasil**

Quando são abordadas questões relacionadas à pobreza, muitas vezes se associa de forma direta a pobreza ao fator renda ou a condição deficitária de renda, por certas vezes também se realiza uma análise comparativa às situações diferenciadas entre certas localidades, regiões, municípios e países.

Em situações ou análises relacionadas à questão da pobreza onde se utiliza somente o fator renda como indicador, quanto maior o valor do Produto Interno Bruto (PIB), melhor vem a ser a riqueza de uma região, município, país ou continente. Porém, quando se calcula o valor do PIB per capita (valor do PIB/população) ocorre a uniformização e padronização de valores, o que por um lado, pode possibilitar o mascaramento das desigualdades presentes.

Nesse sentido, muitos autores reconhecem que as análises voltadas à pobreza implicam um olhar em outras variáveis e fatores, pois desse modo, pode-se dimensionar mais apropriadamente a pobreza, bem como identificar possibilidades e alternativas para seu enfrentamento e superação.

Em Desenvolvimento como Liberdade, Amartya Sen (2010) discute esta outra abordagem mais complexa da pobreza, tomada como um fenômeno multidimensional envolvendo questões como saúde, educação, participação social e política, qualidade de vida, moradia, seguridade social, portanto, mais além da consideração do indicador monetário (renda).

Neste contexto, o desenvolvimento de oportunidades sociais, tais quais serviços de saúde e educação podem ser pontos determinantes para promover o desenvolvimento e possibilitar o aumento de renda de uma população. De fato, o fator renda tem sua importância nesta abordagem, porém não se trata do único instrumento de geração de capacidades, onde outros fatores podem ter maior relevância comparativa, dependendo do caso. Segundo Sen (2010), existem boas razões para que se veja a pobreza como uma privação de capacidades básicas, e não apenas como a baixa renda.

A privação de capacidades essenciais resulta em pontos condicionantes e propícios à elevação dos níveis de pobreza. Quando se priva uma população ou parte desta ao acesso à educação, possibilitam-se algumas condicionantes, como: menor condição de empregabilidade e condição de gerar renda, o que pode vir a causar redução ao acesso aos alimentos, subnutrição e problemas de saúde relacionados, bem como menor expectativa de vida.

Da mesma forma, quando se é cerceado o direito à saúde, fato ocorrente e abrangente em vários países do mundo, condiciona e propicia ao aumento das taxas de mortalidade, menor expectativa de vida, menor condição de acesso ao trabalho e a geração de renda, como suas sucessivas consequências reaplicadas aos seus possíveis dependentes.

Causas, consequências e efeitos são discorridos e comparados por Sen (2010) ainda sobre outros aspectos, tais como: distinção entre gênero, raça e credo; restrição à participação social; liberdade política; transparência; segurança social, que são pontos condicionantes e que devem ser considerados.

Com base nesta abordagem, que envolve métodos subjetivos de aferir a pobreza, outros índices têm sido utilizados, entre os quais:

- Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que pondera e considera o fator renda, além de outros dois pontos: expectativa de vida e educação. O IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano
- Índice de Gini, utilizado para aferir o grau de desigualdade existente. Tal índice pode ser utilizado com relação a distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita, além de outras atribuições de desigualdade, como a fundiária, por exemplo. O Índice de Gini é dimensionado por valores variando de 0 (quando não há desigualdade) a 1 (quando a desigualdade é máxima).
- Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) tem como objetivo fornecer um retrato mais amplo sobre as pessoas que vivem com dificuldades.

Embora a pobreza extrema seja de ocorrência predominante no sul da Ásia e na África subsaariana, também é encontrada em muitos países em situação econômica mais favorável, como é o caso do Brasil.

Segundo IBGE (2010), cerca de 16,26 milhões de brasileiros encontram-se em estado de extrema pobreza, situação esta que é definida pela população com faixa de renda per capita mensal inferior a R\$ 70,00, sendo que a distribuição da extrema pobreza ocorre assim distribuída: 8,67 milhões de pessoas encontram-se nas áreas urbanas e 7,59 milhões de pessoas nas áreas rurais do país.

Buarque (2012), analisando a distribuição nas macrorregiões brasileiras, identifica que a pobreza está fortemente adensada nas regiões Nordeste e Norte do país. Segundo o autor, enquanto o Brasil tem 8,5% da população em extrema pobreza, a concentração da

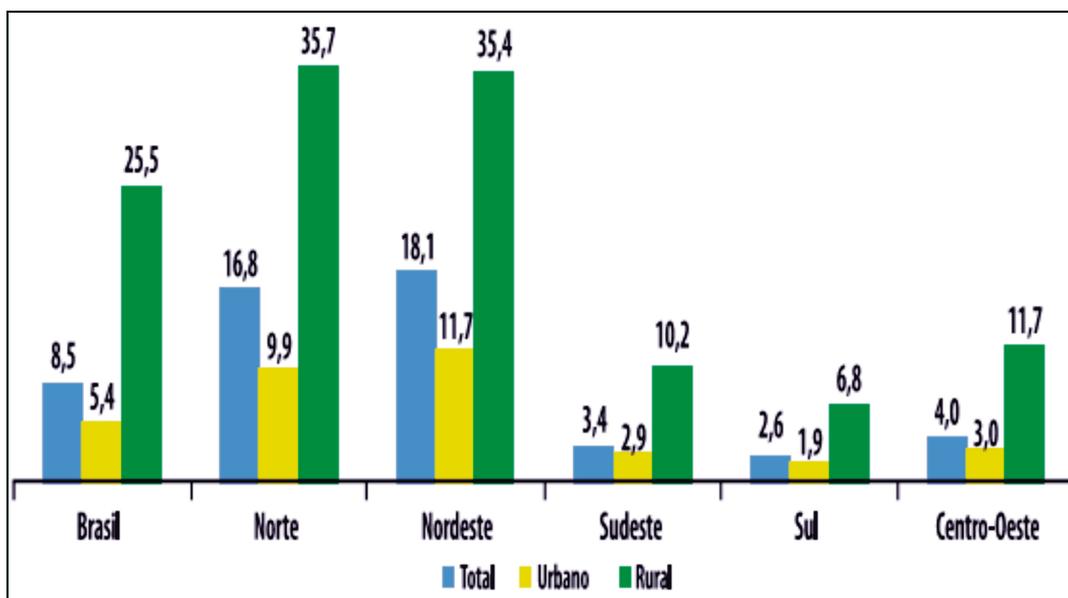
pobreza no Nordeste representa 18,1% da população e, no Norte, em 16,8% da população destas regiões.

A região Nordeste concentra 59,1% dos extremamente pobres no país, totalizando 9,61 milhões de pessoas nesta situação em 2010. Entre este contingente em extrema pobreza da região Nordeste, 5,04 milhões (52,5%) são residentes nas áreas rurais, ou o equivalente a 35,4% do total de extremamente pobres no país.

A desigual dotação de fatores de competitividade no território brasileiro determina as desigualdades na intensidade da pobreza no Brasil. São precisamente no Nordeste e no Norte, e, particularmente, no mundo rural dessas regiões, com os maiores índices de pobreza, que se constata os mais baixos níveis de competitividade decorrentes de limitadas dotações de ativos sociais e econômicos: educação e qualificação, terra, tecnologia, infraestrutura econômica, capital social e capacidade empreendedora (BUARQUE, 2012, p. 29).

A Figura 10 e a Tabela 3, apresentam os dados do Censo Demográfico 2010, relacionados à situação da extrema pobreza, destacando a representação desta nas áreas urbanas e rurais das regiões do país.

Figura 10. Incidência percentual da população em Extrema Pobreza por situação do domicílio, por regiões do Brasil – 2010.



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração MDS.

Tabela 3. Relação total e percentual da população em situação de extrema pobreza no Brasil, por regiões e situação de domicílio, em 2010.

	Total de pessoas	%	Rural		Urbano	
			Pessoas	%	Pessoas	%
<b>Nordeste</b>	9.609.803	59%	5.049.317	66%	4.560.486	53%
Norte	2.658.452	17%	1.499.951	20%	1.158.501	13%
Sudeste	2.725.532	17%	580.908	8%	2.144.624	25%
Sul	715.961	4%	278.615	4%	437.346	5%
Centro-Oeste	557.449	3%	184.561	2%	372.888	4%
<b>Brasil</b>	<b>16.267.197</b>	<b>100%</b>	<b>7.593.352</b>	<b>100%</b>	<b>8.673.845</b>	<b>100%</b>

FONTE: IBGE. Universo preliminar do Censo Demográfico 2010

Fonte: IBGE, 2010. Elaborado: MDA, 2012.

Conforme notado pela Figura 10 e pela Tabela 3, a extrema pobreza, em termos absolutos, concentra-se na população residente nas áreas urbanas, embora se apresente percentualmente mais elevada nas áreas rurais do país, onde 25,5% da população rural se encontra na situação de extrema pobreza.

Além disso, a extrema pobreza tem maior incidência na população negra e parda, junto à população com menor nível de escolaridade e na faixa etária compreendida entre 0 a 19 anos, onde se encontram 51% dos extremamente pobres do Brasil (IBGE, 2010).

Historicamente o Brasil tem a desigualdade como tradição, muito em virtude de estruturas fundiárias arcaicas, feudais, coronelistas e latifundiárias que persistem ao longo de séculos e que dificultam o acesso à terra e aos bens produtivos provenientes desta. Além disso, problemas relacionados à fome endêmica, ao baixo nível educacional, à deficiência habitacional e a desigualdade de renda entre as populações ainda estão presentes no país.

No caso específico da pobreza rural, tema de maior interesse e discussão nesse estudo, também o modelo de produção agrícola adotado a partir das décadas de 60 e 70 e o processo de industrialização são apontados constantemente como agentes causais da pobreza rural.

No caso brasileiro, especificamente, deve-se mencionar que a pobreza rural está fortemente atrelada ao rápido processo de industrialização e de urbanização do país ocorrido na segunda metade do século XX, o que revelou uma grande contradição.

Se, de um lado, ocorreu um grande avanço em termos de expansão da produção econômica, de outro lado seus resultados sociais foram danosos, sendo o mais visível deles a existência de elevados índices de pobreza.

Esse modelo de desenvolvimento também institucionalizou a pobreza por meio dos seguintes mecanismos: concentração fundiária, que expropriou o camponês; uso intensivo de tecnologias modernas, que desempregam; relações precárias de trabalho, que degradam a vida dos trabalhadores; urbanização acelerada, que esvazia o meio rural do país (MALUF e MATTEI, 2011, p. 18).

Segundo constatam Hoffmann e Ney (2010), através da análise dos dados do Censo Agropecuário 2006, a distribuição da posse da terra no Brasil é altamente desigual, com grande concentração de terra destinada a poucos proprietários, o que caracteriza a situação fundiária do país constituída por uma parcela expressiva de latifúndios. Além disso, uma comparação dos dados do Censo Agropecuário de 2006 e 1996, mostra a estabilidade da desigualdade fundiária, medida pelo índice de Gini, o que indica pouca variação relacionada à situação desigual fundiária no país ao longo deste período.

Entre os fatores que mais ajudam o crescimento a reduzir a pobreza destaca-se o grau de desigualdade. Quanto menos desigual for uma sociedade, maior será a redução da pobreza engendrada pelo crescimento econômico. Seu impacto é pequeno quando há muita disparidade no acesso à propriedade da terra ou à educação, ou quando são fortes as distâncias étnicas ou de gênero.

Durante muito tempo foi aceita a ideia de que a redução da desigualdade seria prejudicial ao crescimento econômico. Ocorre, contudo, que muitos estudos empíricos recentes mostram exatamente o contrário. As sociedades com menos desigualdade são as que tendem a crescer com mais rapidez. Menos desigualdade no acesso à propriedade da terra e à educação é, portanto, uma mistura exponencialmente benéfica ao desenvolvimento, já que além de aumentar o efeito positivo do crescimento sobre a pobreza também turbinam o próprio crescimento (VEIGA, 2001, p. 105).

Segundo Buarque (2012), a pobreza ocorre predominantemente adensada em territórios, mediante a manifestação de circunstâncias de baixo capital social, econômico e humano, bem como de limitada capacidade produtiva e natural. Nesse sentido, sugere que as estratégias para o enfrentamento e superação da pobreza se desenvolva com ações

voltadas aos aspectos referidos, não somente com base nas políticas sociais, de distribuição de renda. Ainda conforme o autor:

A redução das carências sociais constitui um passo fundamental para a melhoria da qualidade de vida e, portanto, retirada da pobreza, mas não garante sustentabilidade se não forem transformadas as condicionantes do ambiente socioeconômico do território. A inserção produtiva dos pobres, que poderia retirá-los da condição de pobreza, pode ser inviabilizada se não existirem as bases da competitividade sistêmica, vale dizer, educação e formação profissional para lidar com processos e produtos, oferta de tecnologia para elevar a produtividade e a qualidade, infraestrutura para armazenamento e transporte para escoamento da produção até o mercado.

Não dá para alcançar a inserção produtiva apenas apoiando os pobres, e sem alterar as condições socioeconômicas e ambientais em que vivem. Dos fatores sociais, a ampliação e a melhoria da educação representam, ao mesmo tempo, redução das carências sociais e aumento das condições sistêmicas que permitem a inserção produtiva. (Buarque, 2012, p. 134).

Maluf e Mattei (2011), em análises sobre as políticas públicas para o enfrentamento da pobreza rural, destacam o papel central do estado na adoção de políticas públicas em diversas áreas, conforme é apresentado a seguir:

- *Políticas sociais*, voltadas à promoção da inclusão social, desenvolvimento de capacidades, ampliação da educação no campo, transferência de renda, ao acesso aos bens e serviços e a relação destas políticas (sociais) e uma estratégia de desenvolvimento rural;
- *Políticas de acesso aos recursos naturais*, através do acesso aos recursos naturais e o acesso à terra;
- *Políticas de inclusão produtiva*, mediante a geração de emprego e renda, dinamização das áreas rurais, diversificação produtiva, por meio da pesquisa e serviços de assistência técnica, promovendo canais de comercialização e vinculadas à matriz energética, onde sugerem a oportunidade de aproximar esse tema, por meio da exploração de meios renováveis, no combate e erradicação da pobreza rural.

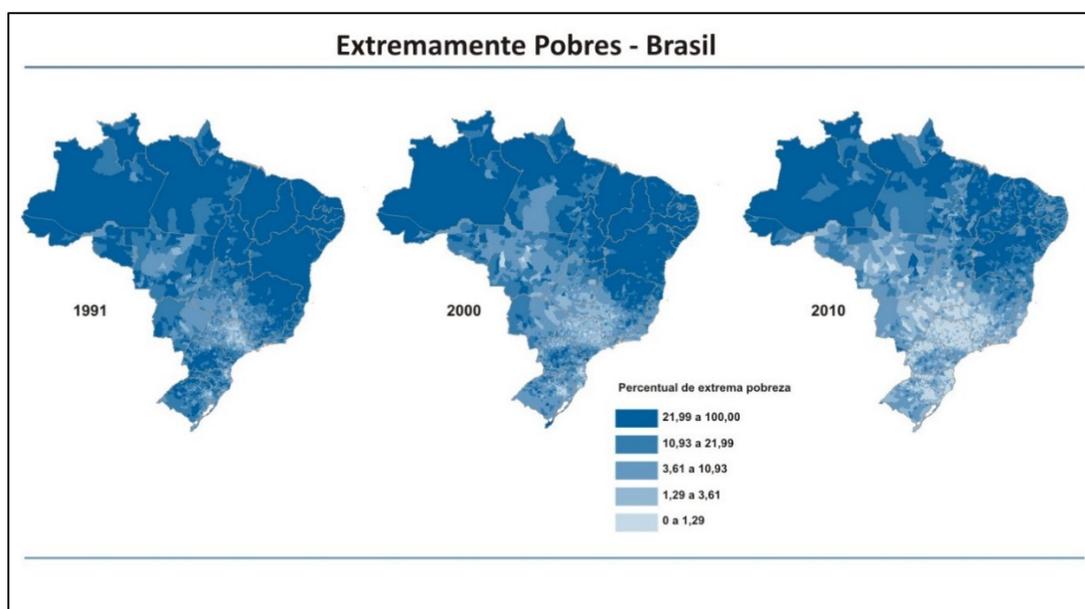
Em face à proposta de enfrentamento e superação da pobreza extrema no país uma série de programas e ações foram voltados à esta questão. Com isso, ao longo das últimas

décadas, foram alcançadas certas transformações deste cenário, contribuindo com a mudança das marcantes desigualdades sociais encontradas, devido as políticas sociais e programas desenvolvidos pelos últimos governos federais.

Segundo Silva (2010, *apud* BARROS *et al.*, 2006; SOARES, RIBAS e OSÓRIO, 2007), as causas da redução da desigualdade e pobreza no Brasil se devem à contribuição dos programas de transferência de renda, ao crescimento real do salário mínimo, a estabilidade da economia e aos benefícios provindos da previdência social.

A Figura 11 apresenta a evolução e a superação do quadro de extrema pobreza no Brasil, segundo dados do PNUD (2013).

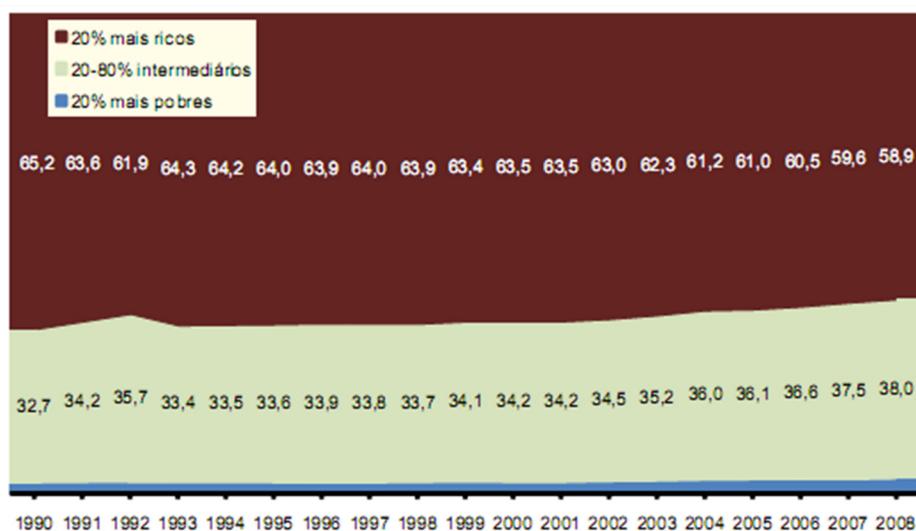
Figura 11. Evolução e superação do quadro de extrema pobreza no Brasil, 1991 a 2010.



Fonte: PNUD, 2013.

Segundo Marcelo Néri, do Centro de Políticas Sociais/FGV, o Brasil vive um processo de redução da desigualdade, impulsionada principalmente pela renda do trabalho, no período compreendido entre 2001 e 2009, a renda per capita dos 10% mais pobres da população subiu 72%, enquanto a dos 10% mais ricos cresceu, aproximadamente, 11%. Mesmo com essas mudanças, a desigualdade de renda ainda é ocorrente no Brasil, conforme é possível constatar na Figura 12, relativa aos estratos de renda nacional – 1990 a 2008.

Figura 12. Porcentagem da renda nacional, detida por estratos de renda Brasil – 1990 a 2008.



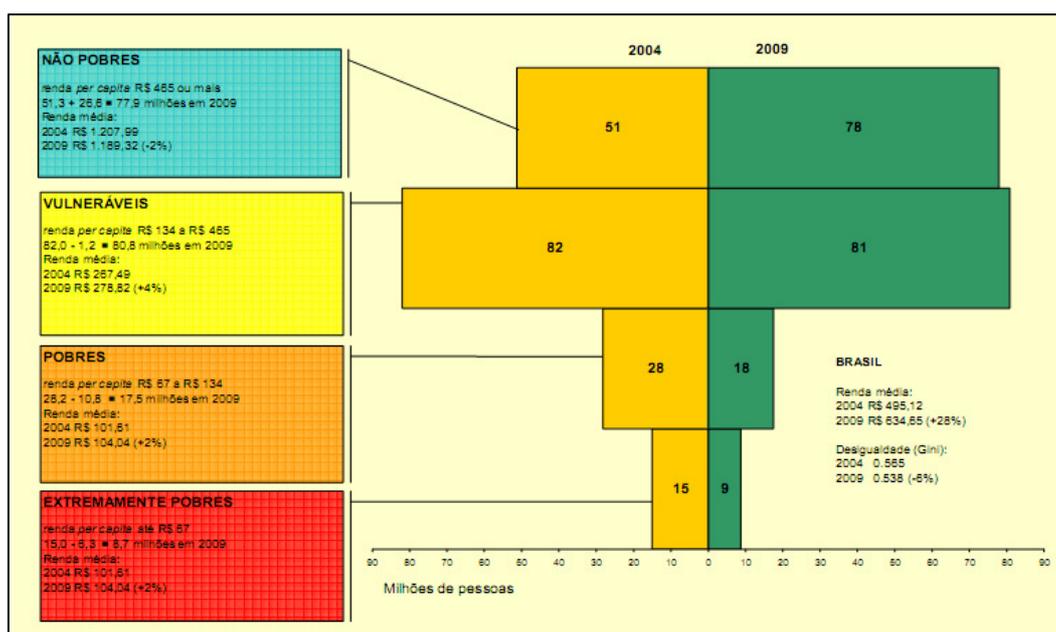
Fonte: IPEA, 2010.

Segundo IPEA (2009), os resultados alcançados pelas ações promovidas pelo governo federal destinadas ao combate à pobreza, à fome e às desigualdades sociais, ocorrem no país, sob a responsabilidade do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), mas que ao mesmo tempo estão contidos em programas de outros ministérios, como do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Educação (MEC) e do Trabalho e Emprego (MTE).

No período compreendido entre 2003 a 2009, houve uma redução de 43,03% da pobreza, o que corresponde à saída de 19,3 milhões de pessoas da miséria e 31,9 milhões de pessoas acenderam às classes A, B e C. Fatores essenciais que contribuíram com essa redução de desigualdade foram o incremento da renda do trabalho (aumento real do valor do salário mínimo), programas sociais (Bolsa Família, Pronaf, Programa de Aquisição de Alimentos –PAA, Programa Nacional de Crédito Fundiário e da Reforma Agrária) e os benefícios previdenciários (IPEA,2011).

Conforme IPEA (2011), a desigualdade na distribuição de renda entre os brasileiros, medida pelo coeficiente de Gini, diminuiu 5,6% e a renda média real subiu 28%. Essa evolução na distribuição de renda foi, em grande parte, motivada pelo crescimento econômico e a geração de empregos. As mudanças na estratificação por renda entre 2004 e 2009 são possíveis através da visualização da Figura 13, apresentada a seguir.

Figura 13. Mudanças na estratificação por renda entre 2004 e 2009.



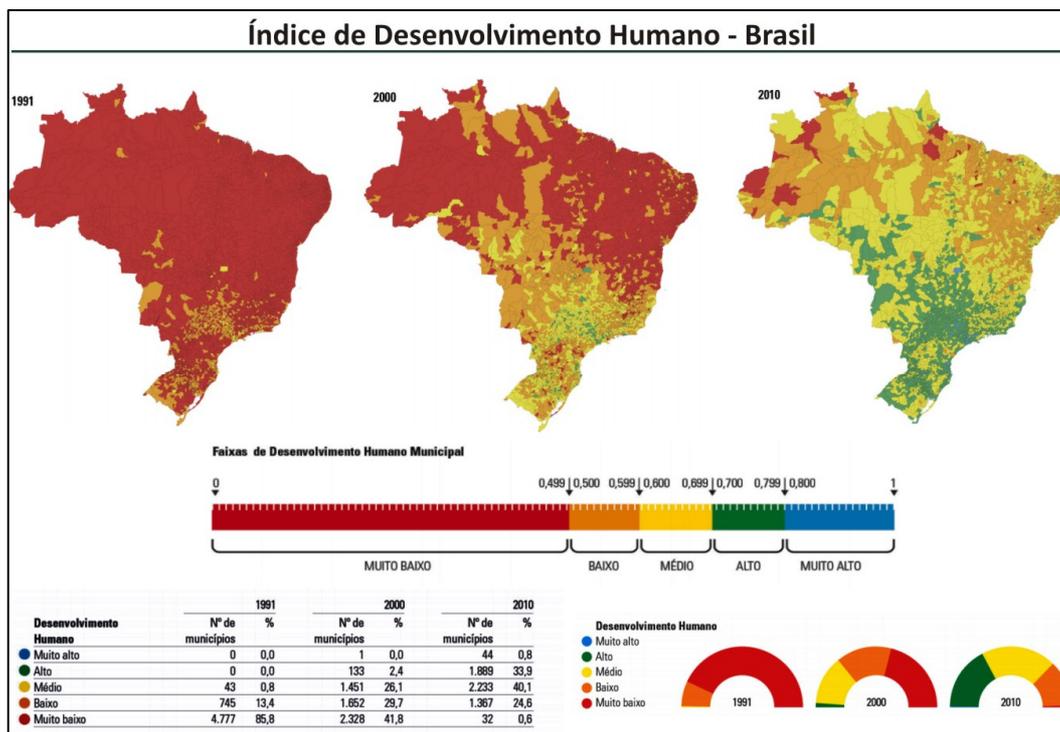
Fonte: IPEA, 2011.

Acontece que o país vem passando por processos de transformação na última década, mediante políticas públicas assertivas e voltadas às questões sociais, por programas e políticas aplicadas. A continuidade do programa de transferência de renda Bolsa Família, atualmente beneficiando 13 milhões de famílias e por volta de 52 milhões de pessoas, bem como seu incremento, são medidas fundamentais para reverter ainda mais o quadro de desigualdade social e os níveis de pobreza encontrados no Brasil.

Da mesma forma, o Programa Brasil Sem Miséria, que mobiliza os esforços do governo federal, estados e municípios para a superação da extrema pobreza, tem seu foco principal de atuação junto aos 16 milhões de brasileiros cuja renda familiar per capita, é inferior a R\$ 70,00 mensais (extrema pobreza), visando sua inserção na cidadania é outro programa determinante neste propósito.

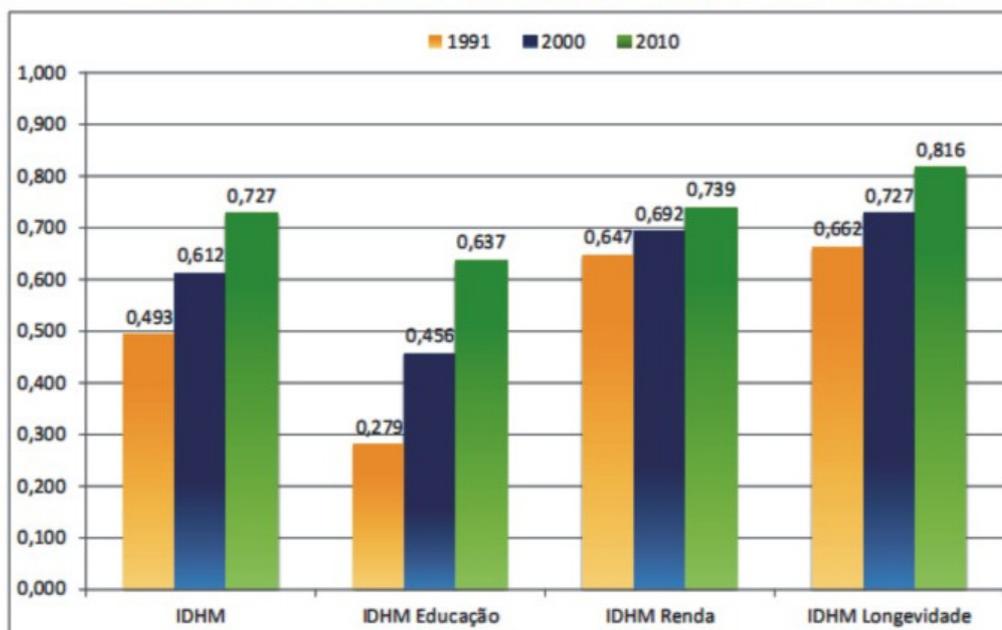
Considerando-se os o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e o Índice de Gini do Brasil, mediante estudo realizado pelo PNUD (2013), as Figuras 14, 15 e 16 retratam as transformações de certas realidades, no tocante à educação, renda, longevidade e na constatação que o país ficou menos desigual, ao longo do período de 1991 a 2010.

Figura 14. Evolução do IDHM no Brasil, 1991 a 2010.



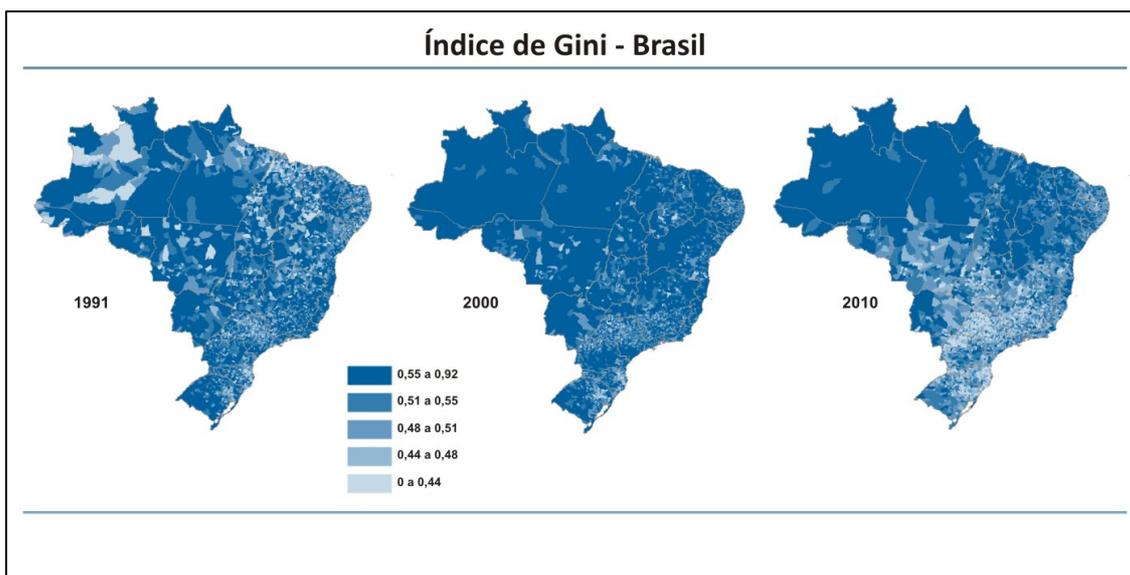
Fonte: PNUD, 2013.

Figura 15. Evolução do IDHM e índices para Educação, Renda e Longevidade no Brasil, 1991 a 2010.



Fonte: PNUD, 2013.

Figura 16. Evolução do Índice de Gini no Brasil, 1991 a 2010.



Fonte: PNUD, 2013.

Para o caso do Brasil, programas que se relacionam à saúde e à educação, bem como as políticas voltadas ao acesso à terra, crédito rural, assistência técnica, infraestrutura básica, ao acesso ao mercado e ao desenvolvimento rural sustentável, são pontos fundamentais para o desenvolvimento de capacidades essenciais, afinal, segundo Amartya Sen, os fins e os meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja colocada no centro do palco.

Os fins e os meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja colocada no centro do palco. Nessa perspectiva, as pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas – dada a oportunidade – na conformação de seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento. O Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas. São papéis de sustentação, e não de entrega sob encomenda. A perspectiva de que a liberdade é central em relação aos fins e aos meios do desenvolvimento merece toda a nossa atenção (Sen, 2010, p. 32).

O que a perspectiva da capacidade faz na análise da pobreza é melhorar o entendimento da natureza e das causas da pobreza e privação, desviando a atenção principal dos meios (e de um meio específico que geralmente recebe atenção exclusiva, ou seja, a renda) para os fins que as pessoas têm razão para buscar e, correspondentemente, para as liberdades de poder alcançar esses fins (Sen, 2010, p.112).

Dentre as políticas voltadas ao enfrentamento da pobreza, que serão abordadas no Capítulo 2 e com base na citação de Sen (2010) é possível identificar que a linha de crédito fundiário: Nossa Primeira Terra possui grande potencial de contribuir com a redução da pobreza. Visto que fomenta projetos voltados ao acesso à terra, à diversificação produtiva, ao uso de tecnologias sustentáveis, por meio da prestação de serviços de Ater e pela promoção do fortalecimento do capital social.

Desta forma, o NPT no Piauí é um programa que pode permitir o desenvolvimento e a ampliação das capacidades e oportunidades dos jovens rurais, contribuir com a dinamização das áreas rurais e a geração de renda, com a inclusão social e a permanência no meio rural, promoção ao acesso aos bens e serviços e, conseqüentemente, contribuir para a melhoria da qualidade de vida.

Nesse sentido, as estratégias e ações voltadas à promoção do desenvolvimento, devem considerar o enfrentamento da pobreza rural, bem como aos demais aspectos limitantes relacionados à questão agrária e rural do país, nas suas diversas dimensões, em prol da sustentabilidade.

#### **1.4 Abrangência e dimensões do desenvolvimento Rural, Territorial e Sustentável.**

As considerações relacionadas ao desenvolvimento rural, territorial e sustentável, suas dimensões e abrangências seguem apresentadas neste item, objetivando uma contextualização ao longo do tempo, de determinadas transformações de valores, focos e conceitos ocorridos, por meio de diferentes perspectivas e momentos históricos, na abordagem relacionada ao desenvolvimento.

Neste sentido, o olhar voltado às estratégias do desenvolvimento tem o objetivo de subsidiar as análises da sustentabilidade e das ações propositivas do desenvolvimento rural junto as políticas públicas apresentadas no capítulo seguinte, focando em possíveis correlações e complementariedades entre estas e as políticas voltadas ao reordenamento agrário, mais especificamente à linha Nossa Primeira Terra no estado do Piauí, objeto deste estudo.

Muito embora a ideia desenvolvimentista seja propagada e aplicada ao longo de várias décadas em muitas regiões e países, bem como discutida e analisada por diversos autores e instituições, é interessante fazer algumas considerações e análises a respeito.

Primeiramente pelo próprio entendimento e conceituação de desenvolvimento, em geral utilizado como um ato de crescimento e transformação, que vem a contribuir com a alteração de uma situação inicialmente encontrada e que pode ou deve ser “melhorada”.

Nesse sentido, duas linhas a discorrer: a primeira relacionada ao processo de transformação, onde se generaliza que a situação encontrada é de fato atrasada, precária e carente, determinando necessidade de modificações, na ótica e leitura de quem define tal constatação. Discorrendo sobre desenvolvimento, diversidades e desigualdades, Maluf (2000) vem convergir com a análise à esta linha, conforme nas palavras do autor:

Atraso e subdesenvolvimento são categorias que, por definição, supõem a possibilidade (ou a pretensão) de convergir a uma condição julgada superior segundo critérios frequentemente quantitativos, mesmo que esta condição superior comporte elementos qualitativamente distintos em termos de qualidade de vida, padrão tecnológico, etc (Maluf, 2000, p.75).

Compreendendo que o prisma e as análises de uma ação propositiva de desenvolvimento podem conter, em muitos casos, certos níveis de erros e desajustes, bem como pode conter o interesse destinado à geração de benefícios pessoais, políticos, econômicos ou afins.

A segunda linha está voltada ao modo que se aplica o processo de desenvolvimento, que sempre apresenta suas metas e projeções de resultados a se alcançar, mas por onde, historicamente e até mesmo em tempos atuais, as mensurações dos impactos possíveis ao processo programado muitas vezes não são analisadas, sendo de fato, desconsideradas. Por onde, o foco principal que se identifica em um programa, plano ou política desenvolvimentista, está direcionado somente ao resultado econômico obtido.

A necessidade de repensar o desenvolvimento justifica-se, no mínimo, como contraposição à convencional prescrição de “mais crescimento econômico” acompanhado de instrumentos compensatórios das evidentes mazelas sociais e ambientais geradas pelos padrões de crescimento que vigoram até os dias atuais (Maluf, 2000, p.55).

A doutrina econômica que se impôs como universal com a globalização defende a ideia de que o desenvolvimento é uma consequência natural do crescimento econômico, o único caminho para livrar as sociedades da pobreza e as conduzir à modernidade (Migueletto, 2011, p. 16).

Com isso, os aspectos sociais, ambientais e culturais são muitas vezes desconsiderados, o que vem a contribuir com o agravamento de determinadas dos índices de pobreza e de exclusão social, das desigualdades socioeconômicas e dos acessos aos serviços básicos de saúde e educação.

Além disso, pode vir a implicar no processo de descaracterização dos aspectos culturais de produção e renda, do modo de vida de determinadas comunidades, ocasionando o comprometimento da autoestima e dos saberes locais, das formas de convivência com as diversidades, da manutenção da variabilidade genética, entre outros fatores possíveis a se relacionar.

Com relação às políticas e programas aplicados no país, que continham o viés desenvolvimentista, estas foram responsáveis, em muitos casos, pelo quadro atual do meio rural brasileiro, caracterizado pela forte concentração de pobreza, pelos baixos níveis de qualidade de vida e de geração de renda, por onde os impactos ambientais são gritantes e abusivos. A própria dualidade do meio rural pode ser apontada, em parte, como resultante de uma série de programas de desenvolvimento, que historicamente beneficiaram poucos em detrimentos de muitos.

De qualquer maneira, há que se considerar, que a própria proposta desenvolvimentista contou e conta, em diversas ocasiões, com um certo fascínio e atração, que vem a se constituir em um objetivo a ser alcançado. Pois, quando as situações de certas comunidades, regiões ou nações apresentam índices socioeconômicos extremamente precários ou mesmo diferenciados comparativamente de outras situações encontradas, as proposições de desenvolvimento acabam sendo defendidas e almeçadas. Nesse quadro, o discernimento e ponderações, contabilizando os pontos positivos e negativos de um processo de desenvolvimento, vem a ser pouco determinantes e prioritários nesta análise.

Como essa ideia de mudança se baseia nas experiências dos países desenvolvidos, não nas dos subdesenvolvidos, ela pode levar a concepções equivocadas e noções exageradas sobre como deveria ser a mudança e como deveria ser fomentada. De fato, essas concepções equivocadas e essa incapacidade de identificar as peculiaridades locais da mudança são um resultado da separação conceitual do mundo subdesenvolvido e desenvolvido, na qual o padrão de comparação é sempre estabelecido pelos países desenvolvidos (Lepenies, 2009, p.13).

As formas de se mensurar o desenvolvimento, com apelo nos resultados econômicos, conforme relatado acima, acabaram gerando quadros insatisfatórios quanto aos aspectos sociais, ambientais e culturais, o que acabou por gerar um olhar diferenciado aos temas do desenvolvimento.

À conclusão de que crescimento econômico não basta, embora possa ajudar sob certas condições, adicionou-se que o objetivo da equidade social não se mede, nem sua concepção se esgota na renda monetária, por mais crucial que ela seja (Maluf, 2000, p. 61).

Nesse contexto, autores como Albert Hirschman, Amartya Sen, entre outros, sugerem olhares voltados às realidades e particularidades diversas que são apresentadas, não se procedendo ou caminhando em um sentido único, mediante leituras e considerações às variáveis e possibilidades que, muito embora possam se encontrar ocultas ou adormecidas, possam de fato representar potencialidades e oportunidades propositivas aos processos de transformação e conjunção, como objeto e pleito a ser alcançado.

Além disso, a arena de discussão que envolve a questão do desenvolvimento, deve contar com a participação dos diversos atores, desde o momento de construção e idealização, na consolidação das bases e estruturas de sustentação, como nas demais etapas delineadas. Desta forma, o processo de construção vem a estimular o envolvimento e a participação, com a inclusão dos atores diversos nesse desenho, que estes venham avaliar os possíveis impactos e as formas de mitigações destes, colocando a mão na massa, constantemente e sempre que for necessário. Desse modo, estrutura-se uma situação de interligação e interdependência, onde não se identifique cada parte desse processo, mas a plena integração do que se propõe e constrói. Fortalecendo, com isso, o sentido de pertencimento e corresponsabilidade nos diversos atores dessa arena.

O desenvolvimento como estratégia, ao mesmo tempo, de reprodução do capital e de controle social, que, de acordo com o discurso oficial, serviria para concertar os transtornos temporais causados pela dinâmica natural do sistema, permitindo os pobres (subdesenvolvidos) possam desfrutar, num futuro muito próximo, das benesses que os ricos (desenvolvidos) já desfrutam. Dessa maneira, as políticas de desenvolvimento seriam a preocupação e a consciência do sistema, saindo em ajuda aos mais necessitados (Montenegro Gómez, 2006, p. 27).

Entre os rumos e caminhos relacionados ao tema do desenvolvimento, a visão do desenvolvimento das potencialidades locais e regionais, contribuíram para a proposição de ações de cunho territorial. Ações territoriais que tem como base o processo de participação social, dos diversos atores e lideranças, nas tomadas de decisão, no direcionamento da aplicação dos recursos de projetos, programas e ações, que venham a se desenvolver em um determinado território ou região.

A política pública de desenvolvimento rural, no Brasil, a partir da segunda metade dos anos 1990, ganha uma abordagem explicitamente territorial com as referências ao desenvolvimento local. Busca-se incorporar às novas políticas de desenvolvimento aquelas especificidades que cada território apresenta, suas potencialidades e carências específicas e suas relações peculiares. Com isso, o desenvolvimento rural se reestrutura e se revitaliza, na tentativa de superar os entraves criados pelas políticas de tipo setorial (Montenegro Gómez, 2006, p. 59).

Com isso, a implementação de propostas de desenvolvimento, passa a contar com a participação das comunidades envolvidas, estabelecendo coletivamente as estratégias de ações locais ou regionais, em função dos anseios e demandas surgidas junto às populações do entorno.

Contudo, por questões muitas vezes culturais, regionais ou ainda atreladas aos períodos históricos dos regimes escravocrata, coronelista e militar vivenciados no país, o envolvimento e a participação social vem a ser um caminho a se construir, continuamente, sendo alimentado com novos elementos e atores, que venham e possam neste cenário, representar seu papel de construção da própria história, voltada à redução das desigualdades e estruturantes de processos de transformações sociais.

Além disso, em função da constatação das fortes desigualdades sociais e da pobreza no Brasil, que se encontram e concentram de maneira presente no meio rural, as políticas públicas e projetos voltados ao desenvolvimento territorial, destinaram especial atenção ao rural, com ações locais e regionais de atuação.

Segundo Leite (2010), os debates sobre desenvolvimento rural e territorial no Brasil, são legitimados e fundamentados na própria observação da persistência e interligação da pobreza rural e da desigualdade social e regional, entre outros aspectos, no processo de discussão mais ampla sobre desenvolvimento econômico e sustentabilidade.

A abordagem relacionada às ações e temáticas da sustentabilidade surgiram a partir do final da década de 70 e início dos anos 80, através da inserção da pauta ambiental nas proposições de questionamento aos modelos de desenvolvimento aplicados.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972, foi um dos marcos internacionais da discussão sobre a proposição do desenvolvimento sustentável, em face diferenciada às práticas de crescimento econômico desenvolvidas, que se associavam fortemente à degradação ambiental.

Segundo Veiga (2005), a conceituação do desenvolvimento sustentável tem como marco o documento “Nosso Futuro Comum”, apresentado no ano de 1987 na Assembleia Geral da ONU, que ficou conhecido como Relatório Brundtland. Segundo este documento, o desenvolvimento sustentável é “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (ONU, 1987).

Segundo Santos (2012), apesar do termo sustentabilidade apresentar reconhecimento mundial e cada vez mais ser utilizado, não existe um consenso sobre muito claro a respeito da sua definição.

De fato, a utilização do termo sustentabilidade ocorre em formas diversas e distintas, nas conceituações, valores, percepções e modos de aplicação, por muitas vezes de maneira infundada, o que dificulta sua dimensão e conceito. Embora, o próprio uso e efeito da sustentabilidade, tenham sua relevância no cenário de proposições de desenvolvimento, tem dificultado sua apropriação e reconhecimento.

Segundo Lisboa e Lusa (2010), analisando Sachs (2008), o objetivo maior do desenvolvimento deve ocorrer pela promoção da igualdade e a ampliação das vantagens dos que vivem nas piores condições, contribuindo com a redução da pobreza. O desenvolvimento sustentável, deve ser voltado para disponibilizar maiores oportunidades de trabalho, a inclusão social, em contribuição à melhor distribuição de renda, igualdade, equidade e solidariedade. Ainda, apresentam os cinco pilares do desenvolvimento sustentável, segundo Sachs: o social, o ambiental, o territorial, o econômico e o político.

Nesse sentido, a abordagem do desenvolvimento rural e suas dimensões adotadas neste estudo, consideram entre as estratégias e perspectivas propositivas do desenvolvimento, que os aspectos relacionados à sustentabilidade sejam, de fato, objeto de análises e discussão, no delineamento das políticas públicas e dos questionamentos realizados junto à pesquisa de campo.

Com isso, a análise da linha do Nossa Primeira Terra, junto ao Programa Nacional de Crédito Fundiário no estado do Piauí, vem considerar suas limitações e potencialidades, como um possível instrumento promotor do desenvolvimento rural sustentável.

As análises relacionadas ao NPT foram voltadas as dimensões e aos aspectos sociais, ambientais, culturais, políticos e econômicos, conforme identificados pela Figura 17 e aprofundados no capítulo 3, na apresentação dos resultados e discussões provenientes da pesquisa realizada.

Figura 17. Dimensões do desenvolvimento sustentável.



Elaborado pelo autor.

A citação apresentada logo a seguir, discorre sobre a questão do desenvolvimento sustentável, por uma ótica bem apropriada neste contexto, pois se trata de um texto elaborado pela Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), que tem uma experiência muito positiva relacionada à agricultura familiar e ao modo e alternativas de convivência com determinadas adversidades encontradas no meio rural brasileiro, bem como na região do semiárido.

Não se cria ou constrói, então, um desenvolvimento sustentável se não se busca o conjunto da realidade de modo sistêmico e inter-relacionado. Por isso, entre as premissas do desenvolvimento, encontram-se: o acesso à terra e à água; a democratização do conhecimento; valorização da cultura das comunidades;

construção, com os agricultores, das alternativas técnicas de convivência, créditos adequados; comercialização e incremento de renda, acesso aos mercados, às políticas públicas. Assim como a vida das pessoas não se restringe a produzir e aumentar a renda, também a erradicação da pobreza vai bem mais além disso. Ela, a vida, é também, cultura, festas, religião, educação em seus modos variados de ser, aí incluída a educação escolar. Do mesmo modo a erradicação da pobreza, que anda juntamente com o desenvolvimento, será uma política que contemple sistemática e constantemente todos esses aspectos da vida, numa perspectiva de sustentabilidade e de promoção do crescimento e da vida integral das pessoas. (ASA, 2012, p.5).

De fato, os aspectos relacionados às formas de enfrentamento da pobreza no meio rural, as premissas do desenvolvimento sustentável, por meio do acesso aos bens de produção, valorização da cultura e reconhecimento dos saberes locais, entre outros pontos abordados, apresentam certo alinhamento e direcionamento ao que foi analisado até o momento.

Da mesma forma, permite estabelecer a interligação deste capítulo - que abordou as questões relacionadas ao meio rural brasileiro e piauiense, à pobreza e ao desenvolvimento rural sustentável - com o capítulo seguinte, que apresenta as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do meio rural brasileiro, entre as quais, as políticas de acesso à terra: reordenamento agrário e crédito fundiário, com destaque à linha Nossa Primeira Terra, bem como as possíveis ações complementares e conexas que podem ser estabelecidas entre estas, potencializando os resultados e ampliando as oportunidades e capacidades junto ao público alvo.

## **CAPÍTULO 2: O NPT NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O MEIO RURAL BRASILEIRO**

O presente capítulo tem como objetivo abordar as principais políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural, que têm sido desenvolvidas e aplicadas no momento atual pelo governo federal. Entre elas, destaque será dado àquelas políticas voltadas ao reordenamento agrário, ao crédito fundiário e ao programa Nossa Primeira Terra, que se constituem em objetos e focos maiores deste estudo.

Dessa forma, o capítulo é dividido em três itens: o primeiro apresenta as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural; o segundo contextualiza historicamente as políticas de reordenamento agrário e por fim, o terceiro item apresenta o Programa Nacional de Crédito Fundiário e a linha do Nossa Primeira Terra.

### **2.1 Perfil das principais políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural**

Visando promover o desenvolvimento rural, frente às desigualdades sociais, econômicas e ambientais encontradas pelo país, muitas ações, programas e políticas públicas têm sido desenvolvidas e aplicadas. Neste sentido, as políticas públicas podem ter características e dimensões diferenciadas nas esferas nacional, regional e local, onde as complexidades e diversidades do meio rural brasileiro, sugerem ações próprias e particulares, de acordo com a realidade encontrada. Da mesma maneira, permite e propicia conexão e interface com outras políticas públicas, potencializando os resultados, mediante ações sinérgicas.

A proposição da redução das desigualdades socioeconômicas, mediante a ampliação de oportunidades sociais e econômicas, deve prevalecer nestas iniciativas, tendo como resultantes a geração de renda, o acesso aos serviços de educação, saúde e habitação, em contribuição à melhoria da qualidade de vida das populações menos favorecidas.

Contudo Filippi (2011), destaca que o desafio do desenvolvimento rural se insere na dualidade institucional do mundo rural, onde as políticas públicas transitam entre a agricultura de cunho familiar e a agricultura patronal, frente à desigualdade fundiária do país e a presença de dois ministérios competentes: do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), voltados à questão agrária no país. Nessa complexidade do meio rural brasileiro, a proposta de desenvolvimento rural

apresenta seus desafios diversos, suas caracterizações regionais, desigualdades gritantes, ao mesmo tempo, um campo fértil para o desenvolvimento de pesquisas e estudos.

Neste contexto, as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural têm sido largamente discutidas por vários autores resultando em diversas caracterizações, abrangências, especificidades, dimensões e avaliações de seus resultados (ABRAMOVAY, 2000; ABRAMOVAY e VEIGA, 1998; BONNAL e LEITE, 2011; BONNAL e KATO, 2011; BONNAL e MALUF, 2007; BUARQUE, 2012; ECHEVERRI, 2010; FAVARETO, 2009; FERNANDES et al., 2008; GUANZIROLI, 2007; LEITE e DELGADO, 2011; LEITE e WESZ Jr, 2011; MALUF e MATTEI, 2011).

A partir do final da década de 90, em reconhecimento da expressão da agricultura familiar e de processos de mobilização social, foi criado em 1999 o Ministério de Política Agrícola e Desenvolvimento Agrário, denominado Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A partir do ano seguinte, foram desencadeadas várias políticas públicas aplicadas vinculadas a este ministério, voltadas ao desenvolvimento rural, legitimando a agricultura familiar junto ao contexto rural brasileiro.

O processo político que originou a estratégia atual de desenvolvimento rural se remonta as lutas agrárias e a construção de políticas e instituições cada vez mais democráticas de atenção à agricultura familiar, como resposta à pressão exercida por atores rurais através de suas próprias organizações rurais e de movimentos de reivindicação, tanto na luta pela terra, como na busca de reconhecimento ao trabalho rural, aos direitos dos agricultores familiares e, em geral, da sociedade rural (ECHEVERRI, 2010, p. 83).

De acordo com Bonnal et al. (2011), esta situação de diversificação e de fragmentação da ação pública aproxima a problemática da elaboração das políticas públicas no Brasil com as considerações teóricas elaboradas em outras democracias nacionais.

A definição de políticas públicas diante de desafios tão diversificados e complexos mobiliza a participação tanto dos atores privados e associativos como dos atores públicos, conformando, conseqüentemente, uma nova arquitetura da ação pública. No meio rural, esta evolução foi particularmente significativa e se concretizou, entre outros aspectos, pela legitimação da agricultura familiar como ator sociopolítico organizado, ao lado da agricultura patronal e empresarial, e o reconhecimento das especificidades socioterritoriais (BONNAL, et al., 2011, p.48).

Diversos agentes têm sido responsáveis pelo desenvolvimento de políticas públicas no Brasil, voltadas ao desenvolvimento rural e à agricultura familiar. Neste sentido, cabe destaque as ações promovidas pelos:

- Programas governamentais, desenvolvidos pelos governos estaduais e municipais;
- Programas e projetos desenvolvidos por ação de fundações, organizações não governamentais, órgão de cooperação técnica e agentes financeiros, que se desenvolvem de forma independente ou por ação integrada com outras instituições ou órgãos governamentais;
- Ministérios de Desenvolvimento Agrário (MDA), Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Integração Nacional (MIN) – via governo federal.

As políticas públicas são entendidas como as ações ou propostas promovidas principalmente, mas não exclusivamente, pelos governos com o objetivo de arbitrar problemas e contradições constituintes da sociedade contemporânea. Neste trabalho, de forma geral, as políticas analisadas são em grande maioria operacionalizadas e implementadas com grande participação do Estado e normalmente encontram-se inseridas na estrutura burocrática governamental. Podem ser também definidas como o Estado em ação. Contudo, isso não é regra, posto que as políticas podem ser originadas e implementadas por atores não governamentais, havendo casos retratados neste estudo de políticas que, ainda que façam parte atualmente do portfólio do Estado, foram originadas e implementadas nos seus anos iniciais por atores e grupos da sociedade civil (BONNAL e KATO, 2011, p.65).

Da mesma forma, sistematizando as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural, a FEALQ (2012) apresenta de maneira sintética e objetiva as políticas públicas voltadas ao meio rural por parte MDA, sendo agrupadas da seguinte forma: voltadas à agricultura familiar, voltadas ao desenvolvimento territorial rural sustentável e voltadas à reforma agrária e ordenamento da estrutura fundiária (Tabela 4).

Tabela 4. Agrupamento das políticas públicas, programas e ações vinculados ao MDA.

PROGRAMAS	TEMAS	AÇÕES
AGRICULTURA FAMILIAR	Crédito, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda e inclusão produtiva	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (Crédito); Microcrédito orientado; Mais Alimentos; Garantia-Safra; Seguro da Agricultura Familiar – SEAF; Política Geral de Preços Mínimos – PGM; Programa de Garantia da Produção da Agricultura Familiar – PGPAF; Programa Agroindústria Familiar; Plano Brasil sem Miséria.
	Assistência técnica e extensão rural - ATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PRONATER; Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária – ATES.
	Comercialização e inserção econômica em mercados institucionais, diferenciados e convencionais e nas cadeias produtivas de energias renováveis	Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE; Programa de Aquisição de Alimentos – PAA; Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel; Organização Produtiva de Trabalhadoras Rurais.
	Outros:	- Sistemas de produção de base ecológica e orgânica da agricultura familiar; - Integração regional, cooperação internacional e participação nas negociações internacionais e de comércio exterior envolvendo o país.
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL	Desenvolvimento Territorial	Programa Territórios da Cidadania; Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT.
	Gestão Social	Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural; Colegiados Territoriais; Agenda 21.
	Infraestrutura Territorial	Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços dos Territórios Rurais – PROINF; Territórios Digitais; PAC 2; Recuperação de Infraestrutura e Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento.
REFORMA AGRÁRIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA	Acesso à Terra e Ordenamento Fundiário	Programa Nacional de Reforma Agrária; Regularização Fundiária na Amazônia Legal – TERRA LEGAL; Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF; Cadastro de Terras e Regularização Fundiária; Titulação dos Assentamentos.
	Políticas para Assentados	Crédito Instalação aos Beneficiários da Reforma Agrária; Apoio a Agroindustrialização e Comercialização dos Assentamentos – TERRA SOL.
	Cidadania	Arca das Letras; Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA; Distribuição de cestas básicas.
	Conflitos agrários	Programa Paz no Campo

Fonte: FEALQ/IICA/NEAD, 2012.

No que segue, apresentam-se as políticas e programas de maior relevância e que tenham ações complementares ou correlacionadas com o Programa Nacional de Crédito Fundiário, na linha Nossa Primeira Terra (NPT/PNCF), que se constitui o objeto de estudo desta dissertação. Em especial, há o interesse naquelas que possam vir a ser acessadas pelos beneficiários do NPT/PNCF, no estado do Piauí. Como se sabe, restrições de acesso às políticas públicas constitui fator determinante da condição de pobreza, condição essa em que se encontra boa parte da população rural no Piauí, como visto no Capítulo 1.

### 2.1.1 Plano Brasil Sem Miséria - PBSM

O Plano Brasil Sem Miséria é um programa do governo federal, lançado no governo da presidenta Dilma Rousseff, que tem o objetivo de elevar a renda e as condições de bem-estar da população, através de ação integrada em programas e políticas públicas do Governo Federal existentes, com foco de atuações voltadas à superação da pobreza extrema.

O Brasil Sem Miséria é formado por três eixos: reforço das políticas de transferência de renda, acesso a serviços e políticas públicas e ações de inclusão produtiva para gerar trabalho e renda, que se objetiva à superação das condições de pobreza extrema no Brasil e com ações voltadas à inclusão social e produtiva das 16,2 milhões de pessoas, que se encontram em situação de extrema pobreza no país (MDS, 2012).

A Tabela 5 apresenta o público alvo do programa Brasil Sem Miséria.

Tabela 5. População em extrema pobreza no Brasil e nos estados.

	Total de pessoas	%	Urbano		Rural	
			Pessoas	%	Pessoas	%
<b>Brasil</b>	16.267.197	100%	8.673.845	53%	7.593.352	47%
<b>Norte</b>	2.658.452	17%	1.158.501	44%	1.499.951	56%
<b>Nordeste</b>	9.609.803	59%	4.560.486	48%	5.049.317	52%
<b>Sudeste</b>	2.725.532	17%	2.144.624	79%	580.908	21%
<b>Sul</b>	715.961	4%	437.346	61%	278.615	39%
<b>Centro-Oeste</b>	557.449	3%	372.888	67%	184.561	33%

Fonte: IBGE, 2010/ MDS, 2013.

Nos últimos anos, a agricultura familiar demonstrou ser um importante instrumento de inclusão social e produtiva no meio rural brasileiro. Desde 2003, 4,8 milhões de brasileiros que vivem no meio rural saíram da situação de pobreza, principalmente em função do aumento da renda gerada pelo trabalho na agricultura familiar, segmento econômico que responde por 74% das pessoas ocupadas no campo (FEALQ, 2012a).

Com relação ao processo de inclusão produtiva, um dos eixos de atuação do Brasil Sem Miséria, envolve ações junto às empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e aos programas Luz para Todos, Bolsa Verde e Água para Todos, que se constituem em políticas com atuação e olhar ao desenvolvimento rural sustentável, promovendo a geração de renda e a segurança alimentar; a integração dos serviços

ambientais e o pagamento por estes serviços prestados; e a melhoria da qualidade de vida das comunidades beneficiadas.

Desse modo, este eixo do Brasil Sem Miséria voltado ao meio rural, apresenta alinhamento com o PNCF, contribuindo com ações complementares e sinérgicas à linha do Nossa Primeira Terra.

De fato, a partir de junho de 2013, os programas Luz para Todos e Água para Todos passam a ser acessados pelos beneficiados do PNCF, quando da constituição dos novos assentamentos do referido programa.

### **2.1.2 Programa Bolsa Família - PBF**

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, instituído pela Lei nº 10.836/04 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/04.

O Bolsa Família possui três eixos principais focados na transferência de renda, condicionalidades e ações, bem como programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade (MDS, 2013).

O PBF integra o Plano Brasil Sem Miséria (BSM) e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos (MDS, 2013). O programa atende mais de 13 milhões de famílias em todo território nacional de acordo com o perfil e o tipo de benefício. Os valores dos benefícios pagos variam de acordo com as características de cada família, onde é considerado a renda mensal da família por pessoa, o número de crianças e adolescentes de até 17 anos, de gestantes, mulheres em período de amamentação (nutrizes) e de componentes da família.

A implementação e gestão do PBF se dá de forma descentralizada, tendo os municípios papel chave na sua implementação e na interface com a população beneficiária, o que exigiu a constituição de uma rede governamental formada por gestores municipais designados formalmente pelos prefeitos e responsáveis pelo Cadastro Único e PBF em nível local, membros do controle social e coordenadores estaduais do programa, também formalmente indicados, e os

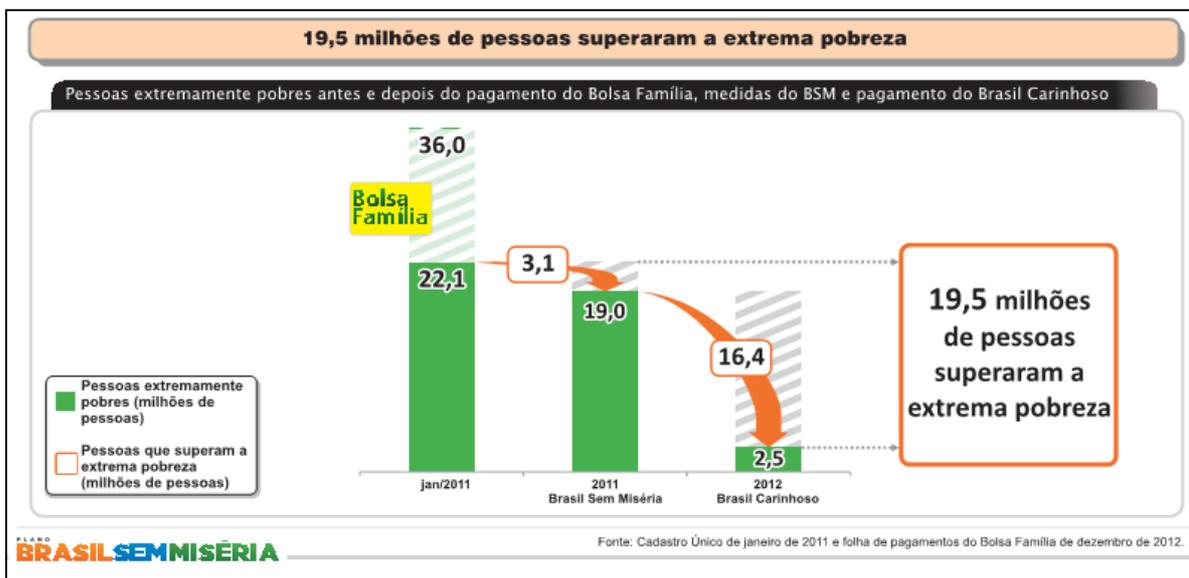
responsáveis pelo Programa Bolsa Família na esfera federal, a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania do MDS (CURRALERO et al., 2010, p.159).

O Programa Bolsa Família, segundo dados de abril de 2013, beneficia 437.404 famílias no estado do Piauí, com abrangência em todos os 224 municípios deste estado (MDS, 2013).

No caso dos assentamentos da linha Nossa Primeira Terra, que fizeram parte do levantamento de campo, verificou-se que o PBF é acessado por parte dos beneficiados entrevistados, contribuindo na composição da renda familiar e na fixação desses jovens junto ao meio rural.

Segundo o MDS (2013), os resultados alcançados pelos programas Bolsa Família, Brasil Sem Miséria e Brasil Carinhoso contribuíram com a superação da extrema pobreza de 19,5 milhões de brasileiros, conforme apresentado pela Figura 18.

Figura 18. Resultados alcançados na superação da extrema pobreza no Brasil, período Janeiro de 2011 a Dezembro de 2012.



Fonte: MDS, 2013.

### 2.1.3 Programa Bolsa Verde

O Programa Bolsa Verde é desenvolvido em parceria com os Ministérios de Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério de Meio Ambiente. Foi instituído pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e regulamentado pelo Decreto nº 7.572, de 28 de setembro de 2011 (MMA, 2013).

O Bolsa Verde é um dos componentes de ação do Programa Brasil Sem Miséria e tem como proposta contribuir com o aumento de renda da população residente nas áreas rurais do país, que se encontram em condição de extrema pobreza e que desenvolvem atividades de uso sustentável dos recursos naturais.

Neste contexto, trata-se de um programa com interface voltada ao pagamento por serviços ambientais, com reconhecimento e remuneração às comunidades tradicionais e agricultores familiares, pelos serviços ambientais prestados à sociedade.

Segundo dados do MMA (2013) o programa possui como objetivos:

- incentivar a conservação dos ecossistemas (manutenção e uso sustentável);
- promover a cidadania e melhoria das condições de vida;
- elevar a renda da população em situação de extrema pobreza que exerça atividades de conservação dos recursos naturais no meio rural;
- incentivar a participação dos beneficiários em ações de capacitação ambiental, social, técnica e profissional.

O Programa Bolsa Verde concede um benefício no valor de R\$300,00, com frequência trimestral, às famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas consideradas prioritárias para conservação ambiental. O benefício é concedido pelo período de dois anos, com possibilidade de ocorrer renovação (MMA, 2013).

São beneficiadas pelo programa, famílias que desenvolvem atividades de uso sustentável dos recursos naturais, nas seguintes áreas específicas:

- Unidades de Conservação de Uso Sustentável;
- assentamentos ambientalmente diferenciados da reforma agrária do Incra;
- Territórios ocupados por ribeirinhos, extrativistas, populações indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais;
- de outras áreas rurais definidas como prioritárias por ato do Poder Executivo.

São condicionantes do Programa Bolsa Verde:

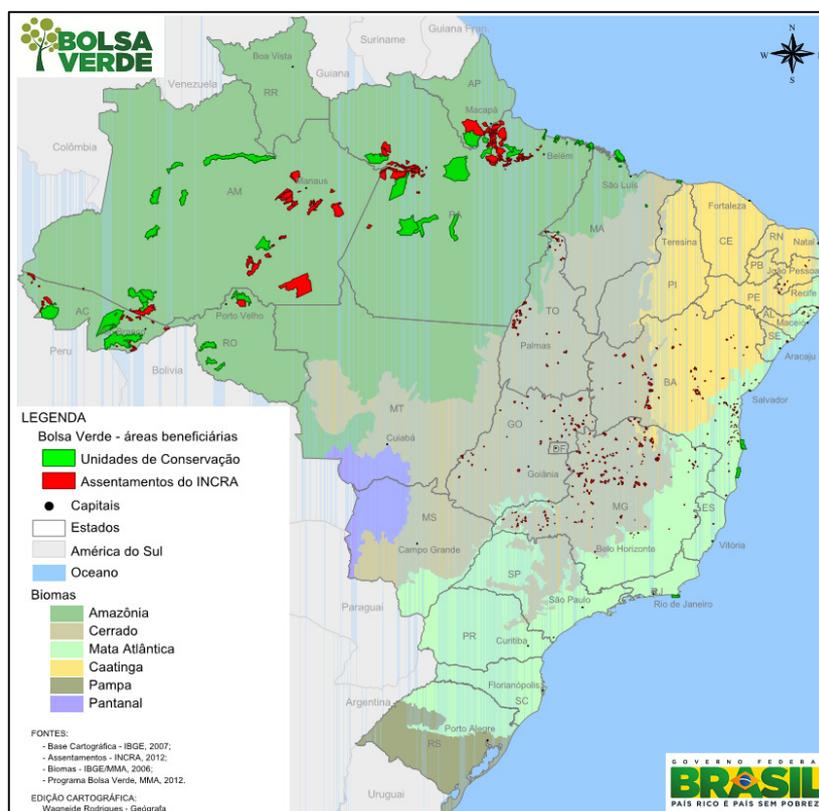
- renda familiar per capita menor que R\$ 70,00;
- Inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;
- beneficiário do Programa Bolsa Família;
- desenvolver atividades de uso sustentável dos recursos naturais em Unidades de Conservação de Uso Sustentável, assentamentos ambientalmente diferenciados da Reforma Agrária, territórios ocupados por comunidades tradicionais, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas ou outras áreas rurais definidas por ato do Poder Executivo;

- assinar o termo de adesão ao Programa, que contém os objetivos e regras de funcionamento, bem como os compromissos daquelas famílias com a conservação ambiental e uso sustentável dos recursos naturais.

O Programa Bolsa Verde possui abrangência nacional, porém foi inicialmente desenvolvido na região da Amazônia Legal. Com relação aos beneficiários contemplados pelo Programa Bolsa Verde no país, referente ao ano de 2012, totalizam 37.997 beneficiários, em sua maioria localizada na região Norte do país (MMA, 2013).

Com relação ao estado do Piauí, o programa foi contemplado por 324 beneficiários, a partir do ano de 2012, que são residentes no município de Ilha Grande e tem ação de uso sustentável dos recursos naturais junto à Resex Marinha do Delta do Parnaíba. A localização dos beneficiários contemplados pelo Programa Bolsa Verde no país, com dados referentes à dezembro de 2012, pode ser visualizada pelo mapa Figura 19.

Figura 19. Localização das áreas beneficiadas no país pelo programa Bolsa Verde.



Fonte: MMA, 2013.

Os assentamentos do Programa Nacional de Crédito Fundiário, particularmente os assentamentos da linha Nossa Primeira Terra, possuem em sua maioria a composição de

seus beneficiados inscritos no Cadastro Único e no Programa Bolsa Família. Além disso, no estabelecimento dos assentamentos várias ações de conservação são realizadas atendendo vários pré-requisitos do Programa Bolsa Verde, tais como: alocações das áreas de preservação permanente (APP) e da reserva legal (RL), bem como a manutenção predominante das áreas com vegetação natural.

Desta forma seria interessante a viabilização do acesso dos beneficiários do NPT/PNCF ao Bolsa Verde, o que contribuiria com uma renda adicional de grande importância, principalmente nos primeiros anos de estabelecimento dos assentamentos, alinhando o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis e a conservação dos recursos naturais, bem como contribuir com o direcionamento de ações sinérgicas voltadas à população rural em situação de pobreza.

Como o Programa Bolsa Verde é desenvolvido em parceria pelo MDA, MMA e MDS, as possibilidades de articulação e interface desta política junto aos beneficiários do NPT/PNCF pode de fato se concretizar, contribuindo inclusive, com as proposições e alinhamentos projetados aos referidos programas.

#### **2.1.4 Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – Pronater**

O Pronater é o instrumento orientador do processo de implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) e estabelece as diretrizes e metas para os serviços públicos de Assistência Técnica e Extensão Rural no país, que tem atuação voltada aos produtores rurais da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária.

O Pnater estabelece as diretrizes para as ações da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no sentido de implementar e consolidar estratégias de desenvolvimento rural sustentável, estimular a geração de renda e de novos postos de trabalho, potencializar atividades produtivas agrícolas voltadas à oferta de alimentos saudáveis e matérias primas e apoiar estratégias de comercialização tanto nos mercados locais, como regionais e internacionais. Neste sentido, verifica-se que as ações de ATER podem ter atuação integradas com as políticas públicas destinadas ao escoamento e a comercialização de produtos agropecuários provenientes da agricultura familiar e da reforma agrária, por meio dos Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), na proposição do desenvolvimento rural sustentável.

As ações de ATER no Brasil ocorrem por meio dos órgãos públicos e oficiais, vinculados aos governos estaduais e federais. Porém, outra forma de prestação de serviços

de ATER ocorre por meio de contratação de entidades executoras, por meio de chamada pública emitida pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário ou pelo INCRA, conforme diretrizes estabelecidas pela Lei de Ater, lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010 (BRASIL, 2010).

As ações da ATER no Plano Safra da Agricultura Familiar 2012/2013 estão voltadas para ampliação e a qualificação das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, com a disponibilização de 540 milhões de reais, visando propostas focadas no desenvolvimento rural sustentável (MDA, 2012a).

Pretende-se que os serviços da ATER de apoio à organização da produção e dos empreendimentos da agricultura familiar possam ser reforçados com o acompanhamento técnico das famílias. No sentido de promover a inserção produtiva, o aumento da produção de alimentos e o fortalecimento da organização econômica das unidades familiares (FEALQ, 2012b).

Estudo recente realizado pela FEALQ (2012b), em projeto de cooperação técnica estabelecido junto ao IICA e NEAD/MDA, intitulado: Análise Territorial e Políticas para o Desenvolvimento Agrário, realizou uma análise multicriterial do território brasileiro, a partir de variáveis municipais relacionadas. Neste estudo, o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar (Pronater) foi um dos pontos de análise e onde foram elencadas classes territoriais, com a priorização de determinados fatores foram, conforme detalhados a seguir:

- Dinâmica agrícola, onde se priorizou a ocorrência da agricultura familiar;
- Desenvolvimento municipal, onde os municípios do país que apresentam baixo e médio desenvolvimento foram priorizados;
- Aptidão agrícola, onde municípios com baixa e média aptidão foram considerados prioritários, fundamentado pelos programas de ATER no apoio à agricultura familiar.

A partir desses critérios e graus atribuídos, foi constatado que 2.613 municípios do país, o equivalente a 47% do total, foram considerados prioritários para ações da ATER, enquanto os demais 2.923 municípios do Brasil (53%), foram considerados não prioritários (FEALQ, 2012b).

Esta ferramenta permite verificar a eficiência e o grau de assertividade na aplicação de determinados programas ou recursos, assim como, as informações geradas nestas análises, possibilitam aos gestores a reordenação de programas e chamadas públicas, nas ações voltadas ao desenvolvimento agrário. Como resultante, otimiza-se a aplicação de

recursos, potencializa-se os objetivos e as proposições estabelecidas, com foco no público alvo e objeto fim. A partir dessa análise, gerou-se o quadro apresentado abaixo, com dados relacionados ao Brasil, as grandes regiões e ao estado do Piauí. A Tabela 6 apresenta a ocorrência do Pronater nas regiões brasileiras e no estado do Piauí.

Tabela 6. Ocorrência do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar – Pronater.

<b>Grau de Prioridade</b>	<b>Variáveis</b>	<b>BR</b>	<b>Norte</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Sudeste</b>	<b>Sul</b>	<b>Centro Oeste</b>	<b>Piauí</b>
<b>Prioritária</b>	Total de municípios	2.616	220	1.218	481	667	27	197
	Municípios beneficiados	697	89	319	131	151	7	101
	Famílias beneficiadas	101.469	15.712	56.667	8.390	20.428	272	11.605
	Total de municípios (%)	47	49	68	29	56	6	88
	Municípios beneficiados (%)	59	56	76	49	58	9	90
	Famílias beneficiadas (%)	67	61	81	47	64	4	86
<b>Grau de Prioridade</b>	<b>Variáveis</b>	<b>BR</b>	<b>Norte</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Sudeste</b>	<b>Sul</b>	<b>Centro Oeste</b>	<b>Piauí</b>
<b>Não Prioritária</b>	Total de municípios	2.923	229	571	1.164	520	439	27
	Municípios beneficiados	486	70	101	136	110	69	11
	Famílias beneficiadas	49.556	9.845	13.070	9.345	11.456	5.840	1.882
	Total de municípios (%)	53	51	32	71	44	94	12
	Municípios beneficiados (%)	41	44	24	51	42	91	10
	Famílias beneficiadas (%)	33	39	19	53	36	96	14

Fonte: Adaptado de FEALQ, 2012b.

Destaca-se que no estado do Piauí, 88% de seus municípios são caracterizados como prioritários para as ações do Pronater (197 de 224), havendo 11.605 famílias prioritárias para serem beneficiadas, o equivalente a 20,47% das famílias previstas como beneficiárias na região Nordeste e 11,43% em relação ao país todo.

Estes dados identificam que o Piauí possui alta demanda pela prestação de serviços de Ater junto à agricultura familiar e por programas voltados ao desenvolvimento rural, justificando o direcionamento de recursos, chamadas públicas, programas e projetos visando atender a esses objetivos. Fato este que corrobora a representatividade e a abrangência da linha do NPT no Piauí, com 40,86% do total de beneficiários, em relação aos demais estados do país.

### **2.1.5 Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf**

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi instituído a partir do ano de 1996, pelo decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. É desenvolvido e coordenado pelo MDA e se trata de uma política pública do governo federal voltada à agricultura familiar, aos beneficiados do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), aos pescadores artesanais, extrativistas, silvicultores, aquicultores, maricultores e piscicultores, às comunidades quilombolas, aos povos indígenas e aos criadores de animais silvestres.

O objetivo do Pronaf é o fortalecimento das atividades produtivas geradoras de renda das unidades familiares de produção, com linhas de financiamento rural adequadas à sua realidade (SEBRAE e MDA, 2011).

Segundo Mattei (2005), do ponto de vista operacional, o Pronaf concentrava inicialmente quatro grandes linhas de atuação: financiamento da produção; financiamento da infraestrutura e serviços municipais; capacitação e profissionalização dos agricultores familiares; e no financiamento da pesquisa e extensão rural. Porém, a partir da constituição do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat), de acordo com Leite e Wesz Jr. (2011), o Pronaf passou a ter foco voltado à linha de financiamento da produção e de infraestrutura e serviços municipais.

Neste sentido, as linhas de financiamento do programa atendem agricultores familiares individuais, bem como organizados em agroindústrias ou em cooperativas. O Pronaf contempla recursos para o custeio e financiamento das atividades produtivas, com linhas e grupos distintos, entre as quais as linhas especiais: Agroecologia, Mulher, ECO, Floresta, Semiárido e Jovem. O Pronaf está disponibilizando para o ano safra 2012/2013 o valor de 18 bilhões de reais, destinados ao financiamento das linhas de custeio, investimento e comercialização, com taxas de juros entre 0,5 e 2 % ao ano.

A Tabela 7 apresenta as principais linhas faixas de recursos investidos no Pronaf 2012/2013.

Tabela 7. Principais linhas faixas de recursos investidos no Pronaf 2012/2013.

Linhas	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3
Pronaf Custeio	Até R\$10 mil, juros de 1,5% aa.	De R\$10 a 20mil, juros de 3% aa.	De R\$20 a 30mil, juros de 4% aa.
Pronaf Investimento (Mais Alimento)	Até R\$10 mil, juros de 1% aa.	De R\$10 a 130mil, juros de 2% aa.	
Microcrédito Rural	Investimento até R\$2,5 mil por operação, juros de 0,5% aa. Bônus de adimplência de 25% até os primeiros R\$ 7,5 mil.		
	Custeio nas condições estabelecidas no MCR 10.42 a.		
Pronaf Agroecologia	Até R\$10 mil, juros de 1% aa.	De R\$10 a 130mil, juros de 2% aa.	
Pronaf Mulher	até R\$2,5 mil por operação, juros de 0,5% aa para os grupos A, A/C e B	Até R\$10 mil, juros de 1% aa.	
		De R\$10 a 130mil, juros de 2% aa. Para o grupo V	
Pronaf ECO	Até R\$10 mil, juros de 1% aa.	De R\$10 a 130mil, juros de 2% aa.	
Pronaf ECO Dendê	Até R\$ 8 mil/ha		
	Até R\$ 10 mil juros de 1% aa.		
	Acima de R\$ 10 mil e até R\$ 80 mil por mutuário, juros de 2% aa.		
Pronaf ECO Seringueira	Até R\$ 15 mil/ha, até R\$ 80 mil por mutuário, juros de 2% aa.		
Pronaf Agroindústria	Individual até R\$ 130 mil		Individual de R\$10 a 130mil
	Cooperativas e Associações até R\$ 1 milhão, com limite individual de até R\$ 10 mil		Cooperativas e Associações até R\$ 1 milhão,
	Juros de 1% aa.		Juros de 2 % aa.
Pronaf Semiárido	Até R\$ 18 mil, juros de 1% aa.		
Pronaf Jovem	Até R\$ 15 mil, juros de 1% aa.		
Pronaf Floresta	Até R\$ 15 mil, juros de 1% aa.		
Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares	Individual até R\$ 10 mil		
	Empreendimento familiar rural até R\$ 210 mil		
	Associações até 4 milhões		
	Cooperativas até 10 milhões e Cooperativas Centrais até R\$ 30 milhões		
Juros de 4 % aa.			
Pronaf Cota-parte	Individual até R\$ 20 mil		
	Cooperativa até R\$ 20 milhões, juros de 4% aa.		
Pronaf Investimento para a Reforma Agrária	Até R\$ 20 mil, mais R\$ 1,5 mil pata ATER, juros de 0,5% aa. Bônus de adimplência de 44%		
Pronaf Custeio para a Reforma Agrária	Até R\$ 5 mil por operação, até 3 operações, juros de 1,5% aa.		

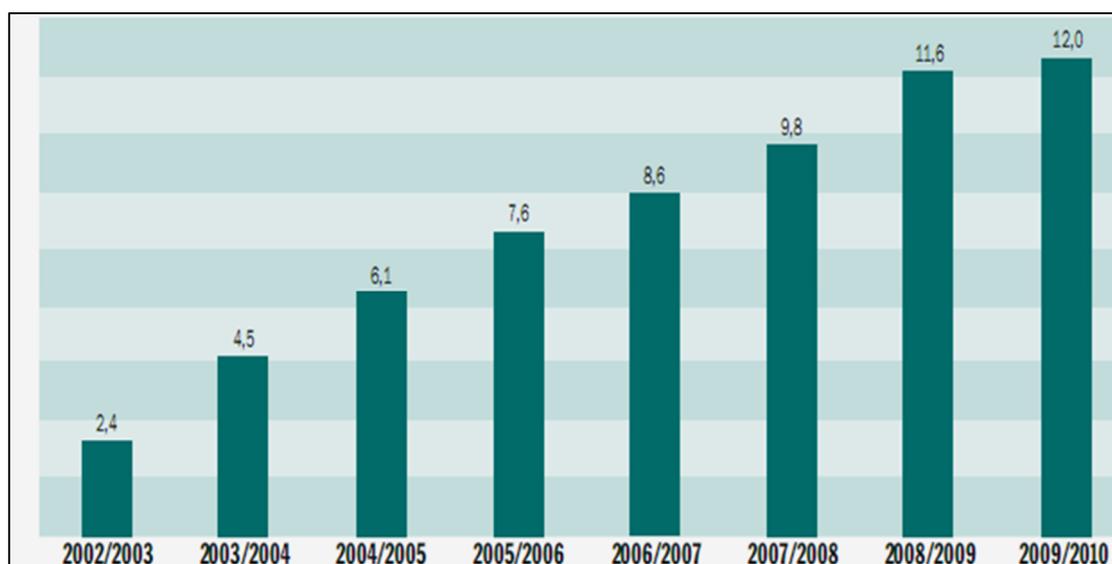
Fonte: MDA, 2012.

Existem algumas condicionantes para que se possa acessar as linhas do Pronaf (SEBRAE e MDA, 2011 e MDA, 2012b):

- exercer o trabalho em estabelecimento rural e possuir comprovação de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário (assentado) do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA);
- residir na propriedade rural ou em local próximo;
- dispor de área inferior a quatro módulos fiscais;
- apresentar renda bruta anual do grupo familiar entre 10 mil e 160 mil reais, com pelo menos 70% provenientes da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento, ou abaixo de R\$ 10 mil com pelo menos 30% provenientes da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;
- ter, no máximo, dois empregados, sendo que a mão de obra deve ser prioritariamente familiar. Eventualmente, em épocas de plantio e colheita, pode ter mão de obra temporária, devendo essa mão de obra ser predominantemente familiar.

As Figuras 20 e Tabela 8 apresentam respectivamente a evolução do crédito e a evolução do montante e números de contratados em relação ao Pronaf de 2002 a 2010 no Brasil.

Figura 20. Evolução do crédito do Pronaf no Brasil, por ano agrícola (em R\$ bilhões).



Fonte: MDA, 2011.

Tabela 8. Evolução do montante e números de contratados em relação ao Pronaf no Brasil e regiões.

Desempenho do Pronaf	Ano-agrícola	Norte	Nodeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Montante (em R\$ milhões)	2002/2003	201,1	393,1	389,9	1.205,7	186,7	2.376,5
	2003/2004	549,2	888,0	783,2	1.925,2	344,9	4.490,5
	2004/2005	614,2	1.197,1	1.051,9	2.887,1	381,3	6.131,6
	2005/2006	721,5	1.952,9	1.476,6	2.928,6	532,3	7.611,9
	2006/2007	909,6	2.090,4	1.809,0	3.162,4	585,2	8.556,6
	2007/2008	1.242,9	1.730,3	1.983,4	4.210,2	598,3	9.765,1
	2008/2009	1.166,4	1.732,0	2.384,6	5.651,3	683,9	11.618,3
	2009/2010	1.339,5	1.813,6	2.553,2	5.425,2	850,6	11.982,1
Número de Contratos	2002/2003	35.145	285.598	118.358	435.009	30.104	904.214
	2003/2004	91.729	545.747	194.640	500.171	57.881	1.390.168
	2004/2005	99.592	562.874	236.569	678.312	57.704	1.635.051
	2005/2006	101.594	809.245	303.940	630.821	67.443	1.913.043
	2006/2007	115.024	709.643	277.424	539.967	61.555	1.703.613
	2007/2008	136.823	562.428	298.403	631.983	64.270	1.693.907
	2008/2009	100.706	453.589	252.096	622.465	48.272	1.477.128
	2009/2010	117.618	569.322	249.188	625.674	49.736	1.611.538

Fonte: MDA, 2011.

### 2.1.6 Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – Pronat

O Pronat tem atuação em quatro eixos temáticos: fortalecimento da gestão social; dinamização econômica dos territórios; fortalecimento das redes sociais e de cooperação; e articulação de políticas públicas (FEALQ 2012a).

A coordenação do Pronat é realizada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), que tem atuação em 164 territórios rurais de todo País.

Territórios são definidos como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (MDA, 2005, p.7).

O Pronat foi constituído em 2003, a partir da inclusão de duas modalidades do Pronaf – Infraestrutura e Serviços Municipais e Capacitação de Agricultores Familiares – que passaram de ser atribuídas ao Pronaf e compuseram o Pronat, nas funções de: apoio

a projetos de infraestrutura e serviços em territórios rurais (Proinf) e capacitação de agentes de desenvolvimento (Leite e Wesz Jr., 2011).

Segundo Bonnal e Kato (2011), as ações do Pronat se desenvolvem nas áreas rurais detentoras de maiores graus pobreza rural, que são elencadas e identificadas a partir de critérios previamente selecionados pela esfera federal.

De acordo com a FEALQ (2012a), o Pronat auxilia no reconhecimento do território e na expressão da identidade de determinada população, que neste espaço físico habita, e que possui as peculiaridade e características socioculturais, ambientais, políticos-institucionais e econômicas. Com a proposição e objetivo de garantir o atendimento às necessidades básicas da população, ampliando as oportunidades de geração de renda de forma descentralizada e sustentável, articulados às redes de apoio e cooperação solidária.

Abramovay (2000), em análise sobre o capital social dos territórios, discorre sobre os processos e relações sociais, que ocorrem no âmbito do desenvolvimento rural, por onde atores locais tem nas arenas de discussão, por meio dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, o papel norteador do direcionamento de programas e políticas públicas voltadas ao desenvolvimento. Mesmo que tal processo, necessite de amadurecimento dos atores sociais e das instituições envolvidas na condução e avaliação dos resultados alcançados. Nesse sentido, conceitua o capital social e o desenvolvimento territorial, com base na citação de diversos autores e de sua própria narrativa. Ao final, conclui sua análise, conforme texto abaixo.

Uma visão territorial do desenvolvimento pode revelar potenciais que, até hoje, o meio rural não revelou à sociedade. Visto como a base física da produção agrícola, seu destino dificilmente escapa à tragédia do esvaziamento social, econômico, político e cultural. Quando, entretanto, o meio rural é encarado, não como a simples sustentação geográfica de um setor (a agricultura), mas como base de um conjunto diversificado de atividades e de mercados potenciais, seus horizontes podem ser ampliados. Os fatores específicos em que se apoia – a baixa densidade demográfica, a maior ou menor distância de grandes centros urbanos e a relação com a natureza – não são suficientes para explicar o atraso em que se encontra a maior parte da população que aí vive. Mais importantes que estes fatores “naturais”, são as instituições que não cessam de transmitir aos atores locais a ideia de que o mais curto caminho para a

emancipação da pobreza é migrar. Construir novas instituições propícias ao desenvolvimento rural consiste, antes de tudo em fortalecer o capital social dos territórios, muito mais do que em promover o crescimento desta ou daquela atividade econômica. O próprio crescimento urbano recente aumenta a demanda por novos produtos e novos serviços vindos do meio rural. O desafio consiste em dotar as populações vivendo nas áreas rurais das prerrogativas necessárias a que sejam elas os protagonistas centrais da construção dos novos territórios. (ABRAMOVAY, 2000, p.13).

### **2.1.7 Território da Cidadania - TC**

O programa Territórios da Cidadania foi lançado em 2008, segundo a mesma portaria que determinou a constituição do PRONAT (SDT/MDA nº. 5, de 18/7/2005), com uma proposta de desenvolvimento de ações mais articuladas, priorizando um atendimento prioritário aos territórios com baixo acesso aos serviços básicos, elevados índices de estagnação na geração de renda e deficiência de políticas integradas e sustentáveis para a autonomia econômica (Leite, 2013).

O Território da Cidadania tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, bem como contribuir para a superação da pobreza e promover a geração de trabalho e renda no meio rural (MDA, 2009).

Echeverry (2010) ressalta, em análise relacionada ao Território da Cidadania, como característica importante do programa a capacidade de ação entre diferentes ministérios, na construção de uma matriz de programas e ações. Onde, segundo o autor, são definidas as responsabilidades e compromissos, a dotação de recursos e por onde se compactuam e convergem ações sobre os territórios priorizados.

Bonnal e Kato (2012), destacam que o programa Território da Cidadania tem atuação no papel de articulação de políticas públicas setoriais com enfoque territorial, envolvendo a perspectiva essencial de governança de políticas públicas. Segundo os autores, referindo-se ao papel de governança de políticas públicas, representado pelo programa:

..., cuja marca distintiva é criar um arranjo institucional orientador das ações ministeriais, com o objetivo de concentrar as políticas públicas nos espaços geográficos rurais de maior incidência da pobreza (BONNAL e KATO, 2012, p. 36).

Segundo o MDA (2009), os critérios de seleção dos Territórios da Cidadania levam em consideração alguns fatores, relacionados à concentração de agricultores familiares, assentados, quilombolas, indígenas e pescadores no território; o número de beneficiados pelo Programa Bolsa Família, número de municípios com baixo dinamismo econômico, o grau de ruralidade, como a identificação como Território Rural, definidos pelo Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat). Ocorre também um número limite de Territórios da Cidadania por Unidade da Federação (UF), estabelecido com o mínimo de dois e o máximo de oito territórios por UF. A Tabela 9 apresenta a abrangência deste programa no âmbito nacional.

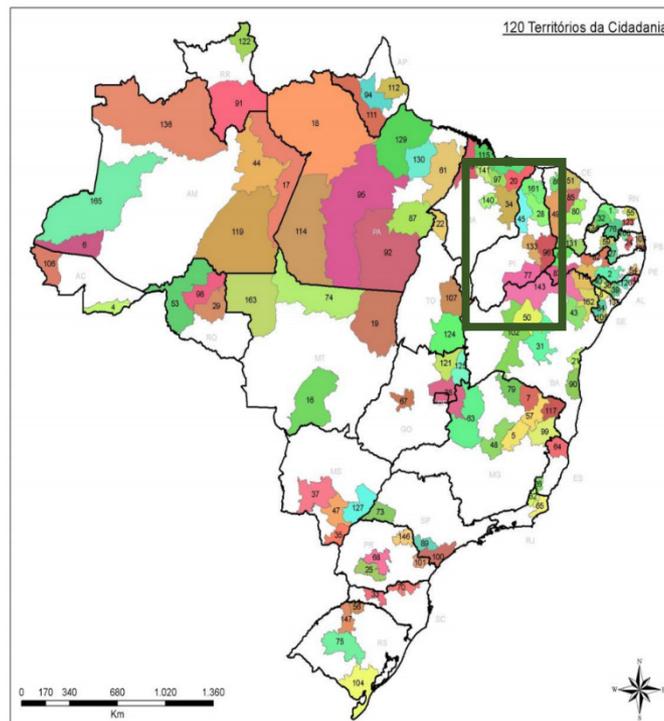
Tabela 9. Abrangência do Programa território da Cidadania.

<b>Abrangência do Programa Território da Cidadania</b>		
<b>Total de municípios beneficiados</b>	1.853	33% dos municípios brasileiros
<b>População total beneficiada</b>	42,4 milhões	23% da população brasileira
<b>População rural beneficiada</b>	13,1 milhões	46% da população rural brasileira
<b>Agricultores Familiares</b>	1,9 milhão	46% dos agricultores familiares do país
<b>Assentados da reforma agrária</b>	525,1 mil famílias	67% das famílias assentadas
<b>Pescadores artesanais</b>	210,5 mil pescadores	54% do total de pescadores do país
<b>Comunidades Quilombolas</b>	810 quilombolas	66% das comunidades quilombolas do país
<b>Terras Indígenas</b>	317	52% as terras indígenas do país

Fonte: MDA, 2009.

O programa Território da Cidadania desenvolve ações em 120 territórios brasileiros, que seguem apresentados na Figura 21, distribuídos em todos os estados do país, porém com maior ocorrência nas regiões Norte e Nordeste, onde as desigualdades sociais e econômicas são mais presentes.

Figura 21. Territórios da cidadania brasileiros.



Fonte: Leite, 2013.

Entre os Territórios da Cidadania, seis encontram-se localizados no estado do Piauí. Sendo estes, os territórios: Serra da Capivara, Vale do Guaribas, Vale do Canindé, Entre Rios, Cocais e Carnaubais, que englobam 142 dos 224 municípios do Piauí e onde residem cerca de 67% da população do estado (CEPRO, 2010).

Os assentamentos do Nossa Primeira Terra, que fizeram parte do levantamento de campo, estão localizados nos municípios de Pedro II, Piracuruca e São José do Divino, com área de abrangência no Território dos Cocais e onde as lideranças dos assentamentos tem participado das reuniões e conselhos relacionados ao território, ocupando o espaço social e contribuindo no direcionamento e acesso às políticas públicas destinadas ao desenvolvimento rural sustentável.

### 2.1.8 Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi constituído em 2003, de acordo com a Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Ministério de Desenvolvimento

Agrário, sendo desenvolvido em parceria com governos estaduais e municipais e com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Teve sua concepção mediante proposta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e foi transformada em programa governamental no âmbito do Fome Zero (LEITE et al., 2007).

Na concepção original do Programa Fome Zero foram estabelecidos três objetivos ao PAA: constituição de um polo institucional de demanda por alimentos dirigida à agricultura familiar; provisão de subvenções ao consumo de alimentos às populações em situações de risco alimentar – nutricional; e ações integradas entre a política agrária e a de segurança alimentar e nutricional (IPEA, 2010).

O PAA possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a comercialização de produtos provenientes da agricultura familiar. Para o alcance desses dois objetivos, o Programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede sócio assistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição. O PAA também contribui para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar (MDA, 2012, p.3).

Alguns pré-requisitos são necessários para que o produtor possa ser contemplado como beneficiário do PAA, sendo eles relacionados à comprovação de que o beneficiário é um agricultor familiar, por meio da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

Para o ano safra 2012/2013 está prevista a aplicação de 1,2 bilhão de reais em compras da agricultura familiar, onde 148 milhões de reais são provenientes do Ministério de Desenvolvimento Agrário e 1,08 bilhão de reais, provenientes do Ministério de Desenvolvimento Social e de Combate à Fome. A Figura 22 apresenta a evolução do número de agricultores beneficiados e a quantidade de alimentos adquiridos pelo PAA de 2003 a 2012.

Figura 22. Evolução do número de agricultores beneficiados e a quantidade de alimentos adquiridos pelo PAA de 2003 a 2012.



Fonte: Presidência da República/SCS, 2013.

Segundo MMA (2010), no ano de 2010, o PAA destinou o valor total de 887,87 milhões de reais em todo o país, destinados ao processo de aquisição de alimentos, provenientes da agricultura familiar.

Especificamente para o estado do Piauí, o valor de repasse, destinado à aquisição de alimentos foi de 18,11 milhões de reais, no ano de 2010, o equivalente à 2% do valor total desse programa, aplicado neste ano no Brasil (MDA, 2013).

Conforme dados do Consea (2011), relacionado ao PAA e relativos ao ano de 2010, entre os municípios de localização dos assentamentos da linha NPT, que fizeram parte do levantamento de campo, somente no município de Pedro II ocorre o acesso ao programa, beneficiando 162 agricultores familiares e totalizando o repasse de R\$ 4.200,00. Fato este que identifica a necessidade de ações voltadas à ampliação da conexão entre o PAA e o PNCF, por meio de parcerias entre os gestores destes programas, em contribuição às proposições e aos objetivos por estes estabelecidos, focados na segurança alimentar e na geração de renda da agricultura familiar.

### 2.1.9 Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi constituído no ano de 1955 e foi originado pelo Programa de Merenda, que atuava com a distribuição de leite

em pó e de farinhas enriquecidas, apoiado em instituições de auxílio internacional (SOBRAL,2008).

O PNAE é um programa voltado à suplementação alimentar de estudantes da rede pública, garantindo a segurança alimenta e nutricional, que utiliza recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O programa é coordenado pelo governo federal e executado pelos governos estaduais e municipais, atendendo a todos os alunos matriculados na educação infantil e no ensino fundamental das escolas públicas e filantrópicas de todo o Brasil.

O programa tem uma interface, a partir de 2009, com a agricultura familiar, com os assentamentos da reforma agrária e demais comunidades tradicionais (pescadores artesanais, quilombolas e povos indígenas) no sentido de ampliar o acesso aos alimentos produzidos e provenientes destes segmentos do meio rural. Com contribuição das oportunidades de comercialização da produção e preconizando a garantia de aquisição de alimentos saudáveis e adequados, com maior valor agregado dado aos alimentos provenientes de produção orgânica e agroecológica, remunerados com preços 30% superiores aos demais produtos.

O artigo 14, da Lei nº 11.947/2009, determina que do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% deverão ser destinados à aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

Entidades quais a Emater, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Sindicatos dos Trabalhadores da Agricultura Familiar e as entidade credenciadas pelo MDA para a emissão de DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) tem o papel de proceder na esfera municipal na articulação junto aos agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos tradicionais no processo de abastecimento e comercialização dos produtos alimentícios contemplados pelo PNAE, a partir de chamada pública e contrato de aquisição de alimentos estabelecidos.

Segundo Sobral (2008), o PNAE é considerado um dos maiores programas de alimentação escolar no mundo. O orçamento do PNAE para 2012 foi da ordem de R\$ 3,3 bilhões, beneficiando 45 milhões de estudantes em todo o país (FNDE, 2013) e representando um valor destinado à agricultura familiar em torno de um bilhão de reais ao ano, em benefício à renda das unidades familiares e ao consumo local.

O acesso aos programas de crédito e aquisição de alimentos, respectivamente o Pronaf, PNAE e PAA pelos beneficiários da linha NPT segue apresentada no Capítulo 3.

#### **2.1.10 Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais - P1MC**

O Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) é uma das ações do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido da ASA. Ele vem desencadeando um movimento de articulação e de convivência sustentável com o ecossistema do Semiárido, através do fortalecimento da sociedade civil, da mobilização, envolvimento e capacitação das famílias, com uma proposta de educação processual (ASA, 2013).

O P1MC se propõe a ampliar o acesso à água pelas famílias rurais no Semiárido, por meio de cisternas de placas e a construir uma nova relação homem-natureza baseada na convivência com o Semiárido. A proposta visa garantir o acesso à água adequada ao consumo humano para todas as famílias rurais do semiárido brasileiro, por meio da formação, mobilização social e construção de cisternas de placas, fugindo da dinâmica tradicional das políticas públicas, pois tem origem na sociedade civil, na articulação de uma rede de mais de 900 organizações, movimentos sociais e sindicais por meio da Articulação do Semiárido (ASA) (BONNAL e KATO, 2011 e MDS, 2008).

O P1MC ultrapassa os limites tradicionais do conceito de política pública, uma vez que é gestado, elaborado, implementado e controlado pela sociedade civil. Melhor se enquadraria, assim, na noção de ação pública, que implica a participação de atores diversificados e a multiplicação dos fóruns de articulação. Reconhecem-se estratégias de desenvolvimento endógeno e elementos de economia social ou solidária alicerçados por um corpo normativo estruturado a partir de uma representação coletiva de um novo modelo de desenvolvimento para o Semiárido (BONNAL e KATO, 2011, p. 69-70).

O P1MC tem como meta beneficiar cerca de cinco milhões de pessoas em toda região semiárida com água potável para beber e cozinhar, através das cisternas de placas. O programa é destinado às famílias com renda até meio salário mínimo por membro da

família, que residam permanentemente na área rural e não tenham acesso ao sistema público de abastecimento de água. Além desses critérios, terão prioridade: mulheres chefes de família; famílias com crianças de 0 a 6 anos; crianças e adolescentes frequentando a escola; adultos com idade igual ou superior a 65 anos; portadores de necessidades especiais (MDS, 2008).

O PIMC tem alcançado reconhecimento pela melhoria na qualidade de vida das famílias de agricultores do Semiárido brasileiro, com forte contribuição no combate à pobreza rural e com a permanência das comunidades em seus locais de origem, diminuindo o processo de êxodo rural.

Desde que surgiu, em 2003, até os dias de hoje, o PIMC construiu mais de 400 mil cisternas, beneficiando mais de 2 milhões de pessoas. Para que esses resultados pudessem ser alcançados, a ASA conta com a parceria de pessoas físicas, empresas privadas, agências de cooperação e do governo federal (ASA,2013).

A Tabela 10 apresenta por Unidades da Federação as demandas por cisternas das famílias residentes na região do semiárido, bem como a expressão de beneficiados, com relação à população total desta região. Para o caso do estado do Piauí, a demanda por cisternas é de 85.789 unidades, onde 28.674 cisternas foram instaladas até o final do ano de 2007, o equivalente a 33% das demandas do programa (MDS, 2008).

Tabela 10. Demanda bruta por cisternas e população rural na região semiárida, por estados.

UF	Demanda bruta por cisternas*		População rural na região semi-árida**	
	Famílias	Percentual	Habitantes	Percentual
BA	345.190	29,1%	3.055.127	33,6%
CE	264.223	22,3%	1.760.078	19,4%
PE	180.799	15,2%	1.340.659	14,8%
PB	114.365	9,6%	734.618	8,1%
PI	85.789	7,2%	531.891	5,9%
MG	63.573	5,4%	546.537	6,0%
RN	62.710	5,3%	539.874	5,9%
AL	49.948	4,2%	391.172	4,3%
SE	20.004	1,7%	185.310	2,0%
TOTAL	1.186.601	100%	9.085.266	100%

Fonte: MDS, 2008.

### **2.1.11 Programa Uma Terra e Duas Águas - P1+2**

O Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) é uma das ações do Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido da ASA.

O 1 significa terra para produção. O 2 corresponde a dois tipos de água – a potável, para consumo humano, e água para produção de alimentos. As famílias atendidas pelo P1+2 são selecionadas a partir dos seguintes critérios:

- Famílias com acesso à água para consumo humano, a exemplo das cisternas do P1MC
- Mulheres chefes de família
- Famílias com crianças de 0 a 6 anos de idade
- Crianças e adolescentes frequentando a escola
- Adultos com idade igual ou superior a 65 anos
- Portadores de necessidades especiais

As características de solos, a formação rochosa (cristalino, sedimentar, arenito), a localização das implementações, a lógica de produção (agricultura, pecuária, extrativismo) e as formas de manejo também são requisitos observados na escolha das famílias e no tipo de tecnologia que mais se adequa a sua realidade.

O Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) foi concebido em 2008 a partir de uma parceria entre: Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codevasf), Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

O objetivo do programa é fomentar a construção de processos participativos de desenvolvimento rural no Semiárido brasileiro e promover a soberania, a segurança alimentar e nutricional e a geração de emprego e renda às famílias agricultoras, através do acesso e manejo sustentáveis da terra e da água para produção de alimentos com base em tecnologias sociais apropriadas à região.

Entre as tecnologias sociais aplicadas pelo P1+2 estão: a cisterna calçadão, a barragem subterrânea e o tanque de pedra ou caldeirão, que seguem apresentadas respectivamente pelas Figuras 23, 24 e 25.

Figura 23. Cisterna calçadão.



Figura 24. Barragem subterrânea.



Figura 25. Tanque de pedra ou caldeirão.



Fonte: ASA, 2012 e Cáritas Brasileira, 2012.

### 2.1.12 Programa Água para Todos

O Programa Água para Todos foi criado pelo decreto nº 7.535, de 26 de julho de 2011, e tem a missão de promover a universalização do acesso à água em áreas rurais para consumo humano e para a produção agrícola e alimentar, visando ao pleno desenvolvimento humano e à segurança alimentar e nutricional de famílias em situação de vulnerabilidade social (MIN, 2013).

O Água para Todos é coordenado pelo Ministério da Integração Nacional (MIN), com o apoio dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Meio Ambiente (MMA), da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), do Banco do Nordeste (BNB) e da Fundação Banco do Brasil (FBB).

Os municípios dos assentamentos de estudo da linha NPT tem sua localização em região semiárida e uma das ações para melhoria no acesso à água está voltada às instalações de cisternas, pelos programas PIMC e Água para Todos. A Tabela 11 apresenta o total de cisternas instaladas por município de estudo e o valor de recurso repassado, no período compreendido pelos anos 2004 e 2013.

Tabela 11. Informações relativas à instalação de cisternas nos municípios estudados.

	Pedro II	Piracuruca	São José do Divino
Total de cisternas instaladas no município - 2004 a 2013	1.312	755	471
Valor do repasse estimado - MDS	2.061.377,84	1.208.000,00	735.450,44

Fonte: MDS, 2013.

Embora os dados apresentados pela Tabela 11 identifiquem a instalação de cisternas nos municípios de Pedro II, Piracuruca e São José do Divino, os assentamentos de estudo do NPT, não tem acesso a esta tecnologia, assim como às tecnologias aplicadas pelo Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), o que pode justificar o direcionamento de determinadas ações voltadas ao acesso aos referidos programas, em contribuição e garantia de desenvolvimento das atividades produtivas e da qualidade de vida dos seus beneficiados.

Cabe pontuar que a partir de junho de 2013, a constituição dos novos assentamentos do PNCF passa a contar com o acesso aos programas Água para Todos e Luz para Todos, evidenciando um olhar dos gestores à interface com demais programas com ações sinérgicas e complementares, assim como contribuindo com alocação de

determinados recursos do programa de crédito fundiário na otimização dos sistemas de produção de alimentos e geração de renda.

### **2.1.13 Programa Luz para Todos**

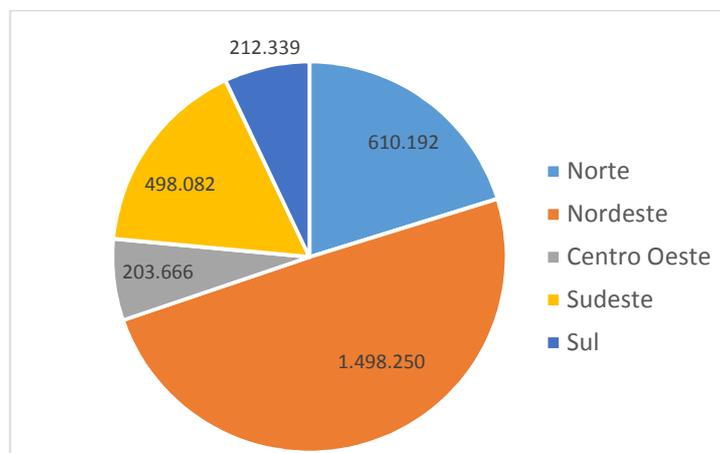
O Programa Luz para Todos, constituído pelo Governo Federal a partir do Decreto nº 4.873/200, de 11 de novembro de 2003, tem como objetivo oferecer o acesso à energia elétrica aos moradores do meio rural, que ainda não contam com este serviço público. Vem a ser um programa voltado à população menos favorecida do meio rural, em condição de isolamento, na proposição de, por meio do acesso a esse serviço, contribuir com o processo de inclusão e redução das desigualdades sociais, como na geração e ampliação da renda dos novos beneficiados (IICA,2011).

O Programa Luz para Todos é, logo, uma política pública que visa à organização no espaço da oferta de um serviço público que é ao mesmo tempo um direito para os beneficiários e um dever para o Estado. Prioriza neste sentido os segmentos mais isolados e empobrecidos da população. Alicerçado na preocupação de universalização de serviço público com eficiência, seu funcionamento se enquadra, sobretudo, numa lógica de escolha racional, respeitando a organização administrativa em vigor. Chama a atenção o papel destacado da coordenação no nível estadual no funcionamento geral do programa (BONNAL e KATO, 2011, p. 68-69).

O Luz para Todos teve como meta inicial beneficiar 2 milhões de famílias e à 10 milhões de pessoas, meta que foi alcançada ao final de 2010, segundo o IICA (2011). Até dezembro de 2012 o programa atendeu 3, 22 milhões de famílias, levando o benefício para 14,7 milhões de pessoas do país.

A Figura 26 apresenta a distribuição das famílias beneficiadas pelo Luz para Todos até dezembro de 2012, por regiões do país. Verifica-se que a região Nordeste apresenta o equivalente a 49,6% famílias beneficiadas pelo programa, seguido da região Norte, com 20,2%. Com relação ao estado do Piauí, foram beneficiadas 132.630 famílias e existe uma demanda de 27.356 famílias sem acesso à energia elétrica, que devem ser atendidas até o final do ano de 2014 (MME, 2013).

Figura 26: Distribuição das famílias beneficiadas pelo Luz para Todos, por regiões do país. Dados até dezembro de 2012.



Fonte: MME, 2013.

Um dos grandes desafios do Luz para Todos é atender as comunidades remotas, isoladas e de difícil acesso, especialmente as localizadas na Amazônia. Existem alternativas que são utilizadas, quais as instalações de painéis fotovoltaicos, a constituição de mini usinas fotovoltaicas e instalação de mini redes para o atendimento de pequenas comunidades, bem como o uso de cabos subaquáticos, que possibilitam a travessia e o atendimento às ilhas fluviais e marítimas.

O acesso à energia elétrica por várias comunidades rurais do país, permitiu entre outros aspectos a melhoria da qualidade de vida, o acesso a outros serviços complementares quais redes de atendimento médico e a ampliação ou fortalecimento do sistema educacional, como a própria ampliação das oportunidades de negócios e de renda.

A chegada da energia elétrica integrada a programas de saúde, educação, abastecimento de água, saneamento e outros instrumentos de inclusão social implementados por órgãos governamentais e não governamentais tem possibilitado a redução das carências tão presentes em tais comunidades. Isso traduz a estratégia governamental de possibilitar uma ação integrada entre as várias políticas públicas, de modo que a chegada da eletricidade possa estar sintonizada com a oferta de outros serviços e oportunidades capazes de contribuir para o desenvolvimento econômico e social das áreas beneficiadas (IICA, 2011, p.12).

O Luz para Todos tem beneficiado os assentados da reforma agrária, representando 10,8% dos beneficiados pelo programa no país, em dados relativos a dezembro de 2010 (IICA,2011).

#### 2.1.14 Programa e políticas de garantia e segurança de renda

Existem mecanismos de proteção direcionados ao agricultor familiar que garantem a segurança de renda, em função de possível eventualidade climática ou oscilação brusca nos preços praticados. Tratam-se de programas de seguros e de garantia de preços que tem sido aplicados no país, com o lastro do governo federal, garantidor dos recursos destinados à estas linhas.

A Tabela 12, organizada por publicação recente e elaborada pela FEAQ em 2012, apresenta os instrumentos de proteção que podem ser acessados pelos agricultores familiares, bem como suas particularidades.

Tabela 12. Instrumentos de garantia e segurança de renda.

Instrumentos	Descrição
<b>Seguro da Agricultura Familiar SEAF</b>	Ação dirigida exclusivamente aos agricultores familiares que contratam financiamentos de custeio agrícola no Pronaf, o SEAF foi instituído no âmbito do Proagro e atende a uma reivindicação histórica do agricultor: produzir com segurança e com relativa garantia de renda. O SEAF cobre 100% do valor financiado e 65% da receita líquida esperada pelo empreendimento financiado, até o limite de R\$ 4 mil. Para as operações de investimento, a adesão é facultativa. O seguro é pago ao agricultor familiar quando há perda da safra igual ou superior a 50% da produção no município em que vive.
<b>Garantia-Safra</b>	É uma ação para os agricultores que sofrem com a perda de safra por motivos climáticos (seca ou excesso de chuvas). Sua área de atuação abrange os municípios localizados na região Nordeste, no norte do Estado de Minas Gerais (Vale do Mucuri e Vale do Jequitinhonha) e no norte do Estado do Espírito Santo. Para participar, é necessário aderir ao Garantia-Safra anualmente. Esta adesão deve ser feita pelos estados, municípios e agricultores. Recebem pagamentos os agricultores que aderiram nos municípios em que são detectados perdas de pelo menos 50% da produção de algodão, arroz, feijão, mandioca e milho. Os benefícios são pagos diretamente aos agricultores, em parcelas mensais por meio de cartões eletrônicos disponibilizados pela Caixa Econômica Federal. O número de cotas disponíveis para adesão é de 940 mil e o valor de cobertura nesta safra de R\$ 680,00, pagos em cinco parcelas.
<b>Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar - PGPAF</b>	O PGPAF garante às famílias agricultoras que acessam o Pronaf Custeio ou o Pronaf Investimento, um desconto no pagamento do financiamento em caso de baixa de preços no mercado, correspondente à diferença entre o preço de mercado e o preço de garantia do produto, possibilitando a cobertura dos custos de produção no momento de pagar o financiamento do Pronaf. Nesta safra, o limite do desconto de garantia de preços do PGPAF é de R\$ 7 mil nas operações de custeio e investimento (por agricultor/ano).

**Política de Garantia de Preços Mínimos para a Agricultura Familiar  
PGPM-AF**

Visa reduzir a volatilidade nos mercados regionais, regular preços dos produtos contemplados e contribuir para a formação dos preços nos principais centros de produção da agricultura familiar. É uma política que dá garantias ao produtor para que receba o preço mínimo do produto, permitindo a compra de produtos da agricultura familiar a preços justos. Esses produtos poderão, inclusive, ser destinados aos estoques governamentais.

Fonte: Adaptado de FEALQ, 2012.

## **2.2 Políticas de Reordenamento Agrário no Brasil**

As políticas voltadas ao reordenamento agrário no Brasil podem ser contextualizadas a partir de alguns fatores históricos vivenciados no país, entre estes:

- Lei de Terras, lei nº. 601, de 18 de setembro de 1850. Trata-se de um marco histórico no país, onde se inicia o processo de mercantilização da propriedade fundiária.
- Criação do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (Inic), em 5 de janeiro de 1954, por ato de Getúlio Vargas, com atribuições relacionadas à imigração, colonização e reforma agrária.
- Estatuto da Terra, lei nº. 4.504, criada em 1964, onde se constituiu o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), atual INCRA.

O Estatuto da Terra consagrou o princípio do uso da propriedade rural condicionando-o à sua função social, deliberando: a propriedade da terra desempenha a sua função social quando simultaneamente: a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labuta, assim como de suas famílias; mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais renováveis; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam (GOVERNO FEDERAL, Estatuto da Terra, artigo 2º, 1964).

Segundo afirma Fernandes (2007), com relação ao Estatuto da Terra, o objetivo do Governo não era aplicar a lei, mas controlar os conflitos por terra. Porém, mesmo com iniciativas dos projetos de colonização desenvolvidos na Amazônia, os conflitos pelo acesso à terra e por melhores condições de trabalho se fizeram presentes nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste do país e por onde, muitas vezes, foram reprimidas violentamente pela ditadura militar. O Estatuto da Terra, embora contenha certo direcionamento de um programa de distribuição de terras, veio mais a privilegiar os instrumentos de políticas

voltadas à modernização da agricultura, sem alterar a situação fundiária existente (Leite e Ávila, 2007).

- Decreto nº. 59.456, do ano de 1966, criado durante o período da ditadura militar, que instituiu o I Plano Nacional de Reforma Agrária, que conforme Barquete (2006), centrava seus esforços na realização do cadastro de terras, ficando a reforma agrária para um momento posterior.

- Decreto da lei nº.1.110, de 9 de julho de 1970, onde foi criado o INCRA, absorvendo o IBRA e o INDA, com a finalidade de estruturar a reforma agrária no país (Mattza, 2006).

- Lei nº 5.868, criada em 1972, que define a criação do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR).

- 1979 a 1985, ocorrência das primeiras ocupações de terra, onde as famílias sem-terra foram constituindo comissões para cuidar das atividades referentes à luta pela terra. Movimento social precursor do Movimento Sem Terra (MST), mas pelo qual se formaram as lideranças que vieram a fundar esse movimento (Fernandes, 2007).

- Decreto nº 87.457, de 16 de agosto de 1982, criou o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, para onde o INCRA se vinculou.

- Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, transferiu competências do INCRA para o Ministério da Agricultura, visando principalmente à área do desenvolvimento rural (Mattza, 2006).

- Criação do Movimento Sem Terra (MST), que contou com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

- Decreto nº 97.766, de 10 de outubro de 1985, que instituiu o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) da Nova República.

Naquela fase foi elaborada, com o apoio do INCRA, a proposta do I Plano Nacional de reforma Agrária da nova república, amplamente discutida no IV Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, em Brasília, em 26 de maio de 1985. O objetivo geral do PNRA seria mudar a estrutura fundiária do país. O documento propositivo apontava com riqueza de detalhes os problemas gerados pela concentração das terras e as formas efetivas de enfrentá-la. Assegurava, também, mecanismos para que fossem consideradas as diferentes expressões culturais dos trabalhadores, notadamente quanto às formas de exploração das terras. Recebida com entusiasmo pelos trabalhadores

rurais, a proposta contou com a adesão de expressivas instituições e movimentos sociais. Apoiaram-na o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem-Terra (MST), a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), a Campanha Nacional pela Reforma agrária (CNRA), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). Porém, as declarações de apoio não foram suficientes para que, na assinatura do Plano propriamente dito, fossem mantidas todas as proposições (BARQUETE, 2006, p.82-83).

Conforme Fernandes (2007), o PNRA tinha como meta assentar 1,4 milhão de famílias. Porém, somente 84.852 famílias foram assentadas até o final do governo Sarney, em 1989. O mesmo autor afirma que esse resultado foi mais em função das ocupações de terras realizadas principalmente pelo MST do que das ações do Governo Federal.

- Decreto nº 2.636, de outubro de 1987, durante o governo Sarney, extinguiu o INCRA, passando suas atribuições ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD).

- Medida provisória nº 02, de 29 de março de 1989, reestabelece o INCRA.

- Incorporação do INCRA, pelo Ministério Extraordinário de Política Fundiária, em 1996.

- Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que regulamenta as disposições relativas à reforma agrária. Segundo esta lei, fica definido que as pequenas e médias propriedades rurais não podem ser desapropriadas para fins da reforma agrária, desde que seu respectivo proprietário não detenha outro imóvel rural (Leite e Ávila, 2007).

- Medida provisória nº 1.911, de 25 de novembro de 1999, foi criado o Ministério de Política Agrícola e Desenvolvimento Agrário, no final do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

- Decreto nº 3.338, de 14 de janeiro de 2000, que criou o Ministério do Desenvolvimento Agrário, onde está inserido o INCRA.

- II PNRA, de novembro de 2003, que cuja meta, segundo Leite et al. (2007), era promover o assentamento de 470 mil famílias, como o processo de regularização fundiária, visando beneficiar 500 mil famílias de posseiros, residentes em estabelecimentos rurais com áreas inferiores a 100 ha do país.

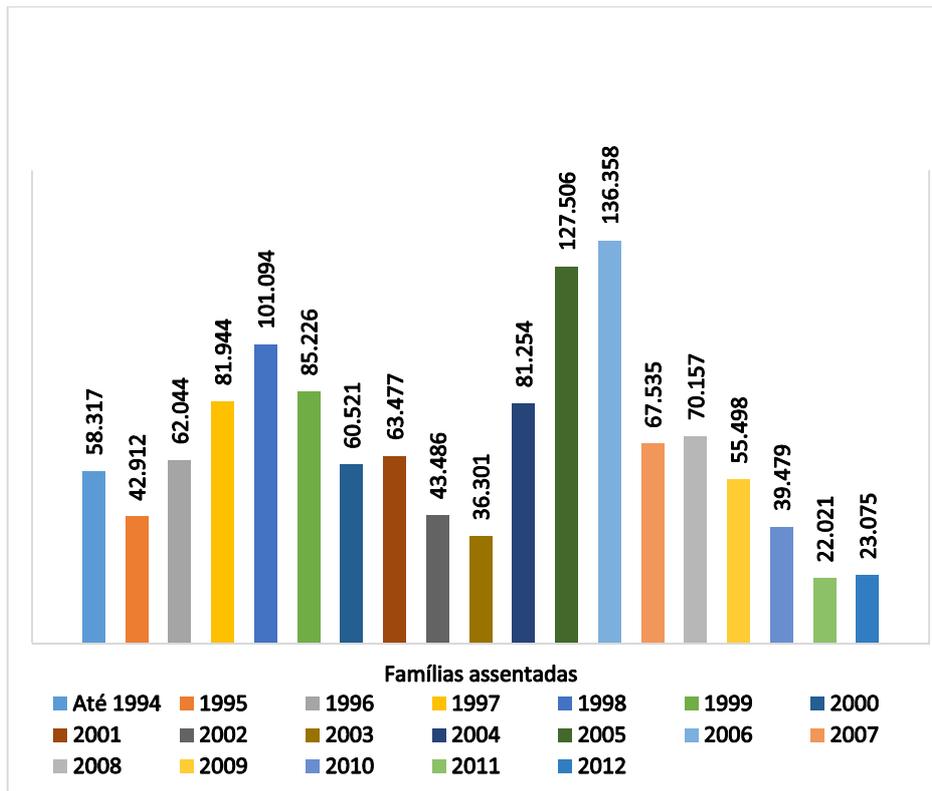
Uma novidade do PNRA foi o reconhecimento da diversidade de situações existentes no meio rural brasileiro: promoção de igualdade de gêneros; identificação e reconhecimento das áreas ocupadas por comunidades de quilombolas; reassentamento de não índios ocupantes de áreas indígenas; apoio ao etnodesenvolvimento; reconhecimento e cadastramento de seringueiros, castanheiros e quebradeiras de coco de babaçu, viabilizando assim seu acesso ao Pronaf A; política específica de assentamento para os atingidos por barragens; melhoria das condições de vida das populações ribeirinhas e valorização de sua cultura (LEITE et al., 2007, p. 35).

A luta pela terra revela contradições que despertam a consciência social sobre a injustiça da distribuição e do uso da terra e estimula a organização dos envolvidos, qualificando-os para resistir às pressões dos proprietários latifundiários e pressionar o governo para execução de políticas de assentamentos (Gehlen, 2004).

A distribuição de terras é um importante meio de combate à pobreza. Ela se pauta por um imperativo de justiça, mas se apoia num postulado econômico decisivo: unidades produtivas ao alcance das capacidades de trabalho de uma família podem afirmar-se economicamente e ser, portanto, um fator de geração sustentável de renda. É claro que para isso são necessárias condições de acesso a mercados dinâmicos, a crédito, a informações, a educação e a tecnologias. Mas o importante está numa particularidade da agricultura, em que a combinação de diversas atividades, o uso intensivo e flexível da mão-de-obra faz das unidades familiares de produção um segmento potencialmente competitivo e que muitas vezes tem uma capacidade de resistência a situações adversas até superior à das unidades patronais (ABRAMOVAY, 2005, p. 356).

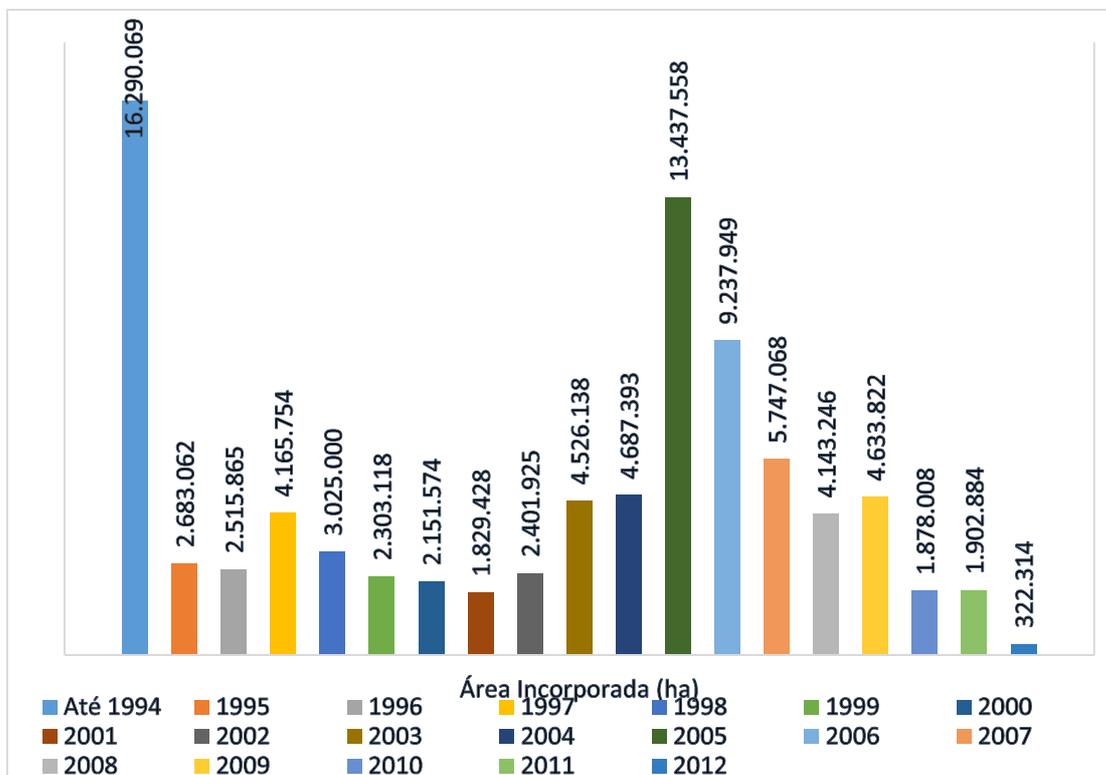
O PNRA, segundo dados do INCRA até o ano de 2012, totalizou 1.258.205 famílias assentadas (Figura 27), em 87,88 milhões de hectares até 2007 (Figura 28).

Figura 27. Número de famílias assentadas até 2012 no Brasil.



Fonte: Adaptado de INCRA, 2012.

Figura 28. Área das terras onde as famílias foram assentadas até 2012 no Brasil.

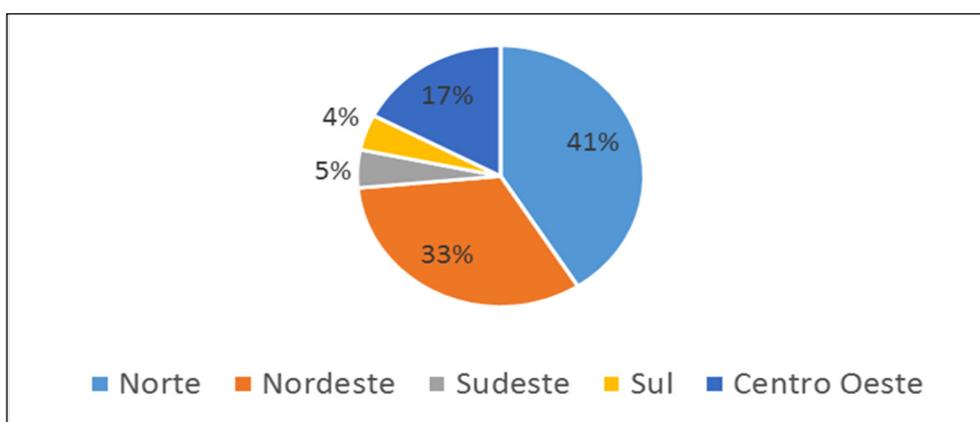


Fonte: Adaptado de INCRA, 2012.

Considerando que a agricultura familiar no Brasil ocupa 4.367.902 dos estabelecimentos rurais, conforme dados do Censo Agropecuário 2006, constata-se que a expressividade da reforma agrária, com 980.440 famílias assentadas até o ano de 2006, representava o correspondente a 22% do total de agricultores familiares do país.

A distribuição percentual do total de famílias assentadas na reforma agrária, segue apresentada por região na Figura 29, onde se verifica forte concentração nas regiões Norte e Nordeste, totalizando 74% do total de famílias beneficiadas pelo programa de reforma agrária no país.

Figura 29. Distribuição dos assentamentos por região brasileira.

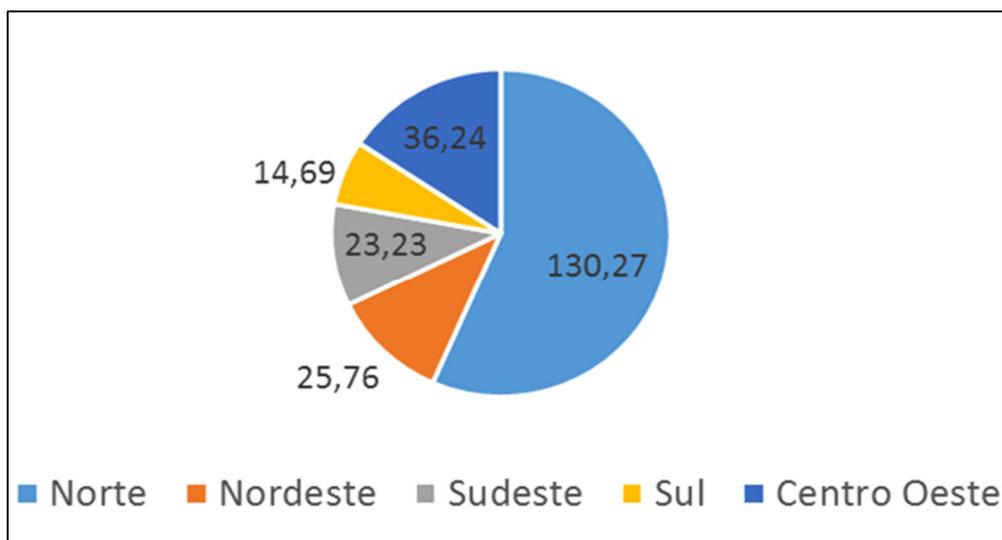


Fonte: Adaptado de INCRA, 2012.

Com relação à área ocupada nos projetos de assentamento no país, a região Norte apresenta forte predomínio territorial, onde estão localizados 76% das áreas de assentamento do país, ou o equivalente a 66,78 milhões de hectares. As razões para esta concentração são os processos de regularização fundiária, em projetos de assentamento agroextrativistas que foram praticados nesta região, assim como em razão do tamanho dos módulos fiscais nesta região, que na maioria das vezes são superiores às demais regiões. Por outro lado, para o caso da região Nordeste, onde estão 33% das famílias beneficiadas pelo programa de reforma agrária, o valor percentual de ocupação das áreas de assentamento é de 9%, o que pode ser caracterizado pela própria estrutura fundiária desta região, com predomínio de minifúndios e tamanho reduzido dos módulos fiscais.

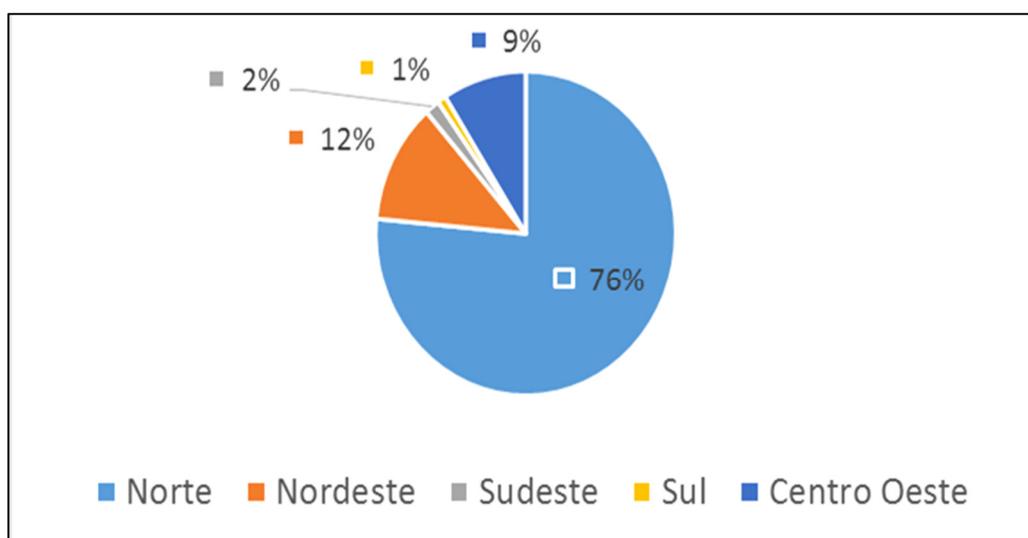
As Figura 30 e 31 apresentam respectivamente a distribuição percentual das áreas incorporadas na reforma agrária no Brasil e a área média dos assentamentos por região, com dados do INCRA e referentes até o ano de 2012.

Figura 30. Distribuição dos assentamentos, em hectares, por região.



Fonte: Adaptado de INCRA, 2012.

Figura 31. Distribuição da área média dos assentamentos, em hectares, por região brasileira.



Fonte: Adaptado de INCRA, 2012.

O PNRA relaciona-se à diversos tipos de créditos. Estes, bem como sua finalidade e valores encontram-se na Tabela 13.

Tabela 13. Tipos de créditos do PNRA, finalidade e valores por família.

<b>Crédito</b>	<b>Finalidade</b>	<b>Valores por Família (em mil R\$)</b>
<b>Apoio Inicial</b>	Visa suprir as necessidades básicas das famílias, bem como o fomento inicial de suas atividades produtivas possibilitando adquirir produtos alimentícios, bens de uso doméstico e ferramentas agrícolas.	3,2
<b>Apoio Mulher</b>	Promover a inserção e a participação das mulheres na dinâmica produtiva e econômica, bem como contribuir para a igualdade de gênero no meio rural.	2,4
<b>Aquisição de Materiais de Construção</b>	Construção de novas casas com, no mínimo, 42 metros quadrados e cinco cômodos.	15
<b>Fomento</b>	Utilizado como incentivo às atividades produtivas dos assentados.	3,2
<b>Adicional do Fomento</b>	Consolidar a segurança alimentar das famílias e o fortalecimento do processo de geração de excedente produtivo	3,2
<b>Semiárido</b>	Visa garantir estrutura hídrica às famílias assentadas em região de clima semiárido.	2
<b>Recuperação de Materiais de Construção</b>	Recuperar as unidades habitacionais nos PAs que, após constatação por meio de laudo técnico, apresentem necessidade de reforma e/ou ampliação.	8
<b>Reabilitação de Crédito de Produção</b>	Recuperar a capacidade de acesso a novos créditos, possibilitando a quitação de financiamentos contraídos no âmbito do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – Proceara.	6
<b>Crédito Ambiental</b>	Financiar, durante dois anos, a implantação e o desenvolvimento de sistemas agroflorestais, para a recuperação de área de reserva legal (ARL), nos assentamentos selecionados pelas Superintendências Regionais do INCRA.	2,4

Fonte: FEALQ (2012a).

## **2.3 Sistema de crédito fundiário no país**

### **2.3.1 Caracterização do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)**

O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) foi constituído no ano de 2003, a partir do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), onde o principal instrumento de obtenção de terras ocorreria via desapropriação, mas pelo qual o crédito fundiário constava como instrumento complementar para facilitar o acesso dos trabalhadores à terra, para o caso de áreas não passíveis de desapropriação por interesse social<sup>3</sup>. Ainda, segundo o próprio documento do II PNRA, com relação ao Crédito Fundiário, cabe destaque:

O Programa resulta na criação de ocupações produtivas permanentes para as famílias beneficiadas. Contribui para enfrentar o problema do êxodo rural e da concentração fundiária, pois parte significativa dos agricultores familiares não tem sucessor e suas áreas tendem a ser adquiridas por grandes proprietários, por pessoas do meio urbano (industriais, comerciantes, profissionais liberais), ou ser abandonadas, como as “taperas”, cada vez mais numerosas nos estados do Sul.

Subdivide-se em três linhas que vão beneficiar os trabalhadores rurais mais pobres, em especial do Semiárido nordestino (Combate à Pobreza Rural), os jovens de 18 a 24 anos (Nossa Primeira Terra) e os agricultores familiares com terra insuficiente (Consolidação da Agricultura Familiar), públicos prioritários das políticas de combate à fome e de inclusão social do Governo Federal (MDA, 2004, p. 23).

Nesta ótica, os processos de sucessão dos estabelecimentos rurais familiares, êxodo rural e de concentração fundiária do país são preocupações levantadas no II PNRA, assim como a questão da pobreza rural, por onde se estruturam atualmente três linhas de ação junto ao PNCF: Combate à Pobreza Rural (CPR), Consolidação da Agricultura Familiar (CAF) e o Nossa Primeira Terra (NPT).

De acordo com o MDA (2007), o PNCF tem como objetivo possibilitar o acesso à terra pelos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra (assalariados, diaristas,

---

<sup>2</sup> Nota: O PNCF, muito embora legítimo e considerado um instrumento alternativo ao acesso à terra, com o propósito de reduzir a concentração fundiária e o êxodo rural, apresenta seus diferenciais frente à Reforma Agrária, pela sua contextualização e histórico relacionado à luta dos movimentos sociais ao longo de décadas. Face a isso, cabe neste momento a diferenciação entre tais programas.

arrendatários, parceiros, meeiros, agregados e posseiros), contribuindo para o aumento da renda e da qualidade de vida da população rural beneficiada.

O PNCF oferece condições para que os trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra possam comprar um imóvel rural por meio de um financiamento. O recurso ainda é usado na estruturação da infraestrutura necessária para a produção e assistência técnica e extensão rural. Além da terra, o agricultor pode construir sua casa, preparar o solo, comprar implementos, ter acompanhamento técnico e o que mais for necessário para se desenvolver de forma independente e autônoma. O financiamento pode tanto ser individual quanto coletivo. (FEALQ, 2012, p. 22).

Uma das estratégias de implantação do PNCF está em descentralizar as ações dos estados, contando com a participação das comunidades, que atuam na tomada de decisão no âmbito do programa. Em cada estado que o programa se estabelece, ocorre a criação da Unidade Técnica Estadual (UTE), criada pelo Governo Estadual, que é o órgão executor, realizando os processos de análise (elegibilidade dos imóveis e beneficiados); a execução das propostas de aquisição e o financiamento do imóvel rural; assim como o acompanhamento da aplicação dos recursos destinados à implementação dos Subprojetos de Investimentos Comunitários (SICs) (MDA, 2007).

Os recursos destinados ao financiamento da aquisição de terras provêm do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, tratando-se de recurso a ser reembolsado pelo beneficiário. Por outro lado, no caso da linha de financiamento CPR e NPT, os recursos destinados aos projetos comunitários, assim como à capacitação, à difusão e à avaliação do programa, são provenientes do Banco Mundial, tratando-se de recursos não reembolsáveis. Para o caso da linha de CAF, os recursos são reembolsáveis e provenientes do Fundo de Terras e da Reforma Agrária (MDA, 2011b).

Segundo MDA (2007), o sucesso dos projetos financiados pelo PNCF depende, em grande parte, da capacidade gerencial e produtiva dos beneficiários. Por essa razão, o PNCF destina recursos para capacitação, assessoria e apoio técnico às famílias beneficiárias. Esses recursos são aplicados por meio de parcerias diretas com os governos estaduais e municipais, organizações e instituições da sociedade civil, apoiados pelo movimento sindical, pelas Escolas Familiares de Formação por Alternância e pelas escolas agrotécnicas. Esse esforço de capacitação e apoio técnico está orientado para: proporcionar às comunidades beneficiárias maior capacidade de gerenciar seus projetos

e recursos; melhorar a sua organização social; fomentar práticas sustentáveis de produção e melhorias tecnológicas na produção; agregar valor aos produtos e melhorar a inserção nos mercados; e promover o acúmulo de capital social.

Os critérios de elegibilidade das linhas do PNCF são bem variáveis e seguem apresentados na Tabela 14.

Tabela 14. Critérios de elegibilidade das linhas do PNCF.

Linha	CAF	NPT	CPR	PNCF Mulher Selo CPR	Terra Negra Brasil Selo do CPR
<b>Renda Máxima (R\$/ano)</b>	15.000,00	15.000,00	9.000,00	15.000,00	15.000,00
<b>Patrimônio (R\$)</b>	30.000,00	30.000,00	15.000,00	30.000,00	30.000,00
<b>Idade (anos)</b>	+ ou = 18	18 a 29 anos	+ ou = 18	+ ou = 18	+ ou = 18
<b>Experiência como agricultor</b>	+ ou = a 5 anos	+ ou = a 5 anos ou período de estudo em colégio agrícola ou CEFFA*	+ ou = a 5 anos ou período de estudo em colégio agrícola ou CEFFA*	+ ou = a 5 anos ou período de estudo em colégio agrícola ou CEFFA*	+ ou = a 5 anos ou período de estudo em colégio agrícola ou CEFFA*
<b>Recursos para ATER (R\$)</b>	5 x 1.500,00 parcelas anuais	5 x 1.500,00 parcelas anuais	5 x 1.500,00 parcelas anuais	5 x 1.500,00 parcelas anuais	5 x 1.500,00 parcelas anuais
<b>Valor financiado - SAT e SIC ** (R\$)</b>	80 mil	80 mil	80 mil	80 mil	80 mil
	No caso dos estados do Nordeste, o valor limite regional a ser financiado (SAT e SIC) foi definido entre R\$ 40 mil e 80 mil.				
<b>Prazo de quitação e período de carência</b>	20 anos 3 anos	20 anos 3 anos	17 a 20 anos 3 anos	20 anos 3 anos	20 anos 3 anos
<b>Juros ao ano</b>	2%	1%	0,5%	1%	1%
<b>Rebate</b>	Bônus de até 40% para quem efetuar os pagamentos em dia. Com rebate adicional de 10% para assentamentos localizados em região de Semiárido.	Bônus de até 40% para quem efetuar os pagamentos em dia. Com rebate adicional de 10% para assentamentos localizados em região de Semiárido.	Bônus de 18 a 40% para quem efetuar os pagamentos em dia. Com rebate adicional de 10% para assentamentos localizados em região de Semiárido.	Bônus de até 40% para quem efetuar os pagamentos em dia. Com rebate adicional de 10% para assentamentos localizados em região de Semiárido.	Bônus de até 40% para quem efetuar os pagamentos em dia. Com rebate adicional de 10% para assentamentos localizados em região de Semiárido.
Linha	CAF	NPT	CPR	PNCF Mulher Selo CPR	Terra Negra Brasil Selo do CPR
<b>Restrição</b>	Não ser funcionário público ou beneficiário de assentamento rural ou de programa com recursos do Fundo de Terras da Reforma Agrária.	Não ser funcionário público ou beneficiário de assentamento rural ou de programa com recursos do Fundo de Terras da Reforma Agrária.	Não ser funcionário público ou beneficiário de assentamento rural ou de programa com recursos do Fundo de Terras da Reforma Agrária.	Não ser funcionário público ou beneficiário de assentamento rural ou de programa com recursos do Fundo de Terras da Reforma Agrária.	Não ser funcionário público ou beneficiário de assentamento rural ou de programa com recursos do Fundo de Terras da Reforma Agrária.

\* CEFFA (Centro Familiar de Formação por Alternância)

\*\* SAT (Subprojeto de Aquisição de Terras) e SIC (Subprojeto de Investimentos Comunitários)

Fonte: Adaptado de MDA, 2010 e MDA/SRA/PNCF, 2013.

A Tabela 15 apresenta o público beneficiário pelas linhas e selos do PNCF.

Tabela 15. Público beneficiário das linhas e selos do PNCF.

Linhas/Selos	<b>Público beneficiário das linhas do PNCF</b>
CAF	Pequenos produtores rurais com acesso precário a terra; Proprietários de minifúndios, ou seja, proprietários de imóveis cuja área não alcance a dimensão da propriedade familiar e seja comprovadamente insuficiente para gerar renda capaz de lhes proporcionar o próprio sustento e o de suas famílias.
NPT	Jovens rurais sem-terra; Jovens filhos de agricultores familiares; e Jovens oriundos de escolas agrotécnicas, Centros Familiares de Formação por Alternância – CEFFAs e outras.
CPR	Trabalhadores rurais sem-terra; Pequenos produtores rurais com acesso precário à terra; Proprietários de minifúndios; Jovens de 16 (dezesseis) anos e menos de 18 (dezoito) que poderão acessar ao CPR, desde que devidamente emancipados, com averbação no cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais; e Os interessados com mais de 65 anos, mediante aprovação expressa dos CEDRS.
PNCF Mulher Selo CPR	Trabalhadoras rurais sem-terra; Agricultoras familiares; e Trabalhadoras jovens oriundas de escolas agrotécnicas, Centros Familiares de Formação por Alternância – CEFFAs e outras.
Terra Negra Brasil Selo CPR	Trabalhadores e trabalhadoras negros rurais, sem-terra; Agricultores e agricultoras negros rurais; Trabalhadores e trabalhadoras negros rurais, oriundos de Centros Familiares de Formação por Alternância – CEFFAs e outras; e As comunidades negras rurais, com associações legalmente constituídas.

Fonte: Adaptado de MDA, 2010.

Segundo Leal (2011), o PNCF pode ser acessado individualmente ou por entidades jurídicas (associações ou cooperativas). Este é um programa que foi estruturado em três experiências anteriores, que contribuíram para sua construção, a saber (MDA, 2007):

1. Projeto Cédula da Terra, que foi implementado em 5 estados, entre o período de 1997 a 2002;
2. Programa Banco da Terra, que teve sua execução no período compreendido entre os anos de 1998 e 2002;
3. Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural, que teve início no ano de 2002 e foi considerada como uma experiência inovadora de acesso à terra e que veio a se tornar uma das linhas do PNCF.

Segundo dados da Secretaria de Reordenamento Agrário (MDA, 2013), o PNCF beneficiou 91.260 famílias, distribuídas nas linhas CAF (43.807 famílias) e CPR (47.453 famílias), com atuação em 21 estados do país (Tabela 16).

Tabela 16. Beneficiados pelas diferentes linhas de crédito do PNCF no país.

Contratações do Programa Nacional de Crédito Fundiário					
	<b>PNCF</b>	<b>CAF</b>	<b>CPR</b>	<b>NPT</b>	<b>Selo PNCF Mulher</b>
Beneficiados	91.260	43.807	47.453	2.660	1.991

Fonte: Adaptado de SRA - MDA, 2013, SIG CF e UTE-CF, PI.

A participação no PNCF por faixa etária encontra-se apresentada na Tabela 17.

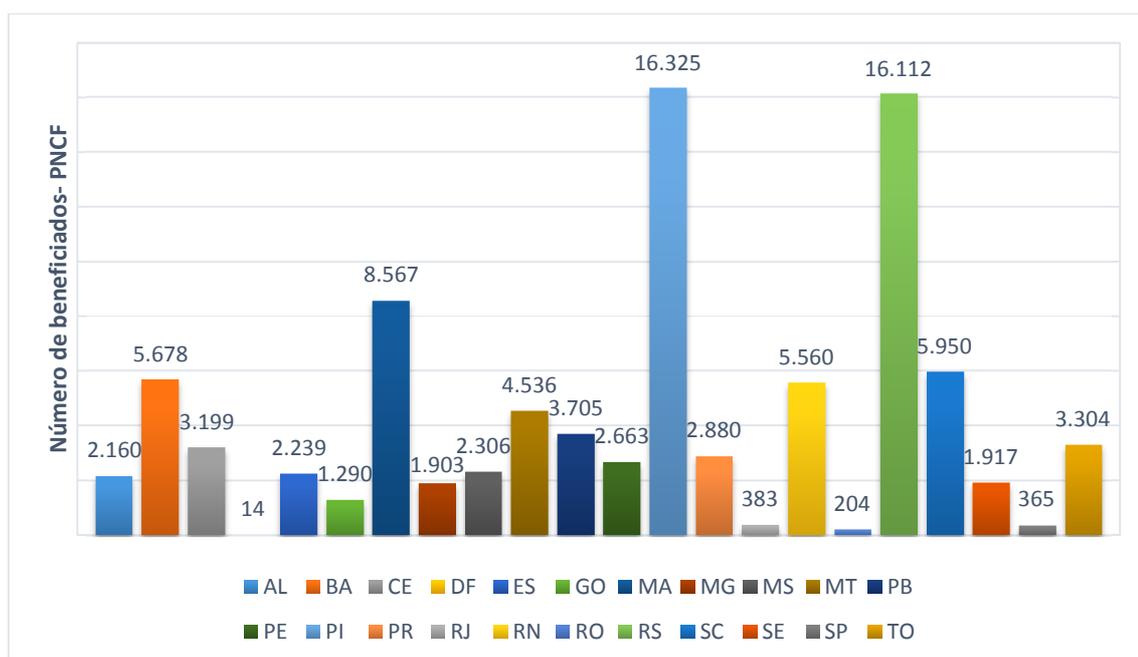
Tabela 17. Participação no PNCF por faixa etária.

Participação no PNCF por faixa etária				
<b>Ano</b>	<b>Até 28 anos</b>	<b>28 a 32 anos</b>	<b>32 a 45 anos</b>	<b>Mais de 45 anos</b>
2002	25,6%	11,7%	35,7%	27,0%
2003	26,6%	11,2%	38,1%	24,2%
2004	29,5%	12,1%	34,4%	24,1%
2005	33,5%	11,7%	32,1%	22,7%
2006	37,9%	11,5%	31,5%	19,1%
2007	35,4%	11,3%	31,7%	21,6%
2008	35,6%	10,6%	31,2%	22,6%
2009	38,2%	11,1%	30,2%	20,4%
2010	35,4%	12,0%	30,4%	22,2%
2011	35,9%	11,9%	29,4%	22,8%
2012	36,1%	11,3%	29,7%	22,9%
<b>Total</b>	<b>34,9%</b>	<b>11,4%</b>	<b>31,8%</b>	<b>21,9%</b>

Fonte: Adaptado de SRA/MDA, 2013.

A distribuição das famílias beneficiadas pelo PNCF, por estado encontra-se na Figura 32. Observa-se que os estados com maior número de famílias beneficiadas são o Piauí (16.325), Rio Grande do Sul (16.112) e Maranhão (8.567), respectivamente.

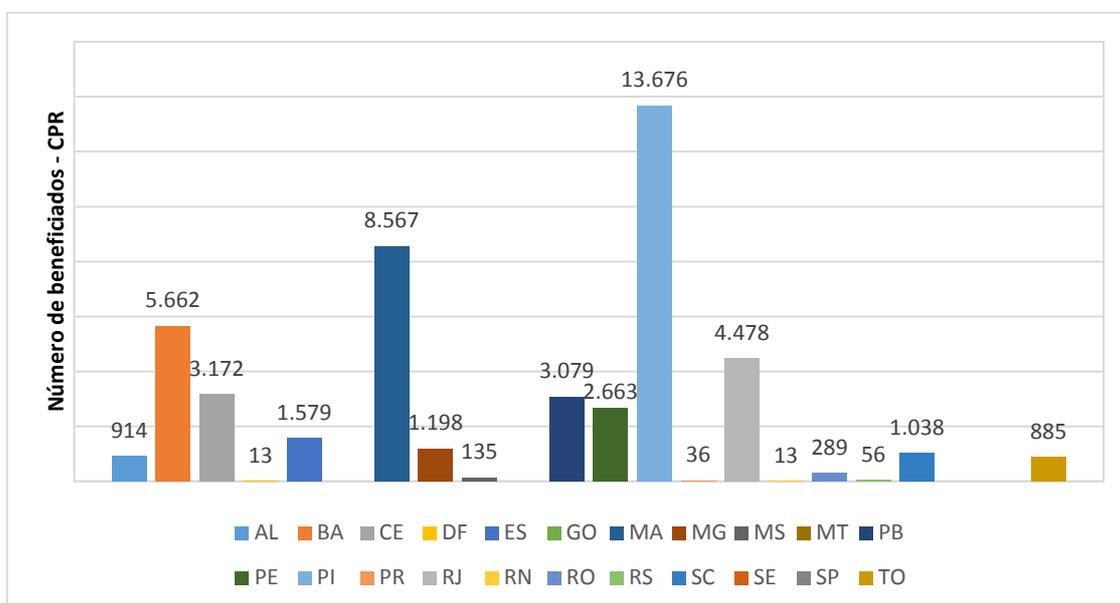
Figura 32. Número de famílias beneficiadas pelo PNCF por estado brasileiro.



Fonte: Adaptado de SRA/MDA, 2013.

A Figura 33 apresenta a distribuição por UF das famílias beneficiadas da linha CPR do PNCF.

Figura 33. Número de famílias beneficiadas pela linha CPR/PNCF por estado brasileiro.



Fonte: Adaptado de SRA/MDA, 2013.

Estabelecendo-se uma comparação entre as Figuras 32 e 33, verifica-se que o total de famílias beneficiadas pelo PNCF no estado do Maranhão e da linha CPR são os

mesmos, onde se conclui que o universo dos beneficiados pelo PNCF neste estado é contemplado tão somente pela linha CPR. Além disso, é interessante considerar que tal fato se justifica e vem a identificar os índices de pobreza e de desenvolvimento humano desfavoráveis neste estado, bem como o propósito de estabelecimento da linha CPR, voltados ao combate à pobreza rural.

Com relação ao estado do Piauí, segundo dados obtidos junto à Unidade Técnica Estadual do Crédito Fundiário no Piauí, o PNCF beneficiou o total de 16.379 famílias<sup>4</sup>, distribuídas em 641 assentamentos da seguinte forma: linha CAF 2.635 famílias (16,1%) beneficiadas, a linha CPR em benefício à 13.744 famílias (83,9%). Entre os beneficiados da linha CPR, constam 1.087 famílias beneficiadas pelo NPT e 646 famílias pelo selo PNCF Mulher.

Com relação ao total de área adquirida pelo PNCF no estado do Piauí, totalizam 370.959 hectares, dos quais 28,6% correspondem a linha CAF e 71,4% correspondentes à linha CPR.

Segundo dados obtidos junto ao MDA em 2013, o Programa Nacional de Crédito Fundiário financiou desde o ano de 2003 a aquisição de 1,85 milhões de hectares de terra, representando um investimento total da ordem de R\$ 2,67 bilhões.

O montante de recursos aplicados pelo PNCF no estado do Piauí, conforme dados totalizados em maio de 2013, relacionados ao Subprojeto de Aquisição de Terras (SAT), totalizaram R\$ 444,67 milhões. Entre este valor apresentado, R\$ 80,38 milhões (18,1%) foram aplicados na aquisição das terras e constituem um recurso reembolsável, com condições de rebate que podem representar até 50% de descontos do valor das parcelas a serem quitadas, enquanto o valor restante (R\$ 364,29 milhões) representa um recurso investido não reembolsável, disponibilizado e proveniente do Banco Mundial.

---

<sup>4</sup> Este valor apresenta uma pequena diferença ao apresentado na Figura 24, devido à atualização mais recente, obtida na realização do levantamento de campo, em junho de 2013.

### **2.3.3 A linha Nossa Primeira Terra - NPT**

A linha do NPT é voltada aos jovens sem-terra, filhos de agricultores familiares ou jovens provenientes de escolas agrotécnicas ou dos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs). O NPT tem como proposta contribuir com a busca de soluções para os problemas relacionados à questão do ordenamento agrário no país, que agravam o processo de êxodo rural no país (MDA, 2007).

Segundo o MDA (2010), o NPT tem como objetivos ampliar ações dos jovens junto ao PNCF, mediante o acesso à terra, contribuindo com a inserção de mão de obra qualificada no meio rural e com a ampliação da oferta de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para a agricultura familiar. Assim como propiciar o intercâmbio de experiências inovadoras na agricultura familiar e estimular a implementação de projetos que contribuam com o fortalecimento das associações de jovens trabalhadores rurais e/ou agricultores familiares.

Muito embora o Nossa Primeira Terra (NPT) tenha sido criado no ano de 2003, juntamente com a constituição do PNCF, como um selo dentro da linha de Combate à Pobreza Rural (CPR), atualmente tem o status de uma linha, juntamente com as linhas CPR e CAF.

Os recursos destinados ao NPT tem duas aplicações básicas:

1. Subprojeto de Aquisição de Terras (SAT) - que constitui em um recurso reembolsável, porém que apresenta condições de rebates de percentuais de 30% de desconto para os pagamentos efetuados no prazo de vencimento da parcela do financiamento. Tais rebates ainda podem ser acrescidos de outros descontos, ambos de 10% do valor da parcela a ser quitada. O primeiro ocorre caso a terra seja adquirida com valor inferior ao preço de avaliação do imóvel, definido pela equipe técnica da Unidade Técnica Estadual (UTE) e para o segundo caso, quando o assentamento for constituído em município localizado na região Semiárida.
2. Subprojeto de Infraestrutura Comunitária (SIC) - recurso destinado para a consolidação das benfeitorias dos assentamentos. Trata-se de um projeto de infraestrutura básica e produtiva, que é elaborado com a participação dos beneficiados e a equipe de ATER, contendo os respectivos planos de aplicação de recursos, cronogramas de execução e desembolso das parcelas previstas para liberação. Os recursos destinados à esta aplicação não são reembolsáveis. De maneira geral, o recurso SIC é destinado à construção de moradias, instalação da

rede de energia elétrica, perfuração do poço artesiano e instalação da rede de distribuição de água no assentamento, construção de fossas sépticas, instalação de cercas de divisas e lotes dos assentamentos. O recurso SIC também é voltado à constituição de sistemas de produção coletiva, de acordo com as potencialidades do assentamento e da região, dos perfis e experiências dos beneficiários, considerações e análises com respeito à questão da segurança alimentar, da viabilidade e retorno do investimento, possibilidades de comercialização e acesso ao mercado, entre outros aspectos pertinentes analisados.

Assim como o PNCF, a linha NPT passou recentemente por modificações e adequações, que foram definidas mediante à resolução do Banco Central do Brasil, nº 4.177, de 7 de janeiro de 2013, que define e altera algumas normas para contratação das operações de crédito fundiário ao amparo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, revogando as resoluções 3.861 e 4.038, de 27 de maio de 2010 e 15 de dezembro de 2011, respectivamente.

Entre as principais alterações, segundo à referida resolução, contam:

1 - O financiamento<sup>5</sup> para aquisição de imóvel rural, ao amparo dos recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária (FTRA), contratado a partir de 1º/4/2013 fica sujeito às seguintes condições:

- a) limite de crédito: até R\$80.000,00 (oitenta mil reais) por beneficiário<sup>6</sup>;
- b) prazos, estabelecidos em função da capacidade de pagamento: até 20 anos, incluídos até 36 meses de carência;
- c) garantia: hipoteca ou alienação fiduciária do imóvel financiado;
- d) encargos financeiros, conforme a classificação do beneficiário na data da contratação do financiamento:

I - inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, desde que a renda bruta familiar não ultrapasse R\$9.000,00: taxa efetiva de juros de 0,5% a.a.;

---

<sup>5</sup> O financiamento referido no item 1 pode incluir os seguintes itens: investimentos básicos para estruturação inicial das unidades produtivas dos imóveis adquiridos, assim considerados os investimentos em infraestrutura básica, tais como construção ou reforma de residência, disponibilização de água para consumo humano e animal, rede de eletrificação, abertura ou recuperação de acessos internos e construção ou reforma de cercas, bem como a manutenção da família durante os primeiros 6 (seis) meses do projeto e os investimentos para a implantação inicial da atividade rural a ser explorada, conforme estabelecido no regulamento operativo do fundo.

<sup>6</sup> Segundo a resolução nº. 4.177: O limite pode ser ampliado em até R\$7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), divididos em até 5 (cinco) parcelas anuais de até R\$1.500,00 (mil e quinhentos reais), conforme proposta aprovada pelo CEDRS, desde que o valor adicional seja utilizado para contratação de assistência técnica para a implantação e o acompanhamento da execução do projeto de financiamento.

II - com idade entre 18 e 29 anos: taxa efetiva de juros de 1% a.a.;

III - para os demais beneficiários: taxa efetiva de juros de 2% a.a.;

e) benefícios de adimplemento, aplicados sobre o valor da parcela de financiamento, conforme Tabela 18:

I - bônus fixo de adimplência, em função da região do imóvel objeto do financiamento, aplicável sobre o principal e os encargos financeiros de cada parcela, quando os pagamentos forem efetuados até os respectivos vencimentos;

II - bônus adicional de adimplência de 10% (dez por cento) concedidos sobre o principal e os encargos financeiros de cada parcela, quando a aquisição do imóvel se efetivar por valor inferior a, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor de referência estabelecido para cada caso, comunicado ao agente financeiro pela Unidade Técnica Estadual ou Regional, na forma definida no regulamento operativo do Fundo de Terras.

Tabela 18. Benefícios de adimplemento da linha NPT, aplicados sobre o valor da parcela de financiamento.

Região de localização do imóvel objeto do financiamento	Bônus fixo	Bônus adicional de adimplência
Região semiárida do Nordeste e área da Sudene nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo	40%	10%
Região Norte e restante da região Nordeste	30%	
Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul	20%	

Fonte: BCB, 2013.

Conforme a resolução nº 4.177, os beneficiários da linha NPT contam atualmente com uma taxa de juros de 1% e prazo de carência de 36 meses, com um prazo de amortização do financiamento que totaliza 20 anos. Porém para os assentamentos constituídos até janeiro de 2011, no caso de atraso no pagamento de alguma parcela do financiamento do recurso SAT, mesmo que ocorra por parte de somente um dos beneficiários do assentamento, vem a ocasionar a perda dos benefícios de rebate das parcelas, que podem totalizar até 50% de desconto (Tabela 18), em prejuízo a todos os beneficiários deste assentamento.

Por esse motivo, as ações integradas entre as empresas de prestação de serviços de ATER junto aos beneficiários da linha do NPT, atuando no processo de conscientização das famílias dos beneficiados nos aspectos relacionados à quitação dos vencimentos, no desenvolvimento das atividades produtivas e nas demais atividades voltadas à produção de renda da unidade familiar, contribuindo efetivamente com a

adimplência das parcelas de amortização do financiamento, assim como ao acesso e benefício dos rebates percentuais de descontos, definidos pelo SAT.

Além disso, o papel desempenhado pela FETAG e Sindicatos de Trabalhadores Rurais são fundamentais, pois estabelecem junto aos assentamentos do PNCF uma rotina de acompanhamento prévio no tocante às amortizações e quitações das parcelas do financiamento, contribuindo com os elevados índices de adimplência apresentados, assim como o acesso ao bônus adicional por adimplência. Segundo informe da UTE do Piauí, os índices de inadimplência neste estado da linha CPR são menores que 5% do total dos vencimentos, enquanto na linha CAF, já apresenta índices um pouco mais elevados.

Para o caso dos assentamentos constituídos a partir de fevereiro de 2011, as responsabilidades relacionadas à amortização do crédito fundiário passaram a ser tratadas de forma individualizada, onde os possíveis inadimplentes não comprometem os beneficiários adimplentes.

Entre algumas alterações que o NPT passou, a faixa etária dos possíveis beneficiários do programa passou por ampliação. Inicialmente estava voltada para jovens com idades entre 18 a 24 anos, passando mais recentemente, para a faixa etária compreendida entre 18 a 29 anos.

Além disso, entre os critérios de elegibilidade do NPT, tem-se que para o caso de jovens reunidos em forma de associação, a composição mínima seja de 70% de seus associados com idades compreendidas entre 18 e 29 anos e o limite de até 30% de jovens com a idade limite de até 32 anos. Há a possibilidade de se beneficiar pela linha NPT os jovens com idade compreendida entre 16 e menos que 18 anos, desde que devidamente emancipados.

O tempo de educação em escolas agrotécnicas ou CEFFAs pode ser computado como período de experiência em exploração agropecuária, cujo período mínimo previsto em lei é de cinco anos. Não poderão ser beneficiados pelo NPT os filhos de proprietários rurais que possuem imóveis com mais de três módulos fiscais (MDA, 2007).

Com relação ao agente financeiro que promove a liberação dos recursos junto ao NPT no Piauí, o Banco do Nordeste (BNB) tem participação em 90% dos assentamentos constituídos, enquanto o Banco do Brasil, tem participação em 10% dos assentamentos da linha do NPT neste estado. Dados que evidenciam, além da concentração do BNB como agente financeiro da linha do NPT no Piauí, a indicação de um importante parceiro de apoio junto a este programa, pois além de agente financiador do PNCF e da linha do NPT, também é a instituição financeira quem detém nos estados do Nordeste a análise e

a liberação dos recursos do Pronaf A, que podem ser aplicados nas unidades produtivas, contribuindo com a geração de renda, a própria segurança alimentar das famílias beneficiadas, como a sustentabilidade e viabilidade dos assentamentos constituídos nesta linha.

Os beneficiários do NPT e do PNCF podem acessar outros programas e políticas públicas de apoio à agricultura familiar e de desenvolvimento rural, entre os quais o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf A), linha de financiamento voltada para os beneficiários da reforma agrária, voltado ao desenvolvimento e a consolidação das atividades produtivas (MDA,2007).

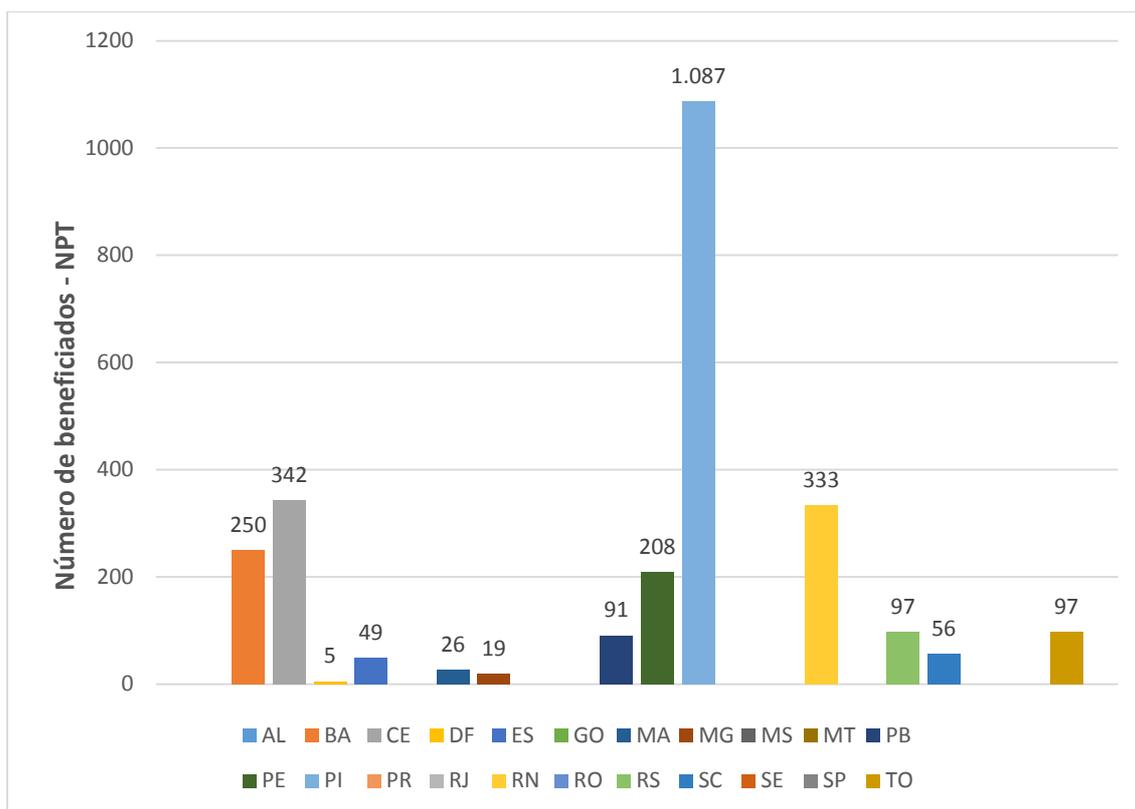
A UTE é o órgão executor do PNCF e, portanto, da linha do NPT, sendo responsável pelos processos de análises de elegibilidade dos imóveis e beneficiados; a execução das propostas de aquisição e o financiamento do imóvel rural; como o acompanhamento da aplicação dos recursos destinados à implementação dos SICs (MDA,2007). Além disso, é a instituição que realiza a supervisão e o acompanhamento dos serviços de capacitação e ATER prestados aos assentamentos do NPT.

Assim como acontece no PNCF, uma das estratégias de implantação do NPT está em descentralizar as ações dos estados, contando com a participação das comunidades, que atuam nas tomadas de decisão do programa. A linha do NPT conta com a constituição de uma ampla rede de apoio, promovido e difundido por meio de parcerias estabelecidas entre os governos federais, estaduais e municipais, organizações da sociedade civil, em particular as organizações sindicais (FETAG e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e suas regionais), bem como outros movimentos sociais e setores, para o caso do estado do Piauí, cabendo destaque o envolvimento dos Centros Familiares de Alternância, entre as quais a Fundação Santa Ângela, sediada no município de Pedro II. Tais parcerias e instituições constituíram um grupo de apoio, suporte e divulgação da linha NPT no Piauí, sendo de fato, instituições e atores atuantes, que contribuíram com o diferencial, representatividade, participação deste programa neste estado e no cenário nacional.

Atualmente o total de beneficiados do NPT no Brasil é de 2.660 famílias, apresentando concentração marcante no estado do Piauí, onde estão estabelecidos 40,86% dos assentamentos NPT no país, fato que reforça a importância de estudos avaliando a implementação do programa naquele estado, como o apresentado nessa dissertação.

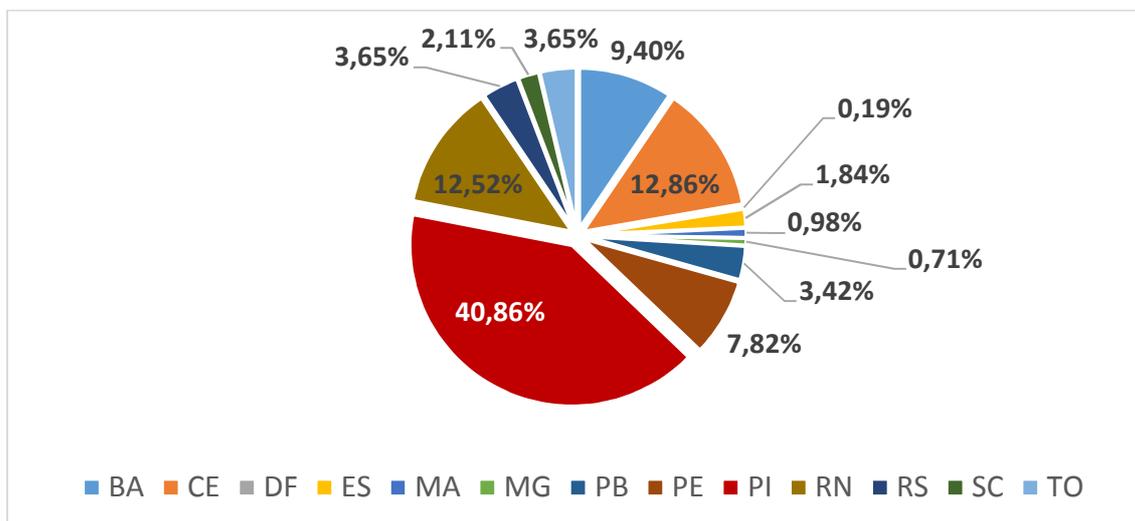
As Figuras 34 e 35 apresentam a distribuição e o percentual do total de número de beneficiários do NPT pelas unidades federativas de ocorrência desta linha.

Figura 34. Número de beneficiários por estado na linha NPT.



Fonte: Adaptado de SRA - MDA, 2013, SIG CF.

Figura 35. Representação percentual dos beneficiários da linha NPT no país, por UF.



Fonte: Adaptado de SRA - MDA, 2013, SIG CF.

O histórico do Nossa Primeira Terra (NPT) no Piauí ocorreu com algumas experiências iniciais com assentamentos constituídos por jovens, nos municípios de Batalha, Colônia do Piauí e Pedro II, a partir dos anos de 2004 e 2005. A realização de

15 seminários regionais promovidos pela FETAG, suas regionais e Sindicatos de Trabalhadores Rurais no Piauí foram determinantes na divulgação do programa. Além disso, o apoio das instituições parceiras: Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), Unidade Técnica Estadual do Crédito Fundiário (UTE), Centros Familiares de Formação por Alternância e instituições de ATER foram fundamentais no desenvolvimento e implementação de novos assentamentos da linha NPT.

Especificamente para o caso dos assentamentos do NPT no estado do Piauí, constituídos até o momento, todos estão inseridos na linha CPR, pois além do selo do NPT, os beneficiários apresentam elegibilidade à linha CPR, o que permite certas condições mais interessantes de acesso ao crédito fundiário, por meio de melhores condições e taxas de juros, como pelo adicional de R\$ 3.000,00 por beneficiado, voltada ao desenvolvimento coletivo de atividades produtivas e a geração de renda.

Conforme os objetivos propostos por este capítulo, foi realizado um aprofundamento nas políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural, com certas especificações relacionadas ao estado do Piauí e às interfaces dos demais programas junto ao Nossa Primeira Terra.

De maneira geral, na contextualização das políticas do governo federal voltadas ao desenvolvimento do meio rural brasileiro observou-se que estas foram idealizadas visando contribuir com o acesso aos bens de produção e na melhoria da qualidade de vida; promovendo ações focadas na melhor distribuição de renda, inclusão social e voltadas ao enfrentamento da pobreza; ao desenvolvimento das atividades produtivas e geração de renda; levando em conta as dimensões políticas, sociais, ambientais, econômicas e culturais.

Portanto, tratam-se de políticas públicas aplicadas que possuem potencial de complementariedade de ações, onde o fator primordial para o alcance dos objetivos comuns é o alinhamento entre os gestores, tomadores de decisão e o seu público alvo.

O detalhamento relacionado ao perfil e as principais características das políticas públicas voltadas ao meio rural brasileiro, bem como das políticas voltadas ao reordenamento agrário, também se objetivam a estruturar as análises e discussões que seguem apresentadas no desenvolvimento do Capítulo 3.

### CAPÍTULO 3: O NPT NO PIAUÍ

O presente capítulo tem o objetivo de contextualizar a área de estudo, apresentar a metodologia de pesquisa desenvolvida, bem como apresentar os resultados obtidos no estudo de caso, que contou com a aplicação do roteiro de entrevista junto aos beneficiários de três assentamentos da linha Nossa Primeira Terra, assim como os atores de instituições que tem atuação junto ao PNCF e aos gestores do programa no estado do Piauí.

Dessa forma, o capítulo encontra-se segmentado em três itens principais e que se objetivam a:

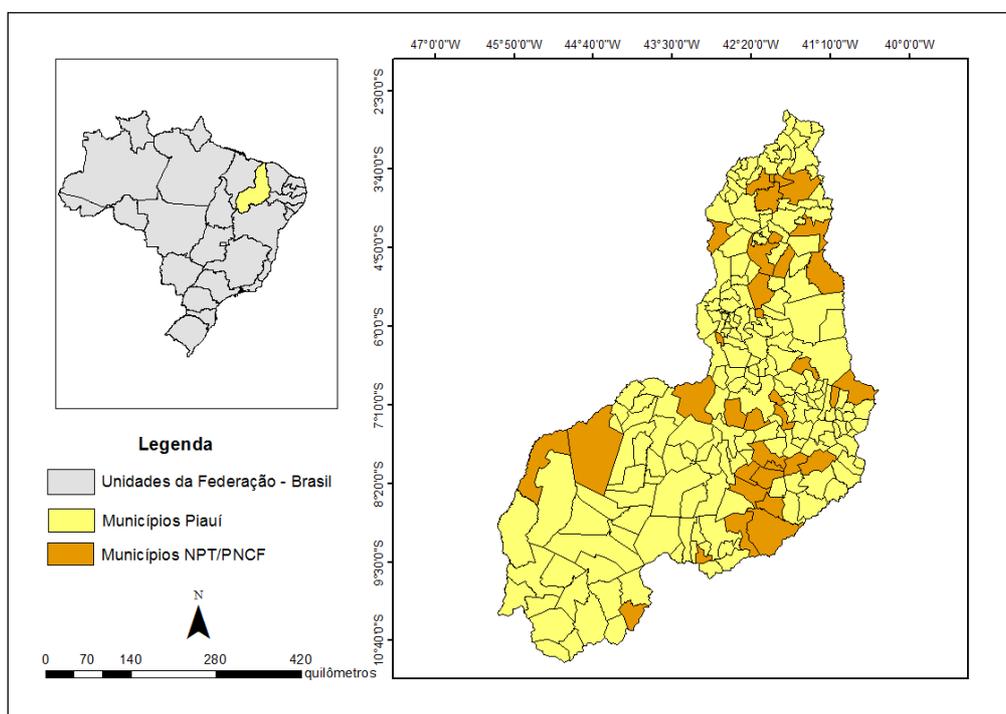
- *localizar e descrever a área de estudo* – mediante apresentação de aspectos ambientais e socioeconômicos do estado do Piauí e da região de estudo; distribuição dos assentamentos da linha Nossa Primeira Terra no estado do Piauí; e fatores considerados na identificação, seleção e recorte que subsidiaram a definição dos assentamentos de estudo;
- *apresentar a metodologia aplicada na pesquisa;*
- *apresentar os dados obtidos durante o levantamento de campo* - analisando a linha Nossa Primeira Terra, do Programa Nacional de Crédito Fundiário no estado do Piauí, sob a ótica do desenvolvimento rural sustentável, focando em suas limitações e potencialidades. Ao mesmo tempo, analisar os processos de implantação e resultados preliminares do NPT/PNCF sob os aspectos socioeconômicos, ambientais e culturais, com a proposição de ações, à luz das limitações e potencialidades identificadas, em contribuição ao fortalecimento da sustentabilidade do NPT/PNCF. Realizar análises e discussões relacionadas às políticas públicas, às potenciais conectividades e oportunidades voltadas aos beneficiários da linha Nossa Primeira Terra e ao desenvolvimento rural sustentável.

Face a isso, tem a proposição de, frente ao que foi apresentado nos capítulos 1 e 2, possibilitar análises, considerações e resgates, estabelecendo um diálogo entre os capítulos e os dados obtidos nos estudos de caso, aqui apresentados, contribuindo assim com subsídios às conclusões finais deste estudo.

## Caracterização da área de estudo

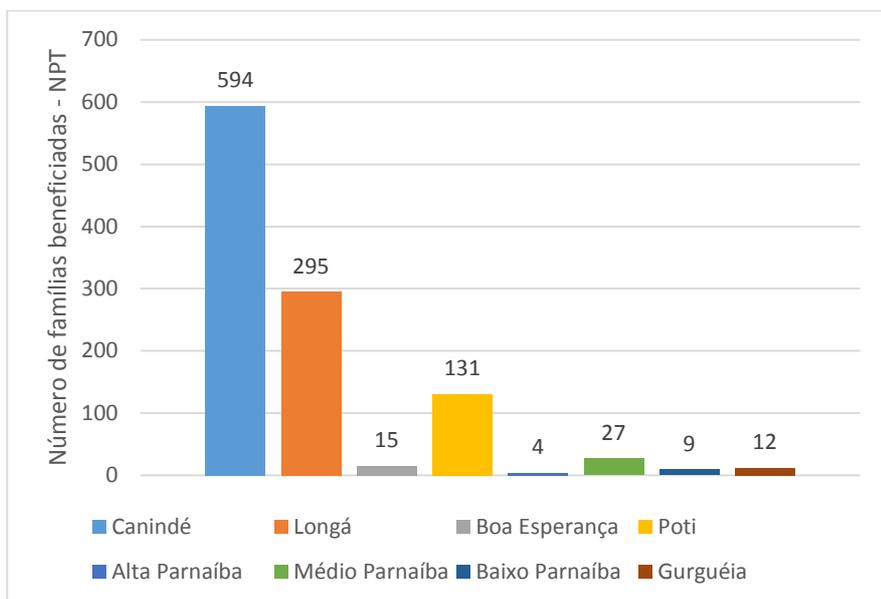
A linha Nossa Primeira Terra (NPT), do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) se distribui em 35 municípios no estado do Piauí. Estes municípios abrangem um total de 53 assentamentos constituídos por jovens, beneficiando 1.087 famílias, conforme dados do Sistema de Informações Gerenciais do Crédito Fundiário (SIG CF - SAF/MDA), obtidos em fevereiro de 2013. A Figura 36 permite identificar a localização dos municípios piauienses onde estão implantados os assentamentos da linha NPT.

Figura 36. Localização dos municípios onde estão os assentamentos da linha NPT no Piauí.



Com relação à localização por bacia hidrográfica, 81,8% das famílias beneficiadas pela linha NPT estão situadas nas bacias hidrográficas do Canindé e Longá. A Figura 37 apresenta a distribuição dos beneficiários da linha NPT, segundo localização por bacia hidrográfica.

Figura 37. Distribuição dos beneficiários da linha NPT no estado do Piauí, segundo localização por bacia hidrográfica.



A partir da identificação das áreas de concentração dos assentamentos da linha NPT, a determinação da área de estudo para a realização dos levantamentos de campo, considerou determinados aspectos:

- representatividade e abrangência dos assentamentos na linha NPT/PNCF no estado do Piauí;
- logística de acesso e deslocamento;
- proximidade com a capital Teresina e entre os assentamentos;
- a otimização dos recursos financeiros e humanos.

Neste sentido, compilando tais informações e consultando os gestores do PNCF, a escolha da área de estudo voltou-se para os assentamentos da bacia do rio Longá, onde estão localizados da linha NPT: 15 assentamentos e 295 beneficiários.

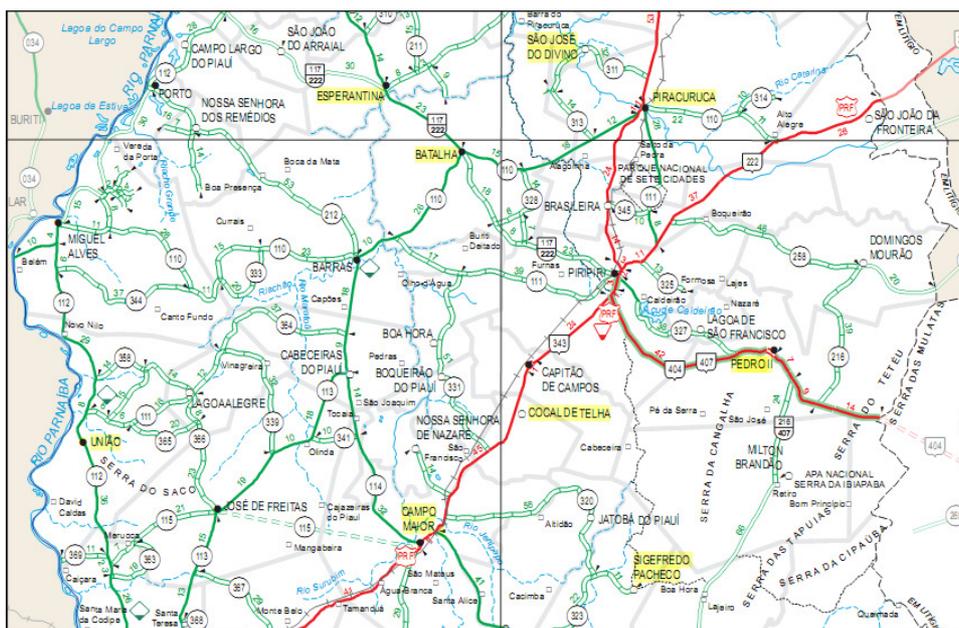
A bacia do rio Longá, ocupa uma área de 24.101,98 km<sup>2</sup>, corresponde a 8,82 % da área total do estado, está localizada ao norte do estado do Piauí e vem a ser uma bacia de contribuição à bacia do rio Parnaíba. A Figura 38 identifica a bacia do Longá e onde se localizam os assentamentos de estudo da linha NPT.

Figura 38. Localização da bacia hidrográfica do Longá, no estado do Piauí.



A Figura 39 apresenta, em destaque na coloração amarela, os municípios da bacia do Longá onde estão implantados os assentamentos da linha NPT.

Figura 39. Localização dos municípios de assentamentos da linha NPT, bacia do Longá.



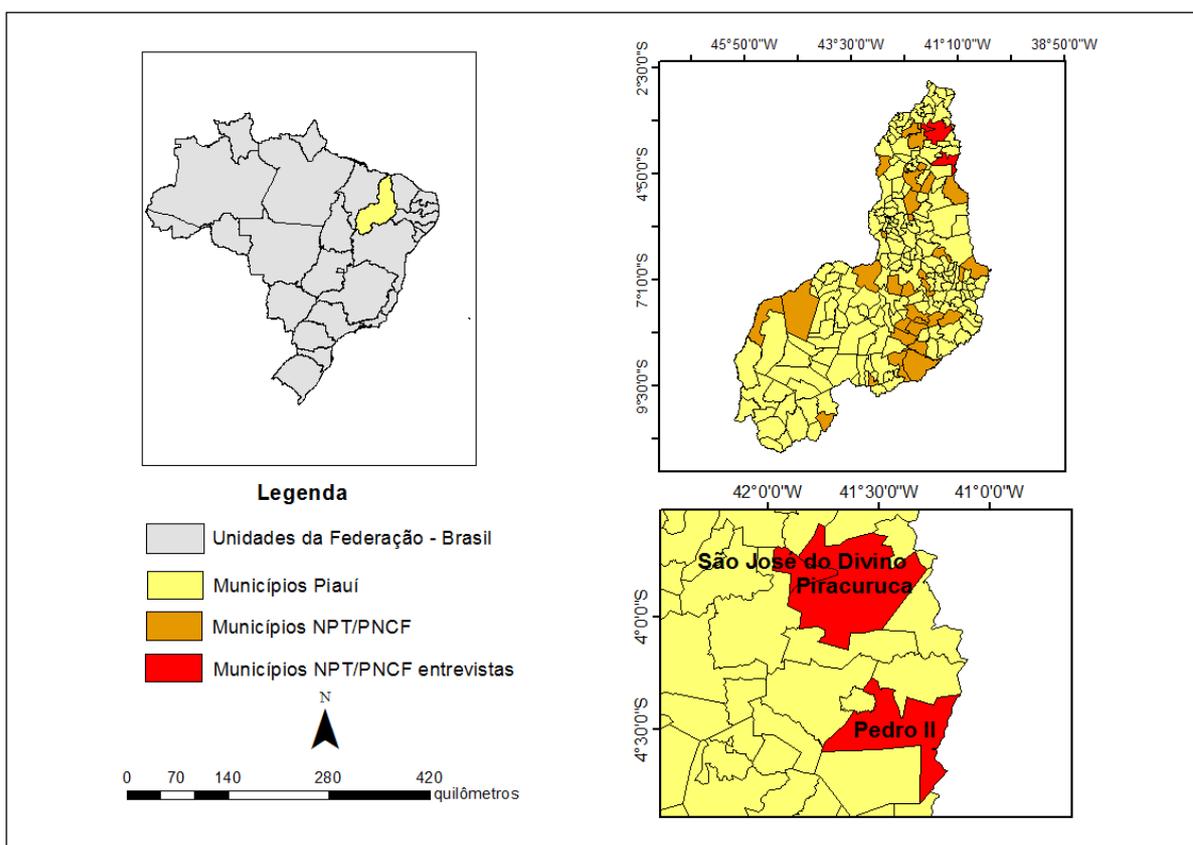
Fonte: DNIT, 2009.

Nesta bacia foi realizado um recorte para a aplicação das entrevistas, para os assentamentos localizados em Pedro II, Piracuruca e São José do Divino, onde a seleção dos assentamentos ocorreu em função da proximidade entre estes municípios, estágios diferenciados de implantação e pela constituição dos beneficiários nos assentamentos: assentamento composto exclusivamente por jovens provenientes de formação técnica em agropecuária (escola familiar por alternância); assentamento misto, onde constam jovens com formação técnica e jovens sem formação técnica; e assentamento constituído somente por jovens de origem rural e sem formação técnica.

Desse modo, foram selecionados para a realização do levantamento de campo os assentamentos: Pedro II, Bela Vista e Fazenda Carolina, localizados respectivamente nos municípios de Pedro II, Piracuruca e São José do Divino.

Os municípios onde estão localizados os três assentamentos da linha NPT que fizeram parte da pesquisa realizada, seguem identificados pela Figura 40.

Figura 40. Localização dos municípios onde estão os assentamentos de estudo.

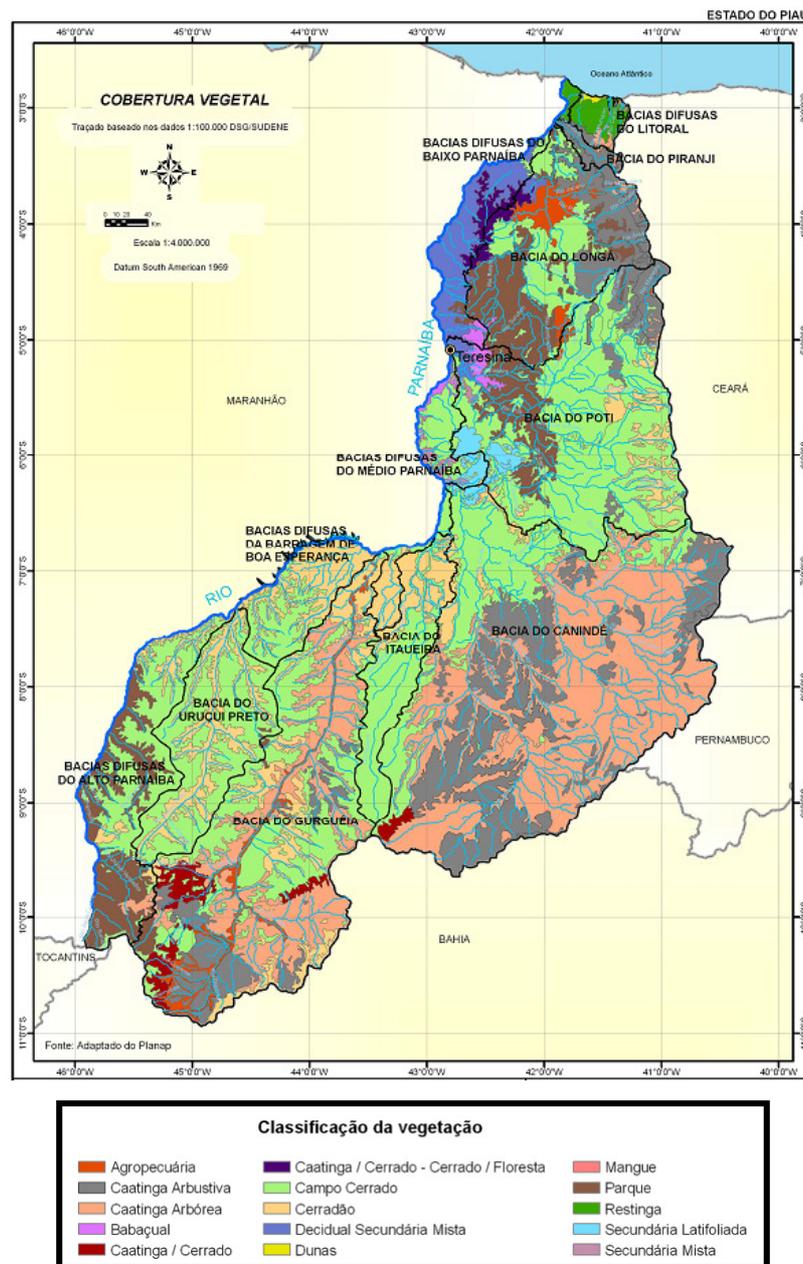


- *Aspectos ambientais*

O Piauí abrange os biomas Caatinga e Cerrado, com regiões de ecótonos, que possuem características intermediárias e de transição, no caso, entre os biomas Caatinga-Cerrado e Amazônia-Caatinga.

A caracterização da vegetação do estado do Piauí, segue apresentada na Figura 41.

Figura 41. Mapa da cobertura vegetal do estado do Piauí.



Fonte: SEMAR, 2010.

No estado do Piauí, a Caatinga distribui-se ao leste e sudeste do estado do Piauí. Já as regiões de domínio do bioma Cerrado estão localizadas predominantemente na área central do estado, assim como na região sudoeste. A área de estudo, onde foram aplicadas as entrevistas possuem características que permitem inseri-las predominantemente no bioma Caatinga, porém apresentando pequenos trechos de ocorrência de vegetação de Cerrado. Sobretudo, estas áreas estão inseridas no Semiárido Piauiense.

O desmatamento ocasionou a redução de 50% da vegetação original do bioma Cerrado, conforme dados do Projeto TerraClass (2008), desenvolvido em parceria entre INPE, Embrapa e Ministérios do Meio Ambiente (MMA), Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Segundo estudo técnico de monitoramento do desmatamento do bioma Cerrado (MMA, 2009), o estado do Piauí, possuía uma área original de 93.424 km<sup>2</sup> de Cerrado, restando ao final do ano de 2008, 79.316 km<sup>2</sup> de vegetação remanescente, o equivalente a 85% da área original.

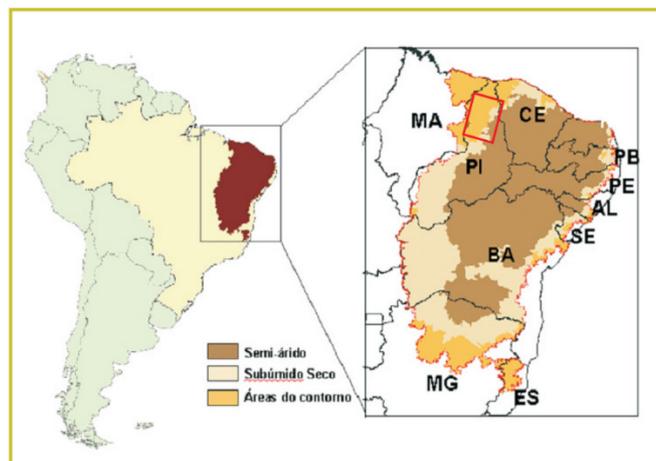
No caso da Caatinga, segundo Silva (2010), o bioma original contava com abrangência territorial em 826.441,23 km<sup>2</sup>, restando ao final de 2008, o remanescente florestal de 52,63% deste bioma.

Os processos de degradação ambiental, devido à redução da cobertura vegetal e exploração agropecuária desordenada tem ocasionado o comprometimento da biodiversidade do semiárido, por meio de processos erosivos, assoreamento de rios e nascentes e o comprometimento dos recursos hídricos (qualidade e quantidade).

Note-se ainda que, segundo o Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima, publicado em 2007 (IPCC, 2007), as áreas semiáridas do Brasil são as mais vulneráveis aos efeitos do aquecimento global. As baixas precipitações aliadas ao manejo inadequado do solo podem ocasionar processos de desertificação.

A Figura 42 identifica as áreas suscetíveis à desertificação no Brasil, destacando a área da bacia hidrográfica do Longá, onde estão localizados os assentamentos da linha NPT, que fizeram parte da pesquisa de campo.

Figura 42. Áreas suscetíveis à desertificação no Brasil, com destaque para a área de estudo.



Fonte: MMA,2007.

O clima na bacia do rio Longá, segundo a classificação de Köeppen, é do tipo Aw, quente e úmido com estação chuvosa no outono, com início no verão. A temperatura média situa-se em torno de 27°C, submetida a variações em função da estação chuvosa. A média das máximas é da ordem de 30,5°C, enquanto a média das mínimas é da ordem de 23,2°C (CODEVASF, 2006a).

A umidade relativa do ar, média, é da ordem de 75%, crescendo de sudeste para noroeste. A precipitação média anual situa-se ao redor de 1.200 mm, devendo-se observar que no trimestre março-abril-maio, há concentração de aproximadamente 60% do total anual. A evaporação média anual é estimada em 1.600 mm, enquanto a evapotranspiração potencial chega a 1.700 mm (CODEVASF, 2006a).

A bacia hidrográfica Longá está totalmente contida no domínio da Bacia Sedimentar Parnaíba, que constitui a principal bacia sedimentar da região nordeste brasileira. As formações geológicas presentes na Bacia do rio Longá, que apresentam melhores características como aquíferos são, das mais novas para as mais antigas predominando o Grupo Balsas: formação Piauí; o Grupo Canindé: formação Poti, formação Cabeças, e formação Itaim; e o Grupo Serra Grande. As formações sedimentares que constituem os principais aquíferos (Piauí, Cabeças e Serra Grande), são constituídas por sedimentos paleozoicos (CODEVASF, 2006a).

A unidades geomorfológicas da área são as feições físicas da superfície, esculpidas pelos agentes da dinâmica externa terrestre, no decorrer do tempo geológico,

e que têm grande influência no atual clima da região. Os solos predominantes na bacia do rio Longá são: Latossolos Amarelos álicos e distróficos, e Podzólicos vermelho-amarelos álicos.

- *Aspectos socioeconômicos*

Segundo Silva (2008), o semiárido brasileiro abrange 1.133 municípios, onde residem cerca de 21 milhões de pessoas, ocupando um território de 969.589,4 km<sup>2</sup>, com maior predomínio na Região Nordeste (90%) e o restante localizado na região setentrional de Minas Gerais.

A degradação deste bioma afeta diretamente as diversas populações tradicionais habitantes da região, que têm no extrativismo e no manejo dos recursos da biodiversidade uma importante forma de garantir seu sustento. Verifica-se também a predominância de atividades produtivas em áreas de baixa produtividade e rentabilidade agrícola, baixa aplicação de tecnologias de produção, assim como de tecnologias sustentáveis de produção agrícola.

Em relação aos municípios (Pedro II, Piracuruca e São José do Divino) onde localizam os assentamentos que fizeram parte da presente pesquisa, a Tabela 19 apresenta dados demográficos (IBGE, 2010).

Tabela 19. Dados demográficos dos municípios estudados.

	<b>Pedro II</b>	<b>Piracuruca</b>	<b>São José do Divino</b>
População total	37.496	27.553	5.148
População urbana	22.666	19.247	2.710
População rural	14.830	8.306	2.438
Taxa de urbanização	60,45%	69,85%	52,64%
PIB per capita (R\$)	3.691,02	4.273,02	4.580,46
Renda per capita (R\$)	270,17	286,63	214,48
Densidade demográfica (hab/ Km2)	24,70	11,57	16,13
Área do Município (Km2)	1.518,23	2.380,40	319,13

Fonte: IBGE, 2010 e PNUD, 2013.

Com relação aos níveis de miserabilidade e desigualdade social presentes nos municípios da região de estudo, estes são similares encontrados em diversas regiões do Nordeste, assim como no estado do Piauí (Tabela 20).

Tabela 20. Fatores relacionados à miserabilidade nos municípios estudados.

	<b>Pedro II</b>	<b>Piracuruca</b>	<b>São José do Divino</b>
Porcentagem de incidência de pobreza	56,41%	61,18%	53,55%
Porcentagem de domicílios na miséria	23%	18%	21%
Habitantes que vivem em situação de extrema pobreza	9.915	5.884	1.166
Porcentagem da população em situação de extrema pobreza	26,5%	23,4%	22,6%
Porcentagem de habitantes com rendimento mensal domiciliar per capita nominal de até 70,00 (R\$)	27,6%	21,8%	23,5%
IDH (IDH-M 2010)	0,571	0,596	0,565
Índice de GINI	0,40	0,44	0,36

Fonte: IBGE, 2010 e PNUD, 2013.

Informações relativas ao acesso ao Programa Bolsa Família podem ser encontrados na Tabela 21.

Tabela 21. Informações relativas ao acesso ao Programa Bolsa Família nos municípios estudados.

	<b>Pedro II</b>	<b>Piracuruca</b>	<b>São José do Divino</b>
Total de famílias cadastradas (cadastro único – ref. mar 2013)	8.320	7.459	1.357
Total de famílias beneficiadas	6.595	5.079	989
Repasse do mês maio/2013 (R\$)	1.379.136,00	795.458,00	129.990,00
Estimativa de famílias de baixa renda - Perfil CadÚnico (Censo 2010)	6.898	5.156	1.066
Estimativa de famílias pobres - Perfil CadÚnico (Censo 2010)	5.782	4.174	849
Percentual de cobertura - benef.BF/CadÚnico	114,1%	121,7%	116,5%

Fonte: MDS, 2013.

No que tange ao abastecimento de água para consumo humano na área urbana (não se obteve informações censitárias a respeito do abastecimento de água nos domicílios das áreas rurais), a Tabela 22 apresenta informações relativas aos municípios

de estudo. Com base nos resultados, pode se verificar que o município de Pedro II é o que apresenta maior percentual de domicílios que possuem acesso ao serviço de abastecimento de água, em 76,7% dos domicílios.

Tabela 22. Informações relativas ao abastecimento de água para consumo humano na área urbana.

	<b>Pedro II</b>	<b>Piracuruca</b>	<b>São José do Divino</b>
Nº. de domicílios particulares permanentes urbano	6.129	5.606	783
Nº. de domicílios particulares permanentes com abastecimento de água - Rede geral - urbano	4.703	3.244	422
% de domicílios particulares permanentes com abastecimento de água - Rede geral - urbano	76,7%	57,9%	53,9%

Fonte: IBGE, 2010.

A respeito do saneamento básico a Tabela 23 apresenta informações dos municípios da pesquisa. Neste caso, os dados se relacionam aos domicílios localizados em situação urbana ou rural, onde mesmo que apresentando resultados contrastantes, ainda assim em ambas as situações os valores encontrados estão bem distantes do satisfatório (IBGE, 2010).

Tabela 23. Aspectos relacionados ao saneamento básico nos municípios da área de estudo.

	<b>Pedro II</b>	<b>Piracuruca</b>	<b>São José do Divino</b>
<b>Rural</b>			
Domicílios particulares permanentes - saneamento adequado	0,0%	0,0%	0,0%
Domicílios particulares permanentes - saneamento inadequado	64,9%	92,7%	58,5%
Domicílios particulares permanentes - saneamento semi-adequado	35,2%	7,3%	41,5%
	<b>Pedro II</b>	<b>Piracuruca</b>	<b>São José do Divino</b>
<b>Urbano</b>			
Domicílios particulares permanentes - saneamento adequado	11,3%	12,5%	1,0%
Domicílios particulares permanentes - saneamento inadequado	1,9%	3,4%	1,3%
Domicílios particulares permanentes - saneamento semi-adequado	86,8%	84,1%	97,7%

Fonte: IBGE, 2010.

A Tabela 24 apresenta a situação da estrutura fundiária nos municípios de estudo, que tem forte presença de agricultores familiares. De maneira geral os dados apresentados são bem característicos da estrutura fundiária desigual, semelhante às demais regiões do estado do Piauí, da região Nordeste e do país em geral.

Para o caso do município de Pedro II, ocorre uma situação diferenciada com relação ao percentual de ocupação dos estabelecimentos da agricultura familiar e da agricultura patronal, mas o que não deixa de afetar a realidade desigual da estrutura fundiária, que pode ser notada pela relação área por estabelecimento que existem nos nestes dois casos (AF e patronal).

Tabela 24. Estrutura fundiária dos municípios de estudo.

	Pedro II	Piracuruca	São José do Divino
<b>Agricultura familiar - Lei nº 11.326</b>			
Estabelecimentos	2.761	1.272	468
Área (ha)	24.874	27.743	5.748
Relação: Área/estabelecimentos	9,01	21,81	12,28
Relação: Área AF/área total	44,01%	25,52%	27,13%
<b>Não familiar</b>			
Estabelecimentos	238	312	65
Área (ha)	31.650	80.976	15.436
Relação: Área/estabelecimentos	132,98	259,54	237,48
Relação: Área não AF/área total	55,99%	74,48%	72,87%

Fonte: IBGE, 2006

Na área de estudo, no meio rural, as principais culturas praticadas são: milho, feijão, mandioca, arroz, cana-de-açúcar, frutas: caju, banana, manga, cajá, graviola, mangaba, maracujá, limão, entre outras, bem como hortaliças. A criação de caprinos e ovinos tem presença tradicional na região, além da criação de galinhas, suínos e a piscicultura, que possui certa ocorrência em determinadas localidades da bacia.

Provenientes dos produtos descritos acima existem processos que envolvem a transformação destes em pequenas agroindústrias, voltadas à produção de farinha de mandioca, sucos concentrados, cajuína (bebida típica do Piauí) e rapadura.

Atividades extrativas da região de Caatinga e Cerrado também contribuem como fonte de renda e alimentos para as populações desta região, com destaque para os frutos, além do babaçu e da carnaúba, com destino respectivamente para a retirada da amêndoa e para a produção de cera.

Em relação aos programas de crédito e aquisição de alimentos, respectivamente o Pronaf, PNAE e PAA, com dados referentes ao ano de 2010, para os municípios de localização dos assentamentos de estudo, a Tabela 25 apresenta algumas informações.

Tabela 25. Informações relativas aos programas Pronaf, PNAE e PAA.

	Pronaf - 2010		PNAE - 2010		PAA - 2010	
	Nº de participantes	Valor total repassado (R\$)	Nº Alunos	Valor Pago (R\$)	Total de beneficiados	Valor total repassado (R\$)
<b>Pedro II</b>	692	1.063.102,69	8.889	535.440,00	162	4.200,00
<b>Piracuruca</b>	1.539	1.792.075,76	4.242	255.240,00	-	-
<b>São José do Divino</b>	423	617.497,80	1.542	90.990,00	-	-

Fonte: Consea, 2011.

Para o caso da linha de crédito rural do Pronaf, destaca-se negativamente o município de Pedro II, onde somente 25% dos agricultores familiares tiveram acesso ao crédito em 2010. No caso do município de São José do Divino 90% dos agricultores familiares tiveram acesso ao crédito e no caso de Piracuruca este percentual ficou em torno de 120%. Entre outras possíveis justificativas para os valores encontrados, pode-se dizer que o agente financeiro situado em Piracuruca deve realizar a operação de crédito da linha Pronaf para agricultores familiares de outros municípios próximos, não atendidos por instituição financeira de atuação nesta linha de crédito rural.

### **Metodologia da pesquisa**

A metodologia desenvolvida neste estudo envolveu a análise de dados qualitativos, bem como quantitativos, mediante as seguintes etapas:

*Etapa 1: Obtenção e organização de dados secundários.*

Os dados secundários a respeito do PNCF e da linha NPT foram levantados junto às seguintes instituições governamentais: INCRA, MDA, Delegacia do MDA-PI, Unidade Técnica Estadual do Piauí, Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado do Piauí, NEAD, dentre outras.

*Etapa 2: Seleção da área para obtenção de dados primários – área de estudo.*

Esta etapa objetivou delimitar a área de estudo para a coleta dos dados primários, isto é para a realização das entrevistas com os beneficiários do NPT. Nesta etapa levou-

se em conta informações secundárias fornecidas pela delegacia do MDA-Piauí tais como forma de distribuição, representatividade e abrangência dos assentamentos na linha NPT/PNCF no estado do Piauí, mas considerou-se principalmente questões relacionadas à logística de acesso e deslocamento, bem como a proximidade com a capital Teresina e entre os assentamentos, que contribuíram com a otimização dos recursos financeiros e humanos. Os municípios selecionados foram: Pedro II, Piracuruca e São José do Divino, pertencentes à bacia hidrográfica do rio Longá, onde estão presentes 27,5% dos beneficiários do NPT no Piauí. Os assentamentos selecionados para a aplicação das entrevistas foram: Pedro II, Bela Vista e Fazenda Carolina, respectivamente em relação aos municípios mencionados.

### *Etapa 3: Elaboração dos questionários.*

A elaboração dos questionários tanto para entrevistar os gestores como beneficiários locais baseou-se na metodologia aplicada e desenvolvida pela equipe de pesquisa coordenada por Gerd Sparovek (FEALQ/ESALQ), na série de estudos de reordenamento agrário, voltados à avaliação do PNCF, linhas CAF e CPR (MDA, 2007a e 2007b), assim com base na pesquisa desenvolvida por Lima (2011), na avaliação do PNCF realizado na região Sul do país.

A partir dessas contextualizações e referências de roteiro de questionários utilizados, foram estruturados dois modelos próprios, que seguem delineados a seguir:

O primeiro modelo de questionário foi aplicado apenas aos beneficiários da linha NPT nos assentamentos selecionados e identificados na Etapa 2, visando obter um maior detalhamento de aspectos voltados às atividades produtivas, assistência técnica, composição de renda e qualidade de vida.

O segundo modelo foi aplicado junto aos gestores e atores envolvidos com a linha NPT e o PNCF, assim como aos beneficiários, buscando obter uma caracterização, dificuldades e potencialidades sob as diferentes óticas.

Ambos os modelos abordaram questões relacionadas aos fatores sociais, econômicos, culturais e ambientais, cujos itens seguem apresentados de forma detalhada na Tabela 26. Os modelos dos questionários aplicados encontram-se no anexo deste documento.

Tabela 26. Itens inseridos nos questionários elaborados e aplicados.

Itens	<b>Roteiro do modelo 1:</b>	<b>Roteiro do modelo 2:</b>
	Aplicado junto aos beneficiados do NPT	Aplicado às instituições e beneficiados do NPT
1	Perfil do beneficiário	Histórico e etapas de constituição do NPT no estado do Piauí
2	Processo de capacitação e Assistência técnica	Aspectos relacionados ao Desenvolvimento Rural Sustentável
3	Qualidade de vida	Interface da linha NPT com outras políticas públicas
4	Organização social e fortalecimento do capital social	Resultados alcançados, junto aos objetivos do NPT
5	Sistemas de produção e geração de renda	Diferenciação de assentamentos, de acordo com constituição dos beneficiados – egressos de CEFFAs ou não egressos
6	Origem e composição da renda familiar	Pontos positivos, limitações e perspectivas de ações futuras para resolver os problemas levantados
7	Diagnóstico ambiental	
8	Questão do jovem no campo	
9	Transformações após o NPT e um olhar para o futuro	
10	Avaliação do NPT	

*Etapa 4: Aplicação dos questionários aos atores locais.*

As entrevistas para avaliação da linha NPT no estado do Piauí ocorreram no período compreendido entre 3 e 11 de junho de 2013, sendo aplicados ao total 22 questionários. Onde 12 questionários foram aplicados, conforme o modelo 1, e outros 10 questionários aplicados, pelo roteiro do modelo 2.

O modelo 1 de questionário foi aplicado em 3 assentamentos e 4 beneficiários por assentamento, totalizando 12 beneficiários entrevistados.

Com o apoio da Delegacia do MDA do Piauí foi realizado um contato prévio junto às lideranças dos assentamentos de estudo, informando a respeito da pesquisa a ser realizada, bem como o agendamento da data prevista para a realização desta. Essa ação prévia contribuiu com determinados fatores, quais estes: expectativa e ciência do que iria se realizar; adequação e otimização do período de realização; e a concordância e

disponibilidade de tempo, por parte dos beneficiários entrevistados, no momento da aplicação do roteiro de entrevista aplicado.

O modelo 2 de questionário foi aplicado junto aos beneficiários dos três assentamentos estudados e aos atores locais representantes das seguintes instituições: Delegacia do Ministério de Desenvolvimento Agrário no Piauí, Unidade Técnica Estadual do Crédito Fundiário; Empresa de prestação de serviços de ATER aos assentamentos NPT - CEAA; lideranças do movimento sindical - FETAG-PI e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Piripiri; instituição educacional de formação familiar por alternância - Fundação Santa Ângela; instituição do setor financeiro – Banco do Nordeste. Nesta fase foram aplicados 10 questionários.

Assim como no caso do roteiro do modelo 1, foram realizados contatos prévios com as instituições e seus representantes para que fosse agendado uma data e horário para a realização das entrevistas, segundo o roteiro do modelo 2. Desse modo, havia previamente o conhecimento e propósito dos objetivos deste estudo, uma determinada apresentação de quem vinha aplicar o questionário, assim como a concordância e boa receptividade em disponibilizar tempo e informações relacionadas ao NPT/PNCF.

Para a maioria dos casos, foi disponibilizado pela UTE-PI um motorista da instituição, que foi o responsável pelos deslocamentos entre os assentamentos de estudo e os demais deslocamentos, necessários à realização e aplicação dos roteiros de entrevistas, junto às instituições localizadas no interior do estado do Piauí. Este foi um apoio fundamental na realização dos levantamentos de campo, contribuindo na logística de deslocamentos entre os municípios.

Cabe também o informe que um veículo foi disponibilizado para o deslocamento entre os municípios de estudo, assentamentos e a capital do estado. Veículo este, que foi alugado com recursos disponibilizados pela SRA/MDA e que contribuiu efetivamente com a questão logística e da otimização do período disponibilizado para a realização da pesquisa de campo.

*Etapa 5: Processamento e análise dos resultados advindos da aplicação dos questionários.*

A partir das entrevistas em campo, os resultados da aplicação dos questionários foram processados no programa Excel, permitindo análise comparativa e geração de gráficos e tabelas.

Os resultados advindos da aplicação dos questionários serão apresentados e discutidos de forma separada para o Modelo 1 e 2.

O Modelo 1 foi aplicado apenas aos beneficiários, com o propósito de obter informações relativas às atividades agrícolas nos assentamentos selecionados, dentre outros aspectos voltados à qualidade de vida.

O Modelo 2 foi aplicado tanto aos beneficiários quanto aos gestores e demais atores locais relacionados a linha NPT.

A apresentação e discussão também seguirão os itens que compõem os questionários apresentados no item metodologia.

## **1. Avaliação e impactos do NPT sob a perspectiva dos beneficiários**

Neste caso foram entrevistados quatro beneficiários em cada um dos assentamentos que fizeram parte da pesquisa de campo: Bela Vista, Fazenda Carolina e Pedro II, totalizando 12 entrevistas realizadas no roteiro de questionário do Modelo 1. Tais informações disponibilizadas pelos entrevistados, podem contribuir com resultados indicativos de certas características e especificidades de cada assentamento, mas por outro lado pode não retratar a realidade de todo o assentamento, pois se trata de um levantamento parcial, realizado com um número limitado arbitrário de pessoas entrevistadas por assentamento.

### ***1.1 Perfil dos assentamentos Bela Vista, Fazenda Carolina e Pedro II***

O **Assentamento Bela Vista**, está localizado no município de Piracuruca e tem seu histórico de atividades iniciado em fevereiro de 2009, a partir da constituição da Associação dos Jovens Produtores Rurais do Assentamento Bela Vista. Após este momento inicial, outros encaminhamentos foram sendo realizados, entre os quais a procura e a aquisição da terra, que foi efetivada também no ano de 2009. A área total desse assentamento é de 497 hectares, o valor de aquisição da terra – subprojeto de aquisição de terras (SAT) - foi de R\$ 192.313,84 e os recursos destinados aos subprojetos de investimentos comunitários (SIC) totalizaram R\$ 301.147,33. A partir de abril de 2011 o assentamento foi consolidado e entregue aos 25 beneficiados da linha Nossa Primeira Terra, incluindo infraestrutura instalada das 25 moradias, acesso e redes de distribuição

de energia elétrica e água, além da construção de um aprisco comunitário, voltado à criação de caprinos, desenvolvida de forma coletiva, entre os beneficiados desse assentamento.

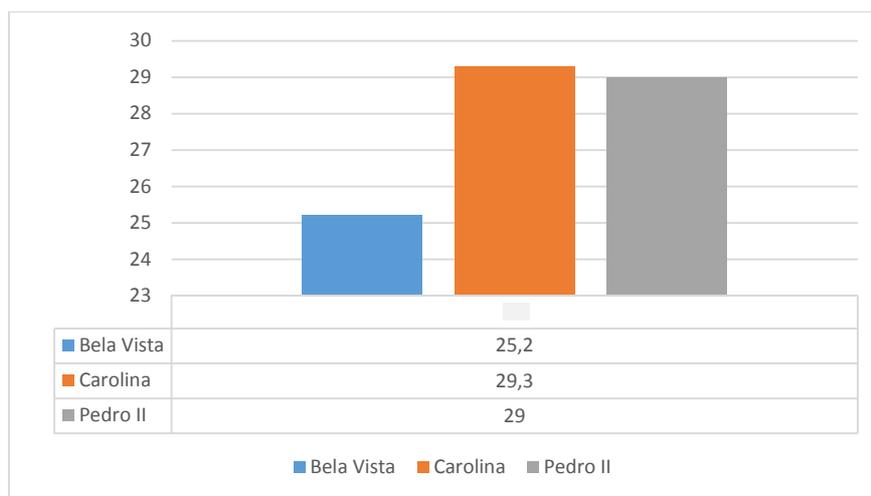
O **Assentamento Fazenda Carolina**, está localizado no município de São José do Divino, teve sua constituição em 2010, a partir da fundação da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Carolina e da aquisição pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) da terra, via recurso do Subprojeto de Aquisição de Terra (SAT), ocorrida em novembro de 2010. A área total deste assentamento é de 963 hectares, o valor de aquisição da terra foi de R\$ 520.800,00 e os recursos voltados ao SIC totalizaram R\$ 479.200,00. Em agosto de 2012 o assentamento foi entregue aos 40 beneficiados, onde constavam as 40 residências recém construídas, bem como a rede de distribuição de energia elétrica e água instalada.

O **Assentamento Pedro II**, localizado no município de Pedro II, foi um dos primeiros assentamentos da linha do Nossa Primeira Terra a ser constituído no estado do Piauí, a partir da constituição da Associação Regional de Desenvolvimento Rural de Pedro II e da aquisição de 224 hectares de terra, ocorridos no ano de 2005. O número de beneficiados deste assentamento é de 13 famílias, onde os recursos aplicados na sua constituição totalizaram R\$ 182.500,00, dos quais o recurso aplicado na aquisição da terra foi de R\$ 21.000,00 e o recurso voltado à infraestrutura e atividades produtivas (SIC) foram de R\$ 161.500,00. A data de consolidação e entrada dos beneficiários no assentamento foi 7 de junho de 2007, alcançando no momento desta pesquisa, 6 anos de constituição.

### ***1.2 Perfil dos beneficiários***

Com relação ao perfil dos beneficiários dos assentamentos onde foi realizada a pesquisa de campo, a partir do processamento dos dados obtidos, foram geradas figuras que subsidiaram uma discussão comparativa os mesmos. A Figura 43 apresenta a idade média dos entrevistados beneficiários nos 3 assentamentos.

Figura 43. Idade média dos entrevistados dos assentamentos de estudo.



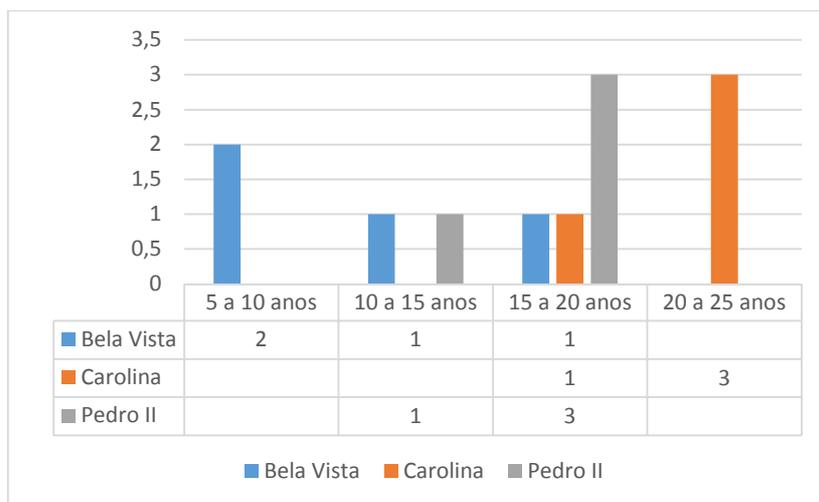
Embora o assentamento Fazenda Carolina, entre os assentamentos deste estudo, seja o de constituição mais recente, com menos de 1 ano de consolidação, em relação à idade média dos entrevistados, apresentou maior valor, mesmo que bem próximo aos jovens entrevistados no Assentamento Pedro II, constituído no ano de 2007.

Quanto à composição do grupo de jovens de cada um destes assentamentos, cabe citar um certo diferencial de constituição e formação entre estes: o Assentamento Pedro II é formado por 13 jovens egressos da Escola Família Agrícola Santa Ângela, no curso técnico agropecuário; já no caso do Assentamento Bela Vista, dos 25 beneficiários, 3 jovens possuem formação técnica em agropecuária. No caso do Assentamento Fazenda Carolina, todos os jovens beneficiários não tiveram a oportunidade de passar por alguma capacitação em escola técnica agropecuária ou por algum centro familiar de formação por alternância (CEFFA).

Um dos critérios de elegibilidade à linha do NPT e demais do PNCF está na experiência mínima relacionada à produção agropecuária de 5 anos e período de estudo em escola de formação agrotécnica ou CEFFA.

Desta forma, a Figura 44, apresenta as faixas de anos de experiência relacionados à produção agropecuária, de acordo com a informação obtida junto aos entrevistados de cada assentamento desta pesquisa. Neste sentido, pode-se notar que tais beneficiários da linha do NPT, atendem à condição de elegibilidade quanto ao critério especificado.

Figura 44. Anos de experiência em atividades agropecuárias, dos beneficiários entrevistados, nos assentamentos de estudo do NPT.



Além disso, o fato de se exigir a experiência mínima de 5 anos aos jovens com idades compreendidas entre 18 e 29 anos, evidencia a importância da experiência e vivência de atividades produtivas relacionadas ao meio rural para se assumir os compromissos exigidos pela linha NPT.

O que pode contribuir com determinados fatores de sucesso e assertividade na implantação destes assentamentos, com relação às atividades produtivas a se desenvolver, à geração de renda das unidades familiares, com melhores condições relacionadas à questão da segurança alimentar, como pela maior probabilidade de permanência do beneficiado no assentamento e dos níveis de adimplência destes, com o financiamento estabelecido junto ao crédito fundiário.

Um outro aspecto levantado na pesquisa foi com relação à origem do jovem beneficiado pela linha NPT. Verificou-se que todos os beneficiários entrevistados tiveram nascimento nos municípios de constituição de cada assentamento. O que vem a ser um indicativo que na composição dos assentamentos de estudo, vem a ocorrer o predomínio de jovens nascidos e originados nos mesmos municípios de localização dos assentamentos.

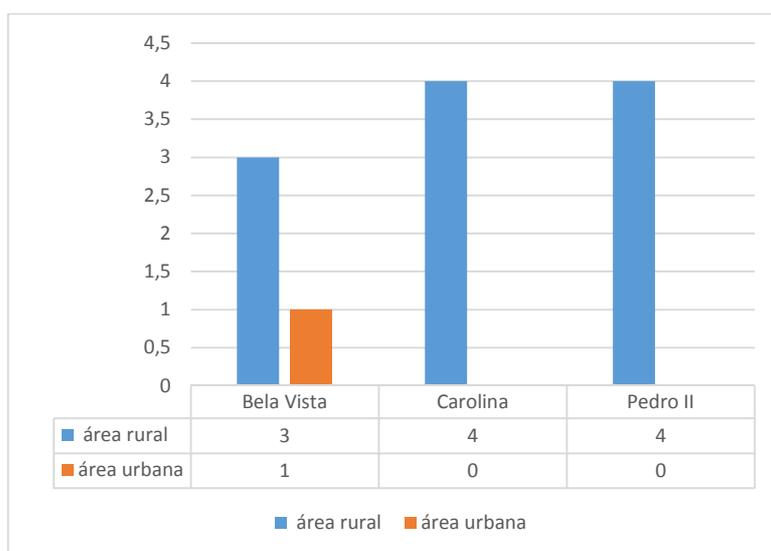
Fato este que pode trazer algumas contribuições, entre as quais: fortalecimento dos laços sociais, maior facilidade de acesso e representação junto aos fóruns locais de discussão relacionados às políticas públicas, conhecimento das adversidades e especificidades da região de localização do assentamento, bem como a possibilidade de amparo e apoio que os beneficiários da linha NPT podem receber de seus familiares, nos

momentos iniciais de constituição dos assentamentos e no estabelecimento junto aos lotes e moradias.

Nos assentamentos: Fazenda Carolina e Pedro II todos os 8 entrevistados são provenientes da área rural. Para o caso do assentamento Bela Vista, somente 1 entrevistado tem origem no meio urbano, enquanto os 3 restantes têm origem no meio rural, como também possuem origem em outro assentamento, onde os pais residem e são beneficiários de um assentamento do INCRA, consolidado há muitos anos.

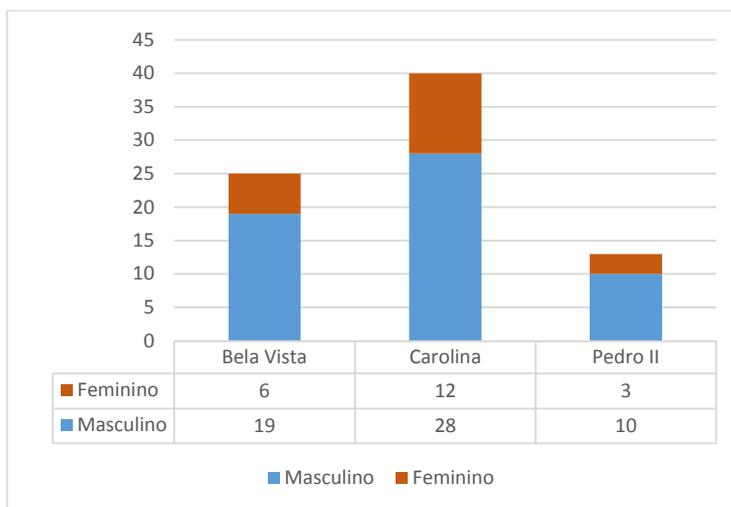
Nota-se, portanto, o predomínio dos beneficiários que possuem origem no campo, no caso dos 12 beneficiários entrevistados, apresentando um percentual de 91,6% originados no meio rural (Figura 45). Esse dado, mesmo que qualitativo, pode identificar um perfil entre os beneficiários do NPT com maiores informações voltadas às questões agrárias, com determinados conhecimentos e saberes relacionados às práticas e ao desenvolvimento de atividades produtivas. O que pode contribuir com os resultados a serem alcançados pelos beneficiários destes assentamentos.

Figura 45. Origem dos entrevistados dos assentamentos de estudo – área urbana e rural.



Outros dois aspectos compuseram a análise do perfil dos beneficiários da linha NPT: o gênero e o estado civil dos beneficiários. Para ambos os casos, os valores obtidos se relacionam ao total dos beneficiários de cada assentamento e não somente aos 12 entrevistados nesta pesquisa. As Figuras 46 e 47 apresentam os dados obtidos nos assentamentos Bela Vista, Fazenda Carolina e Pedro II.

Figura 46. Constituição dos beneficiários dos assentamentos de estudo, com relação ao gênero.



Com relação ao gênero dos beneficiários pode-se verificar que a composição percentual entre feminino e masculino nos assentamentos Bela Vista e Pedro II são muito similares, sendo de 24% e 76% e 23% e 77%, respectivamente. Para o caso do assentamento Fazenda Carolina, a relação de gênero foi de 30% e 70%, para os sexos feminino e masculino respectivamente, apresentando uma ocorrência um pouco mais expressiva para o sexo feminino, quando comparado aos outros assentamentos pesquisados.

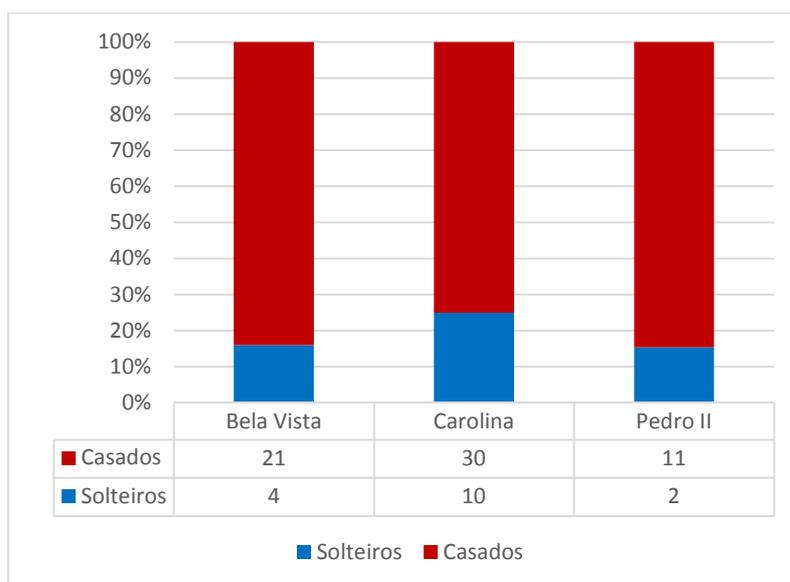
Primeiramente há que se considerar que existem nas comunidades rurais uma certa dominância do gênero masculino sobre o gênero feminino, o que poderia de fato justificar os dados obtidos e apresentados na Figura 46. Segundo DIEESE (2011), através de dados obtidos no PNAD 2009, a relação de gênero do meio rural brasileiro é composta por 52,1% da população do sexo masculino e 47,9% da população do sexo feminino, o que de certa forma não diferencia muito da proporção encontrada entre os dados obtidos nos assentamentos onde as entrevistas foram realizadas. Além disso, existe um histórico e ocorrência de migração de jovens do gênero feminino residentes no meio rural, em direção aos centros urbanos, em busca de melhores oportunidades de renda e qualidade de vida, que supera o processo de migração de jovens do gênero masculino em direção ao meio urbano.

Porém, para a região onde se realizou o levantamento de campo, obteve-se relatos de que o processo de migração de jovens, predominantemente do gênero masculino, originados das comunidades rurais para estados da região Sudeste, em busca de melhores oportunidades de renda e qualidade de vida é muito frequente. Em certas comunidades o

número de emigrantes desta categoria chega a 80%. Para o caso do município de Pedro II, alguns entrevistados informaram que entre 10 a 20 ônibus partem semanalmente com destino à região citada, transportando jovens, que partem em busca de melhores oportunidades e condição de vida, neste processo histórico de migração Nordeste – Sudeste.

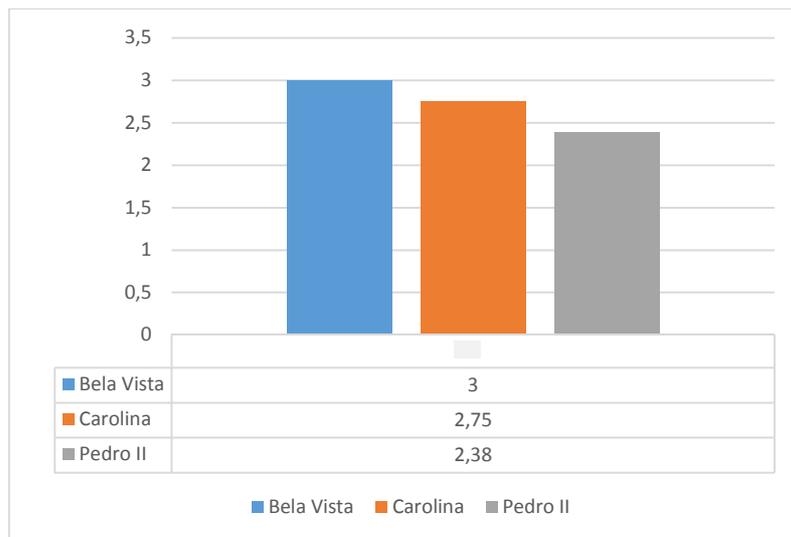
A Figura 47 apresenta o estado civil dos beneficiários nos assentamentos de estudo, onde os assentamentos Bela Vista e Pedro II apresentam situações percentuais bem semelhantes, onde cerca de 85% dos beneficiários se encontram casados. No caso do Assentamento Fazenda Carolina, consolidado há pouco mais de 1 ano, este apresenta maior percentual de beneficiários solteiros (25%), pelo fato deste assentamento ser o mais recente, onde os jovens possuem em geral idades inferiores. Lembrando que a faixa etária de elegibilidade dos beneficiários da linha NPT é compreendida entre 18 a 29 anos.

Figura 47. Estado civil dos beneficiários, nos assentamentos de estudo.



Com relação à composição média familiar dos assentamentos (Figura 48), obteve-se uma variação média entre 2,38 e 3 pessoas residentes por moradia. Fato curioso é que o assentamento Pedro II, constituído há mais tempo - 6 anos, apresenta a menor relação de pessoas residentes por moradia (2,38), em comparação a Bela Vista (3,00) e Carolina (2,75).

Figura 48. Composição média familiar dos assentamentos de estudo.



### ***1.3 Processos de capacitação, assistência técnica e extensão rural (ATER)***

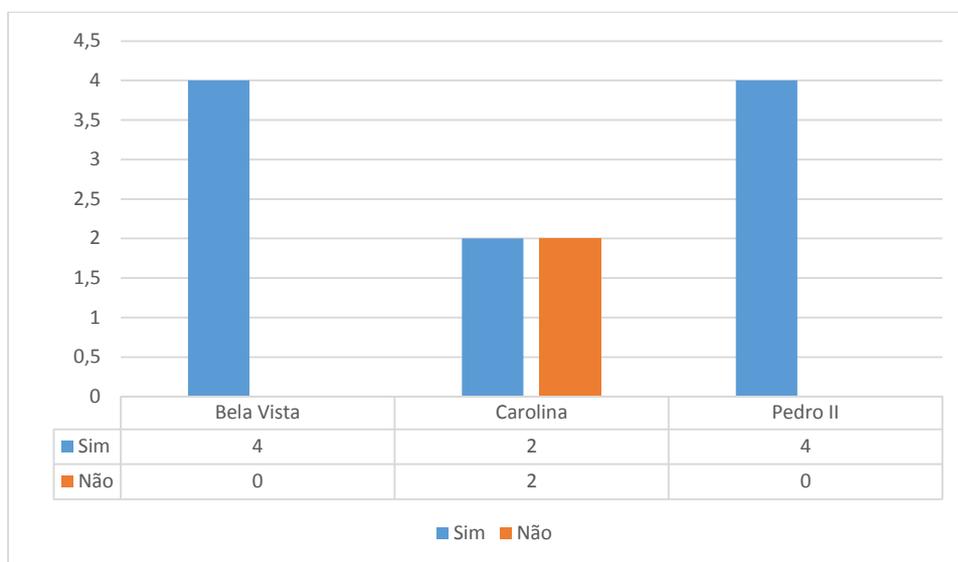
O NPT, bem como as outras linhas do PNCF, contempla ações e recursos voltados aos processos de capacitação, assistência técnica e extensão rural junto aos beneficiados do programa. Anteriormente o período contemplado para as ações de ATER junto ao PNCF estabelecia 2 anos de acompanhamento inicial aos assentamentos que eram consolidados, com possibilidade de prorrogação por mais 1 ano. Após este período de 2 ou 3 anos, a prestação de serviços de ATER a estes assentamentos ocorre por meio de editais e chamadas públicas para contratação de serviços de ATER.

A partir de abril de 2013, a prestação de serviços de ATER aos assentamentos recentemente consolidados do PNCF passou para o período de 5 anos, o que evidencia um olhar atento às necessidades de ajustes ao programa, na supressão de determinados gargalos e deficiências, por hora identificadas pelos beneficiários, equipe técnica e gestores do PNCF.

Na fase de constituição do assentamento, ocorre um processo de capacitação dos beneficiários, onde são apresentadas as condições do programa, formas de repasse de recursos e controle dos investimentos realizados, papel das entidades envolvidas e suas responsabilidades, condições relacionadas à produção coletiva e produção familiar, bem como ações estratégicas para as quitações do financiamento estabelecido, entre outros temas relacionados.

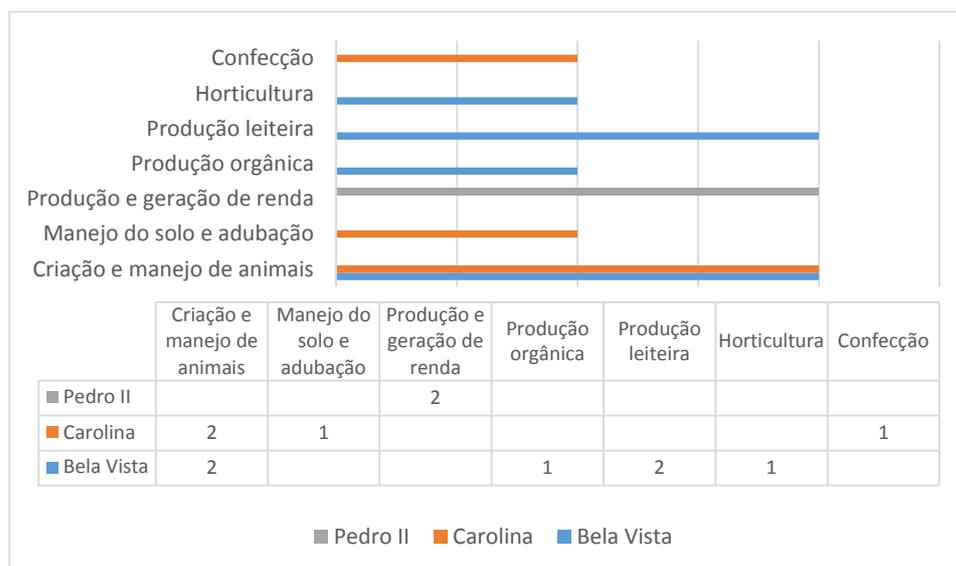
Para o caso dos Assentamentos Bela Vista e Pedro II, os entrevistados informaram a ocorrência do processo de capacitação inicial, bem como de outros cursos e capacitações que foram realizadas. Para o caso do Assentamento Fazenda Carolina, 2 entrevistados confirmaram a capacitação inicial, além de outras capacitações realizadas, enquanto os outros 2 entrevistados informaram não ter conhecimento a respeito. Como existe a ocorrência de desistências e o abandono de alguns lotes nos assentamentos de estudo, com posterior substituição e ocupados por novos beneficiários, é bem possível que desta forma, pode ocorrer que os novatos nesta situação, que venham ocupar os lotes desocupados, não passem por esta capacitação inicial ou mesmo outras capacitações que já foram aplicadas no assentamento. A Figura 49 apresenta o número de capacitações identificadas nos assentamentos estudados desde a sua implantação.

Figura 49. Capacitações sobre o PNCF identificadas nos assentamentos.



Além de levantar a ocorrência dos processos de capacitação ocorridos nos assentamentos de estudo, outro ponto levantado foi relacionado ao interesse dos beneficiários em outros cursos que os entrevistados gostariam que fossem realizados. Neste caso, a Figura 50, apresenta as principais demandas por capacitações, segundo os depoimentos dos beneficiários entrevistados.

Figura 50. Demanda por capacitações, segundo entrevistados dos assentamentos de estudo.



A presença de assistência técnica nos assentamentos de estudo foi também levantada relativa a dois períodos, antes e após a implantação dos assentamentos. Os dados obtidos confirmaram a ocorrência anterior de prestação de serviços de ATER aos assentamentos, porém para o período posterior que vai até o momento atual, o Assentamento Bela Vista informou não contar com o serviço prestado de ATER. O que foi relatado pelos entrevistados é que a empresa que vinha prestando este serviço, não atendia adequadamente, como não apresentava uma frequência constante a este assentamento, sendo descredenciada, após vários meses de ausência ou inadequação do serviço prestado. O Centro de Educação Ambiental e Assessoria (CEAA), empresa sediada em Piracuruca, passará a prestar o serviço de ATER junto ao Assentamento Bela Vista.

Este problema levantado, certamente compromete os resultados obtidos no assentamento, seja em relação à geração de renda, aos aspectos produtivos, participativos, do próprio reconhecimento e autoestima do beneficiário, que tem suas responsabilidades em relação ao programa de crédito fundiário, claramente evidenciado neste caso.

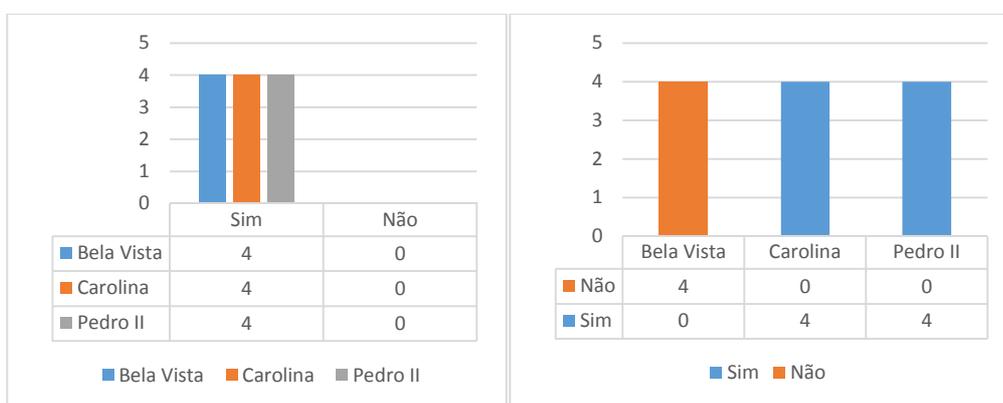
As ações de monitoramento e avaliação dos serviços de ATER e dos resultados obtidos nos assentamentos da linha NPT e das demais linhas do PNCF são de responsabilidade da Unidade Técnica Estadual (UTE), com uma ótica mais distante da equipe de técnicos da delegacia do MDA-PI.

Determinados ajustes e aproximações, no sentido de otimizar a eficiência destes monitoramentos e avaliações dos serviços de ATER e das etapas de desenvolvimento de cada assentamento do NPT são extremamente necessários e fundamentais na obtenção da qualidade dos resultados alcançados pelos assentamentos NPT e por seus beneficiários.

De fato, há uma necessidade de se ter um olhar mais crítico sobre a qualidade da extensão rural prestada, nos resultados efetivamente alcançados, objetivando-se, além da própria constituição e estabelecimento desses assentamentos, na continuidade e visão de futuro dos mesmos, como na própria avaliação e resultados apresentados pelo programa.

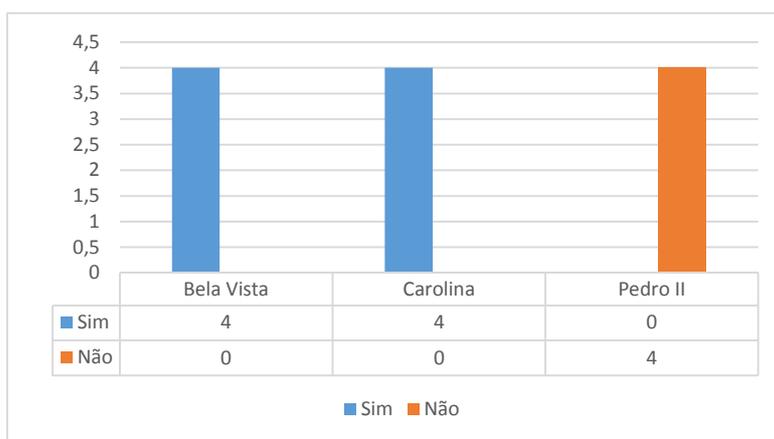
A Figura 51 apresenta a presença de assistência técnica na região antes e após implantação dos assentamentos.

Figura 51. Prestação de serviços de ATER aos assentamentos de estudo, situação anterior e atual.



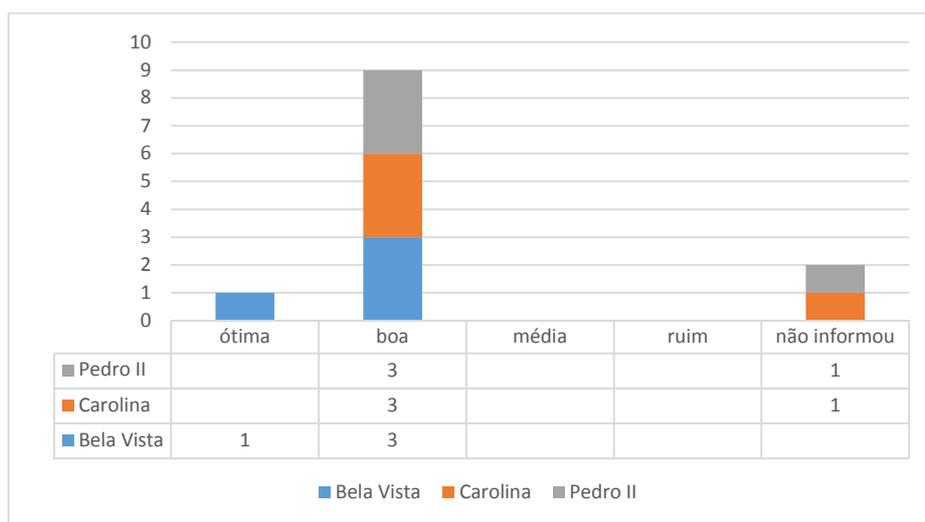
Os recursos destinados inicialmente à prestação de serviços de ATER são provenientes do PNCF. Porém, no caso do Assentamento Paraíso, identificou-se uma característica diferenciada dos demais assentamentos, que foi a parceria da ATER com a CARE Brasil, até pelo fato deste assentamento possuir já 6 anos. Além disso, nesse assentamento, onde os beneficiários têm formação técnica em agropecuária, optou-se por não contratar serviço de prestação de ATER para os 2 anos iniciais do assentamento, utilizando o recurso de forma coletiva, no desenvolvimento de atividades produtivas. Na Figura 52 pode-se observar se o recurso destinado a ATER, em cada assentamento, proveio do PNCF ou não.

Figura 52. Origem do recurso destinado para ATER, proveniente do PNCF.



Outra questão abordada se relacionou à qualidade da assistência técnica prestada, na percepção de cada beneficiário entrevistado. Os resultados encontram-se na Figura 53.

Figura 53. Qualidade da assistência técnica prestada.



Muito embora o Assentamento Bela Vista tenha apresentado deficiências e problemas relacionados com ATER, que acabaram por comprometer o desenvolvimento de certas atividades produtivas e a rentabilidade dos beneficiários, a qualidade da assistência técnica prestada, teve uma avaliação satisfatória.

Neste caso, uma possível razão para estes resultados pode ser o fato de os beneficiários não terem identificado que a prestação de serviço de ATER é uma obrigatoriedade junto ao PNCF e que os beneficiários de cada assentamento e suas lideranças tem o papel de cobrar por resultados e pelo comprometimento nas ações desenvolvidas por este agente.

Assim como, a eventual ineficiência e baixa qualidade dos serviços de ATER prestados devem ser informados aos gestores do programa, que passam a interceder junto à questão relatada, buscando alternativas possíveis e a melhoria da prestação deste serviço.

De fato, conforme verificado em loco, durante a realização dos levantamentos de campo, e mediante à apresentação dos resultados obtidos referentes ao processo de capacitação e de assistência técnica, alguns fatores podem ser considerados, sendo estes:

- com relação ao processo de capacitação inicial das diretrizes do programa de crédito fundiário e da linha NPT, uma alternativa necessária seria se estabelecer uma rotina constante no processo de capacitação inicial aos novos beneficiários do NPT, quando contemplados pelos lotes que se encontravam desocupados. O que viria a contribuir com o conhecimento das condições do programa, suas responsabilidades, direitos e deveres, se tratando de uma ação inclusiva, que pode contribuir com o desenvolvimento de ações futuras junto aos demais beneficiários do assentamento, entre outros benefícios possíveis.

- como alternativa, sugere-se a edição de um documentário a ser aplicado no processo de capacitação inicial, que também teria utilidade quando da inclusão de novos beneficiários aos lotes desocupados dos assentamentos já estabelecidos.

- os processos de capacitação aplicados aos beneficiários do NPT no Piauí poderiam ser planejados e identificados, considerando-se as demandas apresentadas pelos assentamentos, o perfil dos beneficiários e as características e potencialidades das unidades produtivas;

- a prestação de serviços de ATER é uma das etapas básicas de constituição e obtenção de resultados exitosos por parte dos assentamentos da linha NPT e do PNCF. Devido a isso, poderia ser interessante se estabelecer, entre os gestores do programa e a equipe de empresas de ATER, o alinhamento das ações de ATER, possibilitando o acesso e a aplicação de tecnologias de produção sustentável e de alternativas de convivência com as adversidades do meio rural.

- do mesmo modo, poderia se constituir um modelo condizente para o gerenciamento e planejamento das etapas e processos de desenvolvimento das atividades produtivas dos assentamentos. Com isso, seria possível se estabelecer o ordenamento e acompanhamento dos resultados alcançados, assim como dos eventuais problemas surgidos.

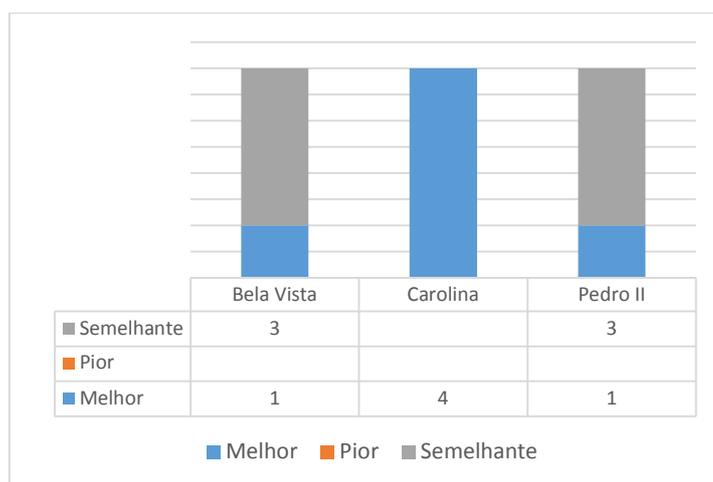
- além disso, objetivando a ampliação de resultados alcançados pelos assentamentos da linha NPT, duas ações seguem apresentadas: 1) a promoção de intercâmbios de experiências entre os beneficiários de assentamentos com resultados exitosos encontrados com os assentamentos em fase inicial de constituição ou os que apresentem situação de baixo dinamismo; 2) o estabelecimento constante e direto de diálogo entre os atores: beneficiados, gestores, instituições de apoio e empresas de ATER.

#### 1.4 Qualidade de vida

O primeiro aspecto pesquisado sobre qualidade de vida tratou das condições da moradia atual, em comparação à moradia anterior à constituição do assentamento, na perspectiva dos beneficiários entrevistados.

De acordo com a Figura 54, nos assentamentos Bela Vista e Pedro II, a avaliação sobre o tema em questão foi a mesma, onde 25% dos entrevistados identificaram uma condição de moradia em situação pior à atual e, outros 75% identificaram uma situação bem semelhante à residência atual. Para o caso do Assentamento Fazenda Carolina, as percepções e avaliações foram uníssonas relatando que a qualidade das moradias atuais são melhores que as que habitavam anteriormente à constituição do assentamento.

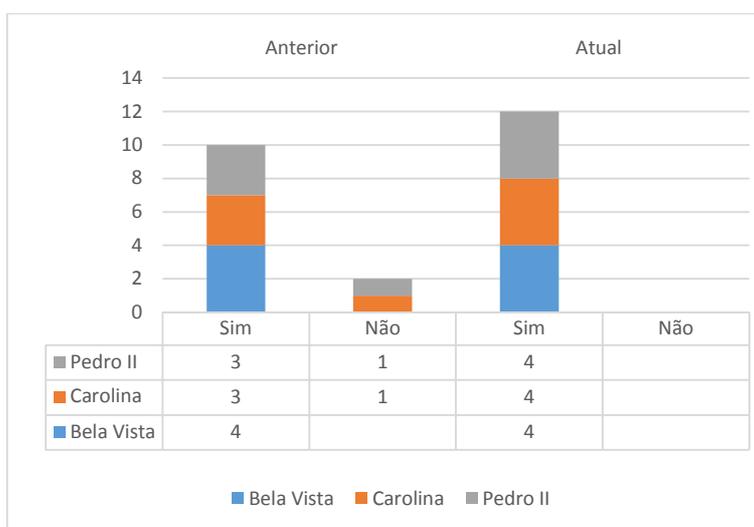
Figura 54. Comparativo entre a qualidade da moradia atual, com relação à anterior ao assentamento.



Em relação ao abastecimento de água nas residências, fazendo-se uma análise comparativa da situação anterior e atual no assentamento, abordou-se os aspectos de acesso e abastecimento de água destinada ao consumo humano.

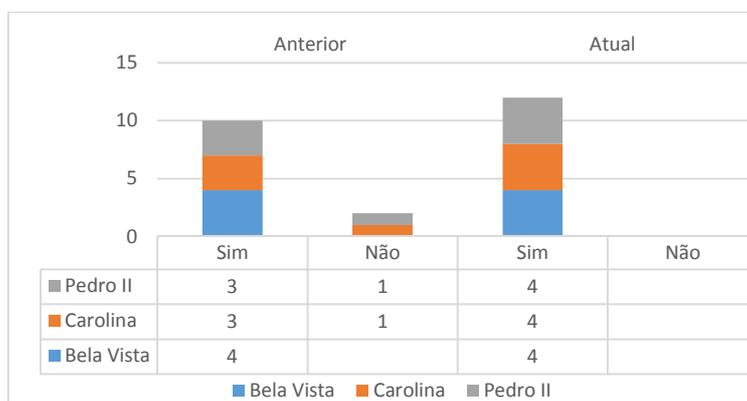
De maneira geral, os resultados apontaram que a maioria dos beneficiários contavam anteriormente com o acesso e abastecimento de água nas residências e que atualmente todos os entrevistados tem acesso a estes quesitos. Porém, nos assentamentos Bela Vista e Fazenda Carolina um dos beneficiários entrevistado informou que não contava com rede de abastecimento de água na residência anterior à constituição do assentamento. A Figura 55 mostra estes resultados em números.

Figura 55. Acesso e abastecimento de água nas residências, situação anterior e atual ao assentamento.



O acesso à energia elétrica nas residências anterior e atual no assentamento também foi levantado nas entrevistas e os resultados foram bastante semelhantes aos do quesito anterior sobre o abastecimento de água. Onde, 83% dos beneficiados entrevistados tinham anteriormente o acesso ao abastecimento de rede de energia elétrica e 17% dos entrevistados não dispunham do acesso a este serviço (Figura 56).

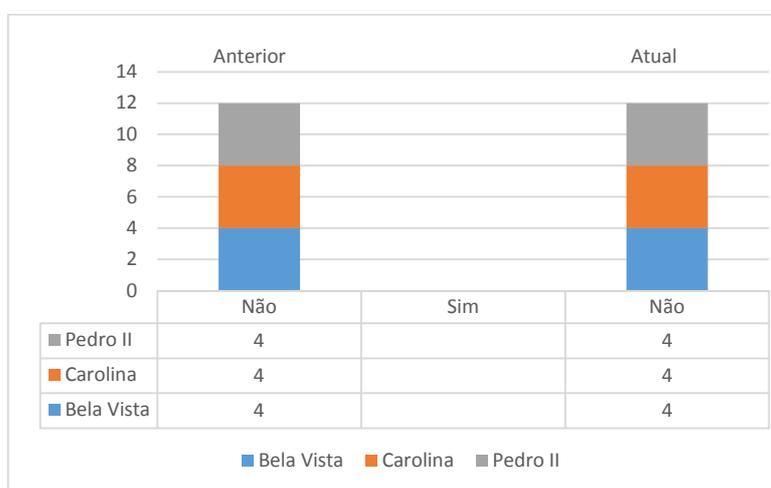
Figura 56. Acesso à energia elétrica nas residências, situação anterior ao assentamento e atual.



Uma outra informação levantada se relacionou à questão do tratamento do esgoto doméstico, novamente realizada de forma comparativa, na situação anterior ao assentamento e a atual. A partir dos dados obtidos (Figura 57), verifica-se que não ocorreu alteração quanto a este aspecto. Ou seja, na situação anterior e na atual do assentamento, não ocorre o tratamento do esgoto.

Mesmo assim, em uma análise considerando-se alguns aspectos ambientais, que será apresentado mais adiante, identificou-se que o destino do esgoto doméstico nos assentamentos NPT de estudo são destinados às fossas sépticas, que apesar de não constituir uma forma de tratamento, tem ação muito menos impactante ao ambiente que o esgoto doméstico destinado aos sumidouros ou cursos de água.

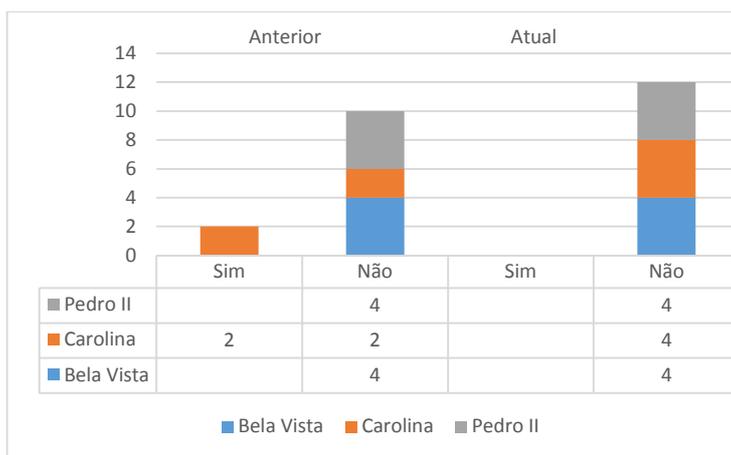
Figura 57. Tratamento do esgoto doméstico, situação anterior e atual ao assentamento.



Quanto aos resultados obtidos e relacionados ao acesso à água e à energia elétrica, bem como a instalação e o destino do esgoto doméstico nas moradias dos assentamentos pesquisados da linha NPT, destaca-se que estas são condições estabelecidas pelo programa, que certamente contribui positivamente com a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários.

A Figura 58 apresenta resultados que permitem uma análise comparativa relacionada à coleta de lixo nas residências dos assentamentos estudados, na situação anterior e atual.

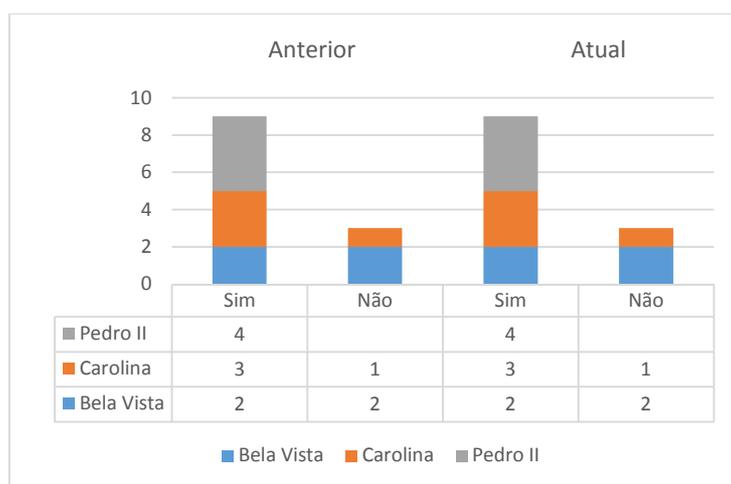
Figura 58. Acesso à coleta de lixo, situação anterior ao assentamento e atual.



Um outro fator considerado na análise relacionada à qualidade de vida foi voltado ao acesso aos serviços de telefonia móvel, visto que se trata de um meio de comunicação muito utilizado atualmente, por grande parte da população brasileira, incluindo a população residente no meio rural.

Os resultados obtidos (Figura 59) não permitem identificar alteração quanto ao acesso a este serviço em função da linha NPT, pois a situação anterior e a atual dos beneficiários entrevistados, com relação à este aspecto, não foi alterada. Desta forma, obteve-se que 75% dos entrevistados tinham e tem acesso à telefonia móvel e 25% dos entrevistados não acessavam e não acessam este serviço.

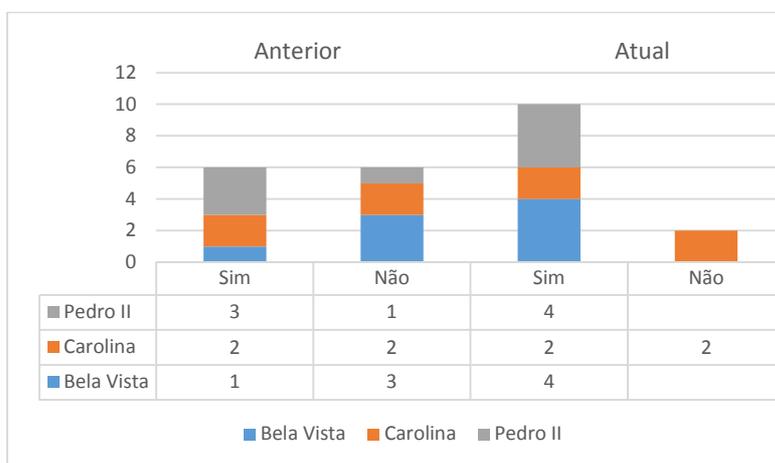
Figura 59. Acesso à telefonia móvel, situação anterior ao assentamento e atual.



A propriedade de um veículo (motocicleta ou carro) próprio foi outro aspecto levantado, em situação comparativa, anterior ao assentamento e a atual. Os resultados permitem concluir que a propriedade de um veículo automotor teve alteração com a implantação dos assentamentos (Figura 60). Pois, na situação anterior ao assentamento 6

dos entrevistados (50%) eram proprietários de um veículo (motocicleta ou carro) e atualmente 10 destes entrevistados (83,3%) são proprietários de um veículo automotor.

Figura 60. Acesso e propriedade de veículo próprio, moto ou carro, na situação anterior ao assentamento e atual.

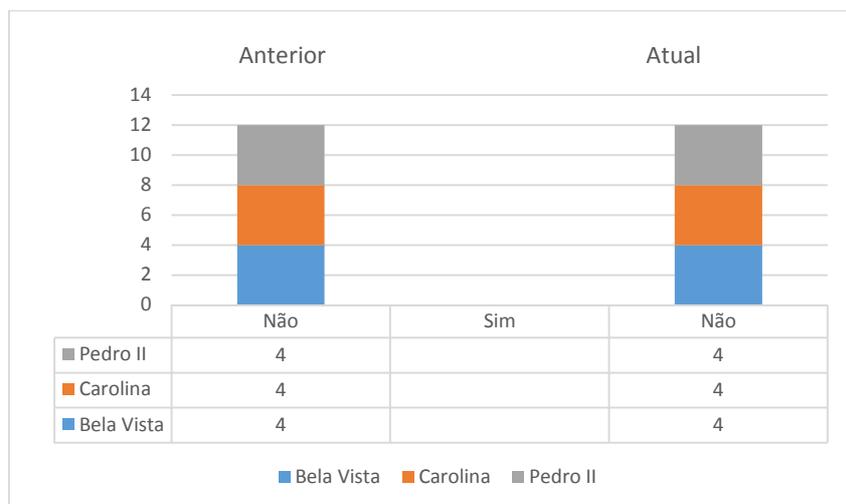


O acesso ao transporte público pelos beneficiados do NPT foi um dos temas de interesse nessa análise relacionada à qualidade de vida, considerando-se a situação anterior ao assentamento e a atual. Como resultado obtido, verificou-se que nas duas situações (anterior e atual ao assentamento) os beneficiários não dispunham e não possuem acesso ao transporte público (Figura 61).

Ocorre que, neste caso, se trata de um serviço público não acessado por estes beneficiados, que na situação atual acabam por residir e desenvolver suas atividades produtivas em um núcleo que vem a possuir determinado grau de isolamento. O que pode comprometer a participação social, a troca de experiências e o acesso à novos conhecimentos além dos limites de cada assentamento; implicar na elevação dos custos dos alimentos e insumos adquiridos; dificultar o escoamento de parte da produção; entre outras consequências possíveis, fruto desta situação apresentada.

Por outro lado, poderia se realizar uma análise mais simples e objetiva, já que a situação não se alterou. Mesmo neste caso, uma análise pontual a respeito do isolamento das comunidades rurais, agricultores familiares e assentados de muitas localidades e regiões do país deve ser considerada, bem como suas eventuais consequências sociais, econômicas, ambientais e culturais.

Figura 61. Acesso ao transporte público, situação de disponibilidade ou indisponibilidade de acesso antes e após implantação do assentamento.



Com relação ao transporte escolar, dois quesitos foram investigados em relação à qualidade de vida anterior e posterior ao assentamento: o acesso ao serviço e a qualidade do serviço (Figuras 62 e 63). Obteve-se que o acesso ao transporte escolar ocorre nas situações anterior e atual aos assentamentos. Por outro lado, com relação à qualidade do transporte escolar, os assentamentos Bela Vista e Fazenda Carolina apresentaram resultados semelhantes, onde a avaliação de todos os entrevistados foi satisfatória. Para o caso do Assentamento Pedro II, a maioria dos entrevistados classificou a qualidade do transporte escolar como ruim, pois apesar desse serviço ser prestado e acessado pelas crianças que residem neste assentamento, o transporte é realizado de forma inadequada e insegura, em uma caminhonete, onde as crianças são transportadas na carroceria deste veículo.

Figura 62. Acesso ao transporte escolar nos assentamentos de estudo.

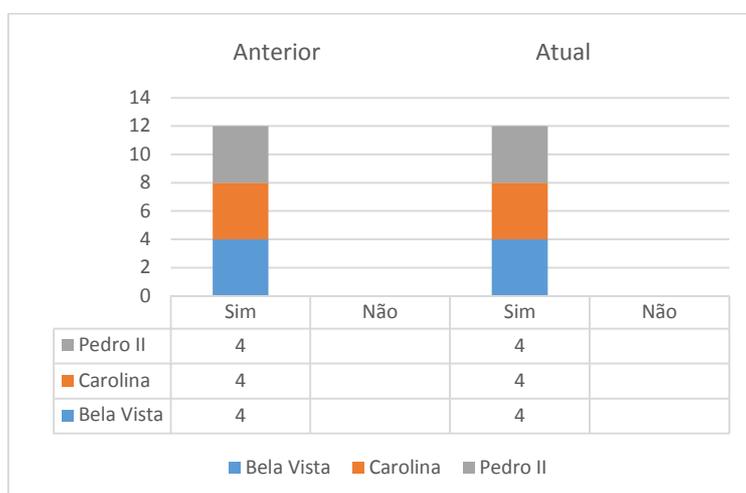
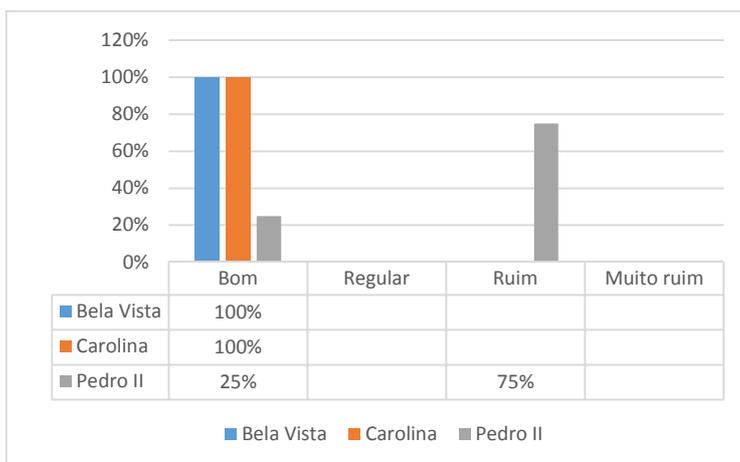
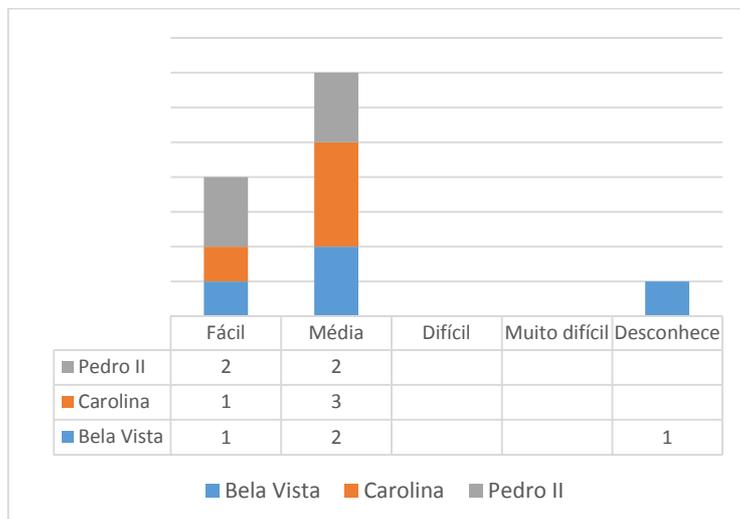


Figura 63. Qualidade do transporte escolar nos assentamentos de estudo.



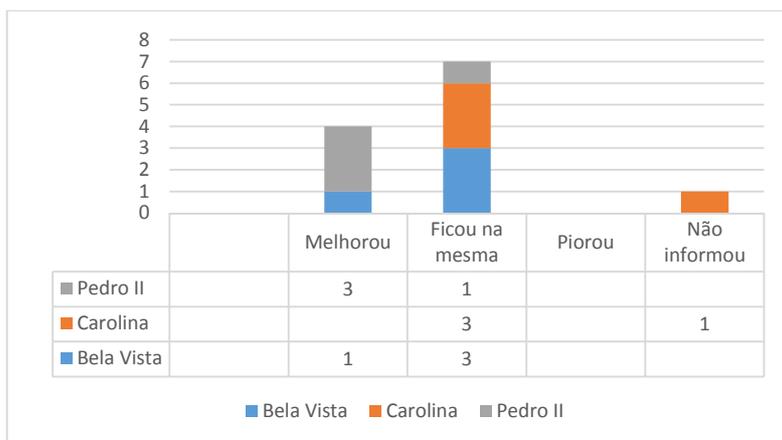
Quanto à facilidade de acesso aos serviços de saúde, para o caso de um atendimento emergencial, na situação atual de cada assentamento, a maioria dos entrevistados apontou uma situação positiva quanto ao acesso ao serviço de saúde, conforme apresentado na Figura 64.

Figura 64. Nível de acesso aos serviços de saúde na atualidade, para o caso de atendimento emergencial.



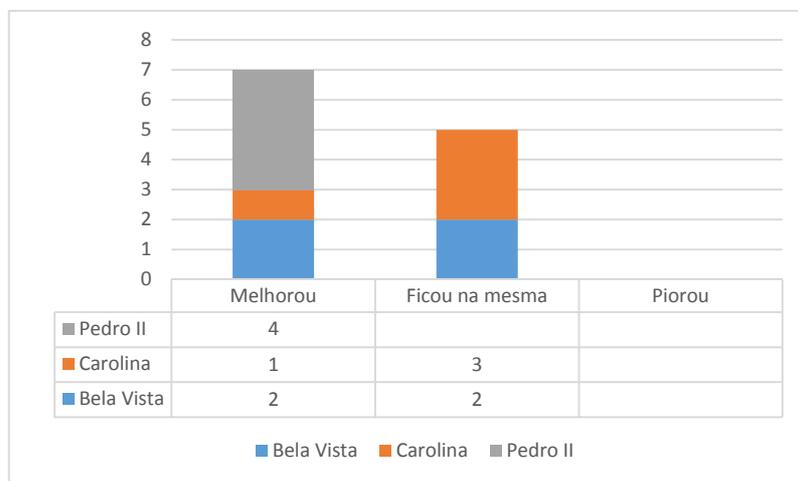
Duas questões foram relacionadas à percepção dos beneficiários em relação à qualidade de vida de modo geral. Uma delas foi: Com relação à qualidade de vida depois da constituição do assentamento, como ficou a qualidade de vida de sua família em relação à moradia e ao acesso aos serviços de educação e saúde? As respostas encontram-se na Figura 65.

Figura 65. Situação comparativa a respeito da qualidade de vida, com relação à moradia e ao acesso aos serviços de educação e saúde.



A segunda questão geral em relação à percepção sobre a qualidade de vida depois do assentamento foi: Como ficou a qualidade de vida de sua família em relação à geração de renda e acesso à alimentação depois que você passou a ser um beneficiário deste assentamento? As respostas encontram-se na Figura 66.

Figura 66. Situação comparativa a respeito da qualidade de vida, com relação à geração de renda e ao acesso à alimentação.



Com relação à primeira questão, verifica-se que 8 entrevistados consideraram que a questão da qualidade de vida, quando relacionada aos aspectos: moradia, educação e saúde, não se alterou após a constituição do assentamento, enquanto para outros 4 entrevistados (33%), a situação atual é melhor.

No caso da segunda questão, relacionada à percepção da qualidade de vida, considerando-se os aspectos de geração de renda e acesso à alimentação, os resultados foram diferentes. 7 entrevistados (58%) avaliaram que a situação melhorou, após o acesso

ao assentamento, enquanto outros 5 entrevistados (42%), consideraram que a situação não se alterou.

Cabe lembrar que entre os assentamentos de estudo, existe um diferencial no período de consolidação, que é de 6 anos no Pedro II, 1,2 anos no Bela Vista e 9 meses na Fazenda Carolina. O que pode justificar o resultado desta última questão, associada à geração de renda e segurança alimentar, pois, há que se considerar, que existe um período inicial necessário para a implantação das atividades produtivas, após a consolidação do assentamento, que pode ter contribuído com as respostas obtidas.

De forma geral, verifica-se que a qualidade de vida, mesmo que entre certas especificidades de cada assentamento de estudo e certas condicionantes que possam ter ocorrência entre os assentamentos ou mesmo entre os beneficiários da linha NPT, é um fator que tem sua base inicial nos assentamentos do PNCF. Com relação à qualidade das moradias, ao acesso à água e energia elétrica, no destino do esgoto doméstico às fossas sépticas, no próprio acesso à terra e a possibilidade de geração de alimentos e renda. A partir dessa base inicial, que é disponibilizada aos beneficiários desta linha, a qualidade de vida passa por um gradativo processo de construção.

Mesmo que possam ser evidenciados certos percalços e contratempos, certos desajustes ou desmotivações, a oportunidade de transformação das realidades e modos de vida que estes jovens beneficiários têm quando acessam a linha NPT do PNCF, pode se constituir em um fator diferencial aos de muitos outros jovens deste Brasil rural.

Desse modo, a linha NPT apresenta boas perspectivas e potencialidades para contribuir efetivamente no meio rural com a permanência do jovem no campo, com a redução da pobreza, incremento e segurança alimentar, dentre outros aspectos relevantes.

### ***1.5 Organização social e fortalecimento do capital social***

Uma das normativas do NPT e do PNCF se refere à organização do grupo de interessados em acessar o programa, mediante a formação de uma associação. Apesar deste programa permitir acesso de forma individual, tem-se incentivado que os futuros beneficiários passem a constituir uma associação.

Dessa forma, todas as etapas necessárias à consolidação do assentamento, como a busca, negociação e a aquisição da terra; a elaboração do projeto inicial do assentamento, o PRODIS (Plano de Desenvolvimento de Inclusão Social); a aquisição de materiais, o

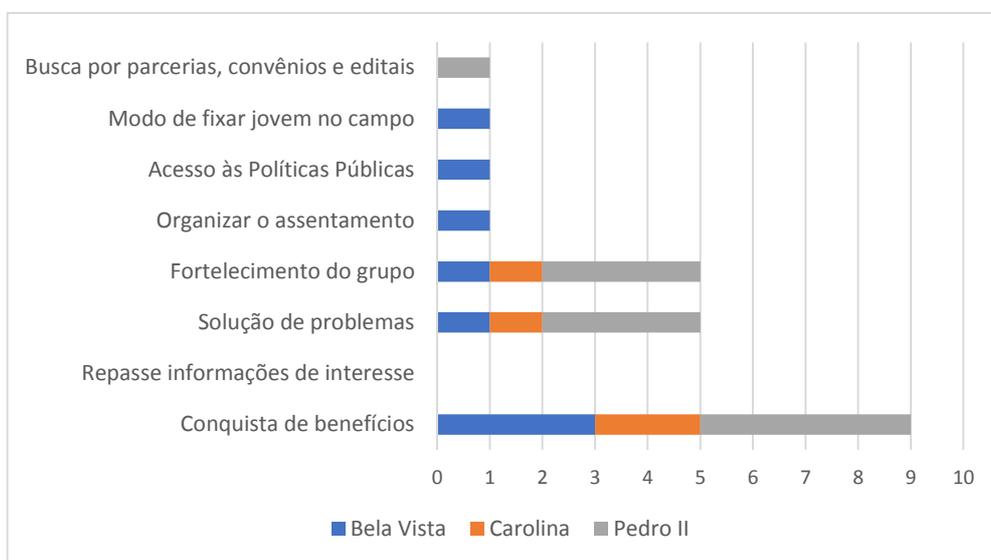
controle de estoque e a construção da infraestrutura básica dos assentamentos; tem suas decisões e discussões tramitando pela associação.

Depois da consolidação de cada assentamento, a associação permanece constituída e vem a ser o órgão representativo, que coletivamente toma suas decisões e legitima os direcionamentos do grupo de beneficiários.

De forma gradativa, o sistema de governança tem sua construção e o processo participativo passa pelas fases de amadurecimento e construção, ocorrendo de maneira distinta em cada assentamento. O agente que atua na prestação de serviços de ATER nos anos iniciais de implantação do assentamento do NPT/PNCF desenvolve ações junto à associação, no sentido de contribuir com o fortalecimento do capital social e para o empoderamento das lideranças e da própria associação.

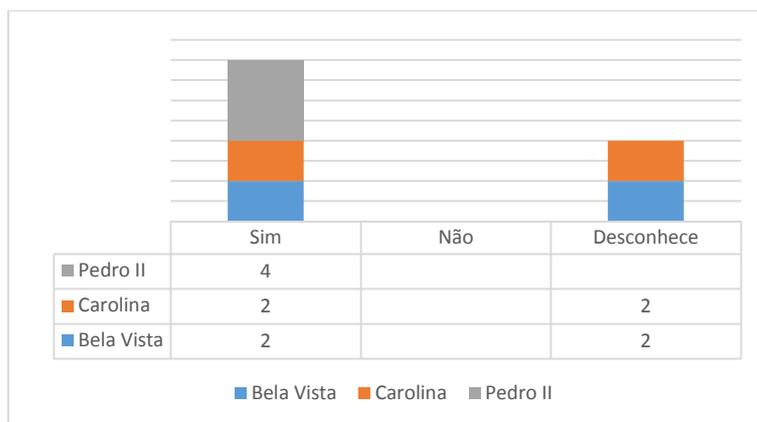
No intuito de saber qual a leitura e percepção dos beneficiários da linha NPT em relação ao papel da associação, foram aplicadas algumas questões, cujas respostas encontram-se na Figura 67.

Figura 67. Identificação do papel da associação, na perspectiva dos beneficiários entrevistados dos assentamentos de estudo.



Em relação à participação dos membros da associação em outras instâncias e colegiados, a Figura 68 apresenta resultados referentes à percepção dos beneficiários entrevistados.

Figura 68. Conhecimento a respeito da participação dos membros da associação, junto à outras instâncias e colegiados.



Além destas questões, outros pontos foram levantados, a respeito da frequência de realização das reuniões da associação e relativo ao nível de participação dos beneficiários nas reuniões.

Como resultado, obteve-se que entre todos os assentamentos de estudo, a realização das reuniões da associação é realizada mensalmente, mas com possibilidade de convocação de uma outra reunião extraordinária, em caso de necessidade.

Quanto ao nível de participação, existem situações bem semelhantes nos assentamentos Bela Vista e Pedro II, onde a participação de pelo menos 80% dos beneficiários se faz presente nas reuniões da associação.

Por outro lado, o nível de participação dos beneficiários do Assentamento Fazenda Carolina apresenta resultados variáveis. Onde, segundo os depoimentos dos entrevistados, quando a reunião da associação ocorre somente entre o grupo de beneficiados do assentamento, o nível de participação é muito baixo. Enquanto, para o caso da reunião que se realiza com a presença dos técnicos de prestação de serviços de ATER, de membros da equipe da UTE ou do MDA, o nível de participação dos beneficiários é bem mais satisfatório.

Esta situação encontrada no Assentamento Fazenda Carolina identifica a necessidade do desenvolvimento de ações voltadas a fortalecer as relações sociais entre o grupo de beneficiários deste assentamento, o reconhecimento do papel da associação e de suas próprias lideranças, ampliando a visibilidade às conquistas e benefícios que possam ser alcançados, fruto do fortalecimento e representação social.

Conforme citado nesta análise, o processo de amadurecimento social ocorre gradativamente, para o caso do Assentamento Fazenda Carolina, constituído há 9 meses,

esta questão pode vir a evoluir e ter seus ajustes, mas, contudo, o acompanhamento por parte dos gestores do programa e ATER parece ser de grande importância.

Considerando-se os resultados apresentados e com relação ao capital social dos assentamentos de estudo da linha NPT, poderiam ser definidas certas ações específicas que viessem propiciar, estimular e fomentar o acesso e representação dos assentamento NPT junto aos fóruns e conselhos municipais, territoriais e estaduais – por meio de ação e apoio dos gestores do programa; e pela promoção de processos voltados à estruturação social dos assentamentos, reconhecendo e fortalecendo as lideranças, como sua representatividade junto às diversas esferas e representações sociais.

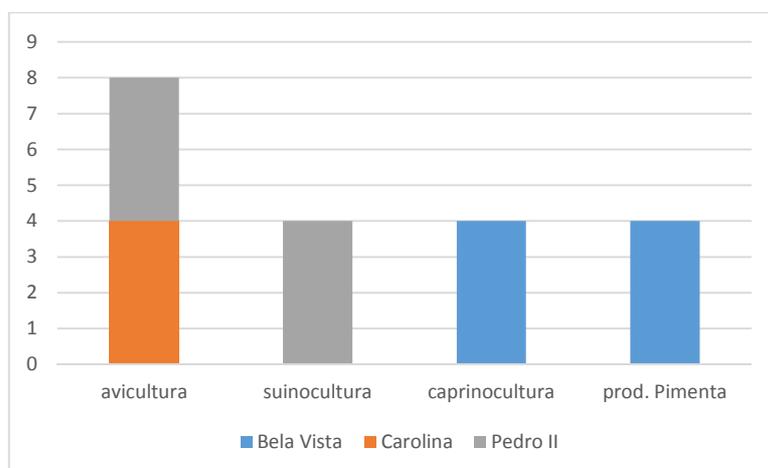
### ***1.6 Sistemas de produção e tecnologias aplicadas***

Com interesse nas informações relacionadas às atividades produtivas que realizam em cada assentamento de estudo, o modo de produção, as tecnologias aplicadas e as demandadas pelos entrevistados, certas questões foram elaboradas neste sentido. Além disso, as informações relacionadas ao sistema de produção podem ser associadas e indicativas da qualidade da assistência técnica que tem sido prestada, como vem a contribuir com a próximo item de análise, que se refere à composição da renda familiar.

A Figura 69 apresenta as atividades produtivas que são desenvolvidas de forma coletiva em cada assentamento de estudo. Como é possível se verificar, o Assentamento Bela Vista desenvolve coletivamente a avicultura de corte, enquanto os assentamentos Pedro II e Bela Vista atuam em duas atividades produtivas desenvolvidas coletivamente: avicultura de corte e suinocultura no caso do Assentamento Pedro II e caprinocultura e produção de pimenta malagueta no caso do Assentamento Bela Vista.

Em relação à produção de pimenta malagueta, esta se tornou uma atividade produtiva com problemas relacionados ao manejo da cultura e à irrigação, à ausência do técnico de ATER, que vieram ocasionar o insucesso desta atividade. Com isso, o recurso humano e financeiro investido nesta atividade, não apresentou retorno aos beneficiários do assentamento, ocasionando certo desânimo e descrença nesta atividade.

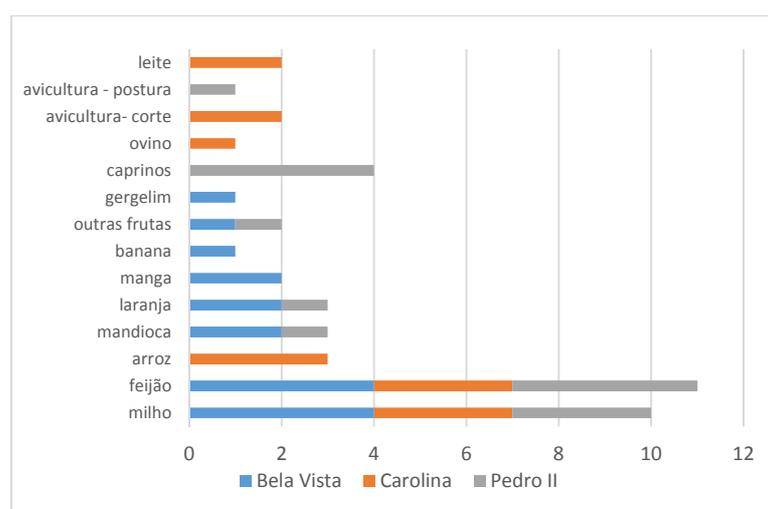
Figura 69. Atividades produtivas desenvolvidas de maneira coletiva, nos assentamentos Bela Vista, Fazenda Carolina e Pedro II.



As atividades produtivas desenvolvidas individualmente pelos beneficiados entrevistados, nos assentamentos de estudo, são apresentadas na Figura 70. De maneira geral, a produção ocorre em áreas estabelecidas junto às residências, que são denominadas quintais, possuindo área entre 2.000 e 2.500 m<sup>2</sup>.

Cabe destaque as culturas de feijão e milho, que são desenvolvidas pela maioria dos beneficiários entrevistados e que possuem um papel significativo na produção de alimentos voltado à subsistência da unidade familiar, bem como, o milho, na composição da dieta alimentar de pequenos animais.

Figura 70. Atividades produtivas desenvolvidas individualmente, nos assentamentos Bela Vista, Fazenda Carolina e Pedro II.



Com interesse de verificar a utilização ou a comercialização de determinados produtos de origem extrativista, que poderiam contribuir na composição da dieta

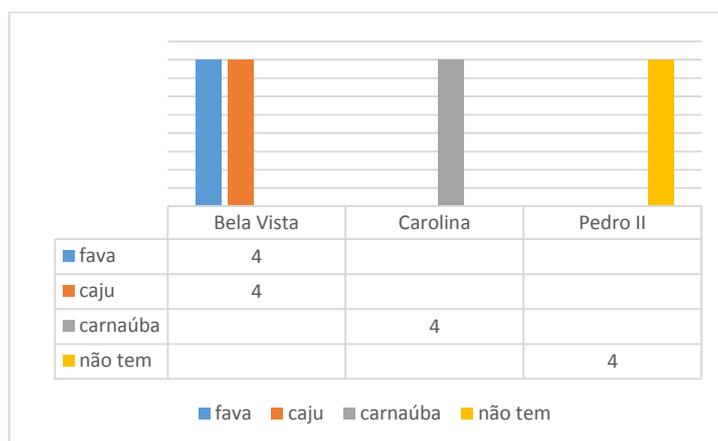
alimentar e renda das unidades familiares, foi questionado aos entrevistados sobre a ocorrência desta prática, nos assentamentos de estudo.

A Figura 71 mostra os resultados obtidos que apontam que os assentamentos Bela Vista e Fazenda Carolina têm produção extrativista contribuindo para a composição da renda, por meio da comercialização da fava, da castanha do caju e das folhas de carnaúba, destinadas à produção da cera de carnaúba. No caso do Assentamento Pedro II, não existe ocorrência de produção extrativista, que apresente contribuição econômica ou na dieta alimentar.

Inclusive, no Assentamento Fazenda Carolina a renda gerada da coleta das folhas da carnaúba gerou no último ano algo próximo a R\$ 4.000,00, segundo depoimento dos próprios entrevistados. Informaram também que esta poderá ser uma receita representativa, a ser utilizada no momento das amortizações das parcelas de financiamento do crédito fundiário.

De qualquer modo, embora não citado pelos entrevistados, a madeira coletada na natureza, nas áreas dos assentamentos, é utilizada na instalação de cercas de divisas e no cozimento dos alimentos sendo utilizada nos fogões a lenha. Esta madeira, mesmo não apresentando contribuição direta na renda, acaba contribuindo com a constituição da renda invisível, geralmente não contabilizada.

Figura 71. Produção extrativista nos assentamentos de estudo.



No tocante às tecnologias aplicadas junto aos sistemas de produção, as Figuras 72 e 73 apresentam os resultados obtidos dos assentamentos de estudo. O uso de adubação orgânica e de sementes tradicionais ou crioulas é uma prática comum adotada por boa parte dos beneficiários entrevistados, inclusive o Assentamento Pedro II será contemplado com uma Casa de Sementes, para manutenção genética das sementes

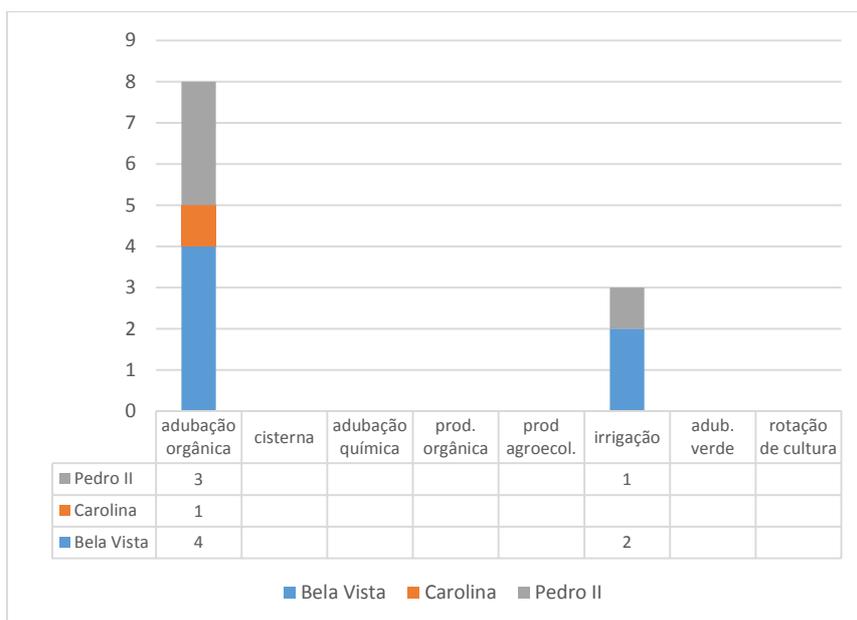
tradicionais, em parceria estabelecida com o Projeto Água Brasil, desenvolvido pelas instituições: Fundação do Banco do Brasil (FBB), Agência Nacional de Água (ANA), Banco do Brasil e WWF Brasil.

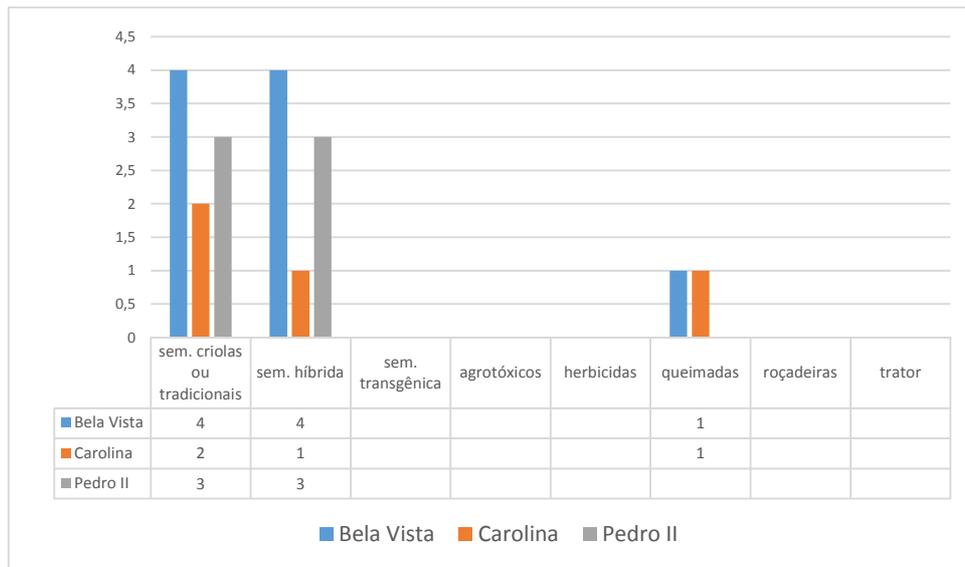
Porém, para o caso do plantio do milho, em algumas situações os beneficiários relataram que utilizam sementes híbridas, de variedades precoces, que apresentam um ciclo mais curto, o que pode minimizar os riscos de desenvolvimento da cultura, em um possível período de estiagem mais prolongado.

De maneira assertiva os assentamentos NPT de estudo não fazem uso de agrotóxicos, herbicidas, adubos químicos e sementes transgênicas. Possivelmente não se trata de uma normativa imposta pelo programa, mas sim um acordo entre os beneficiários dos assentamentos e os técnicos da ATER que os acompanham, em função das consequências e problemas possíveis decorrentes do uso destas tecnologias. Para o caso de prática de queimadas, foram relatados dois casos de utilização, para a queima das leiras de mato, realizadas nos quintais de cultivo.

De certo modo, as atividades produtivas desenvolvidas nos assentamentos de estudo, em sua maioria, são conduzidas de modo que poderiam ser contempladas com a certificação orgânica ou agroecológica. Nesta possibilidade, em caso de excedente de produção e da comercialização deste aos programas PAA e PNAE, poderia contribuir no aumento da renda familiar, pela remuneração diferenciada que tais certificações propiciam nestes programas de aquisição de alimentos.

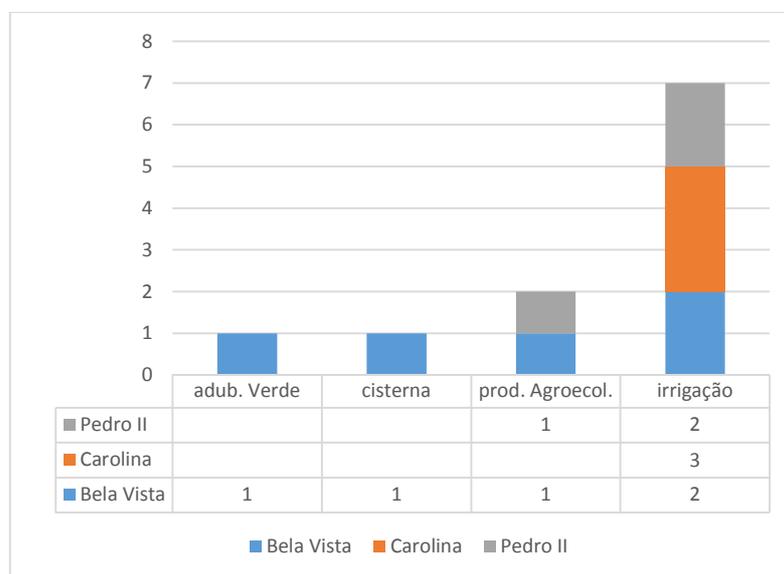
Figuras 72 e 73. Tecnologias aplicadas nos sistemas de produção, nos assentamentos Bela Vista, Fazenda Carolina e Pedro II.





O levantamento de demandas por tecnologias a implantar, fez parte deste estudo, onde a irrigação foi a mais demandada, levantada por 7 dos 12 entrevistados. Além desta demanda, constou-se ainda o interesse pela produção agroecológica, utilização de cisternas e de adubação verde (Figura 74).

Figura 74. Demanda por tecnologias voltadas ao sistema de produção, nos assentamentos Bela Vista, Fazenda Carolina e Pedro II.



É importante ressaltar que os assentamentos de estudo, localizados nos municípios de Piracuruca, São José do Divino e Pedro II, estão em região do Semiárido piauiense, e que passaram por consequências bem agravantes nos últimos dois anos, caracterizado pelo regime pluviométrico muito reduzido e período de estiagem dos mais prolongados nos últimos 50 anos.

Face a este fato, tecnologias voltadas à convivência com o semiárido devem compor o conjunto de ferramentas aplicadas nos assentamentos NPT de estudo, de tal forma que estas possam contribuir com o desenvolvimento das atividades produtivas, garantindo a produção de alimentos, a segurança alimentar das unidades familiares, bem como a geração de renda para as famílias beneficiadas por este programa. Além disso, seria interessante o desenvolvimento de estratégias, tecnologias e ações voltadas à garantia e segurança hídrica dos assentamentos da linha NPT.

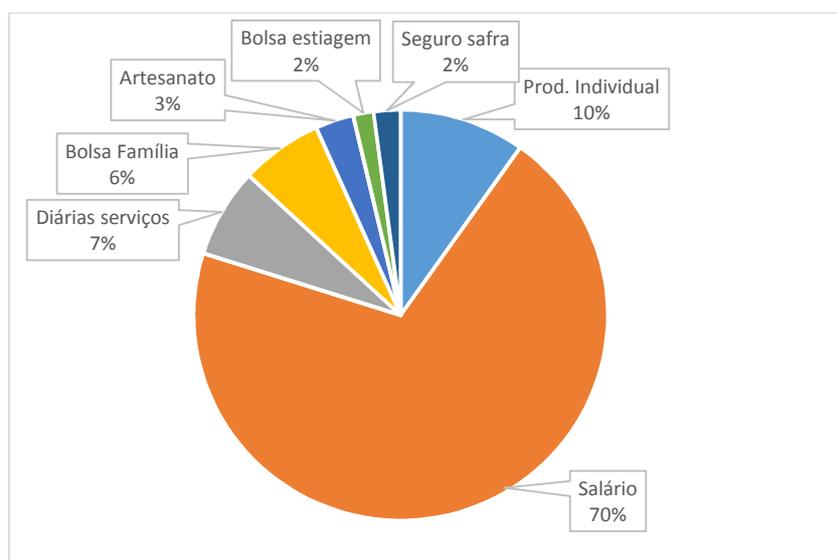
### ***1.7 Origem e composição da renda familiar***

O interesse pela origem e composição da renda familiar dos assentamentos de estudo foi um dos temas desta pesquisa.

Neste caso, adotou-se um questionamento direto a cada entrevistado sobre os itens que poderiam compor sua renda familiar, correlacionando as rendas provenientes das atividades produtivas; obtidas por programas sociais; obtidas por prestação de serviços para terceiros; seguro agrícola; salários; entre outros.

Os dados relacionados à composição de renda dos 4 beneficiários entrevistados, referentes ao assentamento Pedro II, seguem apresentados na Figura 75.

Figura 75. Composição de renda dos beneficiários entrevistados do Assentamento Pedro II, em valores percentuais.



Como pode ser notado, no caso do Assentamento Pedro II a composição da renda apresenta concentração obtida por recebimento de salários, representando 70% do total

da renda, enquanto os demais 6 itens que compõem a renda média familiar neste assentamento, são responsáveis por 30%.

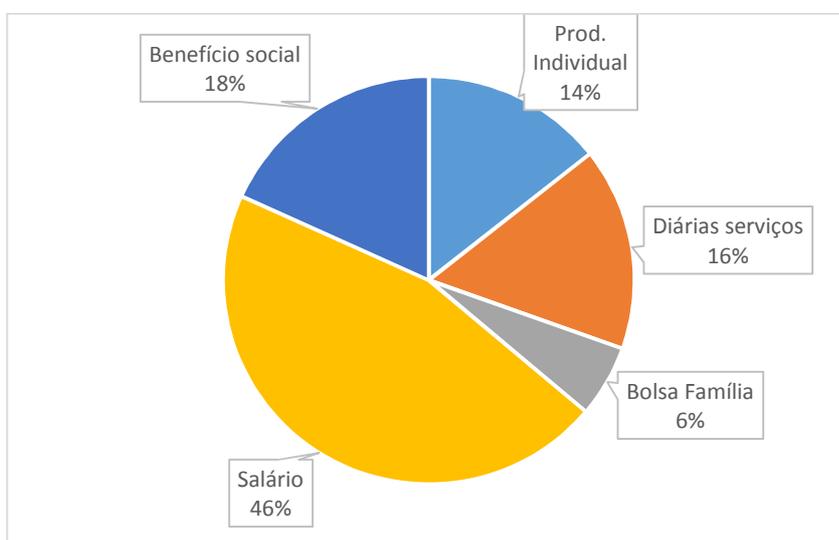
Neste caso, a respeito dos resultados obtidos, cabem cinco considerações:

- 1) Trata-se de um assentamento composto por técnicos agropecuários, onde grande parte dos beneficiados realiza a prestação de serviços profissionais fora do assentamento.
- 2) A representatividade das atividades produtivas na composição da renda é muito baixa. Não há receita proveniente das atividades coletivas que desenvolvem (criação de suínos e aves de corte) e a renda das atividades produtivas desenvolvidas individualmente representa somente 10% da composição da renda familiar total. Fatos estes que podem evidenciar possível risco futuro, pois os salários se constituem como a receita principal das unidades familiares; uma análise no tocante à rentabilidade e à sustentabilidade econômica; assim como o questionamento relativo à geração de renda, proveniente do acesso à terra.
- 3) Há que se considerar que este assentamento está estabelecido há 6 anos, mesmo que tenha sido um dos assentamentos pioneiros da linha NPT no Piauí e no país, enfrentando por esse motivo, determinadas condições diferenciadas dos demais, pode se reavaliar e repensar suas proposições destinadas à constituição de renda e da sustentabilidade econômica.
- 4) A potencialidade técnica e o capital social deste grupo, poderia de fato contribuir com a transformação dessa realidade encontrada, sendo interessante a proposição deste desafio?
- 5) Conforme será apresentado no item 2.2, quando os resultados relativos às interfaces dos beneficiados do NPT às demais políticas públicas serão apresentadas, e especificamente quando relacionado ao acesso ao Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), é verificado que os beneficiários do Assentamento Paraíso não encontram condições de acessar esta linha de financiamento, voltada ao custeio e ao investimento agropecuário. O que acaba por sugerir certos questionamentos a este fato:
  - Como possuem formação agrotécnica e não conseguem acessar o Pronaf, a alternativa de prestação de serviços técnicos profissionais não poderia ser uma possível justificativa pelos resultados apresentados na composição de renda dos entrevistados deste assentamento?

- Seria esta uma alternativa para que viessem no futuro, desde que consigam juntar dinheiro na prestação de serviços técnicos, a investir e implementar ações voltadas à produção no assentamento e à geração de renda, por via dos próprios recursos?

Com relação ao Assentamento Bela Vista, o resultado obtido e relacionado à composição média da renda das unidades familiares segue apresentado pela Figura 76, em valores percentuais.

Figura 76. Composição de renda dos beneficiários entrevistados do Assentamento Bela Vista, em valores percentuais.



Para o caso do Assentamento Bela Vista, a figura acima apresenta a realidade apresentada pelos entrevistados. Assim como a análise realizada a respeito do Assentamento Pedro II, pode-se verificar que os salários também se constituem como o item de maior representação na composição da renda, em 46%.

Além disso, o segundo item de maior expressão é definido como Benefício social, representando 18% na composição da renda média das unidades familiares desse assentamento.

Bem, aqui cabem duas considerações e exercícios posteriores aos fatos que vem a ser apresentados. Entre os 4 beneficiários entrevistados, 2 tinham uma situação um pouco diferenciada dos demais componentes do Assentamento Bela Vista.

Um destes entrevistados é técnico agropecuário e estava em uma situação de contratação recente, por parte da empresa de prestação de ATER, a CEAA. Esta contratação profissional apresenta um valor relativamente superior à composição da renda

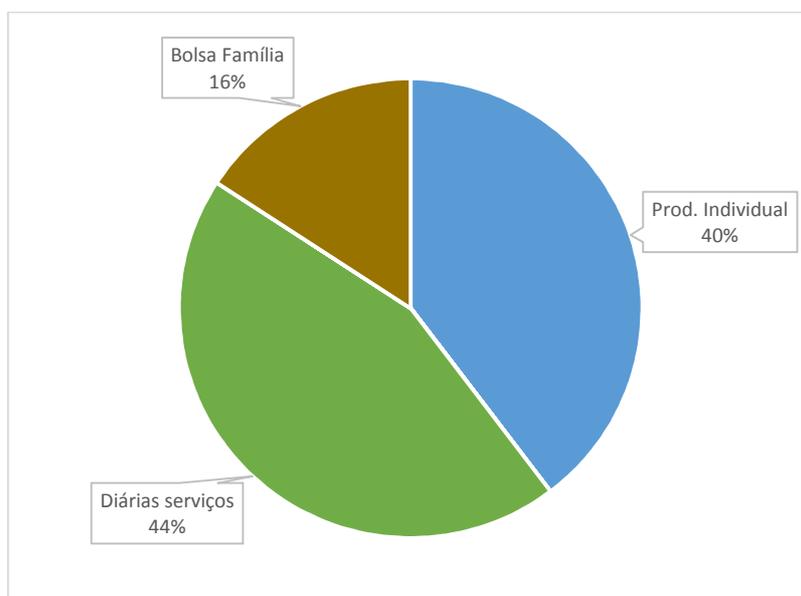
dos demais, o que por certo, acaba mascarando o resultado encontrado, embora seja a realidade que se apresentou no momento da pesquisa, na realização da entrevista ao beneficiário, ocorrendo ao acaso e na oportunidade que venha a ser encontrada.

Ainda relacionada à esta primeira questão exposta, cabe a consideração que neste assentamento (Bela Vista) somente 3 beneficiários são técnicos agropecuários, enquanto os 22 beneficiários restantes não possuem tal qualificação técnica e que, com isso, dificilmente viriam a obter um salário semelhante ao valor apresentado pelo técnico. O que se trata de um acaso marginal, que pode mascarar a realidade da composição de renda deste assentamento.

O segundo ponto é que um outro entrevistado deste assentamento recebe um benefício social, no valor de 1 salário mínimo, que assim como o primeiro caso citado, pode mascarar de certa forma o resultado apresentado, já que não é muito representativo da situação dos demais beneficiados.

Em função dessas duas considerações, foram realizados dois exercícios diferenciados que se apresentam a seguir, primeiramente pela Figura 77, onde foram desconsideradas as duas receitas provenientes do salário do técnico agropecuário, assim como do benefício social.

Figura 77. Composição de renda dos beneficiários entrevistados do Assentamento Bela Vista, em valores percentuais, exercício proposto 1.

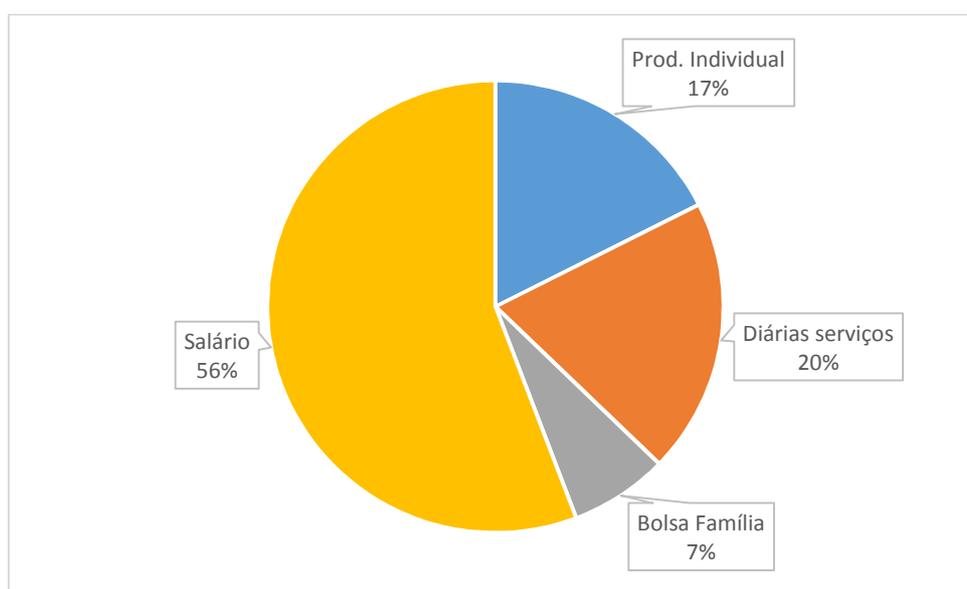


Desse modo, neste primeiro exercício proposto, pode ser verificado a expressão dos itens de composição da renda, onde a prestação de serviços e diárias à

terceiros representa 44%, a renda originada da produção individual alcançando 40% e o Programa Bolsa Família contribuindo com 16% da composição da renda.

Uma segunda proposta de exercício e análise se realiza mantendo o item de prestação de serviços profissionais técnicos, em forma de salário, apresentado na Figura 78, e desconsiderando-se o valor do benefício social. Neste novo quadro, a representatividade do salário na composição de renda é de 56%, enquanto os recebimentos provenientes da prestação de serviços à terceiros alcançando 20%. O que possibilita verificar a expressão relacionada à prestação de trabalhos externos – com representação de 76% da renda gerada pelo Assentamento Bela Vista, neste exercício.

Figura 78. Composição de renda dos beneficiários entrevistados do Assentamento Bela Vista, em valores percentuais, exercício proposto 2.

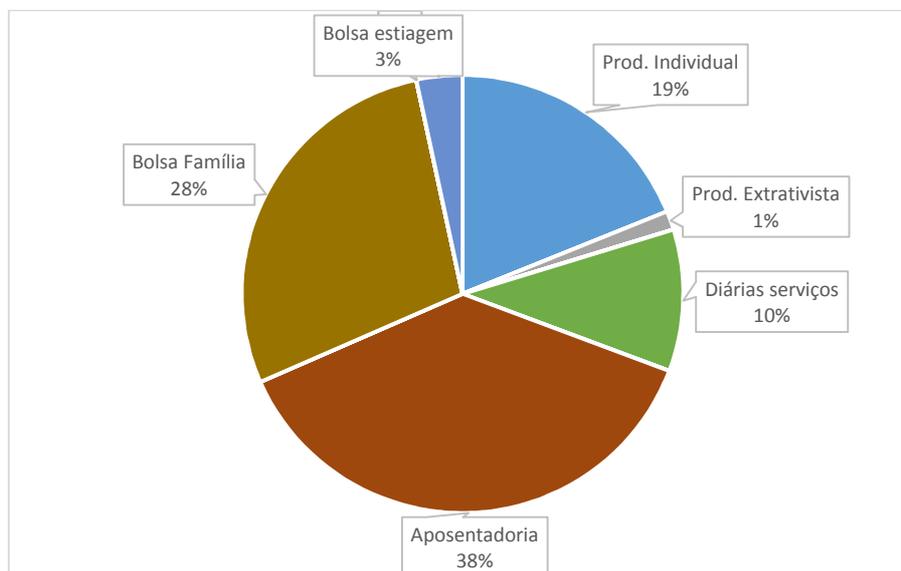


Para os dois exercícios realizados para o caso do Assentamento Bela Vista, fica evidente a importância da complementação de renda familiar originada pela prestação de serviços (salários + diárias e serviços), que representaram valores de 44 e 76% (exercício 1 e 2). Porém, o exercício proposto 1 pode representar uma realidade mais próxima à encontrada pela maioria dos beneficiários deste assentamento e onde a renda média mensal gerada por beneficiário seria de R\$ 337,00.

O resultado obtido no Assentamento Fazenda Carolina referente à composição de renda familiar, é apresentado na Figura 79, onde se identificam os vários itens de

composição, com destaque aos itens: Aposentadoria e Bolsa Família, que juntos totalizam e são representativos de 66% da renda.

Figura 79. Composição de renda dos beneficiários entrevistados do Assentamento Fazenda Carolina, em valores percentuais.



Neste caso, relacionado ao Assentamento Fazenda Carolina, cabe uma consideração, bem como uma proposição de exercício e análise.

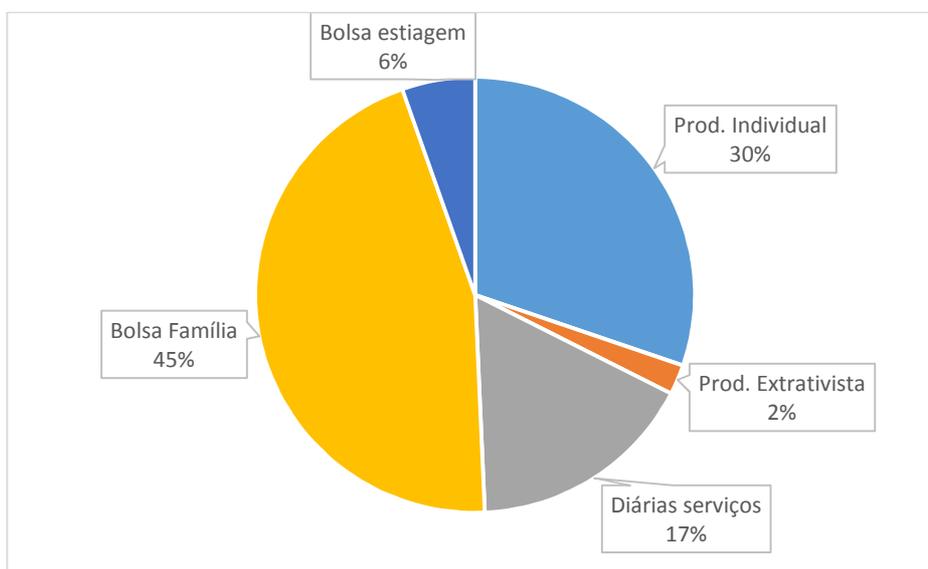
Conforme já apresentado no início da apresentação dos resultados e discussões, o Assentamento Fazenda Carolina é composto por 40 beneficiários da linha NPT. Existe um caso, de um beneficiário, que vem a ser o presidente da Associação deste assentamento, que devido a um acidente ocorrido há cerca de 2 anos, acabou perdendo os movimentos de um dos braços. No momento deste acidente, ele era um profissional contratado, com a carteira de trabalho devidamente registrada em uma cooperativa de leite do município. Por conta disso, acabou acessando a aposentadoria, conforme consta apresentada na figura 79.

Assim como proposto nos casos 1 e 2 dos exercícios apresentados nas Figuras 78 e 79, a Figura 80 apresenta uma situação diferenciada do que apresentou a pesquisa realizada no Assentamento Fazenda Carolina, onde não foi considerada a renda proveniente do valor da aposentadoria declarada, e que ao mesmo tempo pode identificar uma realidade mais próxima a dos demais beneficiários deste assentamento.

Para este caso, a expressão do Programa Bolsa Família representaria 45% na composição da renda total, enquanto praticamente 50 % da renda seria originada das

atividades produtivas individuais, prestação de serviços à terceiros e produção extrativista (carnaúba).

Figura 80. Composição de renda dos beneficiários entrevistados do Assentamento Fazenda Carolina, em valores percentuais.



Os dados e as discussões relacionadas à composição de renda dos assentamentos estudados permitem identificar os seguintes pontos:

- 1) Os programas de transferência de renda têm representado um papel fundamental na composição da renda familiar, contribuindo com a segurança alimentar e a sustentabilidade econômica dos assentamentos da linha NPT, principalmente nos anos iniciais de constituição e estabelecimento. De todo modo, seria interessante que ocorressem certas verificações sistemáticas, no tocante à continuidade de acesso destes programas e ao percentual de representação na composição de renda, por parte dos beneficiados da linha NPT, de acordo com os anos de estabelecimento dos assentamentos constituídos. Constituindo-se como um fator indicador de certos ajustes necessários, bem como da própria eficiência e assertividade do programa aplicado.
- 2) A representatividade da renda gerada pela produção proveniente dos assentamentos de estudo da linha NPT, mesmo apresentando valores percentuais compreendidos entre 10 e 40%, de acordo com certas simulações e exercícios propostos, poderia alcançar valores mais expressivos, na contribuição e incremento da renda total gerada pelas unidades familiares. O que tanto permitiria

uma avaliação mais positiva dos resultados alcançados, como da própria efetividade do programa de estudo.

- 3) A análise da composição de renda pode ser uma ferramenta útil na busca de informações, melhorias e resultados no desenvolvimento das ações voltadas a cada assentamento da linha NPT, onde recomenda-se ponderar e incluir a renda invisível gerada nas unidades familiares, como item de composição da renda total, bem qual a identificação de uma realidade mais apropriada de cada assentamento e/ou unidade familiar.
- 4) As projeções e resultados encontrados na composição da renda das unidades familiares pode ser aplicado como um indicador na aferição dos resultados apresentados, em escalas individuais ou coletivas, que pode contribuir com a tomada de decisões a se providenciar para certos casos específicos, no tocante à análise dos resultados obtidos pela prestação e eficiências de serviços de ATER; ações de estímulo e apoio a casos individuais de beneficiários ou de forma geral a um assentamento determinado, levando-se em consideração os estágios e fases de implementação, além de outros fatores relacionados à estas análises e acompanhamento.
- 5) Se a linha NPT, assim como as demais linhas e selos do PNCF, são destinadas ao estabelecimento e constituição de assentamentos rurais, é fator determinante que a renda, seja predominante e proveniente originada da produção agropecuária. Caso contrário, poderia ser identificado como um programa de assentamento em áreas rurais do país, sem aspectos balizadores e norteadores do estabelecimento de atividades geradoras de renda, que não vinculados ao fator de produção relacionado ao acesso à terra.
- 6) Há a necessidade que determinados alinhamentos e ações possam ser constituídos e melhor articulados, bem como voltados às políticas de futuro do programa e de seus beneficiários. Envolvendo processos voltados à sustentabilidade, onde a produção e a geração de renda, tenham de fato um viés destinado ao acesso e interface com as demais políticas públicas, mediante a estruturação de projetos bem fundamentados, em análises criteriosas de cenários e visões distintas de futuro.

### ***1.8 Renda invisível***

Com o objetivo de obter o conhecimento sobre a participação dos alimentos produzidos nas áreas dos assentamentos de estudo, na composição da dieta das unidades familiares, foi realizado um questionamento ao entrevistado de qual seria o percentual de alimentos que são consumidos por sua família, provenientes das áreas de cultivo ou de coleta na natureza e o quanto isso poderia representar em valores monetários. Desta forma, poderia se obter o percentual e o valor monetário que representaria a “renda invisível” junto às unidades familiares. A renda invisível representa as alternativas ou meios pelos quais as unidades familiares obtêm partes dos recursos que necessitam, provenientes do ambiente que estão ocupando, ou mesmo, representa o quanto as unidades familiares economizam de recursos financeiros que seriam gastos com itens alimentícios, caso não os produzissem ou coletassem da natureza.

Resumidamente, a renda invisível é aqui conceituada como a renda não monetária, ou não contabilizada, advinda dos produtos e alimentos consumidos pelas famílias, que são produzidos por elas próprias ou coletados na natureza, que compõem a dieta familiar.

Existem metodologias específicas para se chegar ao cálculo da renda invisível, porém para o caso do presente estudo, optou-se por fazer o questionamento simplificado, diretamente ao entrevistado. Nesse sentido, foi questionado ao entrevistado, se sob sua ótica, poderia informar ou não a respeito da representação da renda invisível, junto à sua unidade familiar, a partir de uma explicação do que se tratava a renda invisível.

Como resultado obtido sobre este tema, 7 dos entrevistados responderam que teriam como informar o valor ou representatividade da renda invisível, enquanto outros 5 informaram não saber como informar esta representação, mesmo reconhecendo que parte da dieta da alimentação familiar é proveniente dos alimentos produzidos ou coletados na área do assentamento.

Entre os percentuais obtidos, relativos à representação da renda invisível na dieta total de alimentos, foram obtidos os valores de 30, 35, 40 e 50%. Com relação ao valor mensal que a renda invisível poderia representar foram obtidos os seguintes valores: R\$ 40,00, R\$ 100,00 e R\$ 200,00.

Embora o processo de questionamento e metodologia aplicada possam apresentar deficiências, com relação à percepção e a quantificação dos valores e representações da renda invisível, verificou-se que a renda invisível representa uma garantia de segurança alimentar, bem como tem sua representação significativa na composição da renda

familiar. Desse modo, métodos de avaliação e acompanhamento do NPT que permitam considerar a renda invisível gerada, poderiam fortalecer a visibilidade do programa, bem como contribuir na geração e composição da renda total dos seus beneficiários.

### 1.9 Diagnóstico ambiental

Os resultados relativos ao diagnóstico ambiental dos assentamentos de estudo, relacionam-se aos seguintes fatores: origem da água utilizada nas moradias (Figura 81), destino do esgoto produzido (Figura 82), destino do lixo gerado (Figura 83), presença e estabelecimento de áreas de preservação permanente (APP) e reserva legal (RL) (Figura 84), práticas ambientais aplicadas no assentamento (Figura 85), percepção de impactos ou problemas ambientais existentes (Figura 86) e possíveis soluções ou encaminhamentos (Figura 87), na opinião dos beneficiários entrevistados.

Os resultados obtidos seguem apresentados, pelas figuras a seguir:

Figura 81. Origem da água utilizada nas moradias dos assentamentos de estudo.

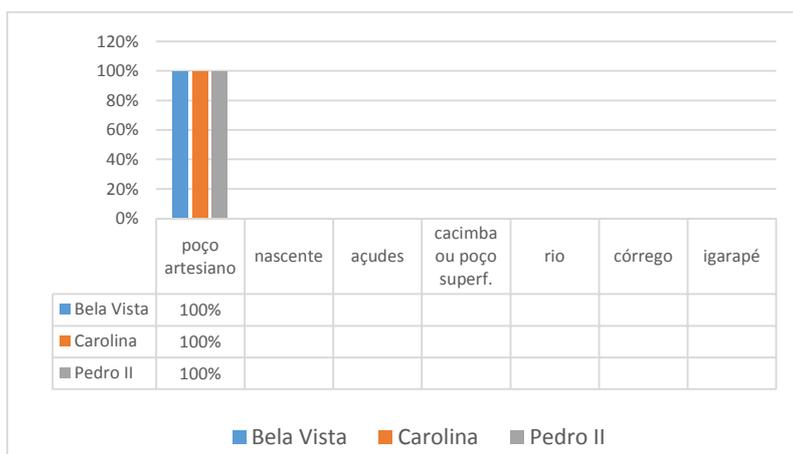


Figura 82. Destino do esgoto das moradias dos assentamentos de estudo.

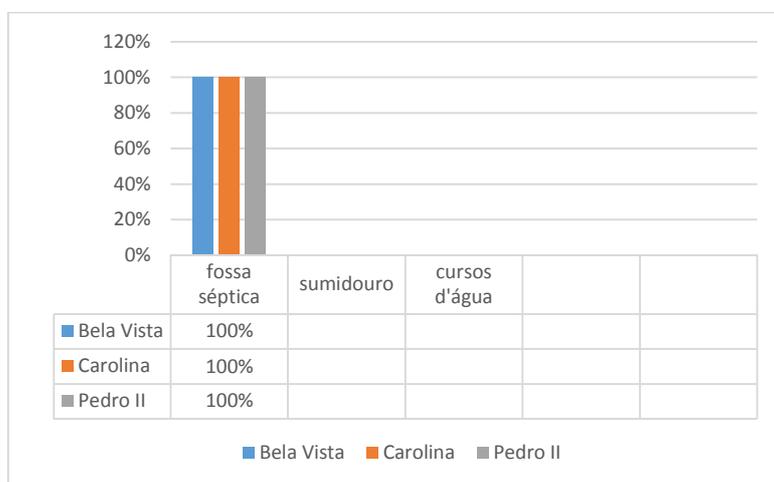


Figura 83. Destino do lixo dos assentamentos de estudo, segundo os beneficiados entrevistados.

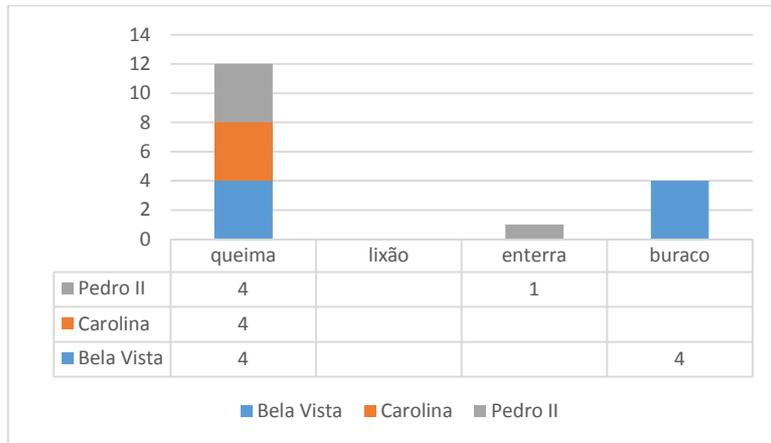


Figura 84. Ocorrência e estabelecimento de áreas de Reserva Legal (RL) e Área de Preservação Permanente (APP), nos assentamentos de estudo.

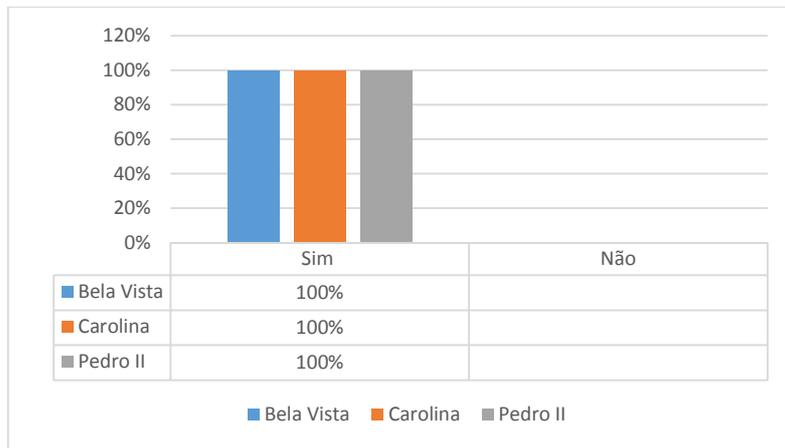


Figura 85. Práticas ambientais aplicadas nos assentamentos de estudo.

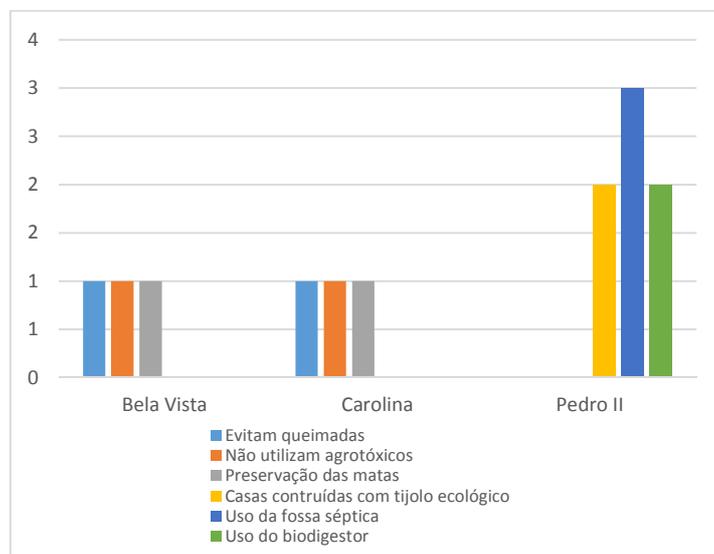


Figura 86. Percepção de impactos ou problemas ambientais existentes nos assentamentos.

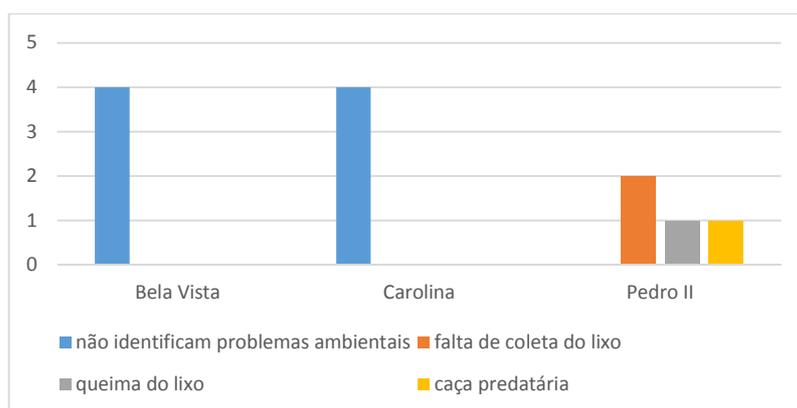
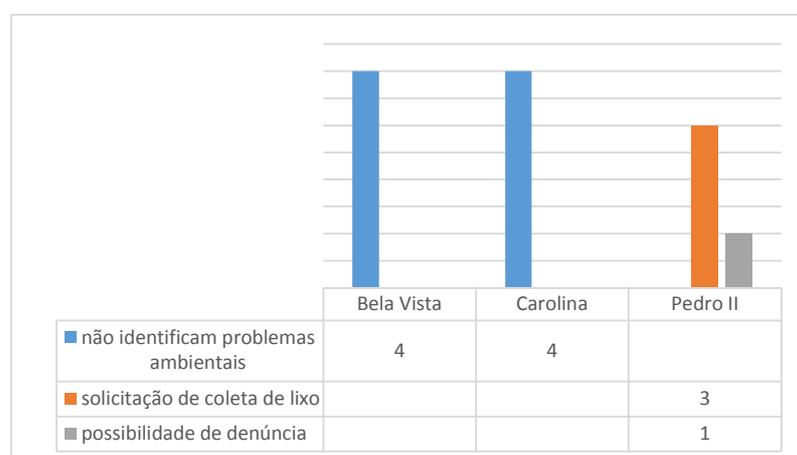


Figura 87. Soluções ou encaminhamentos possíveis aos problemas ambientais identificados, segundo opinião dos beneficiados entrevistados.



Para estes casos, realizando-se uma análise conjunta sobre os fatores abordados neste diagnóstico ambiental, verifica-se que os assentamentos de estudo têm um direcionamento voltado às boas práticas de produção agropecuária e de convívio harmônico com o meio ambiente, com atuação pouco ou minimamente impactante.

O que foi visualizado, no momento do levantamento de campo, é que nos assentamentos Bela Vista, Fazenda Carolina e Pedro II a vegetação nativa presente tem sido mantida. Somente nas áreas dos quintais, junto às casas é que foi realizado supressão da vegetação original.

No caso do Assentamento Fazenda Carolina, em uma área de 12 hectares, que será destinada à produção de forragem, para pastejo rotativo em área irrigada, destinada à produção leiteira e alimentação de caprinos e ovinos, ocorreu a supressão da vegetação original, mas a mesma representa um pequeno percentual (1,2%) da área total deste assentamento.

O fato de todos estes assentamentos contarem logo na sua constituição com a definição das áreas de Reserva Legal e das Áreas de Preservação Permanente, tratando-se de áreas coletivas do assentamento, já é um ponto satisfatório, prática que não ocorre em outras propriedades rurais desta região, nem tão pouco no país.

Quanto aos resultados obtidos e relacionados ao destino do esgoto doméstico às fossas sépticas nas moradias dos assentamentos pesquisados da linha NPT, conforme anteriormente mencionado, estas são condições previamente estabelecidas pelo programa, e contribuem positivamente na fase de análise dos aspectos relacionados às questões ambientais.

Em relação à percepção dos beneficiados sobre as questões ambientais, não foram identificados impactos e problemas ambientais existentes pelos entrevistados dos assentamentos Bela Vista e Fazenda Carolina, mas sim pelos entrevistados do Assentamento Pedro II.

Este fato pode ser explicado pelo maior período de convívio que possuem os beneficiários deste assentamento, podendo contribuir com maiores oportunidades de trocas de informações entre o grupo, junto aos técnicos de ATER e equipe da UTE e MDA, que resultariam nesta percepção mais aprofundada, conforme foi identificado. Também o fato da composição dos jovens beneficiários do Assentamento Pedro II ser predominante de técnicos com a formação em agropecuária, provenientes de escola familiar de formação por alternância, pode também justificar este resultado.

Além disso, o processo de amadurecimento desse grupo de jovens, buscando soluções junto ao poder público e por meio da participação em colegiados, pode contribuir para os resultados encontrados. Da mesma forma, este será provavelmente o caminho a ser percorrido pelos demais assentamentos de estudo, sendo interessante a identificação, por parte dos gestores e agentes de ATER, destas experiências adquiridas e na orientação de alternativas e possibilidades.

### ***1.10 Questão do jovem no campo***

O tema referente à presença do jovem no campo foi abordado a partir dos seguintes tópicos: razões pelas quais o jovem rural deixa o campo em direção as áreas urbanas; razões pelas quais o jovem rural permaneceu no campo e alternativas que os jovens sugerem para se manterem no meio rural.

Os resultados obtidos são apresentados pelas Tabelas 27, 28 e 29, onde foram consolidadas as opiniões de todos os entrevistados de cada assentamento sobre cada um destes três aspectos.

Tabela 27. Motivos que levam o jovem rural a deixar o campo em direção as áreas urbanas, segundo os entrevistados dos assentamentos de estudo.

	<b>Bela Vista</b>	<b>Fazenda Carolina</b>	<b>Pedro II</b>
1- Questão financeira e renda.	X	X	X
2- Busca por melhores condições e qualidade de vida.	X	X	X
3- Falta de vontade e de interesse.		X	
4- Lugar mais ativo.	X		
5- Comodidade.	X		
6- Falta de inteligência e de acreditar nele mesmo.		X	
7- ATER ausente ou não eficiente, com baixos resultados.			X
8- Falta de recurso investido na comunidade ou recurso mal aplicado.			X
9- Não valorização do meio rural.			X
10- Sistema educacional voltado ao urbano.			X

Com base nas informações apresentadas na Tabela 27, os motivos citados de maneira mais contundente pelos entrevistados nos assentamentos de estudo foram voltados à questão da deficiência da renda gerada no meio rural, aos atrativos relacionados à melhor qualidade de vida e às melhores condições que as áreas urbanas apresentam, bem como a falta de vontade e interesse de permanecer no meio rural, possivelmente por contribuição dos demais itens citados.

Segundo as opiniões dos entrevistados, o que pode ser notado é que o jovem não identifica a expressão e a potencialidade do meio rural, com relação à adequada qualidade de vida, nem tão pouco visualiza formas para assegurar a geração de renda no meio rural. Com isso, acaba por decidir e tomar o rumo ao urbano, que vem aparentemente sinalizar um caminho mais atrativo, com maiores oportunidades de transformações sociais, melhores condições de qualidade de vida e de geração de renda.

Algumas colocações relacionadas à baixa qualidade dos serviços de ATER, deficiência de recursos aplicados nas comunidades rurais, assim como a questão da não

valorização do meio rural, por conta e em parte pelo modelo educacional comumente empregado, acabam por ser atribuídos como condicionantes à questão elaborada.

Também a falta de reconhecimento e valorização do meio rural e da identificação de perspectivas são fatores que levam o jovem a avaliar e ponderar a respeito da sua permanência nas áreas rurais.

Neste sentido, a linha do NPT do PNCF pode ser identificada, dentre outras possíveis oportunidades complementares, como alternativa e oportunidade de contribuição nesta tomada de decisão de permanência no meio rural, visto que vem a ser um programa bem estruturado e que conta com as aplicações de recursos públicos, humanos e financeiros, voltados em benefício ao jovem rural.

Tabela 28. Motivos pelos quais o beneficiário da linha NPT permaneceram no meio rural, segundo a opinião dos entrevistados dos assentamentos de estudo.

	<b>Bela Vista</b>	<b>Fazenda Carolina</b>	<b>Pedro II</b>
1- Experiência e conhecimento de relacionadas ao trabalho, ações e produção no meio rural.	X	X	
2- Interesse e busca pelo seu próprio sustento.	X		
3- Interesse pela casa própria.	X		
4- Formação técnica.	X		X
5- Paixão pela vida no campo.	X	X	
6- Origem rural e tradição familiar.	X	X	X
7- Não sabe ler.		X	
8- Qualidade de vida.			X
9- Convívio e bem estar no campo.			X
10- Experiência insatisfatória de familiares trabalhando em outras regiões do país.			X

Com base nos resultados apresentados pela Tabela 28, verifica-se que a origem e o período de convivência no meio rural são pontos determinantes para que estes jovens entrevistados tenham optado pela permanência na área rural.

Diferente de outros jovens de origem rural que possam ter migrado para o meio urbano ou estão propensos a seguir este caminho, há entre os entrevistados, a identificação com o modo de vida no campo, onde identificam as oportunidades relacionadas ao acesso à terra e moradia, como fatores de contribuição à geração de renda, qualidade de vida e à realização pessoal.

Tabela 29. Alternativas e soluções para manter o jovem no meio rural, segundo a opinião dos entrevistados dos assentamentos de estudo.

	Bela Vista	Fazenda Carolina	Pedro II
1- Ampliar os recursos e diminuir a burocracia.	X		
2- Ampliar as alternativas para o jovem no meio rural, com mais opções de trabalho e renda.	X	X	
3- Ampliar as oportunidades, incentivando aprendizado e renda.	X	X	X
4- Destinar os investimentos à produção e geração de renda.	X		X
5- ATER mais ampla e voltada à geração de renda e produção.	X		
6- Políticas públicas voltadas aos jovens.	X		
7- Por via da linha NPT, poderia ser um caminho possível.			X
8- Educação no campo, junto às famílias, evidenciando condições relacionadas à qualidade de vida no campo.		X	X

Na perspectiva dos beneficiários da linha NPT as alternativas e soluções que podem contribuir com a permanência do jovem no meio rural estão direcionadas basicamente à algumas questões tais como: educação (no campo e para o campo); acesso ao conhecimento e às alternativas de geração de renda; ampliação dos recursos e das políticas públicas voltadas aos jovens, onde se inclui o acesso à linha NPT; melhor qualidade de vida no campo e; ATER direcionada à geração de renda e produção no meio rural.

Uma análise dos dados obtidos e relacionados às alternativas e soluções de contribuição de permanência dos jovens no meio rural, poderiam de fato minimizar ou reduzir o impacto desse fluxo de jovens rumo ao urbano, identificando determinadas situações e problemas que os próprios beneficiários apresentaram, bem como certos desdobramentos e soluções propostas.

Com base no que foi apresentado nesta análise relacionada à questão do jovem no campo, é possível verificar o alinhamento dos dados apresentados pelos beneficiários da linha NPT com as próprias diretrizes e condições estruturantes direcionadas pelo programa de crédito fundiário, que envolvem alternativas e oportunidades relacionadas a geração de renda e ao desenvolvimento das atividades produtivas, voltadas à educação e capacitação por meio da prestação dos serviços de ATER, com condições relacionadas à melhor qualidade de vida, além de outros pontos em comum identificados.

### 1.11 Transformações após o NPT e um olhar para o futuro

As transformações identificadas pelos beneficiários, após o acesso à linha NPT, quais seriam as perspectivas futuras desses jovens e quais as dicas e recados que poderiam compartilhar com outros jovens interessados em acessar o NPT fizeram parte da análise a seguir.

Foram aplicadas três questões e os resultados são apresentados nas Tabelas 30, 31 e 32, na mesma forma que foram expressados os depoimentos disponibilizados pelos beneficiados entrevistados.

#### Questão 1: Qual seria o seu recado ao jovem que gostaria de participar e acessar a linha do NPT?

Tabela 30. Recado dos beneficiados dos assentamentos de estudo, ao jovem que gostaria de acessar a linha do NPT.

Bela Vista	Fazenda Carolina	Pedro II
Tendo interesse em ficar no campo, vale investir e se dedicar	Apostar na oportunidade	Pensar e saber se é isto mesmo que quer
Acreditar e se capacitar	Ter coragem	Se enquadrar nas condições do NPT
Disposto por morar no campo	Procurar uma terra boa	Ter vocação para atuar no meio rural
Buscar mais informações sobre o projeto a desenvolver, estudando a viabilidade e o acesso ao mercado	Ir fundo, pois é uma boa oportunidade	Que invista, pois tem tudo para dar certo
Acreditar, que com esforço, tudo vai dar certo		Aproveitar esta oportunidade, pois vale a pena
		Tenha disposição para enfrentar as dificuldades
		Se organizar
		Este pode ser um meio muito barato e acessível para se obter terra, moradia, luz e água
		Visão e mentalidade nos valores

## Questão 2: O que mudou na sua vida, após o NPT?

Tabela 31. Transformações identificadas e ocorridas após o NPT.

Bela Vista	Fazenda Carolina	Pedro II
Acesso à terra e moradia	Mais confiança	Moradia própria, com acesso à água e energia elétrica
Bela Vista	Fazenda Carolina	Pedro II
Ampliou seus conhecimentos, após a entrada no assentamento	Foi a realização de um sonho	Foi a realização de um sonho
Abrir as portas	Melhorou muito	Olhar diferenciado sobre o que é um assentamento
Moradia já vale a pena		Mudou tudo
Casou		

## Questão 3: Qual o seu olhar para o futuro?

Tabela 32. O olhar para o futuro, do beneficiado da linha NPT, na perspectiva dos jovens beneficiados e depoentes deste estudo.

Bela Vista	Fazenda Carolina	Pedro II
Gerar renda com a produção	Mais próspero e melhor	Ter uma vida melhor, alcançando isto no assentamento
Desenvolver	Melhorar mais ainda	Desenvolver renda
Crescer e seguir em frente	Trabalhar e melhorar	Continuidade de vida em comunidade
Lote como modelo, sendo utilizado para orientação e reprodução	Constituir uma família	Consolidar atividades mais produtivas
Se tornar um grande produtor		Desenvolver um projeto sustentável
		Comercializar a produção para outras cidades
		Produção de ração no próprio assentamento

Com base nos resultados apresentados neste item, verifica-se uma série de contribuições disponibilizadas pelos beneficiários que participaram da pesquisa e levantamento de campo, dos assentamentos Bela Vista, Fazenda Carolina e Pedro II, relacionadas às transformações ocorridas após o acesso ao programa, perspectivas para o futuro e recomendações voltadas aos jovens interessados em acessar o NPT.

Tais contribuições permitem identificar os processos e oportunidades de transformações que foram vivenciadas pelos beneficiários, predominantemente apresentadas de forma positiva e satisfatória.

Com relação às perspectivas relacionadas ao futuro, a proposição de melhoria da qualidade vida e de desenvolvimento produtivo, econômico e sustentável são pontos citados, envolvendo dedicação e trabalho, fortalecimentos dos laços sociais, com a vida em comunidade, entre outros fatores. O que também evidencia o nível de satisfação, com a confiança de transformar os desejos em fatos reais a se alcançar.

Além disso, quando das recomendações aos jovens interessados em acessar a linha NPT, mesmo que evidenciando certos comprometerimentos e esforços necessários, há o reconhecimento na oportunidade que o PNCF, em particular a linha do Nossa Primeira Terra oferece aos jovens, como alternativa possível à transformação de realidades dos seus beneficiários.

Aspectos estes, que precedem a avaliação proposta ao NPT, mas que já indicam entre os beneficiados entrevistados, o nível de satisfação ao programa.

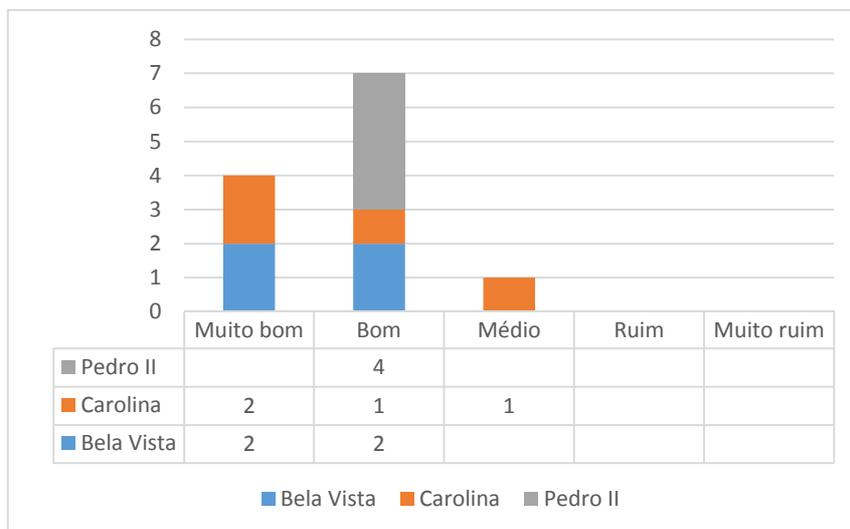
De fato, considerando-se vários fatores relacionados ao PNCF e a linha do Nossa Primeira Terra, assim como a percepção apresentada pelos beneficiários até o momento, pode se considerar que o NPT se apresenta como um programa de contribuição e oportunidades concretas para o benefício de seu público alvo, mesmo considerando que existem certas questões e ajustes necessários a se implementar, que serão devidamente analisadas ao final deste capítulo.

### ***1.12 Avaliação do NPT***

Concluindo o roteiro de questões aplicadas aos beneficiários dos assentamentos de estudo, a Figura 88 apresenta a avaliação dos entrevistados com relação à linha NPT. Segundo os resultados obtidos nesta avaliação referente ao NPT: 4 entrevistados consideraram esta linha do crédito fundiário muito boa, 7 entrevistados avaliaram como boa e 1 entrevistado classificou o NPT como médio.

Como pode ser notado, o predomínio das análises sobre o NPT foi voltado a uma boa avaliação da linha NPT, o que pode indicar que esta política pública apresenta potencialidades e propósitos consideráveis. Por outro lado, para uma conclusão a respeito seria necessária uma análise mais aprofundada ou mesmo específica, para cada assentamento de estudo, o que não foi escopo deste trabalho.

Figura 88. Avaliação sobre o Nossa Primeira Terra/PNCF, segundo a percepção dos entrevistados dos assentamentos de estudo.



## 2. O NPT na ótica dos gestores e beneficiados do programa

O modelo 2 de questionário aplicado, foi aplicado aos gestores da linha NPT/PNCF: Unidade Técnica Estadual do Piauí - UTE e Delegacia do MDA; às instituições de apoio: Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Piauí – FETAG - PI, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Piripiri e Escola Família Agrícola Santa Ângela - EFASA); à empresa de prestação de serviços de ATER (Centro de Educação Ambiental e Assessoria - CEAA); ao agente financeiro (Banco do Nordeste - BNB) e aos beneficiários dos 3 assentamentos de estudo, totalizando 10 questionários aplicados.

Para o caso deste modelo 2, quando aplicado aos beneficiários dos assentamentos de estudo ocorreu de forma coletiva, onde os beneficiários entrevistados anteriormente no roteiro de entrevistas do modelo 1, foram contribuindo e respondendo as questões conjuntamente, à medida que estas foram apresentadas.

Os dados coletados e sistematizados, são apresentados a seguir por temas de discussão, propostos no modelo 2 detalhado no item metodologia.

## ***2.1 Histórico e etapas de constituição do NPT no estado do Piauí***

Pelo fato dos interlocutores terem vivenciado momentos distintos, onde o envolvimento em determinadas situações pode ter ocorrido em níveis diferenciados, a apresentação dos resultados relacionados à contextualização histórica ocorre sob uma ótica coletiva, a partir das narrativas e depoimentos que ocorreram no momento da pesquisa de campo.

Conforme os resultados obtidos, o NPT no estado do Piauí teve uma ação pioneira no país, juntamente com o estado do Rio Grande do Sul, onde foram constituídos os primeiros assentamentos do PNCF com o selo NPT.

A partir da realização dos seminários regionais do Consórcio Social da Juventude no estado do Piauí, enumerados em torno de 15 seminários, em ação coordenada pelo Instituto Aliança, que contou com o apoio da FETAG, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, CEAA, Escolas Familiares de Formação por Alternância, entre outras instituições, acabou ocorrendo a divulgação, bem como o levantamento das demandas para a linha NPT. Este movimento se constituiu como a base inicial de constituição dos grupos de jovens interessados em acessar o crédito fundiário.

O primeiro assentamento NPT constituído no Piauí ocorreu no município de Batalha, com o Assentamento Terra Viva, seguido pelo Assentamento Pedro II, que teve sua constituição a partir de abril de 2004, contando com o apoio e incentivo da irmã Celina, da EFASA, bem como informe relacionado ao NPT, ocorrido por parte do vereador Raimundo Nonato, do município de Pedro II.

Para o caso do Assentamento Bela Vista o conhecimento e manifestação de interesse em acessar a linha do NPT ocorreu a partir de ações do Centro de Educação Ambiental e Assessoria (CEAA), por via Seminário Regional do Consórcio Social da Juventude, desenvolvido em parceria com o Instituto Aliança e a CEAA, que promoveu um curso de capacitação com 70 jovens dos municípios de Piracuruca, Batalha, Cocal e Joaquim Pires, que acabou por despertar o interesse na constituição da associação e do acesso ao NPT.

O Assentamento Fazenda Carolina teve o conhecimento referente à linha NPT do PNCF e o interesse na constituição do grupo de jovens, a partir de uma liderança local (Bernardo Celidônio) e após a realização de uma reunião junto com os representantes da FETAG e do CEAA.

Nos primeiros anos do PNCF no Piauí, a Unidade Técnica Estadual, que é o órgão executor do PNCF, era constituída por duas coordenações, uma voltada aos assentamentos do PNCF da linha CAF e a outra com atuação na constituição e acompanhamento dos assentamentos da linha CPR, onde se inseriam os assentamentos NPT. Desse modo, o foco da atuação de cada coordenação estava voltado às demandas distintas.

## ***2.2 Aspectos relacionados ao Desenvolvimento Rural Sustentável***

A identificação de aspectos sociais, ambientais, econômicos e culturais relacionados ao Desenvolvimento Rural Sustentável que seriam priorizados pela linha NPT foram temas de questionamentos demandados aos entrevistados.

As contribuições a este tema não geraram muitas informações conclusivas, pois alguns dos entrevistados não opinaram ou mesmo não enriqueceram uma discussão mais aprofundada a respeito.

Ainda pode ser possível considerar que a formulação e os questionamentos referentes ao tema do desenvolvimento sustentável e aos aspectos da sustentabilidade em geral, não tenham sido bem desenvolvidos ou explicitados, assim como a própria definição e conceito a respeito do termo sustentabilidade.

De qualquer forma, os resultados obtidos e relacionados ao tema do Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS) seguem apresentados, segundo os relatados dos entrevistados.

A questão se constituiu:

***O Nossa Primeira Terra e o Desenvolvimento Rural Sustentável, em quais aspectos são priorizadas as ações neste sentido?***

A Tabela 33 apresenta os aspectos sociais priorizados pelo NPT, no contexto do DRS, segundo a percepção e depoimento dos entrevistados.

Os pontos considerados relatam os aspectos relacionados ao fortalecimento social, que envolve a própria necessidade e constituição da associação, assim como a realização das reuniões.

Além disso, a representatividade dos assentamentos constituídos, perante outros fóruns de discussão, em escala municipal e regional, é identificada nos depoimentos.

Um outro aspecto abordado, se refere ao processo educacional em vigência, que ao mesmo tempo que desvaloriza e desconstrói o meio rural, valorizando o meio urbano. Tal aspecto, segundo colocado, acaba gerando uma preocupação e o olhar ao processo sucessório do assentamento, em uma perspectiva de futuro e continuidade, ou seja, já há, ou parece haver, o sentido de pertencimento e apropriação do espaço físico do assentamento, no reconhecimento e valor, bem como da representação e identidade à terra e seus possíveis benefícios voltados às transformações de realidades e modos de vida.

Outro ponto abordado com relação à esta questão, vinculada aos aspectos sociais, está voltada à questão relacionada à qualidade de vida, onde se sugere que os assentamentos possam de fato contar com determinadas condições que os qualifique como um campo urbanizado. O que pode ser relacionado aos aspectos e condições habitacionais, ao acesso à energia elétrica e à água, acesso aos serviços básicos de transporte, educação e saúde, entre outros fatores.

Ainda segundo os depoimentos, ocorreu certa associação entre os aspectos sociais da sustentabilidade, aos fatores relacionados à seleção e perfil do beneficiário da linha NPT, ao perfil da propriedade e à qualidade da assistência técnica. O que pode indicar esta associação à própria viabilidade e sustentabilidade dos assentamentos NPT, pois são fatores bem apropriados e interligados, que podem diferenciar de fato, os resultados de cada assentamento constituído ou a se constituir.

Tabela 33. Aspectos sociais priorizados pelo NPT relacionada à proposição de DRS, segundo a percepção dos entrevistados.

<b>Aspectos Sociais</b>		
Sustentabilidade do NPT - associado selecionado - beneficiário - vocação em assistência técnica qualificada	Campo urbanizado - com melhores condições de qualidade de vida - vila dos assentamentos	Ações voltadas ao fortalecimento social; Processo participativo, organizado por meio da constituição das associações Reuniões mensais da associação
Perfil da propriedade e do beneficiário	Educação é um processo engessado, não construtivo	Processo de composição da associação e de tomadas de decisões de forma coletiva
Grau de gerenciamento do beneficiário	EFASA - processo de reconstrução do sistema educativo	Fórum dos assentamentos do PNCF, que tem a proposta de repasse dos conhecimentos
Ocorre de forma semelhante NPT e demais do PNCF	Grade curricular pode desconstruir as bases de sustentação dos processos sucessórios dos assentamentos	Participação em fóruns e conselhos; Participação junto ao Fórum das associações;

A Tabela 34 relaciona os aspectos ambientais identificados pelos entrevistados, nas questões relacionadas ao DRS e a linha NPT. O que se verifica, conforme apresenta a tabela, são determinadas questões exigidas em todos os assentamentos do PNCF, assim como na linha NPT, que são a regularização e demarcação das Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL) nos assentamentos, como a instalação das fossas sépticas junto às moradias. Além disso, a adoção de sistemas orgânicos ou agroecológicos de produção agropecuária são uma característica geralmente praticadas pela linha NPT no estado do Piauí.

Entre os demais aspectos ambientais citados, constam: o uso de biodigestor; a preservação da vegetação natural do assentamento, com a ocorrência de desmatamento somente em caso de extrema necessidade e onde a caça de animais silvestres é constantemente evitada; e pela instalação da Casa da Semente, que vem a ser um banco de sementes tradicionais e crioulas que está se constituindo no Assentamento Pedro II, em parceria com o Programa Água Brasil.

Tabela 34. Aspectos ambientais priorizados pelo NPT relacionada à proposição de DRS, segundo a percepção dos entrevistados.

<b>Aspectos Ambientais</b>		
Preservação da área, não ocorre desmatamento e caça	APP e RL	Fossa séptica
Não utilização de agrotóxicos	Biodigestor	Casa da semente

Com relação aos aspectos econômicos da linha NPT relacionados ao DRS, a Tabela 35 apresenta os pontos levantados, que estão voltados ao desenvolvimento das atividades produtivas, à qualidade da assistência técnica, potencialidades e características do imóvel, que venham contribuir com a definição da forma de produção a ser adotada.

Tabela 35. Aspectos econômicos priorizados pelo NPT relacionada à proposição de DRS, segundo a percepção dos entrevistados.

<b>Aspectos Econômicos</b>	
Boa assistência técnica - vai eleger o potencial do imóvel, a forma de exploração e o desenvolvimento das atividades produtivas	Aporte mais determinante aos aspectos produtivos

Os aspectos culturais abordados se constituíram em depoimentos provindos dos assentamentos Bela Vista e Pedro II, que apresentam o interesse em manter determinadas tradições e costumes culturais, como o caso do grupo de teatro, dos festejos de datas tradicionais do meio rural e das festas e datas de cunho religioso.

Tabela 36. Aspectos culturais priorizados pelo NPT relacionada à proposição de DRS, segundo a percepção dos entrevistados.

Aspectos Culturais		
Grupo de Teatro	Festas comemorativas, com interesse de manter os festejos tradicionais	Mãe Rainha, padroeira do assentamento, realização de novena

### 2.3 Interface dos beneficiários da linha NPT com outras políticas públicas

A interface da linha NPT com outras políticas públicas foi um dos temas de interesse no levantamento de campo realizado, pois a identificação de acessos, por parte dos beneficiários da linha NPT, aos programas e políticas públicas poderão contribuir com ações complementares, propiciando melhores condições de qualidade de vida, geração de renda e segurança alimentar das unidades familiares envolvidas com o NPT. Face a isto, as políticas públicas foram pontuadas aos entrevistados, que informavam sobre o conhecimento ou desconhecimento de acesso por parte dos assentamentos NPT.

Além disso, caso os entrevistados tivessem conhecimento de alguma outra política pública não mencionada, relativas à esfera federal, estadual ou municipal, que fosse acessada pelo público analisado no presente estudo, estas passavam a compor a lista das políticas públicas que fazem interface com o NPT.

Como resultados obteve-se que a política pública com maior interface com o NPT é o **Programa Bolsa Família (PBF)**, onde se verificou que a maioria dos beneficiados dos assentamentos de estudo acessam o PBF. Segundo informação obtida nos assentamentos, os índices de beneficiários que tem acessado o PBF são de 84% no Assentamento Bela Vista, próximo a 90% no Assentamento Fazenda Carolina e de 70% no Assentamento Pedro II.

Conforme relato obtido na Delegacia do MDA, todos os beneficiários da linha NPT no estado do Piauí, no momento da constituição dos assentamentos possuíam o cadastro único do governo federal (CadÚnico)<sup>7</sup>, portanto estavam elegíveis à linha de

<sup>7</sup>Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico): constitui-se em um instrumento de coleta de dados e informações que identifica as famílias de baixa renda no país e que, desse modo, podem ser beneficiadas pelos programas sociais do governo federal. São classificadas as famílias de baixa renda em duas situações: renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda mensal total de até três salários mínimos.

Combate à Pobreza Rural (CPR), o que os qualifica à obtenção dos investimentos, via recurso Subprojeto de Investimento Comunitário (SIC), como recursos não reembolsáveis.

Com relação à interface com o *Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)*, somente o Assentamento Pedro II realizou a comercialização de parte de sua produção ao programa PAA. Porém, no momento da pesquisa de campo, os entrevistados deste assentamento informaram que não estavam comercializando com o PAA, devido ao preço não atrativo, praticado para as hortaliças e, para o caso da venda de frangos de corte, pela necessidade da autorização de abate e comercialização, realizado pela vigilância sanitária.

Segundo os representantes da UTE, MDA, FETAG, empresa de ATER (CEAA) e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Piripiri, outros assentamentos da linha NPT tem comercializado parte da sua produção junto ao PAA ou mesmo se encontram em processo inicial em relação ao acesso ao programa.

A interface dos assentamentos NPT com o *Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)* não foi verificada nos assentamentos de estudo. No caso do Assentamento Pedro II, existe uma negociação prévia junto à Secretaria Municipal de Educação de Pedro II, para vir a acessar este programa.

Para o caso dos programas PAA e PNAE, a contratação para o fornecimento e comercialização de produtos especificados, ocorre por um período determinado e implica, bem como as condições de preços praticados (conferindo garantia de renda), a regularidade de fornecimento, em quantidades previamente definidas. Com isso, mesmo que sejam possíveis certos ajustes nesta negociação, ao longo do período de contratação, há que se organizar os processos de produção, o escalonamento de plantios ou adequação de fases de criação de animais para atendimento ao que foi contratado.

O PAA e o PNAE são programas de aquisição de alimentos constituídos pelo governo federal, descritos anteriormente no capítulo 2, que tem como proposta o contribuir com a garantia de renda e a agregação de valor aos produtos advindos da Agricultura Familiar. Portanto, tratam-se de programas que, caso acessados pelos assentados beneficiários da linha NPT, podem contribuir com a comercialização de parte da produção, garantindo a geração de renda das unidades familiares ou dos núcleos

coletivos de produção. Por outro lado, demanda-se um nível de articulação social, planejamento e gestão da produção, assim como a questão logística na entrega destes produtos e posse de uma série de documentos comprobatórios, que em certos casos, acabam sendo restritivas ou mesmo não se aplicam aos assentamentos em questão. Além disso, há que se considerar o papel fundamental que a assistência técnica tem nesta situação. Onde, o alinhamento e sintonia de ações junto às famílias e beneficiários são fatores determinantes neste processo.

Portanto, partindo-se do pressuposto que os programas PAA e PNAE são políticas públicas fundamentais e de contribuição para a sustentabilidade dos assentamentos da linha NPT, um arranjo e direcionamento por parte dos gestores do PNCF deve ser tomado junto às empresas e aos técnicos de prestação de serviços de ATER, assim como junto às lideranças e aos beneficiários desta linha, na construção de uma base de sustentação social e produtiva, considerando-se o perfil e características específicas dos assentamentos e do beneficiários.

Além disso, demandaria uma articulação de acesso às políticas citadas, junto aos gestores estaduais e municipais desses programas, bem como um estudo voltado à estruturação da questão logística, que poderia ocorrer em benefício de determinados assentamentos de uma mesma região, por meio de uma ação integrada.

***O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)***, tem sido acessado por beneficiários de assentamentos da linha NPT, conforme apontado nos depoimentos dos representantes da UTE, MDA, FETAG e BNB.

Para o caso dos assentamentos de estudo, o Pronaf está sendo acessado pelos beneficiários dos assentamentos Bela Vista e Fazenda Carolina, embora o recurso ainda não tenha sido liberado, este encontra-se em fase de tramitação no Banco do Nordeste (BNB), com boas perspectivas de sucesso.

Para o caso dos beneficiários do Assentamento Pedro II, existem uma série de dificuldades de acesso ao Pronaf, até mesmo para o caso da obtenção do DAP (Declaração da Aptidão ao Pronaf), o que impede o acesso à esta linha de financiamento.

Foi consenso entre os entrevistados, com exceção do relato do agente financeiro, que o processo de acesso ao Pronaf A, voltado às famílias de assentados, é muito demorado, implicando em um período médio para a liberação do recurso compreendido entre 8 a 10 meses. Fato esse que compromete significativamente os investimentos voltados às atividades produtivas e a geração de renda das unidades familiares.

Face a isso, uma articulação por parte dos gestores do PNCF com a instituição financeira BNB pode ser uma ação importante a se realizar, no sentido de otimizar o acesso à linha do Pronaf, por parte dos beneficiários dos assentamentos da linha NPT.

Por outro lado, o estabelecimento de conexões regionais entre os técnicos de prestação de serviços de ATER aos assentamentos NPT e os representantes da instituição financeira devem ser realizadas, objetivando a consolidação e o maior esclarecimento das dificuldades encontradas, com encaminhamentos de ações e diretrizes efetivas que contribuam com o alinhamento desta proposição.

Ao que pareceu, mesmo identificando as dificuldades relacionadas ao acesso ao Pronaf e tendo ciência de suas implicações, ações mitigadoras não foram tomadas pelos gestores. Certamente, existem várias demandas que às coordenações da UTE e do MDA tem que atender a todo momento, o que pode dificultar a leitura e tomada de decisão neste sentido. Porém, estas dificuldades relacionadas ao acesso ao Pronaf devem ser de fato reconhecidas e internalizadas como uma questão prioritária a ser solucionada.

Com relação ao *Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar (Pronater)*, o PNCF tem como premissa o atendimento dos beneficiários dos assentamentos deste programa na prestação de serviços de ATER, onde atualmente os assentamentos constituídos contam com um período de 5 anos deste acompanhamento técnico.

Após o período de contratação inicial de ATER, os beneficiários do PNCF podem ser contemplados pelo acesso ao Pronater, por meio das chamadas públicas da Secretaria de Reforma Agrária (SRA) do MDA, destinadas à contratação de empresas públicas ou privadas para prestação de serviços de ATER aos assentamentos.

Além disso, em casos específicos e demandados pelos assentados ou por parte da equipe gestora do programa, a empresa pública de ATER (Emater) pode ser consultada ou orientada na prestação pontual de determinado serviço de ATER.

O resultado relacionado ao acesso ao Pronater pelos entrevistados, confirma a ocorrência desta interface com o NPT. Porém, no momento da pesquisa de campo, realizada em junho de 2013, os assentamentos Bela Vista e Pedro II não contavam com a prestação de serviços de ATER.

Conforme citado anteriormente, nas análises dos resultados do roteiro de entrevistas aplicado aos beneficiários dos assentamentos NPT, o Assentamento Pedro II não contou com a prestação de serviços de ATER nos 2 anos iniciais (condição

anteriormente definida pelo PNCF), pelo fato da composição dos beneficiários deste assentamento ser constituída por técnicos agropecuários. Desse modo, o recurso destinado para ATER foi destinado ao grupo de beneficiários, para aplicação em atividades de interesse que vieram a definir. Em um momento posterior, o assentamento contou com a prestação de serviço de ATER, por meio de contratação de empresa de ATER via chamada pública, mas que não apresentou resultados satisfatórios, com pouco comprometimento dos profissionais envolvidos, ocasionando a interrupção da prestação deste serviço, conforme foi relatado.

Para o caso do Assentamento Bela Vista, ocorreu uma relação de conflitos e desajustes com o técnico que prestava serviços de ATER e os beneficiários do assentamento, o que ocasionou a situação atual, sem acesso a este apoio. Outro motivo desta situação apresentada, se deve ao fato do término do período inicial de contratação do serviço de ATER, período de 2 anos já finalizados.

Com a contratação das empresas de ATER por meio das chamadas públicas da SRA os beneficiários dos assentamentos Bela Vista e Pedro II passarão a ter acesso a este apoio, onde se espera, que com isso possam obter resultados positivos, relacionados à geração de renda e ao desenvolvimento das atividades produtivas.

A partir de junho de 2013 os assentamentos do PNCF, inclusive os contemplados pela linha NPT, passam a se beneficiar do acesso aos programas ***Luz para Todos, Minha Casa Minha Vida e Água para Todos***. Programas estes que não foram acessados pelos assentamentos constituídos até este momento e onde os investimentos do recurso SIC (Subprojetos de Investimento Comunitário) tiveram sua aplicação voltada à construção das moradias, instalação de rede de abastecimento de água, como a instalação da rede elétrica.

Com isso, a partir do acesso aos programas Luz para Todos, Minha Casa Minha Vida e Água para Todos, o recurso do SIC será destinado predominantemente aos sistemas de produção coletiva e às unidades de beneficiamento, o que pode contribuir de modo positivo na geração de renda dos assentamentos, assim como para a redução do percentual de desistências e substituições de titularidades dos lotes de terra referentes aos assentamentos.

Por outro lado, segundo relatos de alguns entrevistados, há um certo receio de que o processo de implantação dos novos assentamentos acabe se tornando mais demorado do que tem ocorrido até o momento (2 a 3 anos), devido à dificuldade encontrada nas

etapas e acessos aos outros programas. Principalmente no caso do programa Minha Casa Minha Vida, por onde a intermediação junto à Caixa Econômica Federal é muito lenta e extremamente criteriosa nas etapas e nas normas de liberação dos recursos.

Nesse caso, há que se programar uma aproximação entre os envolvidos e interessados, gestores do PNCF e os representantes da instituição financeira, assim como uma discussão e análise nas esferas ministeriais (MDA e MDS), superando possíveis dificuldades, otimizando esta possibilidade de acesso aos programas citados, para que de fato não venha a se comprometer e estender o período de constituição dos novos assentamentos. Trata-se de uma nova experiência, uma nova parceria, mas que pode garantir melhores condições de sustentabilidade aos assentamentos da linha NPT e demais do PNCF.

O programa *Território da Cidadania (TC)* atua na região dos assentamentos de estudo junto ao Território dos Cocais e tem contado com o acesso e a participação das lideranças dos assentamentos Bela Vista e Pedro II, que foram recentemente nomeados como conselheiros. O programa TC tem atuação integrada de vários ministérios e órgãos do governo federal com os estados, municípios e a sociedade civil, objetivando a promoção do desenvolvimento sustentável, em regiões com baixo dinamismo econômico. Trata-se, portanto, de uma experiência interessante para as lideranças dos assentamentos citados, onde além do processo de amadurecimento social, podem contribuir com as tomadas decisões junto ao direcionamento de aplicação dos recursos públicos, priorizando necessidades prioritárias e ações destinadas ao território que residem. Também podem evidenciar junto às demais representações presentes neste conselho, o papel social exercido pelos jovens no contexto do NPT e na proposição do desenvolvimento rural sustentável.

O acesso ao *Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat)* e aos *Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS)* não foi verificado nos assentamentos de estudo, nem foram evidenciados no contexto dos demais assentamentos da linha NPT. Com relação ao CMDRS, trata-se de discussão no âmbito local, aparentemente pouco atuante na região de estudo. Porém, os CMDRS poderiam representar um potencial agente de contribuição ao NPT e deveriam ser resgatados e fortalecidos, pois muitas dificuldades encontradas nos assentamentos da linha NPT poderiam ter suas soluções nas esferas destes conselhos municipais. Além

disso, o processo de representação junto ao conselho municipal permite a participação nas tomadas de decisões e o direcionamento de determinadas políticas públicas e ações aplicadas visando atender interesses coletivos da comunidade.

O *Programa Um Milhão de Cisternas (PIMC)* foi uma das políticas públicas pesquisadas, com relação à interface com a linha NPT e os resultados obtidos junto à UTE e ao MDA indicam que este programa tem sido acessado por alguns assentamentos NPT no estado do Piauí. Muito embora, o PIMC não seja acessado pelos assentamentos de estudo, localizados no semiárido piauiense.

Os jovens do Assentamento Pedro II informaram o interesse em acessar o programa de cisternas, para poder usufruir desta tecnologia voltada à produção de alimentos (P1+2), porém não tem conseguido êxito neste benefício. Entre os assentamentos de estudo, o Pedro II é o que apresenta maior restrição hídrica para utilização em sistemas de produção de alimentos, o que justifica a demanda pela instalação de cisternas do sistema calçadão.

Considerando os aspectos gerais e as características regionais de localização dos assentamentos, a conexão entre estes programas poderia ser uma ação de interesse, no sentido de propiciar e promover investimentos voltados à garantia e a segurança hídrica junto à linha NPT.

O *Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)* é um programa desenvolvido pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC), que visa o repasse de conhecimentos e tecnologias de produção, com foco na qualificação profissional, geração de renda e acesso ao mercado de trabalho. Parte dos recursos são voltados ao PRONATEC Rural, que no estado do Piauí tem sido aplicado pelo SENAR-PI, envolvendo a realização de cursos voltados aos jovens das áreas rurais. Este programa foi acessado pelos jovens do Assentamento Bela Vista, na realização dos cursos de Horticultura e Piscicultura. Os demais assentamentos de estudo, não informaram acesso ao PRONATEC.

Conforme apresentado, os beneficiários dos assentamentos da linha NPT tem tido a oportunidade de interface com outras políticas públicas, que atuam de forma complementar na composição da renda (PBF), aos aspectos relacionados às atividades produtivas e geração de renda (Pronater e Pronaf), mas que tais acessos às políticas

públicas identificam a necessidade de ampliação e de determinados ajustes, relacionados às questões relatadas, por parte dos gestores do PNCF envolvidos na coordenação do programa.

Por outro lado, programas voltados à aquisição de alimentos (PAA e PNAE) tem sido pouco acessado ou não acessado pelos jovens da linha NPT, o que demandaria ações prioritárias, no sentido de potencializar tais conexões.

#### **2.4 Resultados alcançados, junto aos objetivos do NPT**

Uma das questões aplicadas foi voltada aos resultados alcançados pelos assentamentos NPT no estado do Piauí, na perspectiva e visão dos entrevistados, com relação aos objetivos principais desta linha.

Nesse sentido, foram realizadas três questões relacionadas à questão do êxodo rural e da permanência do jovem no meio rural; a interface do NPT com a redução da pobreza no meio rural e a geração de renda; assim como relacionada à questão da segurança alimentar, se o NPT pode contribuir ou não com a segurança familiar.

Os resultados obtidos, seguem apresentados pelas Tabelas 37, 38 e 39.

Tabela 37. NPT e a interface com a questão do êxodo rural e da manutenção do jovem no meio rural.

<b>Interface NPT com a questão do êxodo rural e da manutenção do jovem no meio rural. Pode ser identificada?</b>		
Sim	Não	Em parte
6	1	2

Tabela 38. Interface do NPT com a redução da pobreza no meio rural e com a geração de renda.

<b>Interface do NPT com a redução da pobreza no meio rural e a geração de renda. Isso pode ser identificado?</b>		
Sim	Não	Em parte
5	2	3

Tabela 39. Interface do NPT à Segurança Alimentar.

<b>Interface do NPT com a questão da Segurança Alimentar. Isso realmente ocorre?</b>		
Sim	Não	Em parte
8	-	2

Com base nos resultados apresentados, verifica-se que de maneira predominante os objetivos principais indicados, bem como as proposições da linha NPT tem sido alcançados, segundo a visão dos entrevistados. O que pode ser considerado como uma avaliação positiva a respeito da linha NPT e ao alcance aos seus objetivos principais.

De todo modo, a forma de elaboração das questões apresentadas permite ao agente emissor da resposta uma análise mais aberta, menos específica, crítica ou incisiva. Onde não ocorre o estabelecimento de escala de valores que possam quantificar mais apropriadamente as considerações relacionadas à questão. O que pode significar que a forma de abordagem das questões aqui apresentadas possa contribuir com resultados superficiais e menos precisos, para o caso de análises mais aprofundadas.

Por outro lado, como não existem critérios definidos pelo PNCF e ao NPT com relação às metas que possam dimensionar os resultados alcançados, como aos objetivos propostos nos assentamentos implementados. Entre os pontos analisados neste item, relativos à interface do NPT com as questões relacionadas: ao êxodo rural e manutenção do jovem no meio rural; com a redução da pobreza no meio rural e com a geração de renda; e à segurança alimentar - o próprio método de avaliação dos resultados, pode ser dificilmente encontrado e obtido, nos diferenciados períodos de implementação dos assentamentos.

De fato, o que foi observado durante a realização da pesquisa de campo permitiu identificar que os resultados apresentados se justificam, pois o programa de crédito fundiário e os assentamentos de estudo visitados da linha NPT tem contribuído preliminarmente com a permanência do jovem no meio rural; de certo modo evidenciam alternativas e oportunidades voltadas ao enfrentamento da situação de pobreza dos seus beneficiários e da geração de renda das unidades familiares, considerando-se determinadas possibilidades, fatores de ampliação e ajustes sendo plenamente necessários, conforme tem sido pontuadas as análises e discussões realizadas ao longo deste capítulo.

### ***2.5 Diferenciação de assentamentos, de acordo com constituição dos beneficiados – egressos de institutos ou escolas voltadas à formação agrotécnica ou não egressos***

Esta questão, com os resultados apresentados na Tabela 40, não foi aplicada junto aos beneficiários dos assentamentos de estudo, pois foi considerado que seria interessante uma avaliação de quem não é beneficiário da linha NPT, até porque não seria muito

interessante levantar este questionamento para esses atores, evitando-se situações comparativas e de diferenciações entre os assentamentos e entre os seus próprios beneficiários.

Desse modo, a questão foi aplicada somente junto aos demais atores entrevistados, que de maneira predominante consideraram que há determinada diferenciação entre os assentamentos constituídos por jovens provenientes de institutos ou escolas voltadas à formação agrotécnica, levantando os aspectos relacionados à questão.

Somente um depoimento não considerou que há diferenciação entre os beneficiados da linha NPT, egressos e não egressos com formação técnica, conforme explicitado na tabela a seguir.

Tabela 40. Diferenciação de assentamentos, de acordo com constituição dos beneficiados, egressos de institutos ou escolas voltadas à formação agrotécnica ou não egressos.

<b>Identifica diferenciação de assentamentos, de acordo com constituição dos beneficiados – egressos de institutos ou escolas voltadas à formação agrotécnica ou não egressos?</b>		
Sim		Não
5		1
<b>Aspectos considerados, relacionados à questão</b>		<b>Aspecto</b>
Interesse em aplicar o conhecimento;	Complementação de renda; Fatores Produtivos;	Os constituídos com o apoio do movimento sindical têm tido mais sucesso e mais sustentabilidade dos que os que são formados pelos ex alunos de institutos e escolas com formação agrotécnica.
Nível maior de conhecimento;		
Governança e Participação Social;	Questões ambientais;	
Conhecimento sobre a produção, aspectos ambientais e diálogo diferenciado;		
As oportunidades de prestação de serviços técnicos fora do assentamento acabam por contribuir com menor empenho e determinação, voltada à produção e geração de renda no assentamento;		

Com relação à esta questão, embora houvesse um conceito prévio que os assentamentos constituídos por egressos dos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAS) ou dos institutos de formação agrotécnica viriam apresentar diferenciação quanto ao nível de desenvolvimento das atividades produtivas e nos resultados gerais alcançados, após a realização da pesquisa de campo, este conceito prévio acabou se alterando.

A formação em centros de educação agrotécnica pode contribuir com o aprofundamento de conhecimentos relacionados ao desenvolvimento, planejamento e gestão das atividades produtivas, como das possibilidades exitosas de sucesso. Por outro lado, para o caso dos assentamentos constituídos por beneficiários com essa formação,

verificou-se que o acesso ao conhecimento gera oportunidades relacionadas à oferta de trabalho e contratação de serviços prestados em local externo ao assentamento.

Como, em geral, a remuneração ofertada é bem satisfatória, estes beneficiários priorizam ações e investimentos nestas oportunidades de trabalho e renda, o que acarreta resultados relativamente insatisfatórios apresentados nestes assentamentos.

Por outro lado, quando não há essa alternativa e oportunidade de emprego que venha a remunerar mais do que é possível ser gerado nas áreas de produção, mesmo que ocorra a prestação de serviços externos e complementares da renda familiar, a dedicação às atividades produtivas é maior, bem como os resultados apresentados.

## ***2.6 Pontos positivos relacionados à linha NPT***

O propósito deste item é verificar quais são os pontos positivos identificados pelos atores entrevistados, com relação à linha NPT.

De acordo com as respostas apresentadas pela Tabela 41, verifica-se que em certos casos existe realmente uma referência exclusiva ao NPT ou mesmo voltada ao jovem, entretanto outras considerações se relacionam mais diretamente referidas ao PNCF.

Alguns aspectos levantados cabem destaque:

- a referência à questão da permanência do jovem no meio rural, identificando o NPT como uma oportunidade possível de contribuição a essa abordagem;
- ao fato relacionado à receptividade existentes nos jovens perante às oportunidades e aos desafios, assim como o reconhecimento da capacidade de sobrevivência por meio do desenvolvimento de atividades produtivas, junto ao fator de produção;
- à associação com uma visão empreendedora, bem como o reconhecimento da capacidade de quitar o compromisso assumido pelo financiamento e aquisição da sua própria terra;
- reconhecimento das alterações efetuadas junto ao PNCF, com relação à criação da linha NPT e da ampliação do prazo de acompanhamento de ATER;
- reconhecimento dos jovens à política pública à eles destinada.

Tabela 41. Pontos positivos relacionados à linha NPT.

<b>Identificação dos pontos positivos</b>			
O Jovem tem uma visão de futuro mais aberta e receptiva. Tem vontade de crescer, identifica e reconhece a oportunidade. Acredita na possibilidade de sobreviver da produção da terra.	Oportunidade para o jovem continuar no campo, por seu próprio esforço e vem a ser uma porta aberta ao jovem.	Inserção da juventude, oportunidades para este segmento.	Histórico do NPT no Piauí, resposta e abrangência. Permanência dos jovens beneficiados.
Criação do selo NPT e agora a linha NPT.	Acesso à terra, oportunidade de ser um pequeno empreendedor, moradia, poder escolher sua terra, poder pagar a propriedade.	Alteração do prazo de ATER inicial para 5 anos	Acesso à terra e produção de alimentos.

### ***2.7 Identificação de limitações relacionadas à linha NPT***

Os aspectos que possam ser identificados como limitantes ou entraves à linha NPT, de acordo com os depoimentos obtidos junto aos atores entrevistados, constam nesta abordagem, que se objetiva inicialmente ao acesso e conhecimento das opiniões relacionadas à essa questão, bem como para verificação posterior, segundo as perspectivas destes atores, referente aos encaminhamentos e sugestões de alternativas possíveis, na proposição efetiva de melhorias voltadas à linha NPT.

Dessa forma, o item seguinte (2.8) faz referência a esta questão, ou seja, de como proceder com ações ou encaminhamentos, no sentido de contribuir com a solução dos problemas identificados.

Com relação às limitações identificadas à linha NPT, foram sistematizadas e organizadas por temas e cores, seguem apresentadas na Tabela 42.

Entre os pontos identificados, muitos estão voltados à questão dos serviços de ATER; outros se relacionam ao processo de estabelecimento e constituição dos assentamentos, acesso ao crédito e prazo de carência; há determinados depoimentos que são direcionados propriamente às instituições gestoras e o agente financeiro; entre outros.

Tabela 42. Identificação de limitações relacionadas à linha NPT.

Relação à	Identificação de limitações		
<b>ATER e processos de capacitação</b>	Relação técnico de ATER por família atendida é muito alta. O que não garante um atendimento razoável e que apresente resultados satisfatórios.	Acompanhamento técnico é deficitário. Deficiência da qualidade de ATER prestada.	
	Falta de avaliação dos resultados - ATER e beneficiários.	Processo de capacitação inicial não é muito eficiente. Muito recurso destinado à ATER, com pouca avaliação de resultados.	
	Falta de qualidade e comprometimento das empresas de ATER no desenvolvimento de ações voltadas à geração de renda.	Processo de capacitação dos beneficiados. Gargalo do NPT é a assistência técnica.	
<b>Constituição, carência, renegociação e acesso ao crédito</b>	Processo muito burocrático, lento, que ocasionou a diminuição da demanda do NPT. Morosidade no processo de consolidação do assentamento.		
	Liberação e demora do recurso do Pronaf.	Prazo de carência é muito pequeno.	Processo de renegociação - aditivo contratual é muito caro.
<b>Gestores</b>	UTE pouco presente. Ausência do governo no processo.		
	Calo do CF é a instituição financeira. Relação do Estado como MDA - ponto a melhorar		
<b>Aspectos sociais</b>	Nível de participação dos associados nas reuniões	Nível de desconhecimento e amadurecimento. Processo de mudança é muito brusca	
<b>Aspectos gerais</b>	Insuficiência do apoio e do direcionamento do governo nas unidades de produção.	Recurso para a produção é limitado. Tratamento dado às famílias deixa a desejar.	
	NPT perdeu força na ação de assentamentos	NPT perdeu força na ação de consolidação de novos assentamentos. Diminui a compra de terras	
	NPT necessita de um olhar diferenciado	Não pode desistir, é necessário superar as dificuldades.	

## 2.8 Ações relacionadas à solução dos entraves e gargalos identificados na linha NPT.

Os encaminhamentos ou ações relacionadas à solução dos entraves e gargalos identificados na linha NPT, seguem apresentados na Tabela 43, segundo a perspectiva dos atores entrevistados na pesquisa aplicada em campo.

Tabela 43. Ações relacionadas à solução dos entraves e gargalos identificados na linha NPT.

Ações identificadas para solução dos entraves e gargalos do NPT.				
<b>Capacitação, ATER, acesso às tecnologias de produção, troca de experiência, geração de renda e sistema de avaliação do programa</b>	Ampliar o processo de capacitação	Promover intercâmbio entre os assentamentos exitosos com os de baixo dinamismo	Ampliar o acompanhamento técnico	Tem que viabilizar a ampliação da assistência técnica e o acesso ao crédito.
	ATER mais eficiente e com comprometimento	Prolongar o período de acompanhamento	Inserção de técnicos nos assentamentos NPT.	Promover a avaliação de forma mais sistemática e que promova melhores resultados
	Maior continuidade, com foco na geração de renda	Ampliação dos recursos destinados às atividades produtivas		Auxílio inicial para a produção
	Ampliação das capacitações	Capacitação diferenciada para jovens	Promover melhor processo de capacitação e conhecimento a respeito da linha	
	Transferência e adesão de tecnologias	Permitir o acesso e implantação de tecnologias adequadas	Promover avaliação do NPT, divulgando os resultados obtidos	Divulgação de experiências exitosas
	Criação de outras políticas públicas para alavancar as unidades produtivas de jovens no país.		Maior envolvimento de parcerias.	Estabelecer um processo de avaliação e acompanhamento individualizado do beneficiário do NPT.
	<b>Aspectos sociais e gerais ao NPT</b>	Seleção mais rigorosa para os novos beneficiados do PNCF e NPT		Associação mista de jovens + adultos
Promover maior participação dos jovens		Acesso às lideranças do NPT aos Sindicatos		
<b>Gestores e instituições parceiras</b>	Instituição financeira mais ágeis na liberação de recursos.		Sindicatos de Trabalhadores Rurais precisam ser mais ativos.	
	UTE mais presente nos assentamentos.			Cartórios mais sensíveis.
<b>Diretrizes do programa</b>	Aumento do teto de financiamento - teto PI: 50 mil e teto BR: 80 mil.		Anistia das dívidas até o valor de R\$ 35 mil.	
	Maior aporte de equipamentos e veículos.	Ampliação do prazo de carência.	Que a fase de formalização dos convênios e as liberações dos convênios fosse mais ágil por parte do MDA.	
<b>Parceria e acesso</b>	Contemplar o acesso ao NPT dos jovens capacitados pelo programa Produtores do Futuro			

Conforme pode se verificar pela Tabela 43, a maior parte das ações relacionadas à solução dos entraves e gargalos identificados na linha NPT estão voltadas aos processos de acompanhamento técnico (ATER); o uso de tecnologias apropriadas e exitosas no contexto e realidade dos assentamentos de estudo; o acesso ao crédito rural; e ao desenvolvimento e resultado obtido pelas atividades produtivas.

Além disso, outros pontos seguem apresentados: ampliação do teto de financiamento aos assentamentos NPT no estado do Piauí; maiores investimentos em equipamentos, que possam contribuir com a questão logística dos acompanhamentos aos assentamentos constituídos, com isso a UTE mais presente aos assentamentos; e questões relacionadas diretamente às instituições gestoras do NPT e do PNCF, no tocante à agilidade de renovação e liberação dos convênios, bem como dos recursos e crédito pelo agente financeiro, entre outros aspectos identificados na Tabela 43.

Realizando uma análise geral sobre o Nossa Primeira Terra no estado do Piauí, de acordo com as ponderações dos resultados e da percepção obtida no levantamento de campo, pode-se constatar que, embora existam certas questões limitantes e com necessidade de melhor estruturação, a política pública de crédito fundiário apresenta contribuições e oportunidades aos seus beneficiários, no que se refere ao desenvolvimento de capacidades e potencialidades em contribuição à melhoria da qualidade de vida e às transformações sociais e econômicas do seu público alvo. Além disso, as considerações aos aspectos ambientais, políticos e culturais foram identificados na linha NPT, o que vem de fato assegurar um olhar bem interessante relacionado à questão do desenvolvimento rural sustentável.

De todo modo, em virtude da escala e projeção da linha do Nossa Primeira Terra no estado do Piauí, bem como mediante os resultados obtidos na pesquisa realizada, determinados aspectos mais críticos foram evidenciados, com a apresentação de sugestões e possíveis ações mitigadoras aos fatores mais impactantes e para os quais determinados desencadeamentos se fazem necessários, assim como se espera que possam ser internalizados e considerados pelos gestores deste programa de estudo.

## CONCLUSÕES

*“Possibilitar o acesso à terra é reparar uma dívida que a sociedade e o Brasil tem com sua população, na má distribuição da terra.*

*Repartir a terra, vem a ser uma necessidade, um caminho, uma ampliação das oportunidades da população e dos jovens residentes no meio rural.”*

Edvaldo, beneficiado da linha NPT, Assentamento Pedro II.

O presente estudo teve como orientação realizar uma análise relacionada a linha Nossa Primeira Terra, do Programa Nacional de Crédito Fundiário no estado do Piauí, sob a ótica do desenvolvimento rural sustentável, com considerações relacionadas as suas potencialidades e limitações, mediante análises de dados secundários e por meio de dados primários, obtidos por pesquisa de campo, realizada junto à três assentamentos: Bela Vista, Fazenda Carolina e Pedro II, assim como instituições de apoio e gestores do programa no estado do Piauí.

O Capítulo 1 contextualizou e discorreu sobre as características e contrastes presentes no meio rural brasileiro e piauiense; abordou um olhar e perspectiva voltada à pobreza no Brasil: formas de ocorrência, meios propositivos de superação e resultados encontrados; e a contextualização relacionada ao desenvolvimento, com considerações voltadas ao desenvolvimento rural, territorial e sustentável, as possíveis dimensões destinadas ao desenvolvimento, que vieram a contribuir na fundamentação dos capítulos seguintes, bem como subsidiar as análises e considerações relacionadas a este estudo.

Da mesma forma, permitiu identificar que o desenvolvimento aplicado no meio rural brasileiro ocorreu, de forma predominante, com bases não sustentáveis e de forma excludente, implicando em quadros sociais bem desiguais e com forte concentração de pobreza, situação esta que vem passando gradativamente por transformações e avanços, ao longo das últimas décadas.

As políticas públicas voltadas ao meio rural brasileiro foram o objeto de desenvolvimento do Capítulo 2, que foi segmentado em três partes: as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural; a contextualização histórica das políticas de reordenamento agrário e pela apresentação do Programa Nacional de Crédito Fundiário e da linha Nossa Primeira Terra.

As políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural e passíveis de contribuição às populações menos favorecidas, têm de fato contribuído com as reduções

das desigualdades socioambientais, promovendo a melhoria da qualidade de vida das populações do meio rural brasileiro, bem como apresentam interessante oportunidade para o estabelecimento de conexões e ações sinérgicas junto ao Nossa Primeira Terra e as demais linhas do Programa Nacional de Crédito Fundiário.

A análise dos processos de implantação e resultados preliminares do NPT/PNCF, mediante a apresentação dos dados obtidos no levantamento de campo, sob os aspectos socioeconômicos, ambientais e culturais no estado do Piauí, foi o objeto proposto pelo capítulo 3, que inicialmente abordou as informações relacionadas à área de estudo, bem como a metodologia de pesquisa desenvolvida.

De acordo com a análise dos dados obtidos e a apresentação dos resultados, foi possível concluir que a linha Nossa Primeira Terra se constitui em uma política pública de grande potencialidade, com relação à redução das desigualdades fundiárias e de geração de renda, no resgate e na valorização do jovem e do meio rural brasileiro, por meio de suas ações estruturadas.

O Nossa Primeira Terra, assim como as demais linhas do Programa Nacional de Crédito Fundiário, vem a legitimar o acesso à terra, mas também é idealizado por uma composição de fatores e ações que propiciam o acesso à moradia, à rede de abastecimento de água e energia elétrica, ao desenvolvimento de atividades produtivas e a geração de renda aos seus beneficiados. Esses fatores permitem garantir condições estratégicas e voltadas ao alcance dos objetivos e resultados projetados por este programa.

Porém, no sentido de contribuir e possibilitar um retorno à sociedade, às instituições e aos atores envolvidos, a etapa a seguir se propõe a identificar determinados pontos considerados como limitantes à linha Nossa Primeira Terra, do Programa Nacional de Crédito Fundiário no estado do Piauí, assim como sugestões de questões práticas e ações possíveis, que possam auxiliar estrategicamente nas tomadas de decisões futuras.

Neste sentido, os pontos considerados como limitantes ao programa de crédito fundiário e à linha Nossa Primeira Terra se relacionam basicamente a: ação dos gestores do programa; serviços prestados de ATER e geração de renda pelas atividades produtivas desenvolvidas; acesso à linha de crédito do Pronaf A; e referente à conexão e interface às demais políticas públicas.

O primeiro ponto é relacionado à ação dos gestores do programa. Que pode ser contextualizado a partir da dimensão e representatividade da linha NPT no estado do Piauí frente aos demais estados do país, com 40,86% dos beneficiados, distribuídos em 53 assentamentos.

O que por um lado identifica o atendimento às demandas sociais, evidenciando uma projeção no cenário nacional, mas que por outro lado pode apresentar certas consequências adversas, quando relacionadas ao sistema de gestão e acompanhamento dos assentamentos (estabelecidos ou a se constituir).

Como existe uma grande escala de demandas e ações necessárias junto ao PNCF e da linha Nossa Primeira Terra no estado do Piauí, envolvendo os assentamentos já estabelecidos e os assentamentos que estão se constituindo, muitas vezes ocorrem situações ou insatisfações, que são claramente identificadas em função da ineficiência de ações básicas e essenciais ao programa, resultantes da estrutura gerencial existente ou da própria inoperância ou deficiência de recursos humanos, financeiros ou operacionais.

Com isso, mesmo reconhecendo a importância das ações do programa junto aos seus beneficiários e ao seu público alvo, há que se considerar que, em caso de uma avaliação mais aprofundada e criteriosa junto ao programa, possam ser identificados resultados insatisfatórios e passíveis de críticas.

Essas questões devem ser avaliadas e monitoradas com frequência definida, em escalas diferenciadas, que possam apresentar constantemente em tomadas de decisão e ações, que sejam destinadas à busca por soluções e melhorias dos problemas por hora identificados.

Uma proposta estaria voltada a promover a avaliação de forma mais sistemática, envolvendo todos os atores envolvidos, com identificação de problemas e ações de mitigação desses, objetivando constantemente o alcance de melhores resultados, individuais e coletivos.

Também se constituiria em definir e estabelecer o desenvolvimento de uma metodologia de avaliação, composta por um diagnóstico rotineiro nos assentamentos, por meio de indicadores, que venham a compor um quadro ou planilhas de visualização de todos os assentamentos. Com a possibilidade de identificação de determinadas diferenciações entre os assentamentos, possíveis problemas, mitigação de questões anteriormente levantadas, etc.

Os indicadores poderiam ser distribuídos de forma segmentada por questões ou temas de interesse e onde os valores ou parâmetros encontrados, sejam também identificados por cores, contribuindo com a identificação de certas diferenciações entre os assentamentos. Face a isto, o quadro poderia direcionar determinados encaminhamentos futuros e as ações direcionadas das equipes de monitoramento e acompanhamento técnico.

Além do mais, a linha NPT envolve diversos atores (beneficiários, seus familiares, as instituições de apoio, gestores, empresas de ATER), com isso gera expectativas, assim inseguranças e distintos direcionamentos. Por esses motivos, o estabelecimento do diálogo e o alinhamento de ações entre os diversos atores é mais do que saudável e produtivo a esse programa, desde que promovido de forma rotineira e constante.

Entre as duas instituições gestoras, MDA e UTE-PI, foram identificados certos posicionamentos conflituosos ou de disputa por espaços e responsabilidades, o que contribui com certos desajustes na condução e evolução do programa, bem como no alcance dos resultados e objetivos propostos.

Desse modo, como uma questão identificada como limitante às projeções e a sustentabilidade da linha NPT, bem como as demais do PNCF, deve ser evidenciada como um ponto para busca de soluções e encaminhamentos, estabelecendo-se a exposição das situações mais agravantes, a internalização e o diálogo entre estas instituições, conduzindo ao alinhamento possível, de forma a potencializar os propósitos desta política pública.

Com certa frequência o PNCF passa por avaliações e encontros nacionais, o que tem propiciado certas alterações nas condições iniciais estabelecidas pelo programa, identificados certos gargalos, bem como determinado certos encaminhamentos.

Mesmo assim, fica a sugestão que, em determinadas situações, o alinhamento e a estruturação desse programa deveria passar por acertos e avaliações - regionais e estaduais - buscando soluções aos maiores problemas identificados. Um olhar regional ou territorial ao NPT no estado do Piauí pode ser uma alternativa que possa evidenciar e trazer contribuições na identificação e razões aos bons, médios e aos maus resultados alcançados pelo programa.

Com relação aos serviços prestados de ATER trata-se de um dos gargalos e pontos limitantes do programa, onde é compreensível que possa existir certas dificuldades e deficiências por profissionais com experiência e embasamento técnico, comprometidos e agentes de transformações sociais e produtivas fundamentais. Mesmo assim, há que se investir em processos de capacitação, troca de experiências exitosas, ampliação do uso de práticas sustentáveis, formas de acompanhamento e monitoramento de resultados, entre outras questões ou ações, que sejam voltadas a potencializar e evidenciar os resultados alcançados pelo programa. O alinhamento entre gestores, beneficiários e agentes de ATER, deve ser estabelecido e estruturado em cada assentamento, permitindo a

identificação de pontos limitantes existentes e os encaminhamentos das soluções necessárias.

Além disso, os técnicos de ATER devem ser os agentes fundamentais no planejamento e orientação das etapas relacionadas ao desenvolvimento das atividades produtivas e na aplicação de tecnologias sustentáveis de produção, contribuindo com a segurança alimentar das unidades familiares e a geração de renda dos assentamentos atendidos.

Assim como o ponto analisado acima, o acesso à linha de crédito do Pronaf foi discutido no Capítulo 3, mas cabe como uma das questões consideradas limitantes e primordiais a serem consideradas nestas considerações finais deste estudo.

O fato é que foi constatado que existe grande dificuldade de acesso aos recursos voltados ao custeio e investimento da linha do Pronaf A, por parte dos beneficiários da linha do NPT no estado do Piauí.

Há que se considerar que o Banco do Nordeste (BNB) é o agente financeiro que atua nesta operação de crédito no estado do Piauí e também é a instituição financiadora do recurso destinado à aquisição da terra dos assentamentos, quando da constituição dos assentamentos. Portanto, trata-se de uma instituição financeira que tem interesse no desenvolvimento dos assentamentos, no desenvolvimento das atividades produtivas e destinadas à geração de renda, até porque se constituirão na base de sustentação e capacidade de pagamento das parcelas de quitação e amortização do financiamento fundiário.

Em função disto, sugere-se que sejam tomadas ações mitigadoras e voltadas ao alinhamento junto à instituição financeira (BNB), por parte dos gestores do PNCF no estado do Piauí, sensibilizando e objetivando a ampliação e o acesso à linha do Pronaf A, pelos beneficiários da linha NPT.

Com relação à conexão e interface da linha Nossa Primeira Terra às demais políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural, verificou-se que este processo de interação entre as políticas é muito interessante, contribuindo com ações complementares, bem qual a otimização dos recursos e resultados alcançados. Entre as políticas que tem sido acessadas pelos beneficiários do NPT, tem destaque o Programa Bolsa Família, que atua em contribuição e de forma complementar na composição de renda.

Reconhecendo e compreendendo os benefícios dessa interação entre as políticas públicas, sugere-se aos gestores do programa o estabelecimento de ações voltadas à

ampliação destes acessos e interfaces, bem como o encaminhamento de determinados ajustes, no sentido de priorizar e potencializar tais conexões.

Aos beneficiários do NPT sugere-se que ocupem e incentivem a ampliação e participação das suas lideranças junto aos órgãos de discussão das políticas públicas, quais fóruns e conselhos municipais, estaduais e territoriais, acessando de forma contínua e integrada tais políticas. Também é interessante que seja estimulado o estabelecimento de alianças estratégicas, promovendo trocas de experiências entre os assentamentos, visando neste processo de interação, o fortalecimento social e produtivo, a melhoria da qualidade de vida, bem como o desenvolvimento rural sustentável.

Como consideração final deste estudo, assim como outras políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural, a linha Nossa Primeira Terra, do Programa Nacional de Crédito Fundiário, tem papel e contribuição na redução das desigualdades sociais, ampliando as oportunidades e propiciando o desenvolvimento de capacidades, com reconhecimento e valorização do jovem e do meio rural. Projeta e prospecta ao seu público alvo uma condição de determinada segurança e muitos desafios futuros, mediante condições estruturadas para a quem não se permitia o acesso ou eram desconhecidos os caminhos possíveis a se percorrer. O caminho de cada um, agora resta se escrever, pois o acesso à terra não é mais fator limitante.

## Referências Bibliográficas:

ABRAMOVAY, R., SILVESTRO, M., CORTINA, N., BALDISSERA, T., FERRARI, D. e TESTA, V. M. (1998). Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: UNESCO. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001315/131546porb.pdf>>. Acesso em: 20/5/2013.

ABRAMOVAY, R. Juventude rural: ampliando as oportunidades. Raízes da Terra: parcerias para a construção de capital social no campo. Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília – DF, Abril de 2005, Ano 1, nº 1. Disponível em: <<http://www.creditofundiario.org.br/materiais/revista/artigos/artigo05.htm>>. Acesso em: 10/4/2013.

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. Economia Aplicada – nº número 2, vol. IV: 379-397, abril/junho 2000.

ABRAMOVAY, R. Um novo contrato para a política de assentamentos. In: OLIVA, P. M., org. Economia Brasileira – Perspectivas do Desenvolvimento – Ed. CAVC, São Paulo, 2005 – pp. 355-375.

ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento sustentável: qual a estratégia para o Brasil? Novos Estudos, 87. Julho de 2010. CEBRAP, 87. Julho, 2010. 97-113 p. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n87/a06n87.pdf>>. Acesso em: 13/5/2013.

ABRAMOVAY, R. e VEIGA, J. E. Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Brasília: IPEA: abril, 1998. 51p. (Texto para Discussão n.641).

ALENCAR, M. T. Considerações sobre a formação, organização do território e da sociedade piauiense. In: Semiárido Piauiense: Educação e Contexto / (Orgs) Conceição de Maria de Sousa e Silva; Elmo de Souza Lima; Maria Luíza de Cantalice; Maria Tereza de Alencar; Waldirene Alves Lopes da Silva. INSA. Campina Grande: 2010a. Disponível em: <<http://www.insa.gov.br/~webdir/snecsab/Miolo.pdf>>. Acesso em: 27/02/2012.

ARAÚJO, T. B. Pensando o futuro das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil. In: Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios / FAVARETO, A... [et.al]. Brasília: IICA, 2010. Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.12, 220p.

ASA, Articulação no Semiárido Brasileiro. Caminhos e perspectivas da ASA na convivência com o Semiárido e erradicação da pobreza. VIII Encontro Nacional da ASA, ENCONASA. Ceará, 2012. Disponível em: <[http://www.oitavoenconasa.org.br/oitavoenconasa/attachments/article/159/Caminhos\\_e\\_perspectivas\\_ASA.pdf](http://www.oitavoenconasa.org.br/oitavoenconasa/attachments/article/159/Caminhos_e_perspectivas_ASA.pdf)>. Acesso em: 23/5/2013.

BAMPI, G. Reforma Agrária como exercício de liberdade. In: Ministério do Desenvolvimento Agrário. Memória INCRA 35 anos. Alberto Marques. Antônio Fernando Mattza, Antonio Francutti ... [et. al.]. Brasília, 2006. 228-238 p. (NEAD Especial, 2. Disponível em: <<http://www.nead.gov.br/portal/nead/nead-especial/>>. Acesso em: 3/5/2013.

BARQUETE, P. R.F. Memórias e fragmentos: o sonho da reforma agrária e o Incra. In: Ministério do Desenvolvimento Agrário. Memória INCRA 35 anos. Alberto Marques. Antônio Fernando Mattza, Antonio Francutti ... [et. al.]. Brasília, 2006. 296 p. (NEAD Especial; 2). Disponível em: <<http://www.nead.gov.br/portal/nead/nead-especial/>>. Acesso em: 3/5/2013.

BESKOW, P.R. (1999). Agricultura e política agrícola no contexto brasileiro da industrialização do pós-guerra (1946-1964). Estudos Sociedade e Agricultura, 12: 56-79.

BONNAL, P, CAZELLA, A. e DELGADO, N. G. Subsídios metodológicos ao estudo do desenvolvimento territorial rural. In: Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil. Brasília: IICA, 2011. Série desenvolvimento rural sustentável. Carlos Miranda e Breno Tiburcio (org.). Sergio Pereira Leite e Nelson Delgado (coord.). P. 35-60.

BONNAL, P. e KATO, K. O processo contemporâneo de territorialização de políticas e ações públicas no meio rural brasileiro. In: Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil. Série Desenvolvimento Rural Sustentável. Carlos

Miranda e Breno Tiburcio (org.). Sergio Pereira Leite e Nelson Delgado (coord.). IICA, Brasília, 2011. P. 61-88.

BONNAL, P. e KATO, K. Análise comparativa das políticas públicas de desenvolvimento territorial. In: Reflexões e proposições de políticas públicas de desenvolvimento territorial. Série Desenvolvimento Rural Sustentável. Carlos Miranda e Breno Tiburcio (org.). IICA, v. 15. Brasília, 2012. P. 21-41.

BONNAL, P. e MALUF, R. S. Políticas de desenvolvimento territorial e a multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. I Colóquio Internacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável, Florianópolis (SC), Agosto de 2007.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. II Plano Nacional de Reforma Agrária. Paz, produção e qualidade de vida no meio rural. Brasília, 2004. 40p. Disponível em: <[http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA\\_2004.pdf](http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf)>. Acesso em: 4/5/2013.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Núcleo de estudos agrários e desenvolvimento rural, NEAD. Assentamentos em debate / coordenação Caio Galvão de França, Gerd Sparovek. Brasília, 2005. NEAD debate, 8. Disponível em: <<http://www.nead.gov.br/portal/nead/nead-debate/>>. Acesso em: 02/10/2012.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Referências para uma estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil. Série documentos SDT nº. 01. Brasília, 2005.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário. Estudos de Reordenamento Agrário Nº 2. Coordenação-Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação, Projeto Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural. Brasília, 2007. 176p.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Estatísticas do meio rural 2010-2011. 4. ed. / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; Ministério do Desenvolvimento Agrário. -- São Paulo: DIEESE; NEAD; MDA, 2011.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário. Estudos de Reordenamento Agrário N° 5 – Guia metodológico das avaliações dos programas da Secretaria de Reordenamento. Brasília, 2007. 276 p. Disponível em: <<http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/DispForm.aspx?ID=115>> . Acesso em: 27/04/2013.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Referências para a gestão social de territórios rurais – Documento Institucional n° 3. Brasília, novembro de 2005.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário (Brasil). Estudos de Reordenamento Agrário N° 6. Avaliação de impacto do Programa Nacional de Crédito Fundiário. Perfil de entrada da linha de financiamento Consolidação da Agricultura Familiar. 2007b, 240p.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Territórios da Cidadania – Integração de políticas públicas para reduzir desigualdades. Cartilha, março de 2009.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Agrário, MDA (2010). Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/dotirn/clubs/alimentaoescolar/contents/phtoflow-view/index?keyword\\_id=2771863](http://www.mda.gov.br/dotirn/clubs/alimentaoescolar/contents/phtoflow-view/index?keyword_id=2771863)>. Acesso em: 29/4/2013.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário. Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF, Linha de Financiamento Combate à Pobreza Rural - Manual de Operações. CONDRAF, 2010b. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/sra/institucional/arquivosDestaque>>. Acesso em: 06/08/2012.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário. Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF, Linha de Financiamento Consolidação da Agricultura Familiar - Manual de Operações. CONDRAF, 2010c. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/sra/institucional/arquivosDestaque>>. Acesso em: 06/08/2012.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário. Estudos de Reordenamento Agrário N° 7. Coordenação-Geral de Planejamento,

Monitoramento e Avaliação, Projeto Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural. Brasília, 2011a.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário, Estudos de Reordenamento Agrário N° 8. Coordenação-Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação, Projeto Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural. LIMA, S.M.V.; VIEIRA, L.F.; CASTRO, A.M.G. de. Perfil dos Beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário: Combate à Pobreza Rural. Brasília, 2011b. 136p. Disponível em:

<<http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/Attachments/139/ER8-2012.pdf>>. Acesso em: 02/10/2012.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Estatísticas do Meio Rural: 2010-2011. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural e Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. Disponível em: <<http://www.nead.gov.br/portal/nead/nead-especial/>>. Acesso em: 02/10/2012.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Agrário. Plano Safra da Agricultura Familiar 2012/2013. Brasília, 2012a. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/portal/publicacoes/pageflip-view?pageflip\\_id=10202574](http://www.mda.gov.br/portal/publicacoes/pageflip-view?pageflip_id=10202574)>. Acesso em 01/5/2013.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Agrário. Crédito Rural - Plano Safra da Agricultura Familiar 2012/2013. Brasília, 2012b. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/plano-safra/publicacoes/pageflip-view?pageflip\\_id=10394594](http://www.mda.gov.br/plano-safra/publicacoes/pageflip-view?pageflip_id=10394594)>. Acesso em 01/5/2013.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Agrário. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar. Cartilha PAA. Brasília, 2012c. 28p. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/paa/CARTILHA\\_PAA\\_FINAL.pdf](http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/paa/CARTILHA_PAA_FINAL.pdf)>. Acesso em: 30/4/2013.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário. Painel de indicadores gerenciais da Secretaria de Reordenamento Agrário. Boletim Ano VI - Edição n° 002/ Boletim Ano VI - Edição n° 008/2012. Acesso: SRA/MDA, link: data: 21/08/2012.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário. Apresentação das novas condições do PNCF. SRA/MDA, 2013. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/sra/institucional/arquivosDestaque>>. Acesso em: 10/05/2013.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário. Painel de indicadores gerenciais da Secretaria de Reordenamento Agrário. Boletim Ano VII – Edição no 002/2013. Disponível em: <[http://portal.mda.gov.br/portal/sra/arquivos/view/Painel-de\\_indicadores\\_16-01-2013.pdf](http://portal.mda.gov.br/portal/sra/arquivos/view/Painel-de_indicadores_16-01-2013.pdf)>. Acesso em: 6/5/2013.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Painel de indicadores gerenciais da Secretaria de Reordenamento Agrário. Boletim Ano VII – Edição no 002/2013. Disponível em: <[http://portal.mda.gov.br/portal/sra/arquivos/view/Painel-de\\_indicadores\\_16-01-2013.pdf](http://portal.mda.gov.br/portal/sra/arquivos/view/Painel-de_indicadores_16-01-2013.pdf)>. Acesso em: 6/5/2013.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Agrário, MDA. O encontro da agricultura familiar com a alimentação escolar. Brasília, 2011. Cartilha. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/alimenta-o-escolar/publicaes/Cartilha\\_Alimenta%C3%A7%C3%A3o\\_escolar\\_ed.\\_2011\\_BAIXA.pdf](http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/alimenta-o-escolar/publicaes/Cartilha_Alimenta%C3%A7%C3%A3o_escolar_ed._2011_BAIXA.pdf)>. Acesso em: 22/5/2013.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário, MDA. Coordenação-Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação, Projeto Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural. Brasília: 2011.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Agrário, MDA. Dados relacionados ao PNAE em 2010. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/dotirn/clubs/alimentaoescolar/contents/phtoflow-view/index?keyword\\_id=2771863](http://www.mda.gov.br/dotirn/clubs/alimentaoescolar/contents/phtoflow-view/index?keyword_id=2771863)>. Acesso em: 29/4/2013.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, MDS. Programa Cisternas: Um Estudo Sobre a Demanda, Cobertura e Focalização. Desenvolvimento Social em Debate, nº 7, 2008. Disponível em:

<<http://www.mds.gov.br/biblioteca/secretaria-de-avaliacao-e-gestao-de-informacao-sagi/cadernos-de-estudos/programa-cisternas-um-estudo-sobre-a-demanda-cobertura-e-focalizacao-nb0-07>>. Acesso em: 02/8/2011.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social e de Combate à Fome, MDS. Plano Brasil Sem Miséria – 1 ano de resultados. Brasília, maio de 2012. 30p. Disponível em: <<http://www.brasilsemiseria.gov.br/documentos/Caderno%20de%20Graficos%20BSM%201ano.pdf>>. Acesso em: 15/12/2012.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social e de Combate à Fome, MDS. Bolsa Família. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>> e <[www.beneficiosociais.caixa.gov.br/](http://www.beneficiosociais.caixa.gov.br/)>. Acesso em: 29/4/2013.

BRASIL, Ministério da Integração Nacional, MI. Água para Todos, Manual Operacional. Brasília, abril de 2013. Secretaria de Desenvolvimento Regional. Disponível em: <[http://www.integracao.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=9967cc63-403c-4fe2-aa8e-256ff2d53c9c&groupId=10157](http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=9967cc63-403c-4fe2-aa8e-256ff2d53c9c&groupId=10157)>. Acesso em: 21/5/2013.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, MMA. Atlas das áreas susceptíveis à desertificação do Brasil. MMA, Secretaria de Recursos Hídricos, Universidade Federal da Paraíba. Organizador: Marcos Oliveira Santana. Brasília, 2007.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, MMA. Relatório Técnico de Monitoramento do Desmatamento no Bioma Cerrado, 2002 a 2008. Centro de Sensoriamento Remoto, CSR. IBAMA. Brasília, Novembro, 2009. Cooperação Técnica MMA/IBAMA/PNUD. Disponível em: <[http://siscom.ibama.gov.br/monitorabiomas/cerrado/Relatorio%20tecnico\\_Monitoramento%20Desmate\\_Bioma%20Cerrado\\_CSR\\_REV.pdf](http://siscom.ibama.gov.br/monitorabiomas/cerrado/Relatorio%20tecnico_Monitoramento%20Desmate_Bioma%20Cerrado_CSR_REV.pdf)>. Acesso em: 12/9/2011.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente – MMA. Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, PAN - BRASIL. Plano de ação estadual de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca de Minas Gerais– PAE/MG. Relatório Final - Novembro/2010. Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável. Coordenação de Combate à Desertificação. Co-realização/supervisão: Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do

Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas - SEDVAN e Instituto Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – IDENE.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, MMA. 2013. Dados relacionados ao Programa Bolsa Verde. Disponível em:

<<http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/bolsa-verde/areas-de-abrangencia>>

<<http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/bolsa-verde>>

<[http://www.mma.gov.br/estruturas/201/\\_arquivos/apresentao\\_bolsa\\_verde\\_201.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/201/_arquivos/apresentao_bolsa_verde_201.pdf)>

<[http://sistemas.mma.gov.br/sisverde/publico/xml/pdfBolsaVerdeDetalheConsolidado.php?pagina=1&tipo\\_relatorio=uf&critério=PI](http://sistemas.mma.gov.br/sisverde/publico/xml/pdfBolsaVerdeDetalheConsolidado.php?pagina=1&tipo_relatorio=uf&critério=PI)>

<[http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80088/BOLSA%20VERDE\\_DEZEMBRO%202012.pdf](http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80088/BOLSA%20VERDE_DEZEMBRO%202012.pdf)>

<[http://sistemas.mma.gov.br/sisverde/publico/xml/pdfBolsaVerdeDetalheConsolidado.php?pagina=1&tipo\\_relatorio=uf&critério=PI](http://sistemas.mma.gov.br/sisverde/publico/xml/pdfBolsaVerdeDetalheConsolidado.php?pagina=1&tipo_relatorio=uf&critério=PI)>. Acesso em: 14/5/2013.

BRASIL, Presidência da República. Destaques. Ano VI, n.1 (nov. 2012/fev. 2013) Secretaria de Comunicação Social. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/especiais/caderno-destaques/marco-2013/revista-em-pdf/em-portugues>>. Acesso em: 14/5/2013.

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Brasília, 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm)>. Acesso em: 08/7/2010.

BUARQUE, S. C. Pobreza e novo mundo rural no Brasil. In: Reflexões e proposições de políticas públicas de desenvolvimento territorial. MIRANDA, C. e TIBURCIO, B. (org.) Brasília: IICA, 2012. Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.15.

BUARQUE, S. C. [et.al]. Brasília: IICA, 2012. Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.15. Reflexões e Proposições de Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial. Organizadores da Série: Carlos Miranda e Breno Tiburcio. Disponível em: <<http://r1.ufrrj.br/cpda/oppa/>>. Acesso em: 03/10/2012.

BUARQUE, S. C. Reflexões e recomendações sobre estratégias de combate à pobreza. In: Reflexões e recomendações sobre estratégias de combate à pobreza. MIRANDA, C.

e COSTA, C. (org.). Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, IICA. Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 4. Brasília, 2006.

CANAVESI, F. de C. Tecnologias para quê e para quem?: um estudo da relação entre tecnologia agrícola e poder em assentamentos rurais no norte do Espírito Santo. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2011.

CÁRITAS BRASILEIRA. O Semiárido brasileiro. Caderno 3. Novembro, 2012. Disponível em: <<http://caritas.org.br/novo/wp-content/uploads/2011/03/caderno-3.pdf>>. Acesso em: 23/5/2013.

CASTRO, E. G. Os jovens estão indo embora: juventude rural e a construção de um ator político. Mauad X: Seropédica, RJ. EDUR, 2009. 240p.

CASTRO, E. G. Processos de construção da categoria juventude rural como ator político: participação, organização e identidade social. 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia. Porto Seguro, Bahia, 2008. Disponível em: <[http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD\\_Virtual\\_26\\_RBA/grupos\\_de\\_trabalho/trabalhos/GT%2010/Elisa%20Guaran%C3%A1%20de%20Castro.pdf](http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2010/Elisa%20Guaran%C3%A1%20de%20Castro.pdf)>. Acesso em: 20/5/2013.

CASTRO, E. G. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. Rev.latinoam.cienc.soc.niñez juv 7(1): 179-208, 2009. Disponível em: <<http://www.umanizales.edu.co/revistacinde/index.html>>. Acesso em: 3/10/2012.

CAZELLA, A. A., BONNAL, P. e MALUF, R. S. Multifuncionalidade da agricultura e território: avanços e desafios para a conjunção de enfoques. In: Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. (org.). CAZELLA, A. A., BONNAL, P. e MALUF, R. S. - Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. Disponível em: <[http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/Attachments/53/Agricultura\\_familiar\\_multifuncionalidade\\_e\\_desenvolvimento\\_territorial\\_no\\_Brasil.pdf](http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/Attachments/53/Agricultura_familiar_multifuncionalidade_e_desenvolvimento_territorial_no_Brasil.pdf)>. Acesso em: 05/01/2011.

CEPAL. Pobreza e Mercados no Brasil: uma análise de iniciativas de políticas públicas. Brasília. Escritório no Brasil/DFID, 2003.

CODEVASF, Companhia de Desenvolvidos dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba, PLANAP. Relatório final, v. 14. Brasília, 2006b.

CODEVASF, Companhia de Desenvolvidos dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba, PLANAP. Síntese executiva: Território dos Cocais, v. 2. Brasília, 2006a.

CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento. Histórico da produção agrícola do Piauí (2000 a 2008). Superintendência Regional do Piauí. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/1e72cd7a072a80cdc7eab80aaf2445c3.pdf>>. Acesso em: 14/12/2011.

CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento. Histórico da produção agrícola do Piauí (2000 a 2008). Superintendência Regional do Piauí. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/1e72cd7a072a80cdc7eab80aaf2445c3.pdf>>. Acesso em: 14/12/2011.

CONSEA. Dados sobre os programas de Segurança Alimentar e Nutricional por Município - Elaboração: Grupo de Trabalho Indicadores e Monitoramento do CONSEA <http://www4.planalto.gov.br/consea/consea-1/arquivos/programas-municipios>. Caixa Econômica Federal. Bolsa Família, benefícios sociais. Disponível em: <[www.beneficiosociais.caixa.gov.br/](http://www.beneficiosociais.caixa.gov.br/)>. Acesso em: 29/4/2013.

CURRALERO, C. B. et al. As condicionalidades do programa bolsa família. In: Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios. CASTRO, J.A. e MODESTO, L. (org.). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA. Brasília, 2010. Vol 1. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_bolsafamilia\\_vo11.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_vo11.pdf)>. Acesso em: 21/5/2013.

DIAS, G.L.S. A dificuldade de mudar: o caso da política agrícola no Brasil. In: IPEA. A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas. Brasília, 2010.

DNIT, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Mapa Multimodal Piauí 2009. Ministério dos Transportes, DNIT, 2009. Disponível em: <<http://www.dnit.gov.br/mapas-multimodais/mapas-multimodais/PI.pdf>>. Acesso em 21/12/2011.

ECHEVERRI, R. Emergência e evolução do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais e nos Territórios da Cidadania In: Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil: avanços e desafios. MIRANDA, C. e TIBURCIO, B. (org.). Brasília: IICA, 2010. Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v.12. P. 81-114.

FAO, WFP and IFAD. Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), International Fund for Agricultural Development (IFAD) and World Food Programme (WFP). The State of Food Insecurity in the World 2012. Economic growth is necessary but not sufficient to accelerate reduction of hunger and malnutrition. Roma, 2012. Disponível em: < <http://www.fao.org/docrep/016/i3027e/i3027e.pdf>>. Acesso em: 28/6/2013.

FAO, Food and Agriculture Organization of the United Nations. FAO Statistical Yearbook 2013, World Food and Agriculture. Roma, 2013. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/018/i3107e/i3107e.PDF>>. Acesso em: 28/6/2013.

FAORO, R. Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2000.

FAVARETO, A. Retrato das Políticas de Desenvolvimento Territorial no Brasil. Documento de Trabajo n.26. Programa Dinámicas Territoriales Rurales. Rimisp. Santiago. 2009.

FEALQ, Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz. Análise Territorial e Políticas para o Desenvolvimento Agrário. Relatório técnico: Produto 4/5. Projeto de Cooperação Técnica IICA/BRA/10/001- “Agenda do Desenvolvimento – NEAD/MDA”. IICA e NEAD, 2012a.

FEALQ, Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz. Análise Territorial e Políticas para o Desenvolvimento Agrário. Relatório técnico: Produto 5/5. Projeto de Cooperação Técnica IICA/BRA/10/001- “Agenda do Desenvolvimento – NEAD/MDA”. IICA e NEAD, 2012b.

FERNANDES, B. M. 27 anos do MST em luta pela terra. In: Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política dos assentamentos rurais. In: Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política dos assentamentos rurais.

FERRANTE, V. L. S. B., WHITAKER, D. C. A. (org.) ; [autores] Bernardo Mançano

Fernandes . . . [et al]. -- Brasília : MDA ; São Paulo : Uniara co-editor], 2008. 348 p. -- (NEAD Especial ; 11). Disponível em: <<http://www.nead.gov.br/portal/nead/nead-especial/>>. Acesso em: 02/10/2012.

FILIPPI, E. E. O desenvolvimento rural no Brasil. In: Análise comparada de políticas agrícolas. Organizadores: Philippe Bonnal e Sergio Pereira Leite. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011. 392p.

GEHLEN, I. Políticas Públicas e Desenvolvimento Social Rural. São Paulo em Perspectiva, 18(2): 95-103, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n2/a10v18n2.pdf>>. Acesso em: 13/5/2013.

GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. RER, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 02, p. 301-328, abr/jun 2007.

GUIMARÃES NETO, L. Antecedentes e evolução do planejamento territorial no Brasil. In: Miranda, C. e Tiburcio, B. (org.). Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios. Brasília: IICA, 2010. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.12). Cap. 2. P. 47-80.

HOFFMANN, R. e NEY, M. G. Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação / Rodolfo Hoffmann e Marlon Gomes Ney. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.108p. Nota: de 1970 a 2008. Em Disponível em: <<http://www.nead.gov.br/portal/nead/publicacoes/>>. Acesso em: 02/10/2012.

HOMEM DE MELLO, F. (1979). Políticas de desenvolvimento agrícola no Brasil. In: Sayad, J. (org.) Resenhas de economia brasileira. São Paulo: Saraiva. p. 45-116.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico 1940-2007. Até 1970 dados extraídos de: Estatísticas do século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil, 1981, vol. 42, 1979. <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=1&op=1&vcodigo=POP122&t=taxa-urbanizacao>>

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico 2010, IBGE. Disponível

em:<<http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=1&op=1&vcodigo=POP122&t=taxa-urbanizacao>>. Acesso em: 16/12/2012.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cartograma do Produto Interno Bruto (PIB) do estado do Piauí. IBGE, 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/cartograma/mapa.php>>. Acesso em: 16/12/2012.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2006. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação - Segunda apuração. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro, 2011.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Síntese de indicadores 2011.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Informação Demográfica e Socioeconômica, número 28. Indicadores Sociais Municipais - Uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2010.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Informação Demográfica e Socioeconômica, número 29. Síntese de Indicadores Sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira 2012.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios - Síntese de Indicadores 2011. Rio de Janeiro, 2012a. 282 p.

IICA, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Universalização do acesso e uso da energia elétrica no meio rural brasileiro: lições do Programa Luz para Todos. Brasília, 2011. Disponível em: <[http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/Attachments/85/Relatorio1\\_LpT\\_baixa%20resolucao.pdf](http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/Attachments/85/Relatorio1_LpT_baixa%20resolucao.pdf)>. Acesso em 23/5/2013.

INCRA, Instituto Nacional de Cadastro e Reforma Agrária. Quadro: Implantação de projetos – Área incorporada ao Programa de Reforma Agrária. Fonte: DT/Gab. Monitoria, Sipra, em 24/7/2012. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da>>

reforma-agraria/file/1147-area-incorporada-ao-programa-de-reforma-agraria> Acesso em: 5/5/2013.

INCRA, Instituto Nacional de Cadastramento e Reforma Agrária. Quadro: Assentamentos de Trabalhadores(as) rurais – Números oficiais. INCRA, 2013. Fonte: DT/Gab. Monitoria, Sipra, em 30/01/2013. Disponível em:<<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria/file/1148-familias-assentadas>>. Acesso em: 21/5/2013.

INCRA, Instituto Nacional de Cadastramento e Reforma Agrária. Quadro: Assentamentos de Trabalhadores(as) rurais – Números oficiais. INCRA, 2012. Fonte: DT/Gab. Monitoria, Sipra, em 30/01/2013. Disponível em:<<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria/file/1148-familias-assentadas>> Acesso em: 03/02/2013.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por estado no Brasil. Comunicado IPEA nº. 58. Julho, 2010. Disponível em: <<http://pagina13.org.br/biblioteca/outras-publicacoes/>>. Acesso em: 21/5/2013.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – Relatório Nacional de Acompanhamento. Brasília, 2010. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/Docs/4\\_RelatorioNacionalAcompanhamentoODM.pdf](http://www.pnud.org.br/Docs/4_RelatorioNacionalAcompanhamentoODM.pdf)> Acesso em 28/6/2013.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasil em Desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília, 2010.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Comunicados do IPEA, nº. 111 – Mudanças recentes na pobreza brasileira. IPEA, 2011.

LEAL, G. L. A. H. Análise do impacto do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF no Brasil. Produto 5.5. Projeto de Cooperação Técnica: Ministério do Desenvolvimento Agrário e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Brasília, 2011. Disponível em:

<<http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/DocumentosTecnicosAbertos/Attachments/392/Grace%20Luana%20de%20Amorim%20Homem%20Leal%20-%20110290%20-%20Cr%C3%A9dito.pdf>>. Acesso em: 02/03/2013.

LEITE, S. P. (coord.) (2012), Aperfeiçoamento das políticas públicas de enfrentamento da pobreza rural na perspectiva do desenvolvimento territorial – 2011/2012. R. Janeiro, OPPA/CPDA/UFRRJ e IICA. (Relatório Final de Pesquisa).

LEITE, S. P. Desenvolvimento territorial rural no Brasil: políticas públicas, atores e sustentabilidade. “Governança das políticas públicas para o desenvolvimento territorial no Brasil”. In: Moreira, R.; Bruno, R. (orgs.). Dimensões rurais de políticas brasileiras. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.

LEITE, P.L. e ÁVILA, R.V. Um futuro para o campo: reforma agrária e desenvolvimento social. Rio de Janeiro. Vieira & Lent, 2007. 176 p.

LEITE, S. P., DELGADO, N., BONNAL, P., KATO, K. Desenvolvimento territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais. In: Miranda, C., Tiburcio, B. (orgs.). Articulação de políticas públicas e atores sociais. Brasília: IICA, 2008. Disponível em: <<http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/Attachments/31/Serie%20DRS%20vol%208%20%20Articulacao%20Politicass%20Publicas%20e%20Atores%20Sociais.pdf>>. Acesso em: 27/04/2013.

LEITE, S. P., FLEXOR, G. G., MEDEIROS, L. S., DELGADO, N. G., BONNAL, P., MALUF, R. S. Avaliando a gestão das políticas agrícolas no Brasil: uma ênfase no papel dos policy makers (GEPOLAGRI). Produto 13.2. Relatório parcial de realização da pesquisa. Convênio CPDA-NEAD. Rio de Janeiro, 2007.

LEITE, S. P. e WESZ Jr., V. J. O financiamento da política de desenvolvimento territorial: uma análise do Pronat e do Programa Território da Cidadania. In: Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil. Brasília: IICA, 2011. Série desenvolvimento rural sustentável. Carlos Miranda e Breno Tiburcio (org.). Sergio Pereira Leite e Nelson Delgado (coord.). P. 169-196.

LÉONARD, E., BONNAL, P., FOYER, J., LEITE, S. P. A construção normativa do desenvolvimento sustentável nos contextos de sua “tradução em políticas”: uma análise pelas dependências de trajetória no Brasil e no México. Raíces, Campina Grande, v. 28,

ns. 1 e 2 e v. 29, n. 1, p. 63–74, jan./2009 a jun./2010. Disponível em: <[http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo\\_218.pdf](http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_218.pdf)>. Acesso em: 10/5/2013.

LIMA, D. F. P. Avaliação de impacto do Programa Nacional de Crédito Fundiário na região sul do Brasil. Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Piracicaba, 2011.

LIMA, G. P. Atlas da exclusão social no Piauí. Fundação CEPRO. Teresina, 2003. Disponível em:

<[http://www.cepro.pi.gov.br/download/200804/CEPRO09\\_0d576a4f59.pdf](http://www.cepro.pi.gov.br/download/200804/CEPRO09_0d576a4f59.pdf)>. Acesso em: 14/12/2011.

LISBOA, T. K. e LUSA, M. G. Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero – Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(3): 336, setembro-dezembro/2010. P. 871-887.

MALUF, R. S. Atribuindo sentido(s) ao desenvolvimento econômico. Estudos Sociedade e Agricultura, 2000, 15(15):53-86. Disponível em:< <http://r1.ufrrj.br/esa/art/200010-053-086.pdf>>. Acesso em: 17/5/2013.

MALUF, R. S. e MATTEI, L. Elementos para construção de uma agenda de políticas públicas para o enfrentamento da pobreza rural. In: Pobreza Rural: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas. MIRANDA, C. e TIBURCIO, B. (org.). Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, IICA. Série Desenvolvimento Rural Sustentável: Edição Especial. Brasília, 2011.

MALUF, R.S. Programas de Desenvolvimento Rural Sustentável e a Agricultura Familiar no Brasil: enfoques, atores e escalas. Raízes, Campina Grande, v. 28, ns. 1 e 2 e v. 29, n. 1, p. 19–26, jan./2009 a jun./2010. Disponível em: <[http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo\\_213.pdf](http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_213.pdf)>. Acesso em: 13/5/2013.

MALUF, R.S. Construção de uma agenda de proposições de políticas para o enfrentamento da pobreza rural. In: Pobreza Rural: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas. MIRANDA, C. e TIBURCIO, B. (org.). Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, IICA. Série Desenvolvimento Rural Sustentável: Edição Especial. Brasília, 2011a.

MATTEI, L. Impactos do Pronaf: análise de Indicadores. MDA, NEAD, Série Estudos 11, 2005. 136p. Disponível em: <[www.nead.gov.br/portal/nead/nead-estudos](http://www.nead.gov.br/portal/nead/nead-estudos)>. Acesso em: 1/5/2013.

MATTZA, A.F. INCRA, 35 anos em vida. In: Ministério do desenvolvimento Agrário. Memória INCRA 35 anos. Alberto Marques. Antônio Fernando Mattza, Antonio Francutti ... [et. al.]. Brasília, 2006. 296 p. NEAD Especial; 2. Disponível em: <<http://www.nead.gov.br/portal/nead/nead-especial/>>. Acesso em: 3/5/2013.

MIGUELETTO, D. C. R. A encruzilhada do desenvolvimento. Dissertação de Doutorado. Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA/UFRRJ, 2011.

MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. Desenvolvimento em (des)construção. Narrativas Escalares sobre Desenvolvimento Territorial Rural. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2006. Disponível em:<<http://www4.fct.unesp.br/ceget/Jorge/jorgetese.pdf>>. Acesso em: 15/07/2013.

MORAES, R.C., ÁRABE, C. H. G., PAULA e SILVA, M. de. As cidades cercam os campos: estudos sobre o projeto nacional e desenvolvimento agrário na era da economia globalizada. São Paulo: Editora UNESP: Brasília, DF: NEAD, 2008.

NERI, M. C., DE MELO, L. C. C., MONTE, S. R. S. Superação da pobreza e a nova classe média no campo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. Coedição com o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

ONU, Organização das Nações Unidas. Relatório Brundtland, Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Assembléia Geral da ONU, reunião plenária 96, de 11 de dezembro, 1987. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/res/42/ares42-187.htm>> Acesso em: 22/7/2013.

PNUD Brasil. Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2000. Disponível em:<<http://www.pnud.org.br/atlas>>. Acesso em: 16/12/2012.

PNUD Brasil. Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Disponível em:<<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 30/07/2013.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTOS, J. D. Desenvolvimento Rural, Biodiversidade e Políticas Públicas. Desafios e antagonismos no Pontal do Paranapanema - SP. Tese de Doutorado. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, ESALQ. Piracicaba, 2012.

SEBRAE e MDA. CARTILHA DE ACESSO AO PRONAF. Saiba como obter crédito para a agricultura familiar 2011/2012. Brasília, DF. 2011. 32 p.

SEMAR, Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Plano estadual de recursos hídricos do Estado do Piauí - Relatório síntese. Governo do Estado do Piauí, 2010.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. Companhia das Letras (Ed.). São Paulo, 2010. 461p.

SILVA, M. O. S. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. Rev. Katálysis, UFSC, v. 13 n. 2 p. 155-163, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n2/02.pdf>>. Acesso em: 19/7/2013.

SILVA, R. M. A. Políticas públicas para convivência com o semiárido. In: WILDHAGEN, C. D. (Organizador). Diálogos Sociais Reflexões e Experiências para a Sustentabilidade do Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais. Cap. 4. Série Diálogos Sociais. SEDVAN/IDENE. Editora IMGS – Instituto Mineiro de Gestão Social. 270p. 2008.

SILVA, C. M. S.; LIMA, E. S.; CANTALICE, M, L.; ALENCAR, M. T.; SILVA, W. ALVES L. Semiárido Piauiense: Educação e Contexto. INSA. Campina Grande: 2010.

SOARES, F. V.; RIBAS, R. P.; OSÓRIO, R. G. Avaliando o impacto do Programa Bolsa Família: uma comparação com programas de transferência condicionada de renda de outros países. Brasília: MDS, 2007.

SOBRAL, F. e COSTA, V. M. H. M. Programa Nacional de Alimentação Escolar: sistematização e importância. Alimentos e Nutrição. Faculdade de Ciências farmacêutica da UNESP de Araraquara. v.19, n.1, jan./mar. 2008. Disponível em: < <http://serv>

bib.fcfar.unesp.br/seer/index.php/alimentos/issue/view/173/showToc>. Acesso em: 22/5/2013.

SPAROVEK, G. Crédito Fundiário e qualidade de vida no campo/ organizador. Rodrigo Fernando Maule...[et al.]. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário: NEAD, 2005. Disponível em:

<[http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/Attachments/101/Cr%C3%A9dito\\_fundi%C3%A1rio\\_e\\_qualidade\\_de\\_vida\\_no\\_campo.pdf](http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/Attachments/101/Cr%C3%A9dito_fundi%C3%A1rio_e_qualidade_de_vida_no_campo.pdf)>. Acesso em: 26/01/2012.

STROPASOLAS, V. L. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. *Agriculturas*, vol 8, no. 1, março de 2011.

VALOR ECONÔMICO. Novo índice mapeia desenvolvimento rural. Fernando Lopes. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/agro/3197828/novo-indice-mapeia-desenvolvimento-rural#ixzz2Z93j5IVV>>. Acesso em: 16/7/2013.

VEIGA, J. E. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. *Estudos Avançados*, 15 (43), 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_pdf&pid=S010340142001000300010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S010340142001000300010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 13/05/2013.

VEIGA, J. E. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

WEID, J. M. van der. Articulação entre os diferentes componentes da sustentabilidade agrícola. *Raízes*, Campina Grande, v. 28, ns. 1 e 2 e v. 29, n. 1, p. 34–40, jan./2009 a jun./2010. Disponível em: <[http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo\\_215.pdf](http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_215.pdf)>. Acesso em: 13/5/2013.

WEISHEIMER, N. *Juventudes rurais: mapa de estudos recentes*. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2005. 76 p. *Estudos Nead*: 7. Disponível em: <<http://www.nead.gov.br/portal/nead/nead-estudos/>>. Acesso em 02/10/2012.

## Anexos

### I – Roteiro de questões para família beneficiada.

QUESTIONÁRIO FAMÍLIA BENEFICIADA										NPT/PNCF - PI		
Assentamento:			Município:			DATA:						
			No. de anos deste assentamento:									
<b>1 - PERFIL DO BENEFICIÁRIO</b>												
<b>1.1- Nome do entrevistado:</b>												
Idade:		Estado civil		<input type="checkbox"/> Solteiro		<input type="checkbox"/> Casado						
Município de nascimento:						<input type="checkbox"/> área rural		<input type="checkbox"/> área urbana				
Sexo:		<input type="checkbox"/> M		<input type="checkbox"/> F		Tel. contato:						
<b>1.2- Para o caso de ser uma mulher a beneficiada, perguntar quais os motivos levaram a isso.</b>												
Por iniciativa própria			<input type="checkbox"/>		Incentivo ou recomendação		<input type="checkbox"/>					
Cônjuge não habilitado			<input type="checkbox"/>		vinda da associação		<input type="checkbox"/>					
Incentivo ou recomendação de alguém de fora da associação			<input type="checkbox"/>		Outro		<input type="checkbox"/>					
					Descrever:							
<b>1.3- Composição familiar:</b>												
<b>1.4- Por acaso você ou seu/sua cônjuge passaram por alguma escola de alternância ou de formação técnica</b>												
Sim		Não		Em caso de sim, qual foi a EFA ou Colégio Agrícola?			Ano de conclusão					
Proveniente de assentamento			<input type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não							
<b>1.5- Você e sua família moram no assentamento?</b>												
<input type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Parcialmente		<input type="checkbox"/> tem outra residência em área urbana		<input type="checkbox"/> outra residência área rural				
<input type="checkbox"/> outros: _____												
<b>1.6- Experiência com produção agrícola</b>												
Quantos anos de experiência você e sua/seu cônjuge tem com lavoura, atividades de produção agrícola, etc												
Nenhuma	Menos de 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	5 a 10 anos	10 a 15 anos	15 a 20 anos	20 a 25 anos	mais de 25 anos				
<b>2 - PROCESSOS DE CAPACITAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA</b>												
<b>2.1- Processos de capacitação:</b>												
<b>2.1.1 - Ocorreu alguma capacitação ou treinamento técnico nos últimos anos neste assentamento?</b>												
Caso positivo:		qual foi?	quando ocorreu?	mês/ano	Instituição	Resultado	Aplic. conhec.	Quem participou				
<input type="checkbox"/> Sim												
<input type="checkbox"/> Não												
<b>2.1.2 - Gostariam de participar de alguma capacitação ou treinamento técnico?</b>												
<input type="checkbox"/> Sim		Caso positivo:	qual a área de interesse?	qual seria a finalidade desta capacitação?								
<input type="checkbox"/> Não												
<b>2.1.3 - Participação em atividades de capacitação promovidas pelo Programa de Crédito Fundiário, pelo MDA ou UTE</b>												
Já ocorreu alguma atividade de capacitação promovida pelo PNCF, MDA e/ou UTE?												
<input type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Já houve capacitação, mas não participei			<input type="checkbox"/> Não houve capacitação					
<b>Em caso positivo, qual foi a importância da capacitação promovida?</b>												
(a) Compreender e poder participar do NPT/PNCF												
(b) Compreender qual o papel da associação e vir a participar dela												
(c) Escolher e negociar o imóvel												
(d) Definir a aplicação dos investimentos comunitários (SIC)												
(e) Auxiliar na administração da produção no projeto (compra de insumos, venda de produtos) e as atividades da associação												
(f) Outro: _____												
<b>2.2- Assistência técnica:</b>												
				Passado		Atual						
<b>2.2.1- O assentamento teve ou tem assistência técnica atualmente?</b>				<input type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não		
<b>2.2.2- A assistência técnica que teve ou tem foi/é suficiente?</b>				<input type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não		
<b>2.2.3- Como é a qualidade da assistência técnica?</b>				<input type="checkbox"/> ótima		<input type="checkbox"/> boa		<input type="checkbox"/> média		<input type="checkbox"/> ruim		<input type="checkbox"/> não existe
<b>2.2.4- O que poderia ser feito para melhorar a qualidade da assistência técnica?</b>												
_____												
<b>2.2.5 - Os recursos destinados à assistência técnica tem origem no PNCF?</b>												
				<input type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> não sabe				

3 - QUALIDADE DE VIDA - ASPECTOS RELACIONADOS						
<b>3.1 - Moradia</b>						
<b>3.1.1 - Onde você morava antes de mudar para o projeto? (caso ainda não resida no assentamento, considerar a casa atual)</b>						
(a) Casa própria	(b) Casa alugada	(c) com parentes	(d) Já morava no imóvel	(e) outros: _____		
<b>3.1.2 - Como era sua moradia anterior quando comparada à do assentamento?</b>						
( ) Melhor	( ) Pior	( ) Semelhante	( ) Não mora no projeto ainda			
<b>3.1.3 - Qual é o material de construção da casa anterior ao assentamento e a casa atual do assentamento?</b>						
<b>Anterior</b>	( ) Alvenaria	( ) Taipa	( ) Madeira	( ) Adobe	( ) Lona	( ) Outros ( ) em fase de construção
<b>Atual</b>	( ) Alvenaria	( ) Taipa	( ) Madeira	( ) Adobe	( ) Lona	( ) Outros ( ) em fase de construção
<b>3.2 - Itens de acesso e bens de consumo duráveis</b>						
<b>Quais itens de acesso e bens você possuía antes do projeto de assentamento e atualmente?</b>						
Item - especificação	Anteriormente ao projeto		Posteriormente ao projeto		Observações:	
Abastecimento de água no local de residência	( ) Sim	( ) Não	( ) Sim	( ) Não		
Rede elétrica no local de residência	( ) Sim	( ) Não	( ) Sim	( ) Não		
Afastamento ou tratamento de esgoto	( ) Sim	( ) Não	( ) Sim	( ) Não		
Coleta de lixo no local da residência	( ) Sim	( ) Não	( ) Sim	( ) Não		
Acesso ao transporte urbano	( ) Sim	( ) Não	( ) Sim	( ) Não		
Acesso ao transporte escolar	( ) Sim	( ) Não	( ) Sim	( ) Não		
Acesso à escola pública	( ) Sim	( ) Não	( ) Sim	( ) Não		
Acesso ao lazer - próximo da residência	( ) Sim	( ) Não	( ) Sim	( ) Não		
Acesso ao mercado - consumo e comercializ.	( ) Sim	( ) Não	( ) Sim	( ) Não		
Geladeira	( ) Sim	( ) Não	( ) Sim	( ) Não		
Televisão	( ) Sim	( ) Não	( ) Sim	( ) Não		
Fogão a lenha	( ) Sim	( ) Não	( ) Sim	( ) Não		
Fogão a gás	( ) Sim	( ) Não	( ) Sim	( ) Não		
Telefone fixo ou telefone público próximo	( ) Sim	( ) Não	( ) Sim	( ) Não		
Telefone celular	( ) Sim	( ) Não	( ) Sim	( ) Não		
Acesso ao computador e rede de internet	( ) Sim	( ) Não	( ) Sim	( ) Não		
Moto ou carro próprios	( ) Sim	( ) Não	( ) Sim	( ) Não		
Outros: _____	( ) Sim	( ) Não	( ) Sim	( ) Não		
Outros: _____	( ) Sim	( ) Não	( ) Sim	( ) Não		
<b>3.3 - Facilidade de acesso aos serviços de saúde - Qual a facilidade para os serviços de saúde?</b>						
Tipo	Classificação					
Atendimento emergencial	( ) Muito fácil	( ) Fácil	( ) Média	( ) Difícil	( ) Muito difícil	( ) Não sei
Atendimento regular	( ) Muito fácil	( ) Fácil	( ) Média	( ) Difícil	( ) Muito difícil	( ) Não sei
<b>3.4 - Qual a qualidade dos serviços de saúde?</b>						
Tipo	Classificação					
Atendimento emergencial	( ) Excelente	( ) Bom	( ) Regular	( ) Ruim	( ) Muito ruim	( ) Não sei ( ) Não tem
Atendimento regular	( ) Excelente	( ) Bom	( ) Regular	( ) Ruim	( ) Muito ruim	( ) Não sei ( ) Não tem
Atendimento no projeto	( ) Excelente	( ) Bom	( ) Regular	( ) Ruim	( ) Muito ruim	( ) Não sei ( ) Não tem
<b>3.5 - Qual a qualidade do transporte escolar?</b>						
Tipo	Classificação					
Ensino básico	( ) Excelente	( ) Bom	( ) Regular	( ) Ruim	( ) Muito ruim	( ) Não sei ( ) Não tem
Ensino médio	( ) Excelente	( ) Bom	( ) Regular	( ) Ruim	( ) Muito ruim	( ) Não sei ( ) Não tem
Ensino técnico	( ) Excelente	( ) Bom	( ) Regular	( ) Ruim	( ) Muito ruim	( ) Não sei ( ) Não tem
Programa de alfabetiz. Adultos	( ) Excelente	( ) Bom	( ) Regular	( ) Ruim	( ) Muito ruim	( ) Não sei ( ) Não tem
Superior	( ) Excelente	( ) Bom	( ) Regular	( ) Ruim	( ) Muito ruim	( ) Não sei ( ) Não tem
<b>3.6 - Qualidade de vida depois da entrada no projeto de assentamento - Como ficou a qualidade de vida de sua família em relação à moradia e acesso aos serviços de educação e saúde depois que você entrou para o NPT/PNCF?</b>						
( ) Melhorou muito	( ) Melhorou	( ) Ficou na mesma	( ) Piorou	( ) Piorou muito		
<b>3.7 - Qualidade de vida depois da entrada no projeto de assentamento - Como ficou a qualidade de vida de sua família em relação à geração de renda e relacionado à alimentação depois que você entrou para o NPT/PNCF?</b>						
( ) Melhorou muito	( ) Melhorou	( ) Ficou na mesma	( ) Piorou	( ) Piorou muito		

4 - ORGANIZAÇÃO SOCIAL E FORTALECIMENTO DO CAPITAL SOCIAL							
4.1 - Como foi constituição da associação deste assentamento?							
4.2 - Para você qual é o papel da associação?							
Conquista de benefícios	Repasso inform. de interesse	Solução de problemas	Fortalecimento do grupo	Outros	Outros	Não sabe	
4.3 - Qual a frequência de reuniões? Em geral, de quanto em quanto tempo acontecem as reuniões?							
4.4 - Qual o grau de participação dos associados na reunião?							
4.5 - Os representantes ou as lideranças da associação deste assentamento tem participado de outras reuniões e colegiados?							
	Sim	Não	Desconhece				
4.6 - Quais reuniões e colegiados participam?							
4.7 - Você acha que isso pode trazer benefícios ao assentamento? De que maneira?							
Sim	Não						
5 - SISTEMAS DE PRODUÇÃO E GERAÇÃO DE RENDA							
5.1 - Quais as atividades produtivas que desenvolvem no assentamento							
Atividades coletivas		Existem produção coletiva?		( ) Sim ( ) Não	Atividades individuais		( ) Sim ( ) Não
Atividade prod.	Produção/ano	Consumo	Comercializado	Valor da prod	Ativid prod.	Prod/ano	Consumo
5.2 - Como é feita a comercialização da produção?							
Prod. Individual							
Prod. Coletiva							
5.3 - Existe alguma atividade de beneficiamento do que é produzido no assentamento							
Qual produto beneficiado produzem?						Sim ( )	Não ( )
Recurso SIC? ( ) Sim ( ) Não							
5.4 - Existe alguma fonte de renda de produção extrativista? Qual produto?							
Prod. extrat.	Produção/ano	Consumo	Comercializado	Valor da prod	Prod. extrat.	Produção/ano	Consumo
5.5 - Tecnologias utilizadas na produção - Tem algumas que você poderia citar?							
( ) adubação orgânica	( ) adubação química	( ) adubação verde	( ) cisterna calçadão	( )			
( ) barragem subterrânea	( ) cisterna calçadão	( ) cisterna	( ) prod agroecológica	( )			
( ) irrigação	( ) produção orgânica	( ) rotação de cultura	( ) sist. Agroflorestais	( )			
5.6 - Falando sobre tecnologias voltadas ao sistema de produção, teria alguma ou algumas que gostaria de implantar? Qual(is)?							
5.7 - Tem feito uso de:							
( ) sementes crioulas/tradicionais	( ) sementes híbridas	( ) sementes transgênicas	( ) agrotóxicos	( ) herbicidas			
( ) roçadeiras	( ) microtrator	( ) trator para preparo solo	( ) contrat. serviços terc.	( ) prod. Meieiro			
( ) queimadas	( )	( )	( )	( )			



8 - QUESTÃO DO JOVEM NO CAMPO	
8.1 - Para você quais os motivos que levam o jovem rural a deixar o campo em direção as áreas urbanas?	
8.2 - Quais foram os seus motivos para que você continuasse no campo e na área rural?	
8.3 - Do seu ponto de vista, quais seriam as alternativas e soluções para manter o jovem no meio rural?	
9 - AVALIAÇÃO DO NPT	
9.1 - De maneira geral, qual a sua avaliação sobre o Nossa Primeira Terra/PNCF?	
<input type="checkbox"/> Excelente	<input type="checkbox"/> Muito bom
<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Médio
<input type="checkbox"/> Ruim	<input type="checkbox"/> Muito ruim
9.2 - O que poderia ser diferente? Tem alguma sugestão que poderia contribuir com melhorias à linha do NPT/PNCF?	
9.3 - Finalizando esta conversa, qual seria o seu recado ao jovem rural que gostaria de participar e acessar a linha do NPT?	

II – Roteiro de questões para instituições e beneficiados.

QUESTIONÁRIO		NPT/PNCF - PI
Assentamento/Instituição:		Data:
Nome do entrevistado:		Cargo:
Tel. contato:	email:	
1- Conte sobre o histórico do NPT aqui no Piauí - como foi demandado no PI e no país? - perfil do beneficiado, origem, atividade produt.		
2- Como surgem as demandas do NPT no Piauí?		
<input type="checkbox"/> EFA ou Colégio Agrícola	<input type="checkbox"/> Técnico de ATER	
<input type="checkbox"/> iniciativa própria	<input type="checkbox"/> Técnico do MDA	
<input type="checkbox"/> Sindicato	<input type="checkbox"/> Técnico do INCRA	
<input type="checkbox"/> Líder comunitário	<input type="checkbox"/> Técnico da UTE	
<input type="checkbox"/> FETAG	<input type="checkbox"/> Beneficiado de PNCF	
3- Quais as etapas para se consolidar um assentamento do NPT? Demanda - processo seletivo - como ocorre a aquisição da terra		
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
4- Quem inicialmente contribui com o estímulo ao público alvo para participar do NPT?		
<input type="checkbox"/> iniciativa própria	<input type="checkbox"/> Secretario de Agricultura ou outra figura do executivo	
<input type="checkbox"/> estímulo de parente	<input type="checkbox"/> Líder ou integrantes de outro assentamento existente	
<input type="checkbox"/> convite de outro membro do assentamento	<input type="checkbox"/> Técnico de ATER	
<input type="checkbox"/> agente ligado ao PNCF	<input type="checkbox"/> Técnico do MDA	
<input type="checkbox"/> Sindicato	<input type="checkbox"/> Técnico do INCRA	
<input type="checkbox"/> Pastoral (CPT)	<input type="checkbox"/> Técnico da UTE	
<input type="checkbox"/> Movimentos sociais - qual: _____	<input type="checkbox"/> Beneficiado de PNCF	
<input type="checkbox"/> EFA ou Colégio Agrícola	<input type="checkbox"/> Beneficiado de Reforma Agrária	
<input type="checkbox"/> Líder comunitário	<input type="checkbox"/> Antigo proprietário do imóvel ou representante	
<input type="checkbox"/> Vereador ou outra figura do legislativo	<input type="checkbox"/> outro - qual _____	
5- Quem são os responsáveis pela condução e implantação dos assentamentos do NPT? Etapas, duração e responsáveis		
	Duração média desta etapa	Responsáveis
Seleção do grupo de beneficiados		
Procura, negociação e aquisição da terra		
Estruturação e Implantação dos assentamentos		
Elaboração do projeto de cada assentamento		
Avaliação, aprovação e liberação dos recursos		
Conselho - aprovação e análise dos beneficiado		
Consolidação/entrega do assentamento aos beneficiados		

<b>6- Existem critérios para priorizar regiões de implementação do NPT? Caso positivo, quais são?</b>				
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Atendimento às demandas	
			<input type="checkbox"/> Maiores índices de pobreza	
			<input type="checkbox"/> Baixos índices socioeconômicos	
			<input type="checkbox"/> Concentração de AF	
			<input type="checkbox"/> outros _____	
			<input type="checkbox"/> outros _____	
<b>7- Você considera que o NPT já apresenta resultados ou consequências locais e regionais? Quais?</b>				
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Em parte	<input type="checkbox"/> Geração de renda	<input type="checkbox"/> outros _____
			<input type="checkbox"/> Redução da pobreza	<input type="checkbox"/> outros _____
			<input type="checkbox"/> Aquecimento comércio local	<input type="checkbox"/> outros _____
			<input type="checkbox"/> Inclusão social	<input type="checkbox"/> outros _____
			<input type="checkbox"/> Fortelecim/o e org agric familiar	<input type="checkbox"/> outros _____
<b>8- Com relação à prestação de serviço de ATER, como ocorre na linha do NPT?</b>				
			<input type="checkbox"/> Uso da Ater pública	
			<input type="checkbox"/> chamada pública p contr. ATER	
			<input type="checkbox"/> Não contam com ATER	
			<input type="checkbox"/> Não sabe informar	
			<input type="checkbox"/> Apoio instit. Municipal	
<b>9- Quais são as instituições ou empresas que prestam serviços de ATER ao NPT nesta região?</b>				
<b>10- NPT e o Desenvolvimento Rural Sustentável - Quais são os aspectos que priorizam as ações neste sentido?</b>				
Social				
Ambiental				
Econômico/Produção/renda				
Cultural				
<b>11- A linha do NPT tem atualmente 2.638 famílias beneficiadas no país, das quais 1.087 (40%) estão no Piauí, quais são os motivos que contribuíram para essa forte concentração do NPT neste estado?</b>				
			<input type="checkbox"/> Demanda	
			<input type="checkbox"/> EFAS ou CT	
			<input type="checkbox"/> MDA	
			<input type="checkbox"/> UTE	
			<input type="checkbox"/> Preço da terra	
			<input type="checkbox"/> Índices socioecon.	

<b>12- NPT e quiteação dos investimentos - qual a situação atual, comparativo com outras linhas</b>	
	<input type="checkbox"/> Melhor
	<input type="checkbox"/> Pior
	<input type="checkbox"/> Semelhante
	<input type="checkbox"/> Não sabe informar
<b>13- Existem ações destinadas à orientação e planejamento - maximizando a adimplência do NPT - Quais?</b>	
	<input type="checkbox"/> Sim
	<input type="checkbox"/> Não
	<input type="checkbox"/> Desconhece
<b>14- Sabe informar quais os índices de desistência ou abandono de lotes no NPT? Quais seriam?</b>	
	<input type="checkbox"/> Sim
	<input type="checkbox"/> Não
	<input type="checkbox"/> Desconhece
	<input type="checkbox"/> Em parte
<b>15- Comparado com outras linhas do PNCF ou da RA são diferentes?</b>	
	<input type="checkbox"/> Sim
	<input type="checkbox"/> Não
	<input type="checkbox"/> Desconhece
	<input type="checkbox"/> Em parte

<b>Interface com outras Políticas Públicas</b>	
<b>16 - Quais são as PP que atuam em interface/acesso ao NPT no Piauí?</b>	<b>Observação</b>
<input type="checkbox"/> Programa de Aquisição de Alimentos - PAA	
<input type="checkbox"/> Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE	
<input type="checkbox"/> Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF	
<input type="checkbox"/> Luz para Todos	
<input type="checkbox"/> Programa Nacional de ATER -PRONATER	
<input type="checkbox"/> Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA	
<input type="checkbox"/> Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais - Pronat	
<input type="checkbox"/> Programa Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária - PPA	
<input type="checkbox"/> Minha Casa Minha Vida	
<input type="checkbox"/> Programa de Cisternas - P1MC	
<input type="checkbox"/> Território da Cidadania - TC	
<input type="checkbox"/> Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável -CMDRS	
<input type="checkbox"/> Programas Estaduais: _____	
<input type="checkbox"/> Outras: _____	
<input type="checkbox"/> Outras: _____	
<input type="checkbox"/> Outras: _____	

<b>Objetivos da linha NPT</b>	
<b>17- NPT e a interface com a questão do êxodo rural e da manutenção do jovem no meio rural - como vê?</b>	
	<input type="checkbox"/> Contribui
	<input type="checkbox"/> Não contribui
	<input type="checkbox"/> Em parte
	<input type="checkbox"/> Desconhece
	<input type="checkbox"/> Alternativa possível
<b>18- Interface do NPT - redução da pobreza no meio rural e com a geração de renda - sua visão</b>	
	<input type="checkbox"/> Contribui
	<input type="checkbox"/> Não contribui
	<input type="checkbox"/> Em parte
	<input type="checkbox"/> Desconhece
	<input type="checkbox"/> Alternativa possível
<b>19- NPT e a Segurança alimentar - considerações, aspectos e resultados obtidos - na sua visão</b>	
	<input type="checkbox"/> Contribui
	<input type="checkbox"/> Não contribui
	<input type="checkbox"/> Em parte
	<input type="checkbox"/> Desconhece
	<input type="checkbox"/> Alternativa possível

NPT e as EFAS ou CT			
20- Sobre os assentamentos NPT, você identifica algum diferencial nos constituídos por ex alunos de Esc. Alternância ou Colégio Téc. dos demais assentamentos do NPT, constituídos por jovens sem passar por estes processos educacionais? Em quais aspectos?			
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> em parte <input type="checkbox"/> desconhece			
Produtivos ( )			
Complementação de renda ( )			
Governança e Participação Social ( )			
Interface com outras PP ( )			
Questões ambientais ( )			
Outros ( ) : _____			
21- Identifica diferenciais entre os assent. NPT e outras linhas do PNCF ?			
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> em parte <input type="checkbox"/> desconhece			
22- Ocorre a troca de conhecimentos e aprendizados entre os assentam. NPT e das demais linhas? Como?			
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> em parte <input type="checkbox"/> desconhece			
23- Qual a sua visão sobre o NPT - perspectivas, alcances , projeções e limitações			
Pontos positivos	Limitações	Alcances e perspectivas	Projeções
24- Na sua visão quais seriam as ações voltadas para resolver os entraves e gargalos do NPT?			
25- Alguma outra consideração que acha interessante fazer a respeito da linha NPT no Piauí:			
Observações finais:			